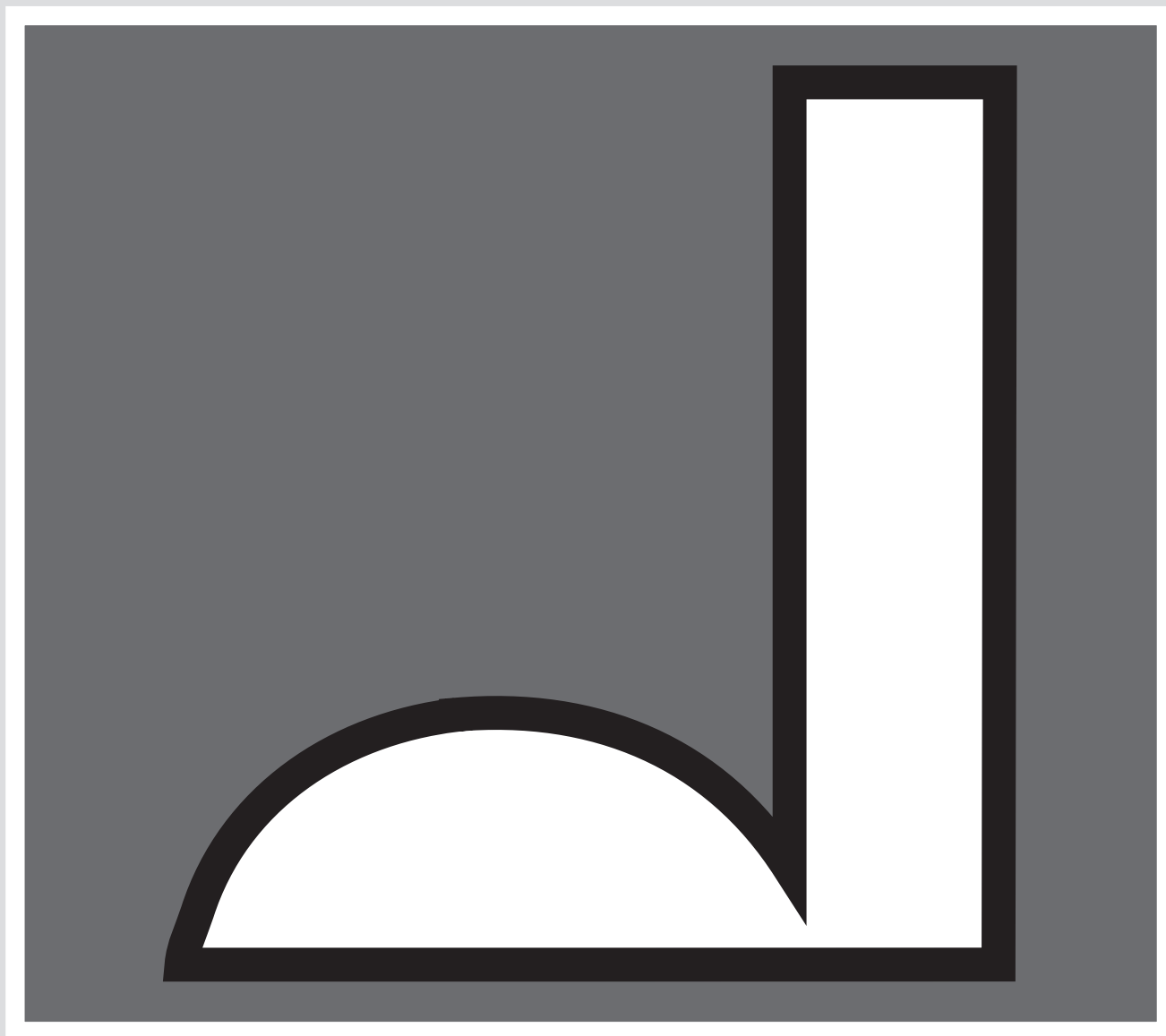




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 210 - SEXTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES 	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles 	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ⁴ Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 56

Prorroga o prazo previsto no *caput* do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.”

..... (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, em 20 de dezembro de 2007.

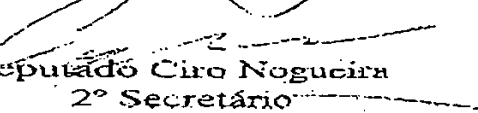
Mesa da Câmara dos Deputados



Deputado Arlindo Chinaglia
Presidente


Deputado Narcio Rodrigues
1º Vice-Presidente

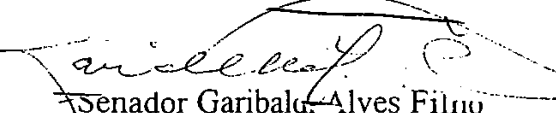

Deputado Inocêncio Oliveira
2º Vice-Presidente


Deputado Osmar Serraglio
1º Secretário

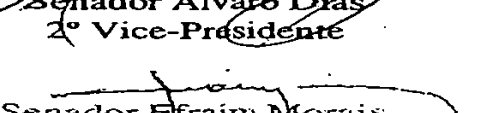

Deputado Ciro Nogueira
2º Secretário


Deputado Waldemir Moka
3º Secretário

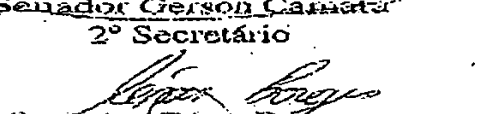
Mesa do Senado Federal


Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente


Senador Alvaro Dias
2º Vice-Presidente


Senador Efraim Morais
1º Secretário


Senador Gerson Camata
2º Secretário


Senador César Borges
3º Secretário


Senador Magno Malta
4º Secretário

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 2007

Autoriza a efetivação de todos os termos aditivos ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos celebrado entre a União, o Estado de Rondônia, o Beron e a Rondonpoup, firmado em 12 de fevereiro de 1998, e ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre a União e o Estado de Rondônia.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a efetivação de todos os termos aditivos celebrados até a data de aprovação desta Resolução aos seguintes contratos:

I – Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos celebrado em 12 de fevereiro de 1998 entre a União, o Estado de Rondônia, o Banco do Estado de Rondônia S/A (Beron) e a Rondônia Crédito Imobiliário S/A (Rondonpoup), com a interveniência do Banco do Brasil S/A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.654-23, de 15 de abril de 1998;

II – Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas celebrado em 12 de fevereiro de 1998 entre a União e o Estado de Rondônia, com a interveniência do Banco do Estado de Rondônia S/A (Beron) e do Banco do Brasil S/A, nos termos do disposto na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, firmado pelas partes em 12 de fevereiro de 1998.

Art. 2º São excluídos da autorização de operação de crédito a que se refere esta Resolução os valores relativos a operações, passivos a descoberto, resultados operacionais e demais obrigações do Banco do Estado de Rondônia S/A (Beron) e da Rondônia Crédito Imobiliário S/A (Rondonpoup), que tiveram origem durante o período de 20 de fevereiro de 1995 a 14 de agosto de 1998, no qual as referidas instituições estiveram sob Regime de Administração Especial Temporária (Raet), de responsabilidade do Banco Central do Brasil, na forma do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, da Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, e da Medida Provisória nº 1.654-23, de 15 de abril de 1998.

Parágrafo único. Ficam suspensos todos os pagamentos de amortizações e encargos relativos aos contratos referidos no art. 1º e aos respectivos termos aditivos enquanto as partes contratantes não determinarem o valor efetivo do saldo devedor corrigido nos termos do **caput**.

Art. 3º Os contratos e os termos de rerratificação firmados entre a União, o Estado de Rondônia e o Banco Central do Brasil em decorrência dos ajustes de contas necessários ao disposto nesta autorização deverão ser aprovados pelo Poder Legislativo do Estado de Rondônia e submetidos à apreciação do Senado Federal no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após a publicação desta Resolução.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2007

Autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa (Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL) para a modalidade de Margem Fixa (Fixed Spread Loan – FSL).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º São a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, autorizados a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução

e Desenvolvimento (Bird) com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa (Fixed-Rate Single Currency Loan) para a modalidade de Margem Fixa (Fixed Spread Loan).

Art. 2º Considera-se, para os fins desta Resolução, que a modalidade de Margem Fixa é aquela que faculta aos mutuários, nos termos das Normas Gerais Aplicáveis aos Empréstimos do Bird, ações para gestão dos custos e dos riscos financeiros do empréstimo, que consistem em:

- I – conversão de flutuante para fixa ou vice-versa de taxa de juros aplicável a montante parcial ou total do empréstimo;
- II – estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros;
- III – alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante já desembolsado;
- IV – alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante a desembolsar.

Art. 3º Os aditivos autorizados por esta Resolução devem obedecer às seguintes condições básicas:

- I – juros: exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela taxa **Libor** para 6 (seis) meses e margem de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);
- II – comissão de transação (**transaction fee**): 0,03% (três centésimos por cento) sobre o montante do empréstimo, devida pela fixação da margem aplicável à respectiva taxa de juros.

Art. 4º Adicionalmente às condições básicas previstas no art. 3º, é autorizada a cobrança de:

- I – custos eventualmente incorridos pelo Bird na realização das operações de que trata esta Resolução;
- II – comissão de transação (**transaction fee**) de até:
 - a) 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) sobre os valores afetados, nos casos a que se referem os incisos I, II e IV do art. 2º;
 - b) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre os valores afetados, no caso a que se refere o inciso III do art. 2º.

Art. 5º Qualquer aditivo contratual com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa (**Fixed-Rate Single Currency Loan**) para a modalidade de Margem Fixa (**Fixed Spread Loan**) que inclua custos adicionais ou superiores aos parâmetros estabelecidos nesta Resolução ou que amplie o montante total da operação de crédito deve ser objeto de autorização específica do Senado Federal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 2007

Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada respeitando as seguintes condições:

I – valor: até US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares norte-americanos);
II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
III – modalidade: Moeda Única;
IV – prazo de desembolso: até 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da vigência do contrato;

V – amortização do saldo devedor: em 32 (trinta e duas) parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas nos dias 15 dos meses de março e setembro de cada ano, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 (vinte) anos após a assinatura do contrato;

VI – juros aplicáveis: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela:

a) taxa de juros **Libor** trimestral para o dólar norte-americano;
b) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade **Libor**;
c) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da **Libor**; e

d) mais a margem para empréstimos do capital ordinário; observando-se que, 30 (trinta) dias previamente ao primeiro desembolso, o interessado deverá confirmar a opção pela taxa de juros, que poderá ser alterada para a modalidade baseada no custo do capital ordinário do BID;

VII – comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

VIII – despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento) do valor do financiamento.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada a que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 2007

Autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 32,670,000.00 (trinta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) autorizada a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 32,670,000.00 (trinta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento do Projeto de Revitalização Ambiental e Qualificação Urbana em Áreas das Bacias Elementares dos Rios Cachoeira, Cubatão e Piraí – Viva Cidade.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser contratada nas seguintes condições:

- I – devedor: Prefeitura Municipal de Joinville (SC);
- II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – modalidade: empréstimo em moeda única;
- V – valor: até US\$ 32,670,000.00 (trinta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares norte-americanos);
- VI – prazo de desembolso: até 60 (sessenta) meses contados a partir da vigência do contrato;
- VII – amortização: em parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas nos dias 15 dos meses de maio e de novembro de cada ano, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 25 (vinte e cinco) anos após a assinatura do contrato;
- VIII – juros: exigidos semestralmente e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela **Libor** trimestral para dólar norte-americano, acrescida de margem calculada pelo BID da seguinte forma:
 - a) mais ou menos uma margem de custo calculada trimestralmente como a média ponderada de todas as margens de custo para o BID;
 - b) mais o valor líquido de qualquer custo e/ou lucro, calculado trimestralmente, gerado por qualquer operação com instrumentos derivados em que o BID participe;
 - c) mais a margem para empréstimo do capital ordinário vigente na data de determinação da taxa de juros baseada na **Libor** para cada trimestre, expressa em porcentagem anual;
- IX – comissão de compromisso: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos não-desembolsados do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;
- X – comissão à vista: até 1% (um por cento) do valor do financiamento.

§ 1º Até 30 (trinta) dias previamente ao primeiro desembolso, o mutuário deverá confirmar a opção pela taxa de juros referida, podendo ela ser alterada para a modalidade baseada no custo do capital ordinário do BID.

§ 2º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia à Prefeitura Municipal de Joinville na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que a Prefeitura Municipal de Joinville celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156, das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em Direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Município.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 2007

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao Programa de Assistência Técnica para a Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep II).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. A operação de crédito autorizada no **caput** deste artigo destina-se ao financiamento parcial do Programa de Assistência Técnica para a Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep II).

Art. 2º A operação de crédito externo referida no caput terá as seguintes características:

- I – devedor: República Federativa do Brasil;
- II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);
- III – executor: Ministério da Previdência Social;
- IV – finalidade: financiamento parcial do Programa de Assistência Técnica para a Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep II);
- V – valor: até US\$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares norte-americanos), de principal;
- VI – juros: taxa composta pela **Libor** semestral para o dólar norte-americano acrescido de uma margem determinada pelo Bird a cada exercício fiscal, fixada na data de assinatura do contrato;
- VII – comissão de compromisso: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do financiamento;
- VIII – comissão administrativa: 1% (um por cento) sobre o montante total do empréstimo;
- IX – prazo para desembolso: 180 (cento e oitenta) meses;
- X – carência: 48 (quarenta e oito) meses;
- XI – condições de pagamento:
 - a) do principal: em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e sucessivas, sendo as 23 (vinte e três) primeiras no valor de US\$ 208,500.00 (duzentos e oito mil e quinhentos dólares norte-americanos), correspondendo cada uma a 4,17% (quatro inteiros e dezessete centésimos por cento) do valor do empréstimo, e a última de US\$ 204,500.00 (duzentos e quatro mil e quinhentos dólares norte-americanos), equivalentes a 4,09% (quatro inteiros e nove centésimos por cento) do total, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2012 e a última em 15 de agosto de 2023;
 - b) dos juros: exigidos semestralmente, em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano;
 - c) da comissão de compromisso: exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento dos juros;
 - d) da comissão administrativa: debitada da conta do empréstimo na data de efetividade do contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 39, DE 2007

Autoriza o Município de Uberaba (MG) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 17,270,000.00 (dezessete milhões e duzentos e setenta mil dólares norte-americanos), de principal, para financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Uberaba e Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água – Projeto Água Viva (Municipal Lending Program I: Uberaba Água Viva Project).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Uberaba (MG) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 17,270,000.00 (dezessete milhões e duzentos e setenta mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Uberaba e Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água – Projeto Água Viva (Municipal Lending Program I: Uberaba Água Viva Project).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Município de Uberaba (MG);
- II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – valor: de até US\$ 17,270,000.00 (dezessete milhões e duzentos e setenta mil dólares norte-americanos);
- V – modalidade: **Fixed Spread Loan** (Margem Fixa);
- VI – prazo de desembolso: 5 (cinco) anos;
- VII – amortização: em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais, consecutivas, vencíveis a cada 15 de março e 15 de setembro entre 15 de setembro de 2012 e 15 de março de 2024;
- VIII – juros: exigidos semestralmente, em 15 de março e 15 de setembro, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela **Libor** semestral para dólar norte-americano, acrescidos de um spread a ser determinado pelo Bird a cada exercício fiscal e fixado na data de assinatura do contrato;
- IX – comissão de compromisso: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;
- X – comissão à vista (**front-end fee**): 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade, sendo que esta taxa está sujeita a um **waiver** (diminuição do percentual cobrado).

§ 1º A modalidade do empréstimo permite a conversão de taxa de juros aplicável a montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa e vice-versa; o estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros; a alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante já desembolsado; e alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante a desembolsar.

§ 2º O exercício das opções referidas no § 1º implica a cobrança dos custos eventualmente incorridos pelo Bird na realização das opções, e de comissão de transação (**transaction fee**), que varia de 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento).

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Uberaba (MG) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que o Município de Uberaba (MG) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação dos direitos e créditos relativos às quotas e às receitas tributárias previstas nos arts. 156, 158 e 159, combinados com o art. 167,

§ 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das transferências constitucionais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Município.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 2007

Autoriza o Estado de Santa Catarina a firmar o Quinto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Santa Catarina autorizado a celebrar o Quinto Termo de Rerratificação, datado de 5 de outubro de 2007, ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, firmado entre a União e o referido Estado, em 30 de setembro de 1999.

§ 1º O objetivo do Quinto Termo Aditivo é a incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. (BESC) e da BESC S.A. Crédito Imobiliário (BESCRI) ao Banco do Brasil S.A.

§ 2º Esta aprovação confere plena eficácia ao referido Termo Aditivo, ficando ratificadas todas as demais disposições do Contrato a que alude o **caput** deste artigo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 2007

Autoriza o Município de Pelotas (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 18,900,000.00 (dezoito milhões e novecentos mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Pelotas (RS) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 18,900,000.00 (dezoito milhões e novecentos mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento do Projeto Integrado de Infra-Estrutura Municipal de Pelotas (RS).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Pelotas (RS);

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: US\$ 18,900,000.00 (dezoito milhões e novecentos mil dólares norte-americanos);

V – modalidade: empréstimo margem fixa (**fixed spread loan**);

VI – prazo de desembolso: até 60 (sessenta) meses, contados a partir da vigência do contrato;

VII – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, pagas no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2012 e a última o mais tardar em 15 de janeiro de 2024, sendo que cada uma das 23 (vinte e três) primeiras parcelas corresponderá a 4,17% (quatro inteiros e dezessete centésimos por cento) do valor desembolsado e a última a 4,09% (quatro inteiros e nove centésimos por cento);

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros Libor trimestral para dólar norte-americano, acrescidos de um spread a ser determinado pelo Bird a cada exercício fiscal e fixado na data da assinatura do contrato;

IX – juros de mora: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescido aos juros devidos e ainda não pagos, vencidos 30 (trinta) dias após a data prevista para pagamento dos juros;

X – comissão à vista: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Pelotas (RS) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Município de Pelotas (RS) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156, das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em Direito admitidas, podendo o Governo Federal reter as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das Transferências Federais.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2007

Autoriza a Prefeitura Municipal de Canoas (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 15,076,500.00 (quinze milhões, setenta e seis mil e quinhentos dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Canoas (RS) autorizada a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 15,076,500.00 (quinze milhões, setenta e seis mil e quinhentos dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Macrodrenagem, Recuperação Ambiental e Desenvolvimento Urbano de Canoas – Fase I.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Prefeitura Municipal de Canoas (RS);

II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

- III – garantidor: República Federativa do Brasil;
 - IV – valor: até US\$ 15,076,500.00 (quinze milhões, setenta e seis mil e quinhentos dólares norte-americanos);
 - V – prazo de desembolso: até 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato;
 - VI – amortização: em parcelas semestrais e consecutivas, de valores preferencialmente iguais, vencendo-se a primeira aos 54 (cinquenta e quatro) meses a contar após a assinatura do contrato;
 - VII – juros: exigidos semestralmente e calculados com base na **Libor** semestral para dólar norte-americano, acrescidos de um **spread**, expresso como percentagem anual, de 0,90% a. a. (noventa centésimos por cento ao ano);
 - VIII – juros de mora: 2,00% a.a. (dois por cento ao ano), em adição aos juros;
 - IX – comissão de compromisso: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura do contrato;
 - X – comissão de financiamento: 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início de vigência do contrato e, no mais tardar, na oportunidade em que se realize o primeiro desembolso.
- Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como o prazo de desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia à Prefeitura Municipal de Canoas (RS) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que a Prefeitura Municipal de Canoas (RS) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156, das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em Direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos assumidos, ou honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das Transferências Federais.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução será exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2007

Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 35,900,000.00 (trinta e cinco milhões e novecentos mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio Grande do Norte autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 35,900,000.00 (trinta e cinco milhões e novecentos mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-Árido Potiguar.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Estado do Rio Grande do Norte;
 - II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);
 - III – garantidor: República Federativa do Brasil;
 - IV – valor: até US\$ 35,900,000.00 (trinta e cinco milhões e novecentos mil dólares norte-americanos);
 - V – prazo de desembolso: até 30 de novembro de 2012;
 - VI – amortização: em 26 (vinte e seis) parcelas semestrais e consecutivas, com vencimentos no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, iniciando em 15 de novembro de 2011 e terminando em 15 de maio de 2024, sendo que cada uma das 25 (vinte e cinco) primeiras corresponderá a 3,85% (três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) do valor desembolsado, e a última a 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento);
 - VII – juros: exigidos semestralmente no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual composta pela **Libor** semestral para o dólar norte-americano, acrescidos de um **spread** a ser determinado pelo Bird a cada exercício fiscal e fixado na data de assinatura do contrato;
 - VIII – juros de mora: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescido aos juros devidos e ainda não pagos, vencidos 30 (trinta) dias após a data prevista para o pagamento dos juros;
 - IX – comissão à vista: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.
- Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio Grande do Norte na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado do Rio Grande do Norte celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155, e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das Transferências Federais.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 2007

Autoriza o Município de Feira de Santana (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor total de até US\$ 11,737,000.00 (onze milhões e setecentos e trinta e sete mil dólares norte-americanos), destinada a financiar parcialmente o Projeto de Integração Urbana de Feira de Santana.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Feira de Santana (BA) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 11,737,000.00 (onze milhões e setecentos e trinta e sete mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento do Projeto de Integração Urbana de Feira de Santana.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Feira de Santana (BA);
II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);
III – garantidor: República Federativa do Brasil;
IV – valor: até US\$ 11,737,000.00 (onze milhões e setecentos e trinta e sete mil dólares norte-americanos);

V – prazo de desembolso: até 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de vigência do contrato;

VI – amortização: 12 (doze) parcelas semestrais, sucessivas, e preferencialmente iguais, iniciando-se aos 54 (cinquenta e quatro) meses, a contar da data de assinatura do contrato;

VII – juros: exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela **Libor** semestral para dólar norte-americano, acrescidos de spread de 0,9% (nove décimos por cento);

VIII – juros de mora: 2,0% a.a. (dois por cento ao ano), acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, de acordo com o estabelecido no item 6.2 do Anexo A do contrato;

IX – comissão de compromisso: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), sobre os saldos não desembolsados do financiamento, exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros, devida a partir do vencimento do primeiro semestre de vigência do contrato;

X – comissão de financiamento: 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) sobre o montante do empréstimo – US\$ 64,553.50 (sessenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três dólares norte-americanos e cinquenta centavos), devida, a partir do início da vigência do contrato, em uma única cota, cujo pagamento deverá ser efetuado somente a requerimento da CAF e, no mais tardar, quando da efetivação do primeiro desembolso do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, assim como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Feira de Santana (BA) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** deste artigo fica condicionado a que o Município de Feira de Santana (BA) celebre contrato com a União para o oferecimento de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156, e das cotas de repartição de que tratam os arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 2007

Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$22,500,000.00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio Grande do Norte autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 22,500,000.00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Rio Grande do Norte;
II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);
III – garantidor: República Federativa do Brasil;
IV – valor: até US\$ 22,500,000.00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos);

V – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2010;

VI – amortização: em 26 (vinte e seis) parcelas semestrais e consecutivas, com vencimentos no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, iniciando em 15 de novembro de 2011 e terminando em 15 de maio de 2024, sendo que cada uma das 25 (vinte e cinco) primeiras corresponderá a 3,85% (três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) do valor desembolsado, e a última a 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento);

VII – juros: exigidos semestralmente no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual composta pela **Libor** semestral para o dólar norte-americano, acrescida de um **spread** a ser determinado pelo Bird a cada exercício fiscal e fixado na data de assinatura do contrato;

VIII – comissão de compromisso: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

IX – comissão à vista: até 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

§ 1º São facultadas ao Estado do Rio Grande do Norte, na operação de crédito de que trata esta Resolução, as opções de conversão de taxa de juros aplicável a montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa ou vice-versa, de estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros e de alteração da moeda de referência para os montantes desembolsados e a desembolsar.

§ 2º As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio Grande do Norte na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado do Rio Grande do Norte celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155, e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das Transferências Federais.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 2007

Autoriza o Distrito Federal a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 176,775,000.00 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do “Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – Brasília Integrada”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Distrito Federal autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 176,775,000.00 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação a que se refere o **caput** serão destinados ao financiamento parcial do “Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – Brasília Integrada”.

Art. 2º É a União autorizada a conceder garantia à operação de crédito a que se refere o art. 1º, tendo como contragarantia oferecida pelo Governo do Distrito Federal cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157, 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas nos arts. 155 e 156, nos termos do art. 167, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução contém as seguintes características e condições básicas:

- I – devedor: Governo do Distrito Federal;
- II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – valor do empréstimo: US\$ 176,775,000.00 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares norte-americanos), de principal;
- V – modalidade: Moeda Única;
- VI – prazo de desembolso: até 60 (sessenta) meses a partir da vigência do contrato;
- VII – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas no dia 10 dos meses de abril e outubro de cada ano, vencendo a primeira 6 (seis) meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 25 (vinte e cinco) anos após a assinatura do contrato;
- VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela:
 - a) taxa de juros **Libor** trimestral para dólar norte-americano;
 - b) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade **Libor**;
 - c) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da **Libor**; e
 - d) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;
- IX – comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;
- X – despesa com inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento) do valor do financiamento.

Parágrafo único. As datas de desembolsos, de pagamento do principal e dos encargos financeiros, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 4º A realização da contratação da operação de crédito a que se refere esta Resolução fica condicionada à prévia formalização do contrato de contragarantia entre o Distrito Federal e a União, vinculando-se as receitas referidas no art. 2º desta Resolução, bem como à regularização dos débitos pendentes junto à União e à prestação de contas de recursos recebidos da União pelo Governo do Distrito Federal.

Art. 5º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 240ª SESSÃO ESPECIAL, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o centenário de nascimento do arquiteto Oscar Niemayer Soares Filho, nos termos dos Requerimentos nºs 270 e 623, de 2007, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti e outros. (Realização de videoconferência com a participação do homenageado)..... 46290

– Execução do Hino Nacional

– Apresentação musical

1.2.3 – Oradores

Senador Inácio Arruda..... 46290
O Sr. Oscar Niemeyer (videoconferência).... 46293
Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado Arlindo Chinaglia) 46293
Senadora Idely Salvatti 46294
Senador Eduardo Suplicy 46295
O Sr. Presidente (Garibaldi Alves Filho) 46298
Senador Marco Maciel 46298
Senador Efraim Morais 46299
Senador Francisco Dornelles..... 46303
Senador José Nery 46304
Senador Aloizio Mercadante..... 46309
Senador Paulo Paim 46310
Senador Paulo Duque..... 46311
Senador Flexa Ribeiro 46313
Senador Mão Santa 46315
O Sr. Presidente (Senador Marco Maciel) ... 46316

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 241ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2007

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.493, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona. ... 46318

Nº 1.494, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com

o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, e com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria..... 46318

Nº 1.495, de 2007, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, e os Projetos de Lei do Senado nºs 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria..... 46318

Nº 1.496, de 2007, de autoria do Senador Edison Lobão, solicitando a remessa, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2005, que acrescenta art. 2ºA a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal e dá outras providências. (Estabelecendo competência privativa ao Executivo dos Estados e do DF para outorga da delegação para o exercício da atividade notarial e de registro)..... 46318

Nº 1.497, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do médico e compositor Dr. José Franco Lattare, conhecido como Franco da Ilha, ocorrido no dia 18 do corrente, no Rio de Janeiro..... 46319

Nº 1.498, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Neuza Vieira Nina, ocorrido no dia 9 do corrente, em Brasília..... 46319

2.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 611, de 2007–Complementar, de autoria do Senador Romero Jucá e outros Srs. Senadores, que acresce dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (limite para o aumento da despesa com pessoal e encargos sociais da União). 46319

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Medida Provisória nº 405, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos

órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$5.455.677.660,00, (cinco bilhões, quatrocentos e cinqüenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica, onde poderá receber emendas; e estabelecimento de calendário para a sua tramitação. 46319

2.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 730, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de saneamento básico. 46320

Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da BR-101 ao Aeroporto Regional Sul, no Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina. 46322

Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da BR-116 ao Aeroporto do Planalto Serrano, no Município de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina. 46324

Projeto de Lei do Senado nº 733, de 2007, de autoria do Senador Paulo Duque, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Arqueólogo. 46326

Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que altera a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário. 46328

Projeto de Resolução nº 96, de 2007, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que altera o art. 11 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para permitir aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a emissão de títulos da dívida pública, seja no mercado interno ou externo, para amortizar ou quitar dívidas renegociadas com a União. 46329

Projeto de Resolução nº 97, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que altera a redação do art. 35 e acrescenta incisos I, II, III, IV, V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer o rito da sessão de votação em processo de perda de mandato parlamentar. 46330

2.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 97, de 2007, lido anteriormente. 46331

2.2.5 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2007 (nº 6.917/2006, na Casa de origem), que inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis da Pátria. 46331

Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2007 (nº 6.934/2006, na Casa de origem), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, novo trecho rodoviário para expansão da BR-421. 46332

Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação à alínea do inciso VII do *caput* do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa). 46333

Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2007 (nº 7.258/2006, na Casa de origem), que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem. 46339

Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2007 (nº 742/2007, na Casa de origem), que altera o *caput* do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer que as saídas de emergência dos ônibus e microônibus devem ser visíveis independentemente da existência ou não de luz ambiente. 46340

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2007 (nº 913/2007, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (inclui entre os títulos executivos extrajudiciais os honorários do árbitro quando fixados pelas partes no compromisso arbitral). 46341

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2007 (nº 1.399/2007, na Casa de origem), que altera os incisos I e II do *caput* do art. 990 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (permite ao companheiro sobrevivente ser nomeado como inventariante). 46343

2.2.6 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 104, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marcelo Crivella, que “acresce um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do

concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares”. 46345

2.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Apresentação de balanço das atividades desenvolvidas pela Casa em 2007, destacando os projetos aprovados e os principais temas discutidos. 46349

SENADOR JONAS PINHEIRO – Considerações sobre o sucesso da recuperação e manutenção do equilíbrio fiscal do Estado do Mato Grosso, que aderiu ao Programa de Ajuste Fiscal dos Estados. Apresentação de proposta para reformulação da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. 46351

SENADOR EFRAIM MORAIS – Questionamento aos argumentos contrários à transposição das águas do rio São Francisco. 46352

SENADOR JOÃO RIBEIRO, como Líder – Registro da inauguração amanhã, pelo Ministro dos Transportes e o Governo do Tocantins, da ponte sobre o rio Tocantins, entre as cidades de Pedro Afonso e Tupirama. 46358

SENADOR MÃO SANTA – Apelo em favor da derrubada do veto presidencial ao aumento para os aposentados. 46359

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Agradecimentos a Deus, à família, ao povo do Pará e aos seus pares pela contribuição com o trabalho legislativo. Voto de aplauso ao Prefeito de Paragominas, no Pará. Advertência sobre a situação da base do Governo no Senado que, segundo S. Exa. “está mingando”. 46360

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Reflexão sobre a decisão do STF acerca da transposição das águas do rio São Francisco, e sobre a greve de fome de Dom Luiz Flávio Cappio, em sinal de protesto.. 46365

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre o tema dos direitos humanos, sob a ótica dos empresários. Manifestação sobre a questão dos aposentados e pensionistas. 46366

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Comemoração pela decisão do STF favorável às obras de transposição das águas do rio São Francisco.. 46371

SENADOR ALVARO DIAS – Tributo aos economistas e políticos criadores do Plano Real, em 1994. 46372

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Reflexão sobre o trabalho desenvolvido por S. Exa. no ano de 2007, apontando as expectativas e esperanças para o ano vindouro. 46374

SENADOR JOSÉ NERY – Denúncia de crime ambiental em Abaetetuba, Pará, com o vazamento provavelmente oriundo da Usina Siderúrgica do Pará. Registro do artigo do economista César Benjamin, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje, intitulado “Frei Luiz precisa viver”. Solicita medidas urgentes para a proteção de Dom Flávio Giovenale, Bispo da Diocese de Abaetetuba. 46377

SENADORA KÁTIA ABREU – Balanço dos trabalhos desenvolvidos no ano de 2007, especialmente para o partido que S. Exa. representa, o Democratas. Adiantamento da agenda que S. Exa. irá defender em 2008. 46384

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Relato das pressões e chantagens sofridas por S. Exa. para votar em favor da prorrogação da CMPF. 46387

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Destaque para os leilões ocorridos no País: o leilão de rodovias federais; o da área de petróleo e gás; e o leilão da Usina de Santo Antonio, no rio Madeira. 46411

2.2.8 – Ofício

Nº 132/2007, de 20 do corrente, do Vice-Líder do Democratas, de indicação do Senador Eliseu Rezende para ocupar vaga de suplente na Comissão Representativa do Congresso Nacional. **Aprovado. Designação do Senador Eliseu Rezende para compor a Comissão Representativa do Congresso Nacional, como suplente.** 46414

2.3 – ORDEM DO DIA

Item extrapauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 1.470, de 2007, aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que inscreve o nome de João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata no Livro dos Heróis da Pátria. **Aprovado, após Parecer nº 1.312/07–PLEN.** À Comissão Diretora para redação final. 46415

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2007 (**Parecer n 1.313, de 2007–CDIR**). **Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 46415

Item 13

Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.255, de 2007), do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2006 (nº 5.450/2005, na Casa de origem), que inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI. **Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, a matéria é dada como definitivamente aprovada, nos termos do disposto no art. 324 do Regimento Interno.** À sanção. 46415

2.3.1 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.483, de 2007, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 46416

2.3.2 – Ordem do Dia (continuação)

Item 37

Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2007 (nº 2.133/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino

Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, celebrado em Londres, em 7 de abril de 2005. **Aprovado.**

À promulgação..... 46416

Item 38

Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2007 (nº 1.900/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio para a Criação do Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e no Caribe – CREFAL, celebrado na cidade do México, em 19 de outubro de 1990. **Aprovado.** À promulgação..... 46417

Item 39

Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2007 (nº 1.914/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003. **Aprovado.** À promulgação. 46417

Item 40

Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2007 (nº 1.939/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aquicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003. **Aprovado.** À promulgação..... 46418

Item 41

Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2007 (nº 1.940/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado na Cidade do Kuaite em 23 de fevereiro de 2005. **Aprovado.** À promulgação. 46419

Item 44

Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2007 (nº 2.135/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas, adotadas em 18 de maio de 1998, à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979. **Aprovado.** À promulgação..... 46419

Item 45

Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2006 (nº 2.136/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Brasília, em 22 de novembro de 2004. **Aprovado.** À promulgação..... 46420

Item extrapauta

Requerimento nº 1.469, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2002, por tratarem de matérias distintas. **Aprovado.** 46421

Item extrapauta

Requerimento nº 1.362, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que solicita que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. **Aprovado.** 46421

Item extrapauta

Requerimento nº 1.407, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 114, de 2004; 283, 429 e 533, de 2007, por regularem a mesma matéria. **Aprovado.** 46421

Item extrapauta

Requerimento nº 1.408, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Aprovado.** 46421

Item extrapauta

Requerimento nº 1.410, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicita que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Aprovado.** 46421

Item extrapauta

Requerimento nº 1.409, de 2007, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2006, de sua autoria. **Aprovado.** 46422

Item extrapauta

Requerimento nº 1.411, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 491 e 560, de 2007, por regularem a mesma matéria. **Aprovado.** 46422

Item extrapauta

Requerimento nº 1.422, de 2007, de autoria do Senador Gim Argello, que solicita que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. **Aprovado.** 46422

Item extrapauta

Requerimento nº 1.431, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2007, de sua autoria. **Aprovado.** 46422

Item extrapauta

Requerimento nº 1.459, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que solicita, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12 do RISF, que o projeto de lei do Senado nº 358, de 2007, seja submetido ao exame prévio da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da Comissão constante no despacho inicial. **Apro-**

46422

vado.
São os seguintes os itens transferidos para a próxima sessão deliberativa ordinária:

Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

46423

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

46423

Item 3 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

46423

Item 4 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

46423

Item 5 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

46423

Item 6 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

46424

Item 7 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

46424

Item 8 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

46424

Item 9

Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.259, de 2007), das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2005 (nº 62/2003, na Casa de origem), que acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (torna nula a inclusão automática de consumidor como sócio de sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação).

46424

Item 10

Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.257, de 2007), do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005 (nº 433/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

46424

Item 11

Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.258, de 2007), ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2006 (nº 162/2003, na Casa de origem), que acrescenta § 2º ao art. 445 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses.

46424

Item 12

Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.256, de 2007), da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2006 (nº 832/2003, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar

que parcela dos recursos alocados em ações de qualificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, seja destinada à população afrodescendente..... 46424

Item 14

Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.260, de 2007), do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004 (nº 5.506/2005, na Câmara dos Deputados), que acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes..... 46425

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família..... 46425

Item 16

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2005 (nº 3.615/2004, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para limitar o alcance do duplo grau de jurisdição..... 46425

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas). 46425

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências..... 46425

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo..... 46425

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).. 46425

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão

nominal da rede de distribuição, e dá outras providências. 46425

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determinando que as Prefeituras Municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados..... 46425

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). 46426

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ... 46426

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas. 46426

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do **caput** do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)..... 46426

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). 46426

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do **caput** do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)..... 46426

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo tra-

balhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)..... 46426

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. 46426

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. 46426

Item 32

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários..... 46427

Item 33

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)..... 46427

Item 34

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos..... 46427

Item 35

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro..... 46427

Item 36

Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2007 (nº 1.838/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo, celebrado em 26 de setembro de 2003, em Havana..... 46427

Item 42

Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2007 (nº 1.978/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005..... 46427

Item 43

Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2007 (nº 2.074/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Transferência de Pessoas

Condenadas, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005..... 46427

Item 46

Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2007 (nº 2.137/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradicação, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005..... 46427

Item 47

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que dispõe sobre a realização de plebiscitos para a criação do Estado do Carajás, nos termos do art. 49, inciso XV, da Constituição Federal..... 46428

Item 48 – (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral..... 46428

Item 49 – (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências. 46428

Item 50 – (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências..... 46428

Item 51

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. 46428

Item 52 – (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de quali-

dade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. 46429

Item 53 – (Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 40, de 2007)

Projeto de Resolução nº 37, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre o afastamento preventivo do Senador ocupante do cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e Presidente de Comissão em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato..... 46429

Item 54 – (Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 37, de 2007)

Projeto de Resolução nº 40, de 2007, de autoria do Senador João Durval, que altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), dispondo sobre hipóteses de impedimento e afastamento de Senador. Prejudicado, em virtude da aprovação do Projeto de Resolução nº 37, de 2007, que tramita em conjunto..... 46429

Item 55

Projeto de Resolução nº 65, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 952, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a União a aceitar dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele País..... 46429

Item 56

Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País. 46429

Item 57

Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. 46430

Item 58

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. 46430

2.3.3 – Leitura de parecer

Nº 1.314, de 2007, da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos Quadros de Química, o piso salarial mínimo. 46430

2.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *GILVAM BORGES* – Apelo em favor de uma ampla e urgente reforma tributária e pela reforma política para o País. Anúncio de liberação de verbas para o Estado e municípios do Amapá. 46430

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Voto de pesar pelo falecimento da Sra. Neuza Vieira Nina. Cumprimentos à Deputada Rebecca Garcia pela publicação da cartilha a respeito da Lei Maria da Penha. Registro da notícia da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, que aplicará R\$121,9 milhões em educação básica e profissional no Estado. Registro da alta no faturamento do Pólo Industrial de Manaus. Referência à nota explicativa das razões do custo do *set top Box* – a caixinha conversora de televisão analógica em televisão digital. Reflexões sobre a classificação atribuída pelo Banco Mundial de que o Brasil seria a 6ª economia do mundo. Considerações sobre a CPMF. 46434

2.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro do editorial intitulado “Inércia estatística”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 29 de novembro último. Registro do editorial intitulado “Um plano B previsível”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 2 do corrente mês. Registro da matéria intitulada “Vou ter de me concentrar na busca de recursos”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 do corrente. Registro da matéria intitulada “O ‘não’ ao terceiro mandato”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 4 do corrente mês. Registro da matéria intitulada “Sem ajuda, RS chega ao fundo do poço”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 do corrente mês. Registro da matéria intitulada “Economista vê expansão dos gastos públicos”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 9 do corrente mês..... 46442

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Registro da matéria intitulada “Professor relata censura na TV pública”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 12 do corrente mês. Registro do editorial intitulado “A derrota de Chávez”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 4 do corrente mês..... 46449

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro da matéria intitulada “Escassez de energia”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 13 do corrente mês. Registro da matéria intitulada “5 formas de eliminar a CPMF”, publicada na revista **Veja**, edição de 14 de novembro último. Registro da matéria intitulada “Conexões na linha”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 14 de novembro último. 46450

SENADOR *GERSON CAMATA* – Retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos no ano de 2007. 46455

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 20-12-2007

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 240ª Sessão Especial, em 20 de dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho e Marco Maciel.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 25 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o centenário de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer Soares Filho, homenagem requerida pelos Senadores Inácio Arruda, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti e outros.

Agradeço ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, a presença nesta sessão.

A Presidência comunica ainda ao Plenário que, pela primeira vez, haverá a participação ao vivo do homenageado, arquiteto Oscar Niemeyer, por meio de videoconferência, já instalada – ele já está participando.

Além da presença, por videoconferência, do homenageado, convido o Sr. Carlos Oscar Niemeyer Magalhães, neto do homenageado, para compor a Mesa. (Palmas.)

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro, que será cantado pela Srª Shirley Santos Silva.

(Procede-se à execução do Hino Nacional Brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Convido para compor a Mesa a Srª Edenize Sousa, gerente do Espaço Oscar Niemeyer e representante da Fundação Oscar Niemeyer.

Agora, ouviremos a ária “Cantilena” das Bachianas Brasileiras nº 55, que é a preferida do nosso homenageado, ou uma delas.

(Procede-se à apresentação musical.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Inácio Arruda, subscritor do requerimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho; Exmº

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia; Ilmº Carlos Oscar Niemeyer Magalhães, neto do nosso querido homenageado; Ilmª Srª Edenize Sousa, gerente do Espaço Cultural Oscar Niemeyer e representante da Fundação Oscar Niemeyer; Sr. Igor Campos, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil; Sr. Gibson Paranhos, Vice-Presidente da Regional Centro-Oeste do Instituto dos Arquitetos do Brasil; Srª Elza Bastos, Presidente do Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal; Sr. Paulo Henrique Paranhos, Presidente da Bienal de Arquitetura de Brasília; Exmºs Srªs e Srs. Embaixadores e demais representantes do corpo diplomático, Exmºs Srªs e Srs. Deputados Federais, Exmºs Srªs e Srs. Senadores, quero me dirigir ao nosso homenageado, uma das mais ilustres personalidades da vida política brasileira, um gigante do século XX que adentra o século XXI. Para que essa homenagem pudesse ter a participação direta do nosso homenageado, nós tivemos que nos socorrer do nosso Interlegis, uma instituição do Senado Federal que tem dado grande contribuição aos trabalhos desta Casa. Quero agradecer a todos os seus funcionários, que permitiram que nós pudéssemos, neste momento, interagir com Oscar Niemeyer. Agradeço a todos os seus servidores e funcionários em nome do Sr. Márcio Sampaio Leão Marques, Diretor da Secretaria Especial de Programas do Interlegis.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é um momento desses, auspiciosos, da vida do nosso povo, do povo brasileiro. Nós vamos encerrar os trabalhos quase que em conjunto.

Eu pediria ao Senador Garibaldi Alves Filho e ao Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, que, em conjunto, transformassem a sessão solene do Senado em uma sessão solene do Congresso Nacional, para que as duas Casas pudessem se pronunciar. Porque temos, inclusive, Deputados Federais aqui presentes. É uma solicitação a V. Exª para que faça essa transformação imediata, a requerimento, tenho certeza, subscrito por todos os Senadores e Deputados aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª será atendido neste momento, de acordo com o Regimento, porque na verdade o homenageado

merece receber esta homenagem de todo o Congresso Nacional. E o Deputado Arlindo Chinaglia vai dizer aqui do seu justo orgulho de também poder integrar a Câmara dos Deputados a esta homenagem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

Srs. Presidentes, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos no espaço de Niemeyer; aqui é o espaço de Niemeyer. O Congresso Nacional é uma das suas grandes obras.

Estamos dentro do espaço de Niemeyer e a um passo da Praça dos Três Poderes, que também é um espaço de Niemeyer, e de tantos arquitetos sob o seu comando, sob a sua orientação, ou em um coletivo, para fazer mais uma homenagem a um homem que na vida inteira reafirmou os seus ideais socialistas e comunistas. Nesse espaço coletivo, ele buscou produzir a sua arte, colocando-a a serviço do povo brasileiro e de várias nações no mundo.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados e familiares que aqui comparecem em honra ao nosso querido camarada Oscar Niemeyer, arquiteto das formas esplêndidas e do sonho socialista, referência viva da luta por um mundo melhor, mais justo, mais rico – isso mesmo, mais rico –, mais generoso e sobretudo mais humano. Esse é o mundo de Niemeyer.

Esta sessão solene que o Congresso Nacional realiza hoje presta uma justa, fraterna e singela homenagem, meu caro Oscar Neto, ao transcurso do centenário de nascimento do arquiteto e humanista Oscar Niemeyer.

Artista universal, Niemeyer é reconhecido e admirado em todo o mundo. Sua obra é profundamente marcada pela brasilidade. Seu traço é de ousadia. Ousadia na busca da simplicidade e do novo que molda o concreto e o transforma em suave beleza, como uma bachiana, digamos assim.

Oscar carrega consigo a fibra e a garra de um sertanejo e a leveza e maestria de um valente jangadeiro, singrando os mares do nosso País. Suas obras geniais encontram-se espalhadas em vários continentes, oito países, 39 cidades brasileiras. Trabalhou e trabalha, incansavelmente, quase todos os dias de sua vida. Em um século de existência, desenhou, riscou, rabiscou uma infinidade de projetos que se transformaram em obras magistrais que nos causam deslumbramento.

Emprestou seu talento para as causas populares, projetando vários monumentos em homenagem aos movimentos sociais. Podemos aqui citar alguns que estão sempre à nossa vista, especialmente quando percorremos o nosso País, como o Memorial da América Latina – lá está a mão estendida do povo latino –; o Tortura Nunca Mais, para que nunca mais se perse-

guisse o povo pelos seus ideais; o túmulo do brasileiro Carlos Marighela; o Memorial dos Operários, lá em Volta Redonda; o monumento aos sem-terra assassinados em Eldorado dos Carajás; o monumento erigido em Crateús, lá no sertão do Estado do Ceará, em homenagem à epopéia da Coluna – antes era conhecida como Coluna Invicta e só depois recebeu o nome de Coluna Prestes –, que percorreu o País inteiro para conhecê-lo. A Coluna era uma coluna de progresso, de desenvolvimento, de gente brava, que percorria o Brasil para poder entendê-lo melhor e desenhar um projeto de Nação.

Homenagem, portanto, a essa epopéia da Coluna e que em seguida chama-se Prestes. E, mais recentemente, o projeto da nova sede da gloriosa União Nacional dos Estudantes, lá na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro; e o Memorial dos Povos do Araguaia, em homenagem em memória à Guerrilha do Araguaia.

Oscar Niemeyer é um militante incansável das nobres causas do povo brasileiro. Entre as suas muitas qualidades, a que mais se destaca é o seu elevado comprometimento humano. Seu espírito fraterno, solidário e amigo é sintetizado por uma frase do poeta Vinícius de Moraes: “Amigo? Amigo é Pixinguinha e Oscar Niemeyer”.

Podemos afirmar, com certeza, que Niemeyer, juntamente com outros gigantes como Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Barbosa Lima Sobrinho, Raymundo Faoro, Antônio Cândido, Florestan Fernandes, que esteve nesta Casa conosco, e tantos outros grandes nomes do pensamento brasileiro nos brindaram com uma preciosa e indispensável contribuição ao entendimento de nosso País, buscando alternativas para a construção de uma Nação forte, próspera e soberana.

Homem de forte convicção política e ideológica, Niemeyer nutriu forte amizade com o Cavaleiro da Esperança, Senador da República, Luís Carlos Prestes, a quem chegou a ceder seu escritório para que servisse de sede do comitê do Partido Comunista. Com simplicidade, solidariedade e firmeza, disse ele a Prestes: “Fica com esta casa. O seu trabalho é muito mais importante que o meu”. Assim é Oscar Niemeyer.

Em recente nota divulgada por ocasião do centenário de seu nascimento, o Presidente Nacional do PCdoB, Renato Rabelo, ressaltou o papel destacado de Oscar Niemeyer: “O Partido Comunista do Brasil destaca, entre tantos méritos de um dos arquitetos mais influentes do mundo, o fato de que sua obra tem projetado o Brasil de forma marcante. Um país se torna forte com a riqueza produzida pelo seu povo, mas também pela contribuição indelével de seus talentos, como o de Oscar Niemeyer. Por outro lado, devemos ressaltar sua coerência e o

compromisso com o povo, com os oprimidos e com a causa do comunismo e da liberdade”.

Niemeyer, dentre as suas inúmeras entrevistas, afirmou recentemente ao jornal britânico *The Times* que simplesmente não consegue recusar um novo projeto. Sem titubear, assegurou na entrevista: “O que me faz levantar todas as manhãs é o mesmo de sempre: a luta, a vontade de trabalhar, o comunismo puro e simples”. Assim respondeu Niemeyer.

Permitam-me aqui rememorar um episódio contado pelo escritor Fernando Morais, em livro sobre a biografia do Marechal Montenegro, um cearense visionário que, em 1950, criou o CTA (Centro Tecnológico Aeroespacial) e o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica). Segundo Fernando Morais, Montenegro e Eduardo Gomes tinham concepções diferentes do que deveria ser o ITA. Eduardo Gomes defendia um centro de engenharia aeronáutica para apoio tecnológico à FAB. Já Montenegro pensava mais alto: sonhava: com uma instituição que produzisse conhecimento tecnológico para toda a sociedade como um todo, nos moldes do MIT, nos Estados Unidos.

O Marechal Montenegro fez um concurso para a construção do Centro Tecnológico de Engenharia Aeronáutica, e o projeto vitorioso foi o de Oscar Niemeyer. Ele recebeu a notícia em Nova York, onde se encontrava com grandes arquitetos, entre eles Le Corbusier, que tinha uma forte ligação com Niemeyer. O projeto era o de Niemeyer! Então, encheu-se de felicidade. Mas, em seguida, recebeu uma segunda notícia de que seu projeto havia sido vetado, porque o Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, chegou à seguinte conclusão: “O projeto não pode ser de um comunista, porque vai influenciar os oficiais, os pesquisadores e os cientistas que se formarão no ITA. Será uma influência comunista.”

Mas o Marechal Montenegro insistiu tanto que chamou Niemeyer: “Venha ao Brasil, em São José dos Campos, Niemeyer. Você topa alterar esse projeto, colocando-o no nome de dois colegas seus para que ele possa ser aprovado e o contrato ser firmado com a Aeronáutica e o Governo?” Oscar Niemeyer disse: “Não tem problema”. Chamou dois colegas, eles assinaram o projeto, fizeram o contrato, e Niemeyer foi lá para dentro da obra. Tudo o que precisou ser alterado, modificado, foi alterado e modificado. Até os móveis daquele complexo de educação superior, ligado ao mesmo tempo a civis e militares, que é o CTA, foram construídos como mais uma dessas obras de Niemeyer, entre tantas outras que tiveram o seu traço, embora ele não aparecesse.

Podemos citar a própria Organização das Nações Unidas. Lá está o traçado de Niemeyer, embora, no final,

o nome de Niemeyer não esteja ali, numa placa. Mas assim era Niemeyer. O mais importante para ele era que construíssemos aquele centro com o projeto vitorioso.

Temos, portanto, Sr. Presidente, inúmeras razões para externar nossa homenagem. Bastaria esse gesto – houve tantos outros –, para que nós pudéssemos olhar e dizer que esse gigante do povo brasileiro merece a nossa homenagem, pela sua forma de agir, pela sua simplicidade.

Quantas vezes inúmeros movimentos sociais chegaram a Niemeyer e disseram: “Niemeyer, precisamos que o senhor faça aqui um projeto nosso”. E ele nunca se recusou: “Vou fazer. Como é que você quer? Como é que você está pensando?” E ali ele puxava um traço, um risco e desenvolvia um projeto. Nunca se recusou a dar o seu apoio às causas justas do povo brasileiro.

Não há um momento da vida política brasileira em que a causa progressista, a causa avançada do povo tenha sido colocada em xeque, e Niemeyer não se tenha pronunciado, não tenha dado sua opinião.

Em todos os instantes da vida política brasileira, do século XX aos dias de hoje, Niemeyer está presente, com a sua força, com a sua energia, que vai encantando o povo brasileiro, dando um selo forte às causas que tem abraçado.

Recentemente, em visita a Oscar Niemeyer, ele se referia a essa situação peculiar em que vive o mundo. O Brasil e a América Latina, um momento auspicioso de governos mais avançados e progressistas, que não são comunistas ou socialistas, mas progressistas, avançados, ligados ao povo brasileiro, mais próximo da gente brasileira. Ele se referia também ao Presidente Lula e dizia que ele não é socialista, é um operário, um homem simples do povo, que ajuda a construir a Nação brasileira. Isso é bom, isso é bom para o Brasil, assim como é bom haver governos avançados e progressistas na Venezuela, na Bolívia, no Equador, na Argentina, no Chile, no Uruguai, pois representa o povo buscando tomar conta dos seus países, dando mais opinião, não se submetendo aos ditames das regras externas para conduzir a vida, a economia, a política, as relações sociais, a sua cultura. E isso enaltece a cultura popular.

São essas razões, Srs. Presidentes, que exigiram de nós a responsabilidade, por iniciativa, no Senado, minha, da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Aloizio Mercadante, mas subscrita por todos os Srs. Senadores. Nós tínhamos a obrigação, diante dessas razões, de externar nossa homenagem a esse querido camarada, um irmão de luta e de fé na caminhada que a humanidade empreende, na dura e longa marcha pela construção do socialismo.

Não se trata de uma lenda, mas de uma vida, uma grande vida, uma vida extraordinária do povo brasileiro, a vida de Oscar Niemeyer, bravo Oscar Niemeyer. Viva Oscar Niemeyer e viva o povo brasileiro!

Parabéns, camarada forte do nosso povo! Um abraço. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, teremos certamente o maior momento desta solenidade, quando, por meio de uma videoconferência, ouviremos a palavra do grande Oscar Niemeyer. É um privilégio do Senado e da Câmara dos Deputados, é um privilégio do Congresso Nacional poder homenagear esse verdadeiro gênio da arquitetura brasileira e mundial.

Passamos, então, à videoconferência.

O SR. OSCAR NIEMEYER – É difícil para mim, de improviso, responder a essa homenagem tão exagerada, tão amiga que vocês estão fazendo. Afinal, sou um ser humano como outro qualquer, sem a menor importância, que olha para o céu e sabe como somos pequeninos neste mundo difícil de viver. Mas agrada-me sentir que eu tenho procurado manter o meu caminho no sentido de um mundo melhor, todos de mãos dadas, que a gente tenha uma vida mais fraternal, que as pessoas se olhem sem procurar defeitos, achando que cada um tem uma qualidade. O Lênin já dizia que 10% de qualidade era o suficiente. De modo que o queremos, nós comunistas, é tão pouco: é uma vida simples, todos iguais, solidários. De modo que é nesse sentido que, com o passar dos anos, me sinto tranqüilo comigo mesmo. Lembro que sempre gostei de me examinar um pouco; gostava da solidão, de ficar sozinho, pensar nas coisas, tentar melhorar um pouco. E isso sempre me levou para o caminho certo: saber que o importante é a vida, não a arquitetura.

Quando aqui um jornalista veio me procurar, ele me pediu para falar dos projetos. Não falo não. Para sentir o meu ponto de vista, quando vejo um grupo de jovens na rua, protestando, o trabalho deles é mais importante que o meu.

Arquitetura eu faço, faço com desembaraço; nasci para ficar em cima da tábua, na mesa de desenho; produzo uma arquitetura diferente, não tem surpresa. Enfim, estou tranqüilo no caminho da minha arquitetura, não tenho problemas e é um momento de prazer em que me distraio fazendo o meu trabalho.

Mas o importante para mim é isto: é o contato, é procurar a juventude, o momento em que a gente precisa ajudar os mais jovens. Eles chegam com histórias, eles precisam ver que eles não vêem nada. Eles saem da escola como homens especialistas. Só sabem assuntos da profissão. Isso é que a gente tem

de combater. Têm de sair sabendo que vai participar de um mundo injusto, que têm de colaborar. De modo que o mundo é cheio dessas coisas, e a gente precisa levar em conta, e a juventude é preciso ser cuidada com mais atenção, sabendo o mundo que espera e pronta a colaborar, porque a vida é só um minuto, pelo menos, que ela seja produzida num clima de fraternidade e boa vontade, as pessoas com a vontade de ajudar as outras. Isso é que é importante.

Enfim, eu faço a minha arquitetura com muito prazer. Não tem nada de especial. Procuro dar uma forma diferente, dar forma mais livre. Gosto de desenhar. Eu sou um arquiteto, um desenhista e nada mais. É esse o papel da minha vida. Vou deixar minha historinha e, como todas as outras, vai desaparecer também. É isso. Eu sou realista. Não estou no caminho do Schopenhauer, com o... Estou no caminho de um mundo melhor, de um mundo de paz, de um mundo, enfim, que a gente espera: todos de mãos dadas, vivendo fraternalmente neste curto período que o destino nos oferece.

Acho que o importante é a gente olhar, sentir que é pequeno, que tem que ser solidário. Um dia um jornalista me perguntou: “Oscar, qual é a palavra que você quer eterna?” Eu disse: “É solidariedade; é isso que eu quero”. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esta Presidência esclarece que foi o próprio Oscar Niemeyer que pediu para falar neste momento.

Peço desculpas pelo lapso da Presidência e quero convidar o Senador Marco Maciel, Presidente da Fundação Oscar Niemeyer, a integrar a Mesa. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA – Exm^o Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves; prezado e grande Oscar Niemeyer; quero cumprimentar o Senador Inácio Arruda e agradecer a S. Ex^a e ao Presidente Garibaldi Alves pelo gesto de generosidade ao propor e concordar que esta sessão, inicialmente do Senado Federal, se transformasse numa sessão do Congresso Nacional. Cumprimento o Sr. Carlos Oscar Niemeyer Magalhães, neto do homenageado; a Sr^a Edenize Sousa, que aqui representa a Fundação Oscar Niemeyer; o Senador Marco Maciel, Presidente do Instituto; todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas e demais autoridades presentes.

Determinadas homenagens como esta que prestamos ao gênio da Arquitetura, ao militante político, a um exemplo de determinação e convicção que é o arquiteto Oscar Niemeyer engrandecem quem homenageia, exatamente porque o fazemos com a segurança

de que estamos fazendo o justo, o necessário. E mais do que isso, nós temos a absoluta certeza de que nós estamos fazendo o insuficiente.

Oscar Niemeyer nos honra como brasileiro e impressiona o mundo por uma trajetória que vai além do traço, vai além da arquitetura, vai além da escultura, mas chega – como ele próprio o disse – naquilo que é o mais nobre dos sentimentos humanos, que é a solidariedade. E são mais solidários aqueles que têm maior sensibilidade. No caso do grande brasileiro Oscar Niemeyer, ele é tão mais solidário exatamente pela grandeza que tem em sua genialidade, em seu intelecto e em seu coração.

Não há como dissociar a sua obra da vida política nacional, como bem o disse o Senador Inácio Arruda. Oscar Niemeyer foi praticamente expulso da Universidade de Brasília. Vejam que ironia: ele, que, junto com Lúcio Costa e toda uma equipe de trabalho que também homenageamos, construiu os mais belos monumentos desta cidade. E, como também disse aqui o Senador Inácio Arruda, Oscar Niemeyer, em reiteradas entrevistas e até em um diálogo pessoal que eu tive a honra de ter quando o visitei recentemente em seu escritório, tem afirmado que seu monumento preferido é o Congresso Nacional.

O Congresso Nacional são casas plurais, são casas democráticas. Então, eu diria que a nossa identidade com Oscar Niemeyer, e principalmente de Oscar Niemeyer com o Congresso Nacional, vai além da arquitetura, sem minimizar o feito, para dizer que chega à política e à radicalidade democrática, exatamente aquilo que mais traduz, na prática, a solidariedade. Por isso eu disse anteriormente que o Congresso Nacional cresce com esta homenagem, porque o mundo reverencia Oscar Niemeyer.

O mesmo Oscar Niemeyer que saiu da UnB foi aquele que, parece-me, no ano de 1970, se afastou da Academia de Artes e Letras norte-americana por protestar contra a guerra do Vietnã. É o mesmo Oscar Niemeyer que teve de sair do Brasil e foi recebido de braços abertos pela França, que, por um decreto presidencial, o autorizou a trabalhar como se arquiteto francês fosse. Nós podemos achar que isso seria o óbvio – e de fato era –, mas não era tão óbvio no Brasil, porque a ida de Oscar Niemeyer para a França, lamentavelmente, serviu como corolário a uma tese absolutamente infame, mas que à época vicejou, que foi a seguinte: lugar de arquiteto comunista é em Moscou.

Mas faz parte da história do Brasil. E é por isso que fazemos questão de registrar, a exemplo do que fez agora o nosso querido Oscar Niemeyer, que se dirige à juventude, que a juventude tem de

aprender com a nossa história, da mesma maneira que aprende com o gênio de Oscar Niemeyer.

Portanto, agradeço, mais uma vez, a decisão do Presidente do Senado, agradecendo ao Senador Inácio Arruda, que nos permite, de maneira, digamos, singela, também manifestar a nossa homenagem.

Quero informar que fizemos na Câmara dos Deputados um ano de homenagem do centenário de Oscar Niemeyer, que culminou com uma placa em sua homenagem praticamente na divisa entre a Câmara e o Senado, exatamente pelo respeito, pela admiração e pelo carinho de que o Congresso Nacional, a partir desta iniciativa do Senado, é porta-voz neste momento, seguramente, do povo e da sociedade brasileira.

Um abraço, saúde a Oscar Niemeyer! Parabéns ao Congresso, especialmente ao Senado Federal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lembro ao arquiteto Oscar Niemeyer, mas acredito seja desnecessário, que, se ele desejar, poderá voltar a participar dos trabalhos desta sessão, graças a esse feito do Interlegis, do Senado Federal. Agradeço, neste instante, a todos os que colaboraram para esse trabalho, por intermédio do seu Diretor, Márcio Sampaio Leão Marques.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, subscritora dos requerimentos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves; de forma muito carinhosa, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia; o Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e do Instituto Oscar Niemeyer; a Dr^a Edenize Sousa, que preside a Fundação Oscar Niemeyer; o neto do nosso querido arquiteto, Sr. Carlos Oscar; os Senadores Inácio Arruda e Aloizio Mercadante, com quem fizemos esse requerimento; demais Parlamentares; autoridades e embaixadores presentes.

Mas quem eu quero cumprimentar mesmo, porque a teleconferência permite isto, é você, Oscar Niemeyer, arquiteto de dois séculos. Você arquitetou esses dois séculos no País.

Você já disse que: “A data não é importante. A idade não é importante. O tempo não é importante. A arquitetura não é importante. O que nós criamos não é importante. Somos muito insignificantes, o que importa é ser tranqüilo e otimista”. Tranqüilo você é indiscutivelmente ao longo desses 100 anos e otimista, não tenho dúvida, porque só uma pessoa otimista mantém, ao longo de 100 anos, essa confiança no povo, na justiça, na liberdade, na fraternidade, de que o mundo pode

e deve ser melhor, cada vez melhor, e cada um tem obrigação de contribuir para que isso aconteça.

Por isso, não tem jeito, você pode dizer que não é importante, mas, pedindo perdão, quero dizer que você, nosso arquiteto, ao comemorar 100 anos no dia 15 de dezembro, não temos como não considerar essa idade e essa data importante e fundamental. No seu caso, Oscar Niemeyer, não dá para falar de insignificância.

É inadmissível para nós considerar o que você representa, o que você fez, o que você simboliza com insignificância, até porque você passou pela efervescência do entre guerras; você passou por momentos difíceis durante a ditadura no nosso País; você participou ativamente da reconstrução democrática no nosso País; você teve posicionamento e ação política internacional em momentos muito difíceis do nosso planeta; você ajudou a construir Brasília, que orgulha tanto o nosso País, e você continua a edificá-la. Você é esse arquiteto de dois séculos. Você chega ao Século XXI, para fazer inveja a muito arquiteto, a muito militante do movimento político, produzindo como poucos. Por isso, mais do que o nosso arquiteto mais famoso, mais importante, para nós brasileiros, você é um homem com uma postura crítica, uma consciência social e política rara.

É muito conhecida, muito famosa a sua frase: “Jamais fui hostil a movimentos de protesto, inclusive dos países socialistas. É necessário protestar contra a miséria, as injustiças, as desigualdades. Toda palavra dita com coragem só pode merecer a minha estima.”

Portanto, Oscar, o seu compromisso com os movimentos sociais, com as lutas dos oprimidos, dos discriminados, é inquestionável. Comunista convicto, a sua luta pela democracia é marcante. Eu só tive a oportunidade de conhecê-lo neste ano, na estréia do show do Chico Buarque de Hollanda, num momento para mim de muita, muita emoção, porque eu estava convivendo com pessoas que são ícones, como a Fernanda Montenegro, a Marília Pêra, a Marieta Severo. Você estava recém-casado, amor novo. E eu quero chegar – não vou dizer aos 100 anos, em hipótese alguma – aos 60 anos com um amor novo, porque uma pessoa que tem capacidade de produzir e amar permanentemente merece de todos nós respeito, carinho e admiração.

Então, eu o conheci em janeiro deste ano no show de estréia de Chico Buarque. Eu quero terminar as minhas palavras lembrando como o Chico Buarque se referencia em você. Ele conta sempre essa história. Ele diz que havia um projeto de uma casa para a família de Chico Buarque que você tinha feito e que nunca foi construída, e todos se referiam a ela como a casa do

Oscar. Chico Buarque fazia Arquitetura e desistiu para se dedicar à Música. Então, ele deixou de ser aprendiz do Oscar para ser aprendiz do Tom Jobim. Chico Buarque sempre declara: “Quando a minha música sai boa, penso que parece música do Tom. Mas música do Tom, na minha cabeça, é casa do Oscar”.

Portanto, Oscar Niemeyer, você é a referência, a referência maior da perfeição.

O poeta Ferreira Gullar o homenageia – para homenagear um artista, só outro artista – num poema muito lindo, que termina da seguinte forma: “Oscar nos ensina que a beleza é leve”.

A beleza é leve. Você é leve, Oscar Niemeyer. Você nos levita. Você nos faz colocar tudo que é importante, imprescindível, num patamar de importância e de responsabilidade.

Por isso, da mesma forma como, muito emocionada, eu o beijei em janeiro deste ano no Canecão, quando você estava acompanhado do seu novo amor, agora, também muito emocionada, como não posso beijá-lo por teleconferência, peço-lhe que receba no seu coração o beijo de toda a Nação brasileira, que o respeita, que o ama, que o admira, com a significância e a importância que você conseguiu conquistar nesses cem anos de vida. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Presidente Garibaldi Alves Filho; caro amigo e companheiro Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; caro Senador Marco Maciel, Presidente da Fundação Oscar Niemeyer; caro Senador Inácio Arruda, que cumprimento pela proposição desta sessão tão especial; Sr. Carlos Oscar Niemeyer Magalhães, neto de Oscar Niemeyer; Sr^a Edenize Sousa, gerente do Espaço Oscar Niemeyer; meus colegas Senadoras e Senadores; amigos de Oscar Niemeyer; Senadora Ideli Salvatti, cumprimento V. Ex^a e o Senador Aloizio Mercadante pela iniciativa da homenagem ao amigo de todos nós brasileiros, Oscar Niemeyer, que tem um pouquinho mais de idade do que a minha mãe, Filomena Matarazzo Suplicy, que tem 99 anos. Fico admirado de vê-lo, caro Oscar Niemeyer. Visitei-o no primeiro semestre deste ano, juntamente com a Mônica Dalari, quando tivemos um diálogo precioso de aprendizado sobre a vida. Tínhamos visto o filme Oscar Niemeyer, sobre seus 100 anos de obras e fizemos questão, antes de visitá-lo em seu apartamento, de apreciar algumas das suas principais obras.

Visitamos as obras de Niterói – coisas tão belas; todos os dias em que entro neste Senado maravilhoso, fico apreciando a qualidade formidável de seu desenho

e, sobretudo, o sentido maior de sua vida, que ensina, a cada dia, a todos nós brasileiros e à humanidade o seu sentido da busca da solidariedade, da justiça.

“Ah, como é mágico ver surgir na folha branca de papel um palácio, um museu, uma bela figura de mulher! Como as desejo e gosto de desenhá-las! Como as sinto nas curvas da minha arquitetura!” Essas suas palavras dizem tanto daquilo que representa todo o seu ensinamento. Assim Niemeyer autodefine a sua arte. A arte de criar, de dar forma ao imaginário, de intervir no meio sem agredi-lo, juntando o concreto à natureza.

Com a junção de linhas curvas e retas, Niemeyer soube criar um estilo próprio de arquitetura, desafiando espaço na amplidão dos vãos livres. Respeitado em todo o mundo pela sua capacidade de superar obstáculos e idéias, e transformar sonhos em matérias, caro Niemeyer, você não é só arquitetura; é também escultor, cenógrafo, escritor.

Comemorar os cem anos de Niemeyer é quase isso, é seguir o seu espírito arrojado, inovador. É comemorar a sensibilidade do artista que soube tão bem captar a beleza das linhas em prol da construção de um mundo mais bonito, quer na matéria, quer no espírito dos homens.

Niemeyer solucionou maestralmente o problema da forma na Arquitetura, um “equivoco ampliado pelo funcionalismo”, segundo o próprio arquiteto. É um problema que o preocupa por toda a vida, e no qual interveio, pela primeira vez, em 1940, quando projetou as obras de Pampulha, em Belo Horizonte.

Oscar Niemeyer provou ser possível atuar na profissão sem se omitir, mantendo-se “politicamente engajado”, conforme aqui enfatizaram Inácio Arruda, Ideli Salvatti e o Presidente Arlindo Chinaglia. Sobre suas idéias políticas, diz sempre ter sido um revoltado, desde criança, quando morava com a família no Bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Criado num ambiente feliz pelos pais e avós, que o prepararam com carinho e conforto para a vida, ele reconhece que foram esses seres tão especiais – como pessoas humanas – os co-responsáveis geneticamente por suas qualidades e defeitos.

Aprendeu desde cedo, e dentro de casa, a não ter dúvidas sobre a posição a tomar, num país onde 75% da população sofre, é explorada e perseguida.

Entrou para o Partido Comunista em 1945 e acolheu alguns de seus líderes, em seu escritório, ao sair da prisão, dizendo a Prestes: “Fica com a casa; seu trabalho é mais importante que o meu.” E desde então nunca mudou de atitude.

Trabalhou demais – e continua trabalhando. Um homem que ficou num canto a desenhar, sem sentir o universo que o cerca em todas as suas grandezas e

mistérios, sem ter tempo de olhar para a própria vida. Mas fez o que pôde fazer e não esqueceu os que sofrem, e com eles ainda caminha solidário.

Quando iniciou a sua vida de arquiteto, em 1936, a arquitetura se fixava com o funcionalismo pontificado, recusando a liberdade de criação e a invenção arquitetural. Impunha-se sistemas construtivos, limitações funcionalistas, que não convenceu o jovem Oscar, que olhava as obras do passado tão cheias de invenção e lirismo. Não podia compreender como a arquitetura contemporânea permanecia fria e repetida, numa época de concreto armado que podia oferecer formas livres e inesperadas.

Para uns, é só a função que conta; para outros, inclui a beleza, a fantasia, a surpresa arquitetural que é para Niemeyer a própria arquitetura. No começo, Niemeyer procurou aceitar tudo isso como uma limitação provisória e necessária, mas depois voltou-se inteiramente contra o funcionalismo, desejoso de ver a arquitetura integrada na técnica que surgia e juntas caminhando pelo campo da beleza e da poesia.

E essa idéia passou a dominá-lo, irreprimível, decorrente talvez de antigas lembranças das igrejas de Minas Gerais, das mulheres belas e sensuais que passam pela vida, das montanhas recortadas esculturais do meu País.

“Oscar, você tem montanhas do Rio dentro dos olhos”, ele ouviu um dia de Le Corbusier. Mas era a forma absoluta que o atraía, pura e delgada, “solta no espaço à procura do espetáculo arquitetural”.

E isso explica sua atuação diante das obras da Pampulha, já tocada por essa vontade imperiosa de contestação e desafio. Pampulha surgiu com formas diferentes, abobadadas variadas, a marquise de curvas da Casa do Baile, que conquistou admiradores e contestadores.

Era o bairro diferente com que JK sonhava, que tanta falta fazia a Belo Horizonte, de formas novas e arquitetura leve.

E a partir da Pampulha, não só o Brasil, mas o mundo se abriu para uma arquitetura nova, de formas mais livres, que nem todos conseguiram acompanhar ou mesmo entender.

Oscar Niemeyer deixa marcas na arquitetura por meio de importantes contribuições, inovações, como:

- as coberturas de formas livres iniciadas na Casa de Baile;
- as fachadas inclinadas da sua residência Prudente de Moraes e a Escola Julia Kubitschek;

- o teto convexo do late Clube do Rio de Janeiro;
- as coberturas em curvas e retas da residência Oswald de Andrade;
- os pilotis em dois “VS” do conjunto JK e, depois, com a arquitetura de Brasília, ainda mais variada e radical.

Essas foram as bases para todo o resto da arquitetura de Niemeyer, que consegue ainda nos surpreender a cada nova obra, a cada criação arquitetural que tanto o ocupou a vida toda, embora estivesse interessado em outros problemas, preocupado com a miséria, muito mais importante, para ele, do que a própria arquitetura.

Foi pensando também naqueles que não têm ainda os direitos plenos à cidadania que Niemeyer se preocupou em fazer o “belo” nas suas obras. Ele queria que todos, sem exceção, pudessem admirar uma bela obra, uma bela paisagem, mesmo que não tivessem dinheiro para entrar nela, possuí-la. Esse prazer visual sem distinção de classe era uma preocupação constante.

“Quando uma forma cria beleza, ela tem uma função e das mais importantes da arquitetura.”

Imprescindível ainda é falar do homem. Todos que o conhecem são unânimes em dizer: “Niemeyer sabe conquistar amigos, mantê-los a seu redor, ajudá-los quando necessário. Os amigos lhe são essenciais. Assim como o cuidado com os amigos, é o tempo. Niemeyer tem sabido esticá-lo. São 79 anos de atividade profissional, desenhando palácios e cadeiras, fábricas e prédios de apartamentos, universidades, sede de escolas de samba, mulheres nuas, igrejas, hospitais, bibliotecas, clubes, museus, pontos de ônibus, ginásios para shows de rodeio, relógios de sol, esculturas e um projeto de cidade para o deserto de Negev, em Israel, além dos Cieps e Ciacs, que precederam os CEUs e que constituem um prolongamento da sua própria idéia, como da de Darcy Ribeiro e de Anísio Teixeira.

Cem anos é muito tempo, mas para Niemeyer ainda é pouco – para ele, que já foi reverenciado por grandes nomes do pensamento, da literatura e da moda no Século XX, desde o francês André Malraux ao português José Saramago e o italiano Giorgio Armani. Prêmios são inúmeros – entre eles, o maior prêmio de arquitetura do planeta, o Pritzker, de 1988.

Ele nasceu em 15 de dezembro de 1907, trabalhando quase todos os dias da sua vida – sábados, domingos e feriados incluídos. Ainda quando menino, desenhava no ar, o dedo indicador riscando a arquitetura das nuvens e do vento, desenhos que transferiu para o papel depois de adulto.

Desde moço, ele assumiu-se comunista, um socializador que quer partilhar seu talento e suas idéias com responsabilidade e preocupação social. Isso está acima das irretocáveis obras que projetou.

Niemeyer poderia ser músico, engenheiro, veterinário, gari, provavelmente em qualquer atividade seria genial. Mas é seu sentimento que o faz tão especial. Ele nunca quis ser grande, no entanto é o maior. Mais importante não é a arquitetura, mas a vida, os amigos e este mundo injusto que devemos modificar. Assim é Oscar Niemeyer, um século de arte, de vida, de sentimento, de solidariedade, de amizade, de busca de justiça e de igualdade social.

Meu caro Oscar Niemeyer, quando estive aí, no primeiro semestre, com a Mônica, pudemos ter uma boa conversa e eu lhe falei da proposição – que já é lei – que institui uma renda básica de cidadania e um fundo Brasil de cidadania, para assegurar a todo e qualquer brasileiro, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica – a todos os 190 milhões de brasileiros que seremos em breve – partilhar da riqueza da Nação como um direito universal. E então você me disse que gostaria até que eu pudesse um dia visitá-lo outra vez, para transmitir aos seus amigos como essa idéia pode efetivamente ser colocada em prática e se tornar uma realidade o quanto antes no Brasil.

Quero dizer que me disponho, quem sabe nos primeiros dias de janeiro, a lhe fazer essa visita, para aprofundar e trocar idéias, inclusive para lhe dizer da minha disposição de, em breve, estar na Assembléia Nacional do Iraque, em Bagdá, para transmitir aos iraquianos como essa proposição poderá ser também um instrumento para a democratização e a pacificação do Iraque.

Assim, prezado Oscar Niemeyer, muito obrigado por ter-nos ensinado tanto, não apenas no âmbito da arquitetura, mas, sobretudo, nos caminhos de solidariedade entre os povos e entre os brasileiros. Que bom que o Presidente Lula, ao longo de seu mandato, tem conseguido diminuir o grau de desigualdade e conseguido diminuir significativamente o número de pessoas que vivem em condição de pobreza absoluta no Brasil. Mas é preciso o seu sopro para que, mais e mais, esses ideais sejam alcançados.

Permita-me ainda, Presidente Garibaldi Alves, no dia em que homenageamos uma pessoa como Oscar Niemeyer, transmitir um apelo, pois acredito que Oscar Niemeyer, como tantos de nós, esteja também preocupado com a vida de Dom Luiz Flávio Cappio, que iniciou uma greve de fome, para que possamos todos debater melhor o que fazer com as águas do rio São Francisco.

Ontem, o Senado Federal aprovou a constituição de uma comissão, proposta pelo Senador José Nery, para que possamos colaborar no entendimento entre o Governo do Presidente Lula e Dom Luiz Flávio Cappio e todos aqueles que tenham um ponto de vista diferente. Que possam as luzes, a vida, a experiência de Oscar Niemeyer serem uma contribuição para que seja salva a vida de Dom Luiz Flávio Cappio, pelo entendimento com o Governo do Presidente Lula.

Parabéns, Oscar Niemeyer!

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Neste momento, o arquiteto Oscar Niemeyer está precisando deixar a sede da Fundação no Rio onde se encontra participando dessa videoconferência. Se o grande mestre quiser ainda dirigir uma palavra, ele sabe que todos nós estamos permanentemente aqui na expectativa de ouvi-lo, mas, se não, queremos agradecer a sua participação nessa videoconferência.

Agradecemos na palavra dos oradores que, até agora, exaltaram a sua grande obra e vamos, ainda, continuar a homenageá-lo nesta sessão, ouvindo a palavra do Senador Marco Maciel.

Senador Marco Maciel, permita-me fazer um registro. Este encontro está sendo transmitido ao vivo pelo sistema de videoconferência do Interlegis e, além da participação do homenageado, está contando também com a participação de assembléias legislativas do nosso País.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal e, por consequência, do Congresso Nacional; Exmº Sr. Senador Inácio Arruda, que, juntamente com a Líder Ideli Salvatti, Senador Aloizio Mercadante e Senador Eduardo Suplicy, requereu fosse prestada esta homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer; prezado amigo Carlos Oscar Niemeyer Magalhães, neto do homenageado, que é uma forma de presença viva de Niemeyer aqui, por intermédio dos mecanismos que os meios eletrônicos hoje propiciam; Srª Edenize Sousa, Gerente do Espaço Oscar Niemeyer, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores;

Durante a Primeira Grande Guerra Mundial, o Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson propôs 14 pontos que poderiam levar ao fim do conflito. O então chanceler da França o interpelou: “Deus se conformou em dar 10 mandamentos e o senhor quer nos trazer aqui 14 pontos”, sinal de que o Presidente teria ido além do que Deus prescrevera.

Eu poderia aplicar isso à vida de Oscar Niemeyer. Como nós poderíamos falar de uma vida tão proba e fecunda quanto a do Oscar Niemeyer em tão pouco tempo? E, por isso mesmo, eu não vou me atrever a fazer uma síntese de alguém que é já passageiro de dois séculos e que tem não somente uma vida caracterizada por uma grande coerência, mas que tem uma contribuição oferecida ao País e ao mundo que o tornou um cidadão do século.

Portanto, falar de Niemeyer é falar de alguém que além de ser – perdoem-me o lugar comum – uma unanimidade nacional, mas é também um cidadão do mundo. Certamente, é o brasileiro, no campo da cultura, da ciência e da arte, mais conhecido e respeitado do Planeta. Não vou tocar aqui todos os pontos dessa múltipla personalidade de Oscar Niemeyer. Vou me ater apenas a quatro, até para que não se alongue a minha manifestação.

Em primeiro lugar, eu lembraria o humanismo. Oscar Niemeyer é um perito em humanidade. A ele se poderá aplicar o que disse Terêncio, o grande poeta latino: “Nada do que é humano lhe é estranho”, porque Niemeyer é mais do que um arquiteto, mais do que um escultor, mais do que um artista, mais do que um poeta. Niemeyer tem uma visão dilatada do mundo e seus problemas, o que se reflete, sobretudo, na preocupação com o social. A palavra-chave dele, aqui já salientada, é “solidariedade”, mais do que associativismo, porque ela ultrapassa o limite da agregação para se converter numa ação concreta em favor dos menos favorecidos. Niemeyer é cidadão com essa percepção do mundo. Parafraseando Carlos Drummond de Andrade, poderíamos dizer que ele “tem duas mãos e o sentimento do mundo”.

Outra característica de Oscar Niemeyer, a arte de criar, no mundo real de hoje, um mundo mais humano.

O segundo ponto, aqui também já aludido, diz respeito ao cuidado à preocupação que Niemeyer sempre expressou pelos jovens: a dileção – a predileção diria até – pelos jovens. Sabemos que o Brasil, não somente é um País jovem, mas um País dos jovens. Pensar o jovem é pensar o futuro; e pensar o futuro é sonhar ser possível converter o Brasil numa grande nação. E daí por que não devemos podemos ter outra conduta que não seja marcada por uma grande provisão de otimismo, o que levou Juscelino Kubitschek, de quem Niemeyer era amigo também, a dizer que, com relação ao Brasil, “o otimista pode errar, mas o pessimista começa errando”.

A atenção de Niemeyer para com os jovens, através do idealismo destes, é construir uma nação que seja parceira dos sonhos de liberdade, solidariedade,

paz, fraternidade e igualdade, enfim, a construção de um futuro que seja realmente expressão daquilo que nosso País deve ser.

O tempo, no campo da cultura, não é o simples perpassar cronológico. O tempo significa conjugar transformação e permanência em sua fecunda interposição entre presente, passado e futuro. O que levou Gilberto Freyre a dizer que o tempo é tríplice. Niemeyer, com acuidade, certa feita observou: “Nossa tarefa... é criar, hoje, o passado do amanhã”. E foi com essa preocupação que Niemeyer, recentemente, revelou o desejo de instituir, na Fundação que ostenta seu nome e tem, como Diretora-Executiva, sua neta Ana Lúcia Niemeyer, uma Escola de Arquitetura e Humanidades. O que ele deseja é não apenas formar técnicos, que são imprescindíveis, mas, muito mais do que isso, ele quer formar cidadãos na múltipla expressão da palavra, ou seja, pessoas atentas ao que o homem necessita: pão, espírito, justiça e liberdade.

O terceiro ponto na vida de Oscar Niemeyer, que tanto admiro há muito tempo e tive a ventura de conhecer nos idos de 1975 e 1976, é sua coerência de vida, essa compatibilidade entre o pensar e o agir. É muito difícil manter essa coerência, mesmo porque o processo vital é de múltiplos desafios. Mas Niemeyer permaneceu sempre fiel a si mesmo, a sua vida é de uma linearidade que ninguém desconhece e por isso é tão estimado e respeitado.

Poderia aplicar, com relação a Niemeyer, uma frase de Tancredo Neves, em carta dirigida ao então candidato a Vice-Presidente José Sarney: “No campo da política, o exemplo é mais importante do que o discurso”. Niemeyer tem vida retilínea, que nos serve de paradigma e faz com que a sociedade o veja como modelo e que os jovens o elejam como ídolo. Daí não podermos deixar de, nesta hora, destacar esse aspecto tão significativo de sua formação, do seu caráter.

O último ponto a que me referirei diz respeito ao fato de ser Niemeyer, mais do que um arquiteto, um escultor, um artista, um poeta, um inventor, enfim, uma pessoa que tem ampla percepção do mundo, capaz de tornar possível o que sonhamos, não somente para o País, mas para a humanidade, nesses atribulados dias em que vivemos. Foi por isso que Niemeyer se tornou uma personalidade acatada em todo o país e igualmente respeitada e querida no exterior. Porque Niemeyer, através do seu traço, foi o inventor de novas formas, descobriu novos caminhos e, por isso, enriqueceu a nossa civilização.

Não por outra razão, ele, recentemente, teve reconhecida por instituições inglesas a sua inscrição como um dos cem gênios do século, em ho-

menagem ao que ele vem fazendo, através da sua arte, para que torne possível converter os sonhos em realidade.

Sabemos que as formas de arte que permanecem na memória dos homens são inventadas. E Niemeyer é uma vida toda marcada por essa característica muito peculiar, de estar, ao mesmo tempo, sendo coerente e inventando novas formas de arte, deslumbrando a todos nós e enriquecendo o mundo da cultura, da ciência e da arte.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho; meu caro Senador Inácio Arruda, um dos autores desta sessão; caro Senador Marco Maciel; Srª Edenize Sousa, gerente do Espaço Cultural Oscar Niemeyer; Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, a homenagem que o Congresso Nacional presta hoje Oscar Niemeyer, no momento em que se celebra o seu centésimo aniversário, é motivo de orgulho para cada brasileiro. Para mim, é motivo de alegria ainda mais especial haja vista que minha formação profissional é a Engenharia Civil. Exerci a profissão durante vários anos e conheço bem quantos são os desafios para transformar um projeto em realidade. A minha admiração pelo arquiteto carioca é, sem sombra de dúvida, inesgotável. A cada obra, a cada novo projeto, há um detalhe ou algo que me provoca aquele espanto de admiração do jovem estudante de engenharia diante de algo tão fabuloso que está além das palavras.

Poderíamos definir Niemeyer por um sem-número de palavras. Seria, no entanto, lugar-comum chamá-lo de gênio, inovador, criativo. Niemeyer se destaca, creio eu, por ter sabido compreender o que foi a arquitetura tradicional brasileira, o que foi o modernismo arquitetônico, quais foram as contribuições de mentores como Lúcio Costa ou Le Corbusier e, apesar de tudo isso, não ter sido um mero repetidor da obra de grandes criadores.

Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, o fascinante a respeito de Niemeyer é a sua capacidade de, a partir de influências gigantescas, ter sido capaz de criar uma obra que tem personalidade própria e se destaca onde quer que a encontremos. Se estamos na cidade de São Paulo, ao olharmos para o edifício Copan, mesmo se não somos especialistas em arquitetura, somos capazes de vê-lo se destacar em meio à floresta de edifícios da capital paulista. Se estamos em Niterói, o Museu de Arte Contemporânea é como

um gigante parido da terra. Se estamos em Brasília, ao entrarmos na Catedral, somos capazes de sentir, ali, a presença divina manifestada por meio da beleza.

Niemeyer provoca emoções do tipo que deve ter sentido o Papa Júlio II ao ver Michelangelo concluir a pintura da Capela Sistina. E a inteligência de Oscar Niemeyer não está apenas na beleza pura que consegue colocar em seus projetos. É a aliança entre forma e conteúdo que obriga os engenheiros calculistas a serem também revolucionários.

O arquiteto Ricardo Ohtake disse, em entrevista recente, algo muito revelador do que o trabalho de Niemeyer representou. afirmou Ohtake:

“O Niemeyer fez introduzir linhas curvas. Uma arquitetura possibilitando uma cobertura curva. No Complexo da Pampulha, ele começou fazendo a igreja como cobertura. A Casa de Baile tem um pequeno espaço fechado e depois uma marquise que vai fazendo curvas sinuosas, possibilitando ter uma paisagem do mar. Isso tudo foi ele quem inventou. E ninguém esperava ver uma coisa dessas. Até hoje o Niemeyer avança no processo de cálculos de estrutura. Ele obriga os engenheiros a se virarem. O projeto de arquitetura aqui sempre foi muito desenvolvido. Quando esses projetos foram para a Europa, eles ficaram boquiabertos; foi daqui pra lá.”

Vejam as Sr^{as} Senadoras e Deputadas, os Srs. Senadores e Deputados, as senhoras e os senhores, ao conseguir aprender o que os gênios fizeram, reelaborar isso e produzir algo de novo, é aí que encontramos a genialidade de Niemeyer. É isso que Ohtake quer dizer quando afirma que os europeus ficaram boquiabertos ao descobrirem a obra de Oscar.

E Oscar tem algo de sensacional, que é a simplicidade. Suas obras, se observarmos as que estão aqui em Brasília, são monumentais mais pela admiração que causam, não tanto pelo seu tamanho ou pelo seu detalhismo. Como o próprio arquiteto afirmou certa vez: “De um traço nasce a arquitetura. E, quando ele é bonito e cria surpresa, ela pode atingir, sendo bem conduzida, o nível superior de uma obra de arte”.

Ou seja, é possível ser simples e, ao mesmo tempo, construir algo que seja brilhante e monumental. É por isso que o próprio Oscar, bastante humilde, respondeu a um entrevistador, outro dia, que preferia se abster de tecer comentários sobre os novos arquitetos brasileiros. Disse apenas que os arquitetos hoje estão muito preocupados em usar materiais caros para criar obras que se destaquem.

Fiquei pensando nisso ao ler a entrevista e concluí que Niemeyer tem razão. Ele conseguiu o destaque com materiais baratos, com coisas simples: uma tinta branca, cimento, vidro e outros materiais comuns da arquitetura. Do pouco fez muito. Da simplicidade fez o genial – eis, penso eu, a grande maravilha da obra de Niemeyer.

Mas Niemeyer conseguiu algo que poucos conseguem e que é o sonho de todo arquiteto: que a sua obra não seja apenas o reflexo de sua imaginação, mas que tenha a capacidade de ser um índice do que o povo é.

Isso foi bem entendido pelo júri do Prêmio Pritzker, o Nobel da Arquitetura, ao concedê-lo a Niemeyer em 1988. afirmaram eles:

“Existe um momento na história de uma nação em que um indivíduo captura a essência da cultura e lhe dá forma. Algumas vezes é música, pintura, escultura ou literatura. No Brasil, Oscar Niemeyer capturou essa essência com sua arquitetura. Seus projetos arquitetônicos exalam a imagem de cores, luz e sensualidade de sua terra natal.”

Observaram também que, se Niemeyer é mais lembrado por causa de Brasília, a sua obra não se esgota na cidade e se esparrama pelo mundo.

Oscar Niemeyer, mais do que qualquer outro brasileiro, conseguiu representar o espírito do nosso povo, e não é exagerado afirmar que, depois de Brasília e seus prédios, nos tornamos mais brasileiros, mais senhores do nosso destino.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro este breve pronunciamento não apenas celebrando Oscar Niemeyer, mas, sobretudo, agradecendo ao que ele realizou por nós brasileiros.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para fazer uma sugestão a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – No início desta semana, na segunda ou na terça-feira, o Senador Pedro Simon fez um bonito pronunciamento sobre Oscar Niemeyer. Eu queria sugerir que ele seja também inserido nos Anais desta sessão, porque acho que S. Ex^a não pôde falar hoje, mas falou nesta semana. É a sugestão que formulo, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exatamente porque depois de amanhã faremos uma sessão especial muito bonita, inclusive, via Internet, estará falando conosco o grande arquiteto Niemeyer nos seus 100 anos e, como quando eu fui me inscrever está escrito que os oradores serão indicados pela Liderança, é que eu vou falar agora, porque eu já sei que não serei indicado. Mas, faço hoje meu pronunciamento ao grande arquiteto.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para prestar um ato de homenagem e de penitência. Sim, de penitência. Há algum tempo eu venho dizendo que o País perdeu nos últimos tempos as suas melhores referências. Na política, perdeu Ulysses, Teotônio, Tancredo, Montoro, Covas. Na imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Castelo Branco. Na Igreja, Dom Helder, Dom Ivo Lorscheiter. Na Academia, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Na literatura, Mário Quintana e Carlos Drummond de Andrade.

Enfim, em todos os campos da nossa realidade desigual de um País de contrastes.

Nesta oportunidade, quero retificar o meu discurso. O Brasil tem uma das melhores referências mundiais vivas de toda a sua história. Aliás, uma referência que o País tem o orgulho de ostentar no cenário mundial, em quase todo o século passado e neste novo milênio recém-iniciado. Em tempos nos quais imperram os senhores da guerra, são poucas, mas fortes, as mensagens de paz. Na política, na religião, nas artes, na academia, na imprensa e em todos os campos da vida de todos os povos e de todas as nações. Entre esses mesmos mensageiros, o nome de Oscar Niemeyer é pronunciado e referenciado, hoje, em todas as línguas e em todos os sotaques em todo o mundo.

As obras de Niemeyer são muito mais que belezas plásticas estampadas em estruturas harmônicas de concreto: são símbolos de paz e de solidariedade plantados em todos os cantos e recantos de nosso Planeta. Nelas estão presentes a Igreja – me perdoe meu querido

Niemeyer –, a academia, as artes, a política e a literatura. Elas representam todos os povos, seja nos memoriais ou nas sedes mais importantes das organizações internacionais.

Niemeyer é, portanto, um brasileiro cidadão do mundo.

Apesar de Oscar Niemeyer considerar sua obra coisa qualquer, ele é um desses arquitetos que, não obstante todos os pesares da barbárie humana, mantém viva em todos nós a beleza da criação. Trata-se de uma obra que revela a suavidade das curvas, apesar das monotonias de todas as retas. Desnuda o que a natureza tem de mais belo, apesar da teimosia insana dos que insistem em destruir o que ela tem de mais sublime.

Dizia Michelangelo, quando perguntado sobre de onde vinha tamanha criatividade, que a escultura já se encontrava pronta desde o mármore. Cabia ao artista, como ele, retirar os excessos e expô-las à luz. A arquitetura já está pronta no mármore. O artista apenas tira o que está sobrando, e aparece a imagem. É assim também com Niemeyer. Para ele, a beleza já vem pronta na natureza, com suas mais belas formas arredondadas. Cabe a ele contemplá-las e expô-las na sua obra.

Ouso dizer que Oscar Niemeyer é a encarnação de Deus na arquitetura do universo. Perdoe-me, Niemeyer. Creio em Deus e, no fundo, não há criatura mais bela do que tu, do nosso Deus. Deus fez a natureza baseado em seu projeto de criação. Niemeyer inspira-se nessa mesma natureza para resgatar o projeto de Deus, tamanha a beleza, tamanha a harmonia, tamanha a criatividade.

Ele é um homem à frente do seu tempo. A sua arte permanecerá moderna e atual. Não importa o tempo.

Ela se incluirá entre as mais belas obras dos grandes mestres da humanidade. Uma arte singular, que o identificará nos tempos que hão de vir.

Quem sabe tenhamos nós, no tempo presente, uma enorme dificuldade de entender a obra de Niemeyer. É que nos encantamos apenas com a beleza plástica e com a suavidade das curvas da sua criação. O que estaria, verdadeiramente, por trás das formas arrojadas da catedral de Brasília? Da sede da ONU? Do complexo da Pampulha? Da mesquita de Argel? Da Universidade de Constantine? Da sede do Partido Comunista Francês? Do Palá-

cio da Alvorada? Em todas as esplanadas do mundo, seriam ministérios ou mistérios? Cada um de nós tem a sua leitura, quem sabe simplista, da autêntica mensagem embutida pelo artista. Mas, muitas delas, embora singelas, na humildade do autor, ensejam enigmas que se entranham em vigas de concreto moldadas no sentido de que o mais belo caminho entre dois pontos é, sempre, uma curva. Como nas montanhas da sua [cidade] Rio de Janeiro. Ou nas ondas que arrebatam em todas as praias.

Quando lhe perguntam sobre a sua melhor criação, diz ser o conjunto de edifícios do Congresso Nacional. Niemeyer diz também que “o principal não é a arquitetura, mas a vida e este mundo que devemos modificar”.

Nesse caso, pelo menos, o tal enigma é de mais fácil solução. A melhor obra, na concepção do criador, é, portanto, aquela que propicia as mudanças necessárias para tornar o mundo mais justo e humano. Um país com menos desigualdades. Neste mesmo caso, Niemeyer, com sua obra arquitetônica, continua à frente do seu tempo, enquanto nós, no mínimo, corremos em seu encalço. Estamos, ainda, longe do tempo do criador. Enquanto a arquitetura e os desejos de Niemeyer se projetam para o futuro, o Congresso, na sua formação humana, ainda vive tempos de Torre de Babel.

Para Niemeyer, a arquitetura só será válida quando usufruída por todos, sem discriminação de qualquer espécie. Nas igrejas, por todos os credos. Nos edifícios das organizações internacionais, por todos os países. Nos memoriais, por todos os povos. Nos teatros, por todas as classes. Nas escolas, por todos os credos, países, povos e classes. Para ele, a arquitetura tem que ser horizontal, multidisciplinar e democrática. Ela de nada valerá, se não for usufruída por todos, sem discriminação.

Niemeyer tem também o dom de realizar sonhos. Foi o que aconteceu durante uma de suas entrevistas em um programa de televisão. Um pedreiro, retirante do Nordeste, Evandro dos Santos, narrou-lhe o desejo de ver os seus quase quarenta mil livros, encontrados nos lixos da cidade e acumulados através de doações, transformados em uma biblioteca comunitária no subúrbio do Rio de Janeiro.

Para o pedreiro, um sonho quase impossível, impossível de realizar a sua obra atra-

vés de um projeto arquitetônico de um mestre, como Niemeyer.

Sonho prestes a se realizar, com a inauguração da biblioteca comunitária para o início de 2008. “O seu sonho também é meu. Me procure. Eu faço!”

Por isso, eu estou certo que todos os enigmas que possam estar embutidos nas obras de Oscar Niemeyer, aqui ou em qualquer outro lugar, trazem em si três referências principais: soberania, democracia e cidadania. Um grito de alerta contra as guerras e, principalmente, os senhores das guerras. Contra a fome e a miséria, em um mundo de tamanha opulência. Contra todos os tipos de tortura, física e psicológica, que maculam a espécie humana. Contra a barbárie de qualquer natureza, na arquitetura das prisões ou dos hospitais, nos meios fios de pedras moldadas nas ruas e praças, sob o concreto das pontes e viadutos e entre os muros da vergonha que dividem povos e nações.

Faço o que gosto, diz ele. Faz o que nos enleva, dizemos nós.

É assim que eu vejo o mestre Oscar Niemeyer. Ele é, para mim, um iluminado. A genialidade dos seus traços me faz aumentar a fé no sobrenatural. Ele é um dos muitos chamados, e um dos poucos escolhidos, para eternizar a obra divina.

São cem anos de um brasileiro que acredita sermos, todos nós uma partícula minúscula na imensidão do universo. Um universo do tamanho dos seus sonhos. São cem anos e, ainda, uma enorme vontade de aprender. Um ponto de exclamação para todos os brasileiros, mas que mais parece um jovem em busca de respostas para seus pontos de interrogação. Em entrevista para a TV Senado, Oscar Niemeyer demonstra emoção ao se dizer aprendiz de Física e Filosofia. Centenário, busca, ainda, conhecimento exterior e interior. Diz-se um grão de areia no universo e deixa transparecer como se o mundo que o cerca, apesar do tamanho alcance de sua arte, lhe fosse minúsculo.

Quem sabe pudesse reproduzir, pela Física, a obra de Deus em outros planetas e em outras galáxias. Com a Filosofia, quem sabe pudesse resgatar a obra do Criador no interior de cada um dos homens.

Por tudo isso, não haverá melhor homenagem a Oscar Niemeyer do que quando

nós, aqui no Congresso Nacional, passarmos dissolver a Torre de Babel, que nos faz falar línguas tão diferentes, e voltar à concepção mais completa do criador dessas estruturas de tão belas formas. De nada adiantarão novos espelhos d'água e anexos mirabolantes, se construirmos apenas estruturas de concreto, como torres mediante as quais teimamos alcançar as alturas do nosso orgulho, mas que, na verdade, nos leva às profundezas da arrogância.

A melhor homenagem a Oscar Niemeyer será não apenas os nossos discursos, nem a preservação física destas estruturas desenhadas, com carinho e criatividade, em sua prancheta de trabalho. Homenageá-lo de verdade, será encontrarmos a linguagem única do bem comum, da justiça social, do término de todos os tipos de discriminação e de desigualdade regional e pessoal e de renda com o fim da barbárie humana, da fome, da miséria e da violência.

Niemeyer disse, um dia, que mais importante que sua arquitetura são os jovens na rua, rostos pintados, para mudar o sistema. Não se assustem, portanto, se, numa próxima ocupação do gramado diante do Congresso Nacional, lá estiver um jovem de cem anos, bandeira em punho, gritando palavras de ordem e pela ordem frente à sua melhor obra do concreto, que se coloque em prática a inspiração que a concebeu. Pela sua coerência, será a mesma bandeira que empunhou nos grandes movimentos pela democracia, pela soberania, pela cidadania em 100 anos de história do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Eduardo Suplicy, creio que o Senador Pedro Simon está plenamente de acordo com V. Ex^a. Vou consultá-lo e atenderemos o pleito de V. Ex^a.

O Senador Francisco Dornelles pode usar da palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal; Senador Marco Maciel, Presidente da Fundação Oscar Niemeyer; meu caro Senador Inácio Arruda; Sr. Carlos Oscar Niemeyer Magalhães; Sr^a Edenize Sousa, senhoras e senhores, como render as devidas homenagens...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Francisco Dornelles, por gentileza, eu queria registrar a presença da Sr^a Elza Kunze Bastos, representante do Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal. Peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Como render as devidas homenagens a um dos maiores arquitetos do século XX, que é também um dos brasileiros mais conhecidos e admirados no exterior? Como homenagear o carioca que levou a curva para a arquitetura moderna, espalhando a inventividade e a leveza dos seus edifícios por muitas cidades brasileiras e estrangeiras?

Como parabenizar, enfim, o ser humano o ser humano ímpar, de rara dignidade, um dos fundadores do Brasil moderno e, também, uma de suas mais definitivas expressões?

Quem julgava, a dez ou quinze anos atrás, que o genial criador do conjunto arquitetônico da Pampulha, dos edifícios monumentais de Brasília, da Universidade de Constantine, da Editora Mondadori, do Sambódromo viveria apenas dessas e de muitas outras glórias passadas enganou-se profundamente.

Oscar Niemeyer já ultrapassara seus 80 anos quando surpreendeu a todos criando a jóia arquitetônica que veio enfeitar uma das mais belas linhas litorâneas do mundo. O Museu de Arte Contemporânea de Niterói surpreende não só pela sua simples e ousada beleza como pela mais que feliz integração à paisagem da Baía da Guanabara.

Depois disso, Oscar Niemeyer continuou criando, em um ritmo que impressiona, prédios de conservação arrojada e lírica, tanto no Brasil como no exterior. Agora mesmo, em diversas cidades do mundo, tais como Niterói ou Avilés, na Espanha, há prédios de sua autoria sendo construídos.

Sinto-me, senhoras e senhores, alguém que tem a felicidade de estar cercado pela criatividade de Oscar Niemeyer.

Sua ligação com Minas Gerais, onde nasci, é muito profunda. Foi com o Conjunto da Pampulha, onde se sobressai a Igreja de São Francisco, que Niemeyer alcançou seu primeiro grande vôo individual. Nesse projeto, que concede à curva uma presença e uma importância que tinham sido recusados pela arquitetura moderna, Niemeyer parece estar em íntimo diálogo com a escola barroca mineira, tão bem estudada pelo grande arquiteto e urbanista Lúcio Costa, seu mestre e amigo.

Alguns anos antes disso, em 1936, Niemeyer assinara, junto com Lúcio Costa e com Le Corbusier, o projeto da sede do Ministério da Educação, no centro do Rio de Janeiro, que se tornou um verdadeiro manifesto em concreto da nova escola.

Oscar Niemeyer confessa que uma parte pelo menos da inspiração mais profunda de sua obra arquitetônica vem do Estado e da cidade que eu represento, que é a cidade do Rio de Janeiro: da magnífica topografia sinuosa de uma cidade encantadora, que todos conhecem como Cidade Maravilhosa, com seus morros, montanhas e praias.

Essa paixão recebe sua consagração com a construção da Passarela do Samba, monumento arquitetônico à alegria e à maior festa da cultura brasileira, que, não fosse o bastante, cumpre também sua função social de escola pública ao longo de todo o ano.

Falar da presença de Oscar Niemeyer em Brasília soa como redundância, tão extensa e marcante ela é. Brasília, monumento da arquitetura moderna, resulta, entre outras coisas, da renovação de duas parcerias felizes de Oscar Niemeyer: com o Presidente Juscelino Kubitschek e com Lúcio Costa.

A inventividade de Niemeyer aqui vai se expressar tanto na modesta escala da Igreja Nossa Senhora de Fátima, como também na monumental e inimitável obra do Congresso Nacional, onde nos encontramos; tanto na surpreendente, senão milagrosa, Catedral, como nas linhas mais clássicas do Palácio do Itamaraty. A elegante simplicidade da Coluna da Alvorada tornou-se, por sua vez, um símbolo da nova Capital, encantando e correndo o mundo na década de 60.

Há um ano, no mesmo dia em que Niemeyer completava 99 de existência, pudemos assistir à inauguração do Complexo Cultural da República. Formado por um museu de arte e por uma biblioteca e localizado bem próximo ao centro geométrico do Plano Piloto – ou seja, a Estação Rodoviária –, o Complexo Cultural não só seduz os visitantes e moradores da Capital, como parece estar mostrando a necessidade de levar a cultura letrada e a cultura artística ali para onde o povo está.

De certa forma, é isso o que a arquitetura de Niemeyer sempre fez, trazendo para o dia-a-dia e para a consciência dos cidadãos a beleza das formas que se levantam do solo e criam um novo espaço habitável. Suas criações atestam o arrojo da imaginação humana e mostram que a beleza deve estar presente no espaço público, integrada à sua função social, anunciando, assim, uma vida coletiva mais bela e mais completa.

Sr. Presidente, o prazer ou privilégio, ao qual me referia, de conviver com a criatividade de Oscar Niemeyer tem seu lado mais íntimo e quase secreto. Em meu gabinete no Senado Federal, há um painel traçado pelas mãos de Oscar Niemeyer que ocupa toda uma

parede. Trata-se de um presente do genial criador a seu amigo Darcy Ribeiro, que, quando Senador, nos anos 90, ocupou esse mesmo gabinete.

Os desenhos de Oscar Niemeyer recriam, livremente, aspectos de quatro de suas maiores obras. Duas delas são de universidades por ele projetadas: a Universidade de Brasília e a de Constantine, na Argélia. As outras duas correspondem a edificações de especial significado simbólico para nossa coletividade: a Passarela do Samba, ou Sambódromo, a que já me referi, e o Memorial da América Latina, sua mais original contribuição para a cidade de São Paulo.

Todas essas quatro obras tiveram a participação decidida e entusiasmada de Darcy Ribeiro, o que inspirou Oscar Niemeyer a presentear o amigo com bonitos desenhos de seu traço limpo e elegante. Esse painel, que hoje está hoje tombado como patrimônio do Senado Federal, tornou-se uma espécie de patrimônio informal dos representantes do Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o privilégio de contemplar e de conviver com as obras arquitetônicas de Oscar Niemeyer é partilhado por muitos brasileiros e também por cidadãos de outros países. O orgulho de que um brasileiro se tenha tornado um gênio ímpar da arquitetura moderna, um dos grandes artistas de um século intensamente criativo, pertence a toda a nossa população!

Parabéns, Oscar Niemeyer! Como Senador do Rio de Janeiro, cumprimento V. Ex^a. Sinto orgulho de ter uma pessoa como V. Ex^a presente, morando em nosso Estado. Parabéns, Oscar Niemeyer, por esse século de vida que nos brindou com tanta genialidade!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado, Senador Marco Maciel, Senador Inácio Arruda, Sr. Carlos Oscar Niemeyer Magalhães, neto de Oscar Niemeyer, primeiro, quero saudar os autores pela iniciativa de realização desta sessão especial do Senado Federal em homenagem a Oscar Niemeyer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil inteiro comemorou o aniversário de 100 anos de vida de Oscar Niemeyer, maior nome da arquitetura deste País, completados em 15 de dezembro passado. Belas reportagens, retrospectivas de sua vida e obra, imagens dos edifícios, monumentos e paisagens que concebeu

e construiu foram veiculadas em sua homenagem pelas grandes empresas e redes de comunicação. Números eventos acadêmicos realizaram-se nestas últimas semanas, para reafirmar a importância de sua obra para a arquitetura brasileira e mundial. Uma justa e obrigatória homenagem a um arquiteto genial, que é motivo de orgulho para todos os brasileiros, para os que residem ou transitam em Brasília, motivo para um reconhecimento especial de quem não pode deixar de atribuir ao gênio a pujança e a beleza de seus edifícios e espaços mais marcantes.

Oscar Niemeyer nasceu no Rio de Janeiro, no distante ano 7 do século passado, para valorizar a paisagem de várias cidades brasileiras e do mundo e para revolucionar a própria arquitetura como atividade construtiva e criativa, inventiva por excelência.

O grande público brasileiro pôde rever, relembrar e readmirar obras mais ou menos conhecidas, que justificam o amplo reconhecimento de seu talento extraordinário, como os edifícios construídos na Pampulha (a Igreja de São Francisco de Assis, o Cassino e o late Clube) entre 1942 e 1943; o Banco Boa Vista, no Rio de Janeiro, em 1946; o Centro Técnico da Aeronáutica de São José dos Campos, em 1947; o conjunto do Parque Ibirapuera em São Paulo, nos anos 50; as mais emblemáticas construções de Brasília, nos anos 60; a Universidade de Constantine, na Argélia, na década de 70; o Sambódromo do Rio de Janeiro e o Memorial da América Latina, em São Paulo, nos anos 80. São ainda de Oscar Niemeyer a sede do Partido Comunista Francês, em Paris; o Museu de Arte Contemporânea, em Niterói; alguns antigos edifícios residenciais em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, entre centenas de grandes obras, muitas das quais ainda não catalogadas. Há obras de que o autor não se lembrava, como o Memorial da Cabanagem, construído na década de 80, na entrada de Belém, Capital do Estado do Pará, na BR-316, que definitivamente marcou aquela área do espaço urbano da capital paraense.

Admiro-o de maneira especial por preservar antigas convicções políticas e ideológicas, pelo altruísmo e generosidade que o fazem indignar-se com as injustiças e os dramas que afligem a maioria da humanidade, produzidos em nome de interesses socialmente minoritários, para atender a voracidade capitalista. Estimulam ainda mais a continuar marchando nas fileiras da esquerda suas declarações de crença na possibilidade histórica de um mundo novo, sem miséria e violência, de um mundo em que homens e mulheres sejam li-

vres e tenham prazer em serem úteis, de um mundo fraterno e igualitário do socialismo.

Com essa convicção tantas vezes reiterada e pelos laços fortes que estabeleceu com governos democráticos passados, era previsível a perseguição que lhe fez a ditadura militar instalada em 1964. Como outros ilustres brasileiros, Oscar Niemeyer foi intimado pelo DOPS a depor sobre seu suposto envolvimento com a subversão e obrigado a exilar-se no exterior, escolhendo Paris para viver e dar continuidade a seu trabalho de arquiteto, período em que criou a Universidade de Constantine, seu projeto favorito. Antes, seu escritório foi saqueado, e o escritório da revista **Módulo**, que dirigia, foi semidestruído. Seus projetos começaram a ser recusados. E, em protesto contra a política universitária, desligou-se da Universidade de Brasília, junto com muitos outros docentes. Mas contribuiu, com seu renome internacional e sua vocação democrática, para o enfraquecimento continuado e conseqüente derrota da ditadura até que se instituisse o atual Estado Democrático, consciente de que a democracia possível nesse momento estaria longe de corresponder aos interesses históricos dos trabalhadores e excluídos, sem deixar de defender a superioridade de uma verdadeira democracia socialista.

Mas não é esta, senhoras e senhores, a razão fundamental para este pronunciamento. O interesse que me move neste momento é o de integrar-me às homenagens de todo o País a Oscar Niemeyer, pela unanimidade que ele enseja como arquiteto genial. Para ele, a perspectiva de construção de um mundo novo inclui necessariamente o direito universal à contemplação do belo e à liberdade criativa do arquiteto.

Por isso, mesmo indispondo-se contra a arquitetura comercial e o usufruto socialmente desigual da arquitetura, quase sempre a serviço das minorias sociais abastadas, distinguiu-se das vertentes eminentemente coletivistas ou funcionalistas, criadas para fins de suposto contraponto à urbanização capitalista. Argüido, apresenta soluções arquitetônicas para a desordem urbana e a distribuição socialmente desigual dos bens e serviços que a cidade proporciona, considerando os interesses das maiorias pobres e excluídas da população.

Por exemplo, a verticalização da arquitetura, cada vez mais imperiosa diante do crescimento urbano acelerado, requer afastamentos horizontais adequados. O desenho das cidades deve prever a oferta equilibrada e equânime dos transportes, serviços, praças, espaços culturais etc. Ademais, uma cidade moderna de-

veria ter densidade demográfica limitada e não crescer sem controle.

Oscar Niemeyer procede em suas obras uma deliberada simplificação do conteúdo racionalista preconizado pela arquitetura conservadora. Ao mesmo tempo, cria motivos também muito simples para realçá-las e valorizá-las esteticamente com efeitos espetaculares.

Especialistas chamam a atenção para as características dos edifícios de Brasília para definir o significado inovador em sua arquitetura. Ao projetá-los, optou por princípios formais intencionalmente simples, mas desenvolvimentos com extrema parcimônia de acabamentos, como os anteparos curvos de mármore para o Palácio do Planalto; como a parede em caracol para a capela anexa; como a cúpula normal para o Senado e invertida para a Câmara dos Deputados; como a coroa de pilares perfilados para a Catedral, princípios que não têm relação com estruturas de sustentação dos edifícios em si mesmos, que estão a eles sobrepostos por ter um efeito eminentemente estético. Mas o diferencial é que esses elementos deixam de pertencer exclusivamente aos edifícios, vinculando-se também ao espaço circundante. Por isso, suas obras adquirem uma conotação surrealista.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria também elencar entre os marcos da vida de Niemeyer a sua vocação para a política, o seu engajamento na construção do Partido Comunista Brasileiro, tendo nele ingressado em 1945. Com a sua visão de mundo, com o seu compromisso com a transformação da sociedade brasileira, esteve ao lado de vários combatentes na luta por justiça social em nosso País. Esteve ao lado de Luís Carlos Prestes, Senador da República que honrou em toda a sua vida o compromisso da luta por uma sociedade justa e igualitária. Então, essa participação muito importante de Oscar Niemeyer na vida política do País e na construção do Partido Comunista Brasileiro e a sua solidariedade a vários lutadores e lutadoras sociais perseguidos ao longo da história recente do País são uma demonstração da grandeza da sua generosidade e do seu compromisso com a transformação do nosso País.

Este fato, a militância política de Oscar Niemeyer, deve ser realçado porque, além da beleza estética fenomenal de seus projetos arquitetônicos, sonhou – e sonha – com a construção de um Brasil livre das injustiças das desigualdades e da violência institucionalizada, que permitem que milhões de brasileiros ainda tenham negados os seus direitos básicos, fundamentais.

Realçar a trajetória política, socialista, comunista de Oscar Niemeyer é reverenciar a sua militância, o seu compromisso com a transformação social no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Oscar Niemeyer merece nossos aplausos, os mais efusivos aplausos deste Senado, na oportunidade de seu centésimo aniversário de nascimento, pela contribuição de valor histórico e cultural inestimável que dá sentido e afirmação à nação brasileira. É uma honra falar sobre essa personalidade ímpar e tão extraordinariamente humana, talentosa e capaz.

Sr. Presidente, o meu pronunciamento contempla outros aspectos da história, da trajetória, da vida e do compromisso de Oscar Niemeyer, o qual peço que seja considerado lido na sua integralidade, como uma forma de me somar as homenagens prestadas aqui por todos os partidos, por todos os líderes, pelas Sr^{as} e os Srs. Senadores que aqui se pronunciaram ou que se fazem presentes a esta sessão, registrando a participação da Câmara dos Deputados numa homenagem, por assim dizer, do Congresso Nacional à história, à personalidade, à luta, à vida de Oscar Niemeyer, que bendizemos, celebramos e parabenizamos pela sua generosidade pela sua capacidade e pelo seu compromisso com o Brasil dos nossos sonhos: um Brasil justo, livre e igualitário para todos. Muito obrigado. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ NERY

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil inteiro comemorou o aniversário de cem anos de vida de Oscar Niemeyer, maior nome da arquitetura deste país, completados em 15 de dezembro passado. Belas reportagens, retrospectivas de sua vida e obra; imagens dos edifícios, monumentos e paisagens que concebeu e construiu, foram veiculadas em sua homenagem pelas grandes empresas e redes de comunicação; numerosos eventos acadêmicos realizaram-se nestas últimas semanas, para reafirmar a importância de sua obra para a arquitetura brasileira e mundial. Uma justa e obrigatória homenagem a um arquiteto genial, que é motivo de orgulho para todos os brasileiros; para os que residem ou transitam em Brasília, motivo para um reconhecimento especial, de quem não pode deixar de atribuir ao gênio a pujança e a beleza de seus edifícios e espaços mais marcantes. Oscar Niemeyer nasceu no Rio de Janeiro, no distante ano 7 do século passado, para valorizar a paisagem de várias cidades brasileiras e do mundo, e para re-

volucionar a própria arquitetura, enquanto atividade construtiva e criativa; inventiva por excelência.

O grande público brasileiro pôde rever, relembrar e readmirar obras mais ou menos conhecidas e que justificam o amplo reconhecimento de seu talento extraordinário, como os edifícios construídos na Pampulha, (a Igreja de São Francisco de Assis, o Cassino e o late Clube) entre 1942 e 1943); o Banco Boa Vista, no Rio de Janeiro, em 1946; o Centro Técnico da Aeronáutica de São José dos Campos, em 1947; o conjunto do Parque Ibirapuera em São Paulo, nos anos 50; as mais emblemáticas construções de Brasília, nos anos 60; a Universidade de Constantine, na Argélia, na década de 70; o Sambódromo do Rio de Janeiro e o Memorial da América Latina, em São Paulo, nos anos 80. São ainda de Oscar Niemeyer a sede do Partido Comunista Francês, em Paris; o Museu de Arte Contemporânea, em Niterói; alguns antigos edifícios residenciais em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, entre centenas de grandes obras, muitas das quais ainda não catalogadas. Há obras de que o autor não se lembrava, como o Memorial da Cabanagem, construído na década de 80, na entrada de Belém através da BR-316, que marcou definitivamente aquela área do espaço urbano da capital paraense.

Pessoalmente, regozijo-me com sua atual condição de centenário, sendo ainda tão raros os homens e mulheres que conseguem tal façanha— estima-se em 25.000 o número de brasileiros com cem anos ou mais de vida ou 0,014% da população. Mais ainda por vê-lo chegar a esta idade em condições de saúde bem diferentes da maioria deste pequeno universo de centenários: saudável, lúcido e em plena atividade criativa, trabalhando em numerosos projetos, entre os quais o sambódromo de Brasília e centros culturais no exterior; criando como se tivesse apenas metade de seus anos de vida; pronunciando-se como quem vislumbra planos de vida e trabalho para mais cem anos. Admiro-o de maneira especial por preservar antigas convicções políticas e ideológicas; pelo altruísmo e generosidade que o fazem indignar-se com as injustiças e dramas que afligem a maioria da humanidade, produzidas em nome de interesses socialmente minoritários, para atender a voracidade capitalista; estimulam ainda mais a continuar marchando nas fileiras da esquerda, suas declarações de crença na possibilidade histórica de um mundo novo, sem miséria e violência; um mundo no qual homens e mulheres sejam livres e tenham prazer em serem úteis; o mundo fraterno e igualitário do socialismo.

Com essa convicção tantas vezes reiterada, e pelos laços fortes que estabeleceu com governos democráticos passados, era previsível a perseguição que lhe fez a ditadura militar instalada em 1964. Como outros ilustres brasileiros, Oscar Niemeyer foi intimado pelo DOPS a depor sobre seu suposto envolvimento com a subversão e obrigado a exilar-se no exterior, escolhendo Paris para viver e dar continuidade a seu trabalho de arquiteto; período em que criou a Universidade de Constantine, seu projeto favorito. Antes, seu escritório foi saqueado e o escritório da revista Módulo, que dirigia, foi semidestruído; seus projetos começaram a ser recusados e, em protesto contra a política universitária, desligou-se da Universidade de Brasília, junto a muitos outros docentes. Mas contribuiu, com seu renome internacional e sua vocação democrática, para o enfraquecimento continuado e conseqüente derrota da ditadura até que se instituisse o atual estado democrático, consciente de que a democracia possível nesse momento estaria longe de corresponder aos interesses históricos dos trabalhadores e excluídos, sem deixar de defender a superioridade de uma verdadeira democracia socialista.

Mas não é esta, senhoras e senhores, a razão fundamental para este pronunciamento. O interesse que me move neste momento é o de integrar-me às homenagens de todo o país a Oscar Niemeyer pela unanimidade que o mesmo enseja como arquiteto genial. Para ele, a perspectiva de construção de um mundo novo, inclui necessariamente o direito universal à contemplação do belo e a liberdade criativa do arquiteto. Por isso, mesmo indispondo-se contra a arquitetura comercial e o usufruto socialmente desigual da arquitetura, quase sempre a serviço das minorias sociais abastadas, distinguiu-se das vertentes eminentemente coletivistas ou funcionalistas, criadas para fins de suposto contraponto à urbanização capitalista. Argüido, apresenta soluções arquitetônicas para a desordem urbana e a distribuição socialmente desigual dos bens e serviços que a cidade proporciona, considerando os interesses das majorias pobres e excluídas da população. Por exemplo, a verticalização da arquitetura, cada vez mais imperiosa diante do crescimento urbano acelerado, requer afastamentos horizontais adequados; o desenho das cidades deve prever a oferta equilibrada e equânime dos transportes, serviços, praças, espaços culturais, etc; ademais, uma cidade moderna deveria ter densidade demográfica limitada e não crescer sem controle.

Mas, para o arquiteto, as soluções arquitetônicas fundadas exclusivamente na racionalidade técnica, mesmo quando pretensamente implementadas contra a lógica estrutural do capitalismo, não impedem que subsistam e voltem a prosperar as contradições geradas por esse sistema, como a que se refere à oferta reduzida de habitações às camadas pobres da população. Por outro lado, nem a intencionalidade anticapitalista e nem a concepção hegemônica de arquitetura justificam que a mesma se restrinja a uma cultura tecnológica. A arquitetura tem muitas características análogas à pesquisa científica e por isso aceita com facilidade os resultados da ciência e da tecnologia devidos a outras especializações tradicionais, mas ao mesmo tempo deve distinguir-se destas pela necessidade de independência em relação a qualquer condicionamento técnico prévio e de zelar pela cultura artística que lhe é inerente. Muito embora evolua em função do progresso social e da técnica construtiva, arquitetura é invenção e tem de criar surpresa, como qualquer obra de arte; não basta que seja funcional, precisa criar o “espanto indispensável”.

A respeito da unidade indispensável entre técnica e arte na arquitetura, e da pouco compreendida liberdade das formas, informou o seguinte em breve entrevista publicada em revista semanal de grande circulação, a **Época**, na semana passada; algo semelhante declarou à **Living Leal Moreira**, publicação de empresa paraense, em sua edição de dezembro de 2006: “Hoje, o concreto armado tudo permite aos arquitetos. Antigamente— digamos, na Renascença -, ao projetar uma cúpula, o arquiteto conseguia alcançar no máximo, 40 metros de vão. Agora, no museu de Brasília, por exemplo, a cúpula que desenhei, muito mais sofisticada, tem 80 metros. O importante é que o arquiteto faça o que gosta e não aquilo que os outros gostariam que fizesse”. Esta concepção está na base de sua trajetória profissional e de cada uma de suas obras, é o substrato de sua ousadia para desafiar a arquitetura tradicional, com as curvas e grandes espaços vazios que caracterizam suas construções; concepção que motivou incompreensões e críticas infundadas no passado e que hoje lhe confere aprovação praticamente unânime, senão da maioria esmagadora dos que conhecem suas obras; sejam cidadãos comuns, sejam especialistas e pensadores qualificados.

Oscar Niemeyer procede em suas obras uma deliberada simplificação do conteúdo racionalista preconizado pela arquitetura conservadora, ao mesmo

tempo em que cria motivos também muito simples para realçá-las e valorizá-las esteticamente, com efeitos espetaculares. Especialistas chamam atenção para as características de edifícios de Brasília para definir o significado inovador de sua arquitetura: ao projetá-los, optou por princípios formais intencionalmente simples, mas desenvolvimentos com extrema parcimônia de acabamentos, como os anteparos curvos de mármore para o Palácio do Planalto, da parede em caracol para a capela anexa, da cúpula normal para o Senado e invertida para a Câmara dos Deputados, da coroa de pilares perfilados para a catedral; princípios que não têm relação com estrutura de sustentação dos edifícios em si mesmos, que estão sobrepostos aos mesmos para ter um efeito eminentemente estético. Mas o diferencial é que estes elementos deixam de pertencer exclusivamente aos edifícios, vinculando-se também ao espaço circundante. Por isso suas obras adquirem uma conotação surrealista.

Essa é uma caracterização baseada na crítica especializada, numa percepção tecnicamente primorosa. De nossa parte interessa muito mais afirmar que as obras de Oscar Niemeyer são encantadoras, pujantes, estonteantes, belíssimas; interessa manifestar nosso orgulho de tê-lo como representante da arquitetura brasileira no mundo e de testemunhar sua influência na arquitetura em âmbito mundial. Suas obras, edificações, monumentos e outros espaços primorosamente construídos marcam definitivamente a história da arquitetura porque são compreendidas e admiradas pelos brasileiros comuns e pessoas comuns de todo o mundo; que se mostram tão dignas de contemplação quanto várias maravilhas construídas em passado mais ou menos distante, à custa de tesouros várias vezes superiores e de sacrifícios humanos inaceitáveis na contemporaneidade. Oscar Niemeyer merece nossos aplausos, os mais efusivos aplausos deste Senado, na oportunidade de seu 100º aniversário de nascimento, pela contribuição de valor histórico e cultural inestimável que dá para a afirmação da nação brasileira. É uma honra falar sobre essa personalidade ímpar e tão extraordinariamente humana, talentosa e capaz.

Muito obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ NERY EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

"Sempre acrescentei nas minhas palestras que não dava à arquitetura maior importância e não havia nada de desprezível nessas palavras. Comparava-a a outras coisas ligadas à vida e ao homem, referia-me à luta política, à colaboração que todos nós devemos à sociedade, aos nossos irmãos mais desfavoráveis. O que se compara à luta por um mundo melhor, sem classes, todos iguais?".

Oscar Niemeyer, gênio da arquitetura, socialista e humanista radical, que hoje completa 100 de existência.

1945 – Ingressa no partido Comunista;

1954 – Participa da Reconstrução de Berlim;

1964 – É chamado ao DOPS em plena ditadura;

1965 – Retira-se da UNB com mais de 200 professores em protesto contra a política universitária;

1970 – em protesto contra a guerra do Vietnã, desliga-se da Academia Americana de Ciências e Artes;

1990 – Desliga-se junto com Prestes do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, um dos subscritores dos requerimentos que tornaram possível esta homenagem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, familiares, aqueles que nos acompanham.

A iniciativa desta audiência pública nasceu, evidentemente, da grandeza da obra de Oscar Niemeyer e pela oportunidade da data de seu centésimo aniversário. Mas nasceu quando eu estava fazendo uma visita à “Festa do Peão Boiadeiro”, em Barretos, e um amigo que é mais do que um admirador – diria que é um militante – da história de Oscar Niemeyer, o Mussa, que foi Presidente do Grupo dos Independentes, que criou a “Festa do Peão Boiadeiro”, em Barretos – foi quem transferiu, inclusive, para onde hoje se realiza a “Festa do Peão” –, uma figura encantadora, me disse: “Mercadante, Oscar Niemeyer faz cem anos e é preciso

que se faça uma homenagem”. Eu peguei o telefone e pedi à assessoria para preparar o requerimento que imediatamente encaminhei, porque considere mais do que justo, indispensável esta homenagem que hoje o Senado Federal oferece.

Queria começar minha intervenção sem repetir argumentos. Não pude acompanhar a sessão e peço desculpas, porque estava presidindo a Comissão de Assuntos Econômicos numa audiência pública com a Diretoria do Banco Central.

Há uma passagem, quando Oscar Niemeyer recebe o Prêmio Pritzker da Arquitetura, que é uma espécie de Nobel da arquitetura, o seu prêmio mais conhecido, em que está dito: “Há um momento na história de uma Nação no qual o indivíduo captura a essência da cultura do País e lhe dá forma. Algumas vezes é através da música, da pintura, da escultura ou da literatura. No Brasil, Oscar Niemeyer capturou essa essência com sua arquitetura”. Essa frase sintetiza muito bem o que

representa Oscar Niemeyer na história da arquitetura Brasil e na construção da identidade nacional.

É verdade que ele disse – cito aqui de forma muito breve algumas passagens –, por exemplo: “Urbanismo e arquitetura não acrescentam nada. Na rua protestando é que a gente transforma o País”. Isso mostra um pouco esse compromisso militante de coerência histórica que sempre marcou a sua presença na vida da sociedade brasileira.

E diz mais: “Nunca me calei, nunca escondi minha posição de comunista. Os mais compreensíveis, que me convocavam como arquiteto, sabem da minha posição ideológica. Pensam que sou equivocado e eu penso a mesma coisa deles. Não permito que ideologia nenhuma interfira nas minhas amizades”.

Ele diz outra frase que considero muito importante: “A vida pode mudar a arquitetura. No dia em que o mundo for mais justo, ela será mais simples”. Talvez essa frase represente a beleza de seu pensamento, a sabedoria de compreender e de reafirmar que no dia em que o mundo for mais justo a arquitetura será mais simples.

Não vou me estender citando tantas intervenções que ele fez, porque tenho certeza de que elas foram lembradas, nesta manhã, em uma homenagem mais do que esperada, eu diria, indispensável. Mas ele diz, Niemeyer: “A arquitetura não é importante; a vida é que é importante”. Concordo em parte com ele. Goethe também, em uma passagem semelhante, disse: “Cinzenta, meu amigo, é toda a teoria; dourada é a árvore da vida”.

Concordo em parte, porque Oscar Niemeyer, a arquitetura dele, projetou o Brasil, é fundamental para construção da nossa identidade nacional, do que somos como povo, como nação, como sociedade. E, assim como Aleijadinho, teve um papel decisivo nas esculturas, na identidade nacional, pois projetou a alma do Brasil na escultura. Machado de Assis na ficção, Villa Lobos na música, Portinari na pintura, Cartola no nosso samba e Pelé com a sua chuteira são figuras que vão compondo a nossa identidade, a nossa cultura, a nossa forma de ser, a nossa essência como povo.

Queria dizer ao mestre Niemeyer que a arquitetura dele é importante, sim, para o Brasil, para a nossa história. E o seu exemplo de vida, de atitude, de cidadão, de coerência, de compromisso é muito importante para a vida de todos os brasileiros.

Portanto, este centenário dá orgulho ao nosso povo, a nossa história, a nossa identidade. E a obra, o talento, a criatividade, a exuberância, eu diria, da criatividade arquitetônica de Oscar Niemeyer está por toda a parte, espalhada, hoje, internacionalmente e em

cada pedaço dos mais importantes espaços urbanos desta Nação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Aloizio Mercadante, gostaria de participar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a tem uma inteligência brilhante. Vou ser repetitivo: a mais brilhante, talvez, do seu Partido. Quero dizer o seguinte: Rui Barbosa ficou na história com “Oração aos Moços”. Entendo que o Niemeyer ficou com o que ele escreveu: Meu método de trabalho. Vou pinçar as frases para nortear todos nós, o que achei de mais belo. V. Ex^a pinçou algumas. Ele diz: “Como é necessário olhar para o céu e sentir como somos insignificantes, filhos da natureza, como os bichos da terra, do céu e dos mares”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, o mais presente neste plenário. Acho que foi o aparte mais objetivo de V. Ex^a e, talvez, o mais profundo pela capacidade de síntese.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Acho que foi o milésimo aparte, igual ao Romário e ao Pelé. E coincidiu com V. Ex^a, a estrela do PT.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou terminar para que outros Senadores possam falar. Peço desculpas por ter furado a fila, mas, como autor, era uma prerrogativa. Termino exatamente como comecei. Oscar Niemeyer, com suas linhas, com sua criatividade, com essas obras que temos e tantas outras em que ele foi decisivo para constituir, projetar e realizar, é um dos grandes nomes da história do Brasil que compõem a nossa identidade como povo, como sociedade e como Nação.

Portanto, este centenário é um momento de festa de todo o Brasil, seguramente, por uma vida bem vivida, uma vida que valeu a pena, uma vida que o povo brasileiro saberá sempre reconhecer e considerar na estatura dos grandes brasileiros que construíram esta Nação.

Parabéns, Oscar Niemeyer! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi, nossos convidados na Mesa, em especial o neto de Oscar Niemeyer, para falar neste momento de Oscar Niemeyer, confesso que fico na dúvida entre o que está escrito e o improvisado. Mas posso dizer-lhe, Oscar Niemeyer Neto, que o seu avô é uma referência para todos nós.

Eu poderia começar dizendo, antes de entrar no texto, que o conheci a distância. Nunca estive perto

dele. Conheci as suas obras, a sua história, e sempre me refiro a ele como o arquiteto e o poeta, porque cada obra dele não tem a letra, tem o traço, mas ali está uma poesia.

Chego a dizer que na minha vida tenho algumas referências.

Eu gosto muito da história de Gandhi, e para mim foi bonito nós termos visto, lido, que, para derrotar o império britânico, Gandhi dizia: Estou indo em direção ao mar, buscar o sal. E a população o acompanhava. Vinha a chibata, vinha a agressão, e ele não recuava. Ele foi em direção ao mar e acabou, com a sua força, derrubando o império britânico.

Eu tenho uma outra referência que é Nelson Mandela. Disseram para ele no cárcere: Mandela, se você quer ser liberto, depois de vinte, vinte e cinco, vinte e seis anos de prisão, você tem que não mais combater o **apartheid**. Responde Nelson Mandela: Fico no cárcere, porque, no dia em que estiver do lado de fora, eu estarei lutando contra o **apartheid**.

Eu sou daqueles que passaram pela época da ditadura. E como é que eu me lembro de Oscar Niemeyer? Oscar Niemeyer era perguntado em plena ditadura: Você reafirma? E ele dizia: Meu nome é Oscar Niemeyer, arquiteto e comunista. Passaram os anos e tornaram a perguntar para ele: Para voltar ao Brasil você muda? “Meu nome é Oscar Niemeyer, arquiteto e comunista.”

Isso é bonito. É muito bonito, como diz a canção. Se hoje o Brasil avançou muito no social é porque existiram nessa caminhada homens como Oscar Niemeyer. E tenho muito orgulho de saber que, ao mesmo tempo em que ele olha para o horizonte, para as grandes obras, inclusive no meu Rio Grande, e não vou citar todas aqui, ele nunca deixou de olhar para o social. É como se o social estivesse sempre em primeiro lugar.

Eu poderia falar das obras de Porto Alegre, do livro que ele vai lançar em 2008: “O Ser e a Vida”; e de uma passagem em que Fidel Castro diz a ele: “Eu o apóio em sua árdua batalha por estimular o hábito de ler. Você diz que sem a leitura o jovem sai da escola sem conhecer a vida”. Esse é Oscar Niemeyer.

Mas quero ser rápido. Quando ouço uma canção de Toquinho e Vinícius, chamada *Aquarela*, não sei por que não penso no Toquinho e no Vinícius, mas no Oscar Niemeyer. O que diz a canção? A letra é pequena:

Numa folha qualquer eu desenho um
sol amarelo

E com cinco ou seis retas é fácil fazer
um castelo

Corro o lápis em torno da mão e me dou
uma luva

E se faço chover, com dois riscos tenho
um guarda-chuva

Se um pinguinho de tinta cai num pedacinho azul do papel

Num instante imagino uma linda gaivota
a voar no céu (...)

Para mim, Oscar Niemeyer é isso. Da canção, da poesia ele faz uma obra. É isso que me encanta desse gênio, desse gigante que está, sem sombra de dúvida, acima, além do nosso próprio tempo.

E vou terminar dizendo que, certamente, Oscar Niemeyer, que fez a revolução com lápis e papel, conquistou a todos, todos nós!

Ele deixa para nós todos, no longo desses cem anos – e tomara, quem sabe, mais dez, mais vinte, mais trinta, mais quarenta –, um mundo mais bonito e mais humanitário.

Obrigado, Oscar Niemeyer, o arquiteto. Obrigado, Oscar Niemeyer, o poeta. Obrigado, Oscar Niemeyer, o comunista. Cada obra sua é uma poesia que se vai eternizar não somente perante o Brasil, mas perante o mundo. Você é um gigante. Viva Oscar Niemeyer!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Duque.

V. Ex^a será o próximo orador, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho; Senador Marco Maciel, de Pernambuco; Senador Inácio Arruda, do Ceará; Sr. Carlos Oscar Niemeyer Magalhães; Sr^a Edenize Sousa, gerente do Espaço Oscar Niemeyer; o importante de tudo isso nesta tarde não é apenas o Senado ter dez, vinte ou trinta pessoas presentes. O importante é que nós estamos falando graças à moderna tecnologia para milhões e milhões de pessoas neste Brasil. Eu sei disso porque tenho recebido comunicações, cartas, *e-mails* das pessoas mais diferentes, que eu jamais vi, dos Estados mais distantes da federação. O Deputado Francisco de Assis sabe disso.

Então, na realidade, hoje, este plenário deveria estar superlotado, o plenário, o espaço material, mas eu sei que está superlotado de audiência do Brasil inteiro.

Um fato interessantíssimo se dá hoje. Todos já falaram, discorreram, poeticamente ou não, sobre a vida do arquiteto carioca. A Bancada carioca está presente aqui, tanto o Senador Francisco Dornelles quanto eu próprio. O Rio está presente. E estão presentes três personagens ligados a uma obra do arquiteto Oscar Niemeyer, e talvez ninguém saiba ainda disso. Nós, do

Rio, queremos que a União, que já está em Brasília há muito tempo, a capital que já veio para cá desde 1961; nós, do Rio, temos um desejo muito grande, meu caro Presidente Garibaldi, de que uma das obras primeiras e mais importantes do arquiteto Oscar Niemeyer seja transferida para o nosso Estado, para que, nesse edifício, instalarmos a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

É um edifício de marca internacional, como quase toda sua obra o é. Mas esse é diferente. Esse é de quando o Brasil ainda começava a caminhar. Esse é de quando os jovens da Escola de Belas Artes estavam iniciando o curso de Arquitetura. Ainda não havia uma faculdade bem organizada, e um conjunto de jovens arquitetos foi convidado pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema, para fazer o projeto do Ministério. Era preciso fazer um projeto para a cidade do Rio de Janeiro. A capital funcionava ali. Eu conheci ali, jovem ainda, aqueles nomes todos que estão lá.

Esse edifício hoje está subaproveitado, eu diria, apesar de ser uma marca internacional, e isso começou em 1936. Acredito que a maioria das pessoas que estão aqui neste plenário nem eram nascidas. E já, naquela ocasião, foi dada a partida para a grande corrida internacional da beleza da arquitetura. Foi o edifício mais criticado, mais ousado, mais reconhecido, mais admirado no ano de 1936. O edifício com que os grandes artistas brasileiros da época colaboraram, meu caro Presidente Garibaldi. Naquele edifício de hoje, lá no Rio...

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Paulo Duque, V. Exª me concede um aparte?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Daqui a pouquinho.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Pois não.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Naquele edifício, encontram-se obras de Di Cavalcanti, Guarnieri, Portinari – embora em artes muito afins, caminhavam juntos Portinari e Niemeyer – que têm de ser preservadas como um brilhante precioso. Aquelas pinturas, aqueles murais estão lá, no Rio de Janeiro. A gente passa por perto, onde se encontra o melhor auditório da América Latina, sem dúvida alguma, pela concepção, pela sonoridade. Tudo isso foi feito naquela época em que o Brasil caminhava, depois da Semana de Arte Moderna de São Paulo, por novos rumos na arte.

Então, vejam a coincidência. Ao chegar a este Senado, eventual e recentemente, apresentei um projeto de lei passando para o Rio de Janeiro, fazendo uma doação ao Rio de Janeiro do prédio inteiro. São 16 andares, 27 mil m² de construção e a tramitação

é fácil: vai logo para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que o distribui para um relator e depois segue a tramitação normal. Ora, quem foi que relatou o projeto? Acabou de falar, o Líder Aloizio Mercadante. Ele relatou o projeto e falou hoje aqui. E quem foi que distribuiu o projeto para o Aloizio Mercadante? Acabou de falar: o Senador Marco Maciel.

Sou o autor do projeto. Constituímos um triângulo. Niemeyer jamais imaginou isso. Aliás, nem eu, nem Maciel, nem Mercadante imaginamos que um dia estaríamos aqui no Senado da República querendo transferir para o Rio de Janeiro o edifício que talvez seja o mais discutido, o mais trabalhado, porque era um grupo de jovens arquitetos que precisavam mostrar o seu valor. Foi-lhes dada essa oportunidade pelo Ministro Gustavo Capanema, cujo chefe do gabinete era Carlos Drummond de Andrade, e foi feito assim. Vejam como foi importante a presença do Senador Marco Maciel, do Senador Aloizio Mercadante e do neto de Oscar Niemeyer aqui, que não sabia disso.

A Bancada carioca está lutando, com toda força, com todo vigor, para que essa primeira construção que ficou famosíssima e tornou-se marca internacional – o antigo prédio do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro – passe a ser bem cuidado, carinhosamente cuidado pelo novo Estado do Rio de Janeiro depois da transferência da capital da República para cá. Por isso, vim à tribuna hoje, porque tudo o que se disse aqui foi dito merecidamente pelos oradores que me antecederam e por aqueles que ainda vão falar.

Não estou falando para meia dúzia de Senadores, pois esta Casa representa o Brasil inteiro. O Brasil é esta Casa, com todos os erros e os acertos. Estamos aqui homenageando um homem que tem um reconhecimento global do Brasil e do povo brasileiro.

Sei, Sr. Presidente, que existem outros oradores, mas eu não poderia omitir-me, porquanto, ao começar a fazer o projeto a que me referi, estudei várias vezes este famoso livro **Colunas da educação**. Ele fala sobre a construção do Ministério da Educação e Saúde. É um livro interessantíssimo e conta, nos mínimos detalhes, a colaboração muito pequena do arquiteto franco-suíço Le Corbusier. Ele conta a verdade e vale a pena ser lido. Vou dar esse livro à biblioteca do Senado, porque vale a pena ter esse livro sobre a construção daquele prédio, cujo autor é o Sr. Paulo Sérgio Moraes de Sá, também arquiteto. Não sei se existe outro edifício sobre o qual haja um livro contando sua história.

Então, hoje, temos esse livro, V. Ex^a, que está distribuindo o processo, eu, que sou autor do projeto desse prédio para o Rio de Janeiro, e o nosso Mercadante, que deu parecer favorável ao projeto.

Saúdo aqui, com as minhas homenagens, todos aqueles que tiveram a iniciativa de promover este evento. Tenho certeza absoluta de que o Brasil todo está aplaudindo hoje esta homenagem do Senado aos cem anos de Oscar Niemeyer.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Paulo Duque, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Concedo agora a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro. A seguir, falará o Senador Mão Santa e, após o Senador Mão Santa, a Senadora Rosalba Ciarlini.

Com a palavra o nobre Senador Flexa Ribeiro, representante do Pará no Senado Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Marco Maciel, que preside esta sessão em homenagem ao centenário do grande brasileiro Oscar Niemeyer; Senador Inácio Arruda, que representa, com certeza absoluta, nesta sessão solene, o Partido Comunista Brasileiro; Sr. Carlos Oscar Niemeyer Magalhães, neto do homenageado; Sr^a Edenise de Sousa, gerente do Espaço Oscar Niemeyer em Brasília, falo aqui em meu nome e em nome da bancada do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB. Não poderia furtar-me a vir aqui no momento em que se homenageia um brasileiro da estirpe e da história de Oscar Niemeyer. Peço a V. Ex^a que meu pronunciamento seja transcrito na íntegra, porque farei apenas a leitura de alguns pontos do pronunciamento que faria por inteiro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não é todo dia que o Brasil tem a chance de celebrar o centenário de um dos mais destacados personagens da história da arquitetura do planeta. Comparável à estatura de um Michelangelo no generoso imaginário artístico brasileiro, Oscar Niemeyer comemorou seu centésimo aniversário no último dia 15, ao lado de amigos e parentes. Recepcionado na Casa das Canoas – primoroso projeto de Niemeyer no Rio de Janeiro -, surpreendeu a todos com a modéstia demonstrada, exaltando, antes de tudo, a igualdade entre os homens.

Na oportunidade, fez questão de reiterar que, “na curta passagem da vida, a única palavra que importa é a solidariedade. O importante é a fraternidade e a igualdade entre os seres.” Para ele, ain-

da, o centenário não seria importante, até mesmo a arquitetura não seria importante. “O que importa mesmo é ser tranquilo e otimista”, declarou o arquiteto nessa ocasião.

Niemeyer recebeu na Casa das Canoas dezenas de amigos, no meio dos quais se destacou o nobre Senador Marco Maciel, a quem o Senado Federal simbolicamente atribuiu as funções protocolares de saudação.

Sr. Presidente, o “ano Niemeyer” teve alguns desdobramentos recentes, que se materializaram em homenagens aqui no Brasil e pelo mundo afora. Brasília, símbolo mundial da arquitetura, é reconhecida como uma obra que vai, com certeza absoluta, ser mantida não diria por séculos, mas ao longo de milênios, como uma obra da inteligência e da criatividade de Oscar Niemeyer. Por isso, ele não recebeu só as homenagens no Brasil; recebeu em vários países, Senador Paulo Duque.

A França, o condecorou com a medalha de Comendador da Legião de Honra, a mais prestigiada homenagem do governo francês. No seu apartamento em Copacabana, o Embaixador da França no Brasil fez a entrega dessa comenda ao grande brasileiro Oscar Niemeyer. Ele teve vários projetos desenvolvidos na França. Entre eles, alguns já citados aqui, a sede do Partido Comunista Francês, a sede do Jornal **L’Humanité**, sem falar no Centro Cultural de Le Havre.

Há ainda a homenagem da Rússia, da qual Oscar Niemeyer recebeu o Colar da Amizade dos Povos, pelas mãos do Embaixador da Rússia no Brasil. Além disso, Senador Mão Santa, recebeu Oscar Niemeyer uma carta elogiosa do Presidente da Rússia, Vladimir Putin.

Oscar Niemeyer, arquiteto carioca, um dos principais nomes da área em âmbito internacional, também recebeu, como disse, homenagens aqui no Brasil. Afinal de contas, condecorações não são os únicos tributos pagos. Em São Paulo, por exemplo, na sala da Bienal de Arquitetura, os desenhos originais expostos no Museu de Arte Contemporânea da USP foram destaques. Em Niterói, o prédio do Museu de Arte Contemporânea tem em cartaz a mostra “Oscar Niemeyer – Arquiteto, Brasileiro, Cidadão”, expondo um resumo das principais fases da obra do arquiteto, com painéis, croquis, maquetes e desenhos.

Sr. Presidente, Ricardo Ohtake, arquiteto amigo e discípulo, conta que, na década de 30, enquanto o racionalismo se implantava no mundo por meio das linhas retas expressivas da indústria, Niemeyer introduziu sinuosamente a presença das curvas nas formas metropolitanas. Na época, o Brasil tipicamente agrícola instaurava um novo

caminho para o racionalismo mundial, contribuindo para o avanço de novas frentes do modernismo.

Não por acaso, num levantamento feito recentemente, cerca de 22 países já lançaram material variado sobre Niemeyer. Até 2005, foram publicados 53 livros e periódicos, além de dezoito filmes de televisão. Não era para menos, são nada menos que setenta anos de atividade.

É o próprio Ohtake quem comenta a importância do arquiteto brasileiro no mundo, constatada por ele quando participara da inauguração da Pirâmide do Louvre, em 1989.

À guisa de conclusão, Sr. Presidente Marco Maciel, cabe exaltar não somente as obras e os desenhos magicamente traçados pelo gênio da arquitetura, mas sobretudo seu legado humanista, suas idéias coletivistas, sua dedicação à beleza em prol de um social mais justo e feliz.

Senador Marco Maciel, o meu Estado do Pará tem a honra de ter uma obra de Oscar Niemeyer em Belém: um memorial, *A Cabanagem*, o maior movimento revolucionário popular do Brasil. Oscar Niemeyer foi convidado para fazer o projeto desse monumento. Ele não conhecia a Cabanagem. Pediu que lhe encaminhassem livros, materiais sobre o movimento da Cabanagem, para que ele pudesse, então, ao tomar conhecimento, ter a sua inspiração. Ao ler sobre a Cabanagem, ao ver a importância desse movimento no âmbito do nosso País, ele se dispôs a fazer o projeto e nada cobrar do Governo do Estado do Pará, porque era, eu diria, uma homenagem que ele, com toda a sua sensibilidade, faria não só ao Pará, mas também ao movimento da Cabanagem. Assim, nós temos hoje, na entrada de Belém ou na saída de Belém, conforme o sentido de deslocamento, a obra de Oscar Niemeyer que orgulha a todos nós paraenses.

Em suma, para ele, arquitetura é, sim, uma invenção; mas não uma invenção solitária. Longe de imaginar que o arquiteto possa se isolar em suas próprias obras, cumpre pensá-las como ofertas à coletividade, pois, afinal de contas, antes das obras, respira a alma humana com sua comum humanidade.

Parabéns ao Brasil! Parabéns ao brasileiro Oscar Niemeyer!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é todo dia que o Brasil tem a chance

de celebrar o centenário de um dos mais destacados personagens da história da arquitetura do planeta. Comparável à estatura de um Michelangelo no generoso imaginário artístico brasileiro, Oscar Niemeyer comemorou seu centésimo aniversário, no último dia 15, ao lado de amigos e parentes. Recepcionado na Casa das Canoas – primoroso projeto de Niemeyer no Rio de Janeiro –, surpreendeu a todos com a modéstia demonstrada, exaltando antes de tudo a igualdade entre os homens.

Na oportunidade, fez questão de reiterar que “na curta passagem da vida, a única palavra que importa é a solidariedade. O importante é a fraternidade e a igualdade entre os seres.” Para ele, ainda, o centenário não seria importante, até mesmo a arquitetura não seria importante. “O que importa mesmo é ser tranquilo e otimista”, declarou o arquiteto.

Niemeyer recebeu na Casa das Canoas dezenas de amigos, no meio dos quais se destacou o nobre Senador Marco Maciel, a quem o Senado Federal simbolicamente atribuiu as funções protocolares de saudação. Embora não tivesse caráter oficial, a participação do nobre Senador de Pernambuco na celebração do centenário representa a estima e a reverência com que o Senado e o Brasil cultuam a imagem de Niemeyer.

Sr. Presidente, o “ano Niemeyer” teve alguns desdobramentos recentes, que se materializaram em homenagens aqui e alhures. No último dia 12, da França, ele recebeu a medalha de Comendador da Legião de Honra, a mais prestigiada homenagem do governo francês. Em uma cerimônia íntima, no prédio *art déco* onde fica o escritório e o apartamento do arquiteto, em Copacabana, a condecoração feita pelo embaixador da França no Brasil, Antoine Pouillieute, emocionou não somente aos presentes, mas a todos os brasileiros.

Vale lembrar que, na França, Niemeyer assinou alguns de seus projetos mais inspirados, como a sede do Partido Comunista Francês em 1965 e a sede do jornal *L’Humanité* em 1987, ambas em Paris, sem mencionar o magnífico projeto do Centro Cultural de Le Havre em 1972.

Na mesma linha reverencial, a Embaixada da Rússia no Brasil preparou, também, uma grande homenagem ao arquiteto, com a entrega do Colar da Amizade dos Povos, pelas mãos do embaixador Vladimir Tyurdenev. Dele também recebeu, com especial distinção, uma carta elogiosa do presidente russo, Vladimir Putin.

Por outro lado, Oscar Niemeyer, arquiteto carioca, um dos principais nomes da área em âmbito internacional, também recebeu homenagens aqui no Brasil. Afinal de contas, as condecorações não são os únicos tributos pagos. Em São Paulo, por exemplo, na sala da Bienal de Arquitetura, os desenhos originais

expostos no Museu de Arte Contemporânea da USP foram os destaques. Em Niterói, o prédio do Museu de Arte Contemporânea tem em cartaz a mostra “Oscar Niemeyer – Arquiteto, Brasileiro, Cidadão”, expondo um resumo das principais fases da obra do arquiteto, com painéis, croquis, maquetes e desenhos.

Sr. Presidente, Ricardo Ohtake, arquiteto amigo e discípulo, conta que, na década de 30, enquanto o racionalismo se implantava no mundo por meio das linhas retas expressivas da indústria, Niemeyer introduziu sinuosamente a presença das curvas nas formas metropolitanas. Na época, o Brasil tipicamente agrícola instaurava um novo caminho para o racionalismo mundial, contribuindo para o avanço de novas frentes do modernismo.

Segundo Ohtake, as declaradas posições políticas do arquiteto são outra característica marcante de sua trajetória. Apesar de Niemeyer afirmar que sabe bem separar a palavra do projeto, há quem disso discorde, pois se considera que suas obras partem do conceito de conceber espaços não-exclusivistas e priorizam o coletivo sobre o individual. Para alguns especialistas, quando se analisa um projeto como o do Ibirapuera, por exemplo, fica clara a preocupação da criação de espaços democráticos onde todo mundo se mistura.

Não por acaso, num levantamento feito recentemente, cerca de 22 países já lançaram material variado sobre Niemeyer. Até 2005 foram publicados 53 livros e periódicos, além de dezoito filmes de televisão. Não era para menos, são nada menos que setenta anos de atividade.

É o próprio Ohtake quem comenta a importância do arquiteto brasileiro no mundo, constatada por ele quando participara da inauguração da Pirâmide do Louvre, em 1989. Na ocasião, Ieoh Ming Pei, responsável pela intervenção arquitetônica no prédio histórico francês, reconheceu humildemente que Niemeyer havia sido de extrema relevância para a geração dele, expressando imenso respeito pelo arquiteto.

À guisa de conclusão, cabe exaltar não somente as obras e os desenhos magicamente traçados pelo gênio da arquitetura, mas sobretudo seu legado humanista, suas idéias coletivistas, sua dedicação à beleza em prol de um social mais justo e feliz. Em suma, para ele, arquitetura é, sim, uma invenção, mas não uma invenção solitária. Longe de imaginar que o arquiteto possa se isolar em suas próprias obras, cumpre pensá-las como ofertas à coletividade, pois, afinal de contas, antes das obras, respira a alma humana com sua comum humanidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Após a palavra do nobre Senador Flexa Ribeiro, solicito que ocupe a tribuna o nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Marco Maciel, Parlamentares, brasileiras e brasileiros presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, nós cremos em Deus. Paulo Duque, V. Ex^a passou muito entusiasmo e orgulho por Oscar Niemeyer ter nascido no Rio. Marco Maciel, o arquiteto Oscar Niemeyer só perde para o arquiteto do universo: o nosso Deus.

É tempo – lidere esse processo, Marco Maciel; V. Ex^a, que está aí e que representa, além do poder político, o poder da cultura, o poder da Academia de Letras de Machado de Assis –, é tempo de deflagrarmos uma campanha para o Brasil ter o primeiro Prêmio Nobel. Eis o homem, o nosso homenageado Oscar Niemeyer. É tempo, é tempo de fazermos essa campanha.

Serei breve. O Duque é entusiasmado por esse cidadão carioca que completa um século; eu represento aqui o Piauí. Eu quero dizer, Oscar Niemeyer, que o Piauí lhe deu o seu irmão camarada. Eu convivi com Evandro Lins e Silva, e ele chegou a me narrar da amizade, do apreço, do sonho, do ideal e das virtudes. Quer dizer, no Piauí, lá da nossa ilha maior do Delta, anexa a Parnaíba, nasceu Evandro Lins e Silva, e ele foi, Marco Maciel, o grande irmão camarada de Niemeyer na vida, no sonho, nos ideais políticos, na moralidade e na solidariedade.

Marco Maciel, o que eu entendo deste Brasil é que nós começamos mesmo foi no século XIX, os 1800, quando nos tornamos independentes; quando libertamos os escravos; quando gritamos a República. Desse século, então, Marco Maciel, eu, na minha observação, passo para a história dois dos maiores nomes. Um político, Pedro II, que governou esta Pátria e tornou uma a língua comum, 49 anos; quando ele estava sendo velado na igreja em Paris, os franceses disseram que, se eles tivessem um rei como aquele, não teriam derubado os reis; então, o político foi Pedro II, no século XIX. E o homem empreendedor, sonhador, realizador foi Mauá, do século XIX, quando começou o Brasil mesmo, independente.

Marco Maciel, no século seguinte, eu, no meu juízo de homem do Piauí, cito dois homens também. O político: Juscelino Kubitschek de Oliveira, o político do século XX. E o sonhador, o idealizador, o realizador, o empreendedor: Oscar Niemeyer.

Eu sei que eu creio em Deus, ô Marco Maciel.

Eu quero lhe dizer, Oscar Niemeyer e seu neto, algo que está na Sagrada Escritura. Sou Francisco. Ele falou em Deputado Francisco de Assis de Mora-

es Souza. Sou eu, esse é meu nome. Minha mãe era terceira franciscana, cristã. Este nome, Francisco, ela colocou porque foi aquele que mais se aproximou de Cristo. Senador Duque, ele andava com uma bandeira em que estava escrito: paz e bem. Quero lhe dizer que no livro cristão, na Sagrada Escritura, ô Oscar Niemeyer, está escrito lá... O Marco Maciel é o cristão símbolo deste Senado. Ele disputa com Pedro Simon quem é mais. Marco Maciel, está escrito no livro de Deus que Deus escolhe os seus, os abençoa e lhes dá longa vida. E nessa longevidade o escolhido exerce sua profissão até o fim da existência. Esses são os escolhidos, os abençoados.

Ô Oscar Niemeyer, V. S^a é abençoado pelo outro, arquiteto do universo, Deus, na longa vida e no exercício. Marco Maciel, ele está lá, está enquadrado. Tiago diz que a fé sem obras já nasce morta. A fé de Oscar Niemeyer é com obras. Saltam aos olhos, espalhadas e nos orgulham.

Portanto, teremos dificuldade, Duque, quando tivermos que passar para a história esses homens. Vamos ter de dizer que ele era um Matusalém. Para explicar as obras desses dois homens, Juscelino e Niemeyer, vamos ter de dizer que eles viveram como antigamente, como está na Bíblia: 800 anos, 900 anos.

Estas são as minhas palavras, com a crença do povo cristão do Brasil: ó Deus, abençoe esse extraordinário brasileiro de que nos orgulhamos, próximo Prêmio Nobel. Essa, sim, é a conquista que o Brasil quer. (Palmas.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar os trabalhos, gostaria de comunicar à Presidência e também a todo o povo brasileiro, no ensejo dos últimos minutos desta sessão solene conjunta – Câmara e Senado Federal estão aqui representados – em homenagem a esse gigante do povo brasileiro, Oscar Niemeyer, que o Presidente da República sancionou projeto de lei de nossa autoria, aprovado no Senado e na Câmara, e transformou o ano de 2007 no Ano Niemeyer. Trata-se da Lei nº 11.611, de 14/12/2007, que manifesta esta justa homenagem conjunta do Poder Legislativo e, com a sanção presidencial, do Poder Executivo a Niemeyer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE. Com revisão do orador.) – Parabéns ao nobre Senador Inácio Arruda por haver apresentado o projeto de lei que tornou possível denominar 2007 o Ano Oscar Niemeyer.

Ao tempo que cumprimento S.Ex^a pela iniciativa, desejo ressaltar que também foi sua a proposta desta sessão especial em homenagem a Oscar Niemeyer, que mais de ser do Senado Federal se transformou em uma sessão do Congresso Nacional, dando ensejo à participação dos Presidentes das duas Casas – Senador Garibaldi Alves Filho e Deputado Arlindo Chinaglia –, bem como das Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados.

Antes de encerrar a presente sessão, gostaria de agradecer a presença das autoridades que aqui compareceram, dos admiradores de Oscar Niemeyer, e, de maneira especial, fazer referência à presença do Sr. Carlos Oscar Niemeyer Magalhães, que representou seu avô, o arquiteto Oscar Niemeyer, embora este também estivesse presente graças aos recursos da moderna tecnologia.

EsTa foi a primeira videoconferência que realizamos no Senado Federal. É um fato inédito. Niemeyer, que foi tão precursor, e tão inédito, de muitas iniciativas, está contribuindo também para que o Senado ofereça algo inédito: a realização de uma videoconferência, por meio da qual pudemos ouvi-lo e ele nos ouviu. Assim, todo o País se uniu em uma grande confraternização, prestando essa merecida homenagem a Oscar Niemeyer.

Desejo finalmente entregar ao neto do arquiteto Oscar Niemeyer – e peço ao Senador Inácio Arruda que me ajude nessa missão –, essa lembrança, rogando-lhe que faça chegar às mãos do avô ilustre num justo pleito de reconhecimento do Congresso Nacional pela passagem dos seus 100 anos de proba, digna e fecunda existência. (Palmas.)

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 24 minutos.)

Ata da 241ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 20 de Dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias,
Marco Maciel, Augusto Botelho, Mão Santa e Delcídio Amaral.*

ÀS 14 HORAS E VINTE E CINCO MINU-
TOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E
OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 20/12/2007 07:28:10 até 20/12/2007 20:30:29

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
P.S.O.L.	PA	JOSÉ NERY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		

Compareceram: 61 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 61 Senhores Senadores:

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.493, DE 2007

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal e os arts. 1º e 6º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, também do Senado Federal, Requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes solicitação das seguintes informações da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, órgão ao qual pertence:

1. Listagem de todos os contratos, vigentes e encerrados, realizados pela ANTT com Fundações Públicas e Privadas, Universidades Públicas e Privadas; Entidades Públicas e Privadas; Empresas de Prestação de Serviço; Contratação de Consultorias; e quaisquer que sejam as Entidades, desde que beneficiária de recursos proveniente de repasses de dinheiro público, detalhando: o valor do contrato, o valor aditivado (se for o caso) e Valor Total Repassado à Entidade, no período de 2002 a 2007.

2. Arquivo eletrônico com cópias dos contratos, respectivos processos licitatórios e toda documentação de que trata o item acima.

Justificação

No exercício de sua função fiscalizatória, cabe a este Congresso Nacional, buscar maior transparência na gestão dos recursos públicos pela ANTT, razão pela qual apresentamos o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.

– Senador **Romeu Tuma**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, e com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.

– Senador **Sérgio Zambiasi**.

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado Nº 510, de 1999, e Nº 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, e os Projetos de Lei do Senado Nºs 182, de 2003; 242, de 2003; 308, de 2003; 355, de 2003; 352, de 2004, e 370, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.

– Senador **Geraldo Mesquita Júnior** – PMDB–AC.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.496, DE 2007

Solicita a remessa, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2005, que acrescenta art. 2ºA à Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal e dá outras providências. (Estabelecendo competência privativa ao Executivo dos Estados e do DF para outorga da delegação para o exercício da atividade notarial e de registro).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12, combinado com o art. 102–A do Regimento Interno, a remessa, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Projeto de Lei do 7, de 2005, que acrescenta art. 2ºA à Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal e dá outras providências. (Estabelecendo competência privativa

ao Executivo dos Estados e do DF para outorga da delegação para o exercício da atividade notarial e de registro).

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.

– Senador **Edison Lobão**.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.497, DE 2007

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, no Rio de Janeiro–RJ, no dia 18 deste mês de dezembro de 2007, do médico e compositor José Franco Lattare, conhecido, no meio musical como Franco da Ilha.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, no Rio de Janeiro-RJ, no dia 18 deste mês de dezembro de 2007, do médico e compositor José Franco Lattare, conhecido, no meio musical, como Franco da Ilha.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família e da escola de samba União da Ilha.

Justificação

A cidade do Rio de Janeiro perdeu, no dia 18 deste mês de dezembro de 2007, o compositor José Franco Lattare, conhecido, no meio musical, como Franco da Ilha. Nascido em Laranjeiras, ele faleceu de pneumonia com apenas 56 anos de idade. Para realizar o sonho dos pais, formou-se em Medicina e trabalhou na Policlínica do Corpo de Bombeiros e no Hospital Pedro II. Mas deu vazão à veia artística compondo músicas. Foi ele, em parceria com Jorge Aragão, que compôs o samba da “Globeleza”, da TV Globo. Foi vencedor de samba-enredo da União da Ilha, que, por sinal, pretende prestar-lhe homenagem no carnaval do próximo ano. Pelo que fez, sobretudo no mundo da música popular, ele faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.498, DE 2007

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Neuza Vieira Nina, ocorrido no dia 9 deste mês de dezembro de 2007, em Brasília.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Neuza Vieira Nina, ocorrido no dia 9 deste mês de dezembro de 2007, em Brasília–DF.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento de seus filhos, Carlos Nina, Cristina, Carla e Ana Ester.

Justificação

Falecida aos 83 anos de idade, viúva do funcionário de carreira do Senado Federal, Sr. Carlos Nina, a Sra. Neuza era minha pessoal e fraterna amiga. Pessoa muito querida, cativante, conciliadora, simples e sempre muito dedicada aos amigos e à família, faz ela jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.

– Senador **Arthur Virgílio** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 611, de 2007 – Complementar, de autoria do Senador Romero Jucá e outros Senhores Senadores, que *acresce dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000* (limite para o aumento da despesa com pessoal e encargos sociais da União).

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 405**, de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 5.455.677.660,00 (cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 405

Publicação no DO (Ed.extra)	18-12-2007(Ed.Extra)
Emendas	Até 24-12-2007 (7º dia da publicação)
Prazo na Comissão	18-12-2007 a 12-2-2008 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	12-2-2008
Prazo na CD	de 13-2-2008 a 26-2-2008 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	26-2-2008
Prazo no SF	27-2-2008 a 11-3-2008 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	11-3-2008
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	12-3-2008 a 14-3-2008 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	15-3-2008 (46º dia)
Prazo final no Congresso	29-3-2008 (60 dias)

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 730, DE 2007

Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de saneamento básico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 28-A:

Art. 28-A. Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir a zero e a restabelecer as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviço público de saneamento básico.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O saneamento básico é serviço público essencial cuja universalização deve constituir meta permanente do Poder Executivo. A criação do Ministério das Cidades, que tem como focos principais a habitação e o saneamento, demonstra compromisso do Governo Federal com o tema.

Levantamento feito por aquele Ministério, contudo, aponta que a universalização dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário ainda depende de investimentos da monta de R\$11 bilhões por ano, durante vinte anos.

Não se pode esperar que o Estado, a expensas de impostos, arque com empreendimento desse vulto. Por outro lado, não é razoável assistir à União tributar o investimento em serviço essencial ao bem-estar do povo brasileiro.

A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins, principalmente após o fim da cumulatividade, que resultou em majoração de alíquotas, retiram das empresas estaduais de água e esgoto, o equivalente a 8% de suas receitas, o que equivale a R\$1,4 bilhão por ano. É dinheiro que, ou deixa de ir para investimentos na ampliação dos serviços, ou majora a conta já salgada cobrada dos usuários.

Em um e outro caso, são os mais pobres que sofrem, pois ficarão privados do serviço ou, na melhor das hipóteses, terão mais dificuldades para pagar pela água que consomem.

Vale notar que, desde 2005, vimos assistindo a seguidas reduções setoriais de tributos. Após a chamada MP do Bem (que resultou na edição da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005), vários foram os segmentos econômicos beneficiados por reduções ou supressões de impostos e contribuições, entre os quais podemos citar a indústria alimentícia, transportes, construção civil, energia, entre outros.

Infelizmente, o setor de saneamento básico não está incluído no rol dos beneficiários. Ao contrário, a medida incluída no projeto que estabelece o marco regulatório do saneamento, e que era essencial ao “destravamento” dos investimentos, foi vetada pelo Presidente da República.

O projeto que ora submetemos à consideração dos nossos pares busca permitir que o Poder Executivo zere as alíquotas daquelas contribuições, possibilitando que as receitas do serviço de água e esgoto possam ser integralmente investidas na expansão da rede. Dessa maneira, teremos R\$1,4 bilhão a mais por ano, que é o montante da renúncia de receita prevista.

Investir em saneamento básico, como é de conhecimento geral, significa investir em medicina preventiva. A União investiu em 2006, quase R\$300 mi-

lhões apenas com tratamento de doenças sanitárias. Mesmo assim, registramos mais de 30 mortes diárias e 2000 internações em decorrência de males causados pela falta de esgotamento sanitário. Pode-se prever, portanto, que a renúncia de receita decorrente da desoneração dos serviços de saneamento será compensada, em parte, pela redução dos gastos do Sistema Único de Saúde (SUS), com atendimento médico-hospitalar.

Não ignoramos, por outro lado, que, no bojo do Programa de Aceleração do Crescimento, algumas medidas foram criadas para favorecer o investimento em saneamento básico. No entanto, a timidez e insuficiência ficam evidentes ao constatarmos que não chegam a 20% do que o próprio Congresso Nacional aprovou no final de 2006.

É importante consignar, por fim, que, com a aprovação do presente projeto de lei, estará restabelecida a isonomia tributária na prestação do serviço público de saneamento, seja prestado pelos próprios entes federativos (municípios e suas autarquias, por exemplo), seja por empresas concessionárias.

São essas as razões que me fazem submeter a presente proposição à análise dos nobres parlamentares, para a qual peço apoio.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.

– Senador **Francisco Dornelles**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004

Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

.....
Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de:

I – papel destinado à impressão de jornais, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da data de vigência desta Lei ou até que a produção nacional atenda 80% (oitenta por cento) do consumo interno, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo;

II – papéis classificados nos códigos 4801.00.10, 4801.00.90, 4802.61.91, 4802.61.99, 4810.19.89 e 4810.22.90, todos da TIPI, destinados à impressão de periódicos pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da data de vigência desta Lei ou até que a produção nacional atenda 80% (oitenta por cento) do consumo interno;

III – produtos hortícolas e frutas, classificados nos Capítulos 7 e 8, e ovos, classificados na posição 04.07, todos da TIPI; e

IV – aeronaves, classificadas na posição 88.02 da TIPI, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e montagem das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos; (Redação dada pela Lei nº 10.925, de 2004) (Vigência) (Regulamento)

V – sementes e embriões da posição 05.11 da NCM. (Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004)

VI – livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003; (Incluído pela Lei nº 11.033, de 2004)

VII – preparações compostas não alcoólicas, classificadas no código 2106.90.10 Ex 01 da TIPI, destinadas à elaboração de bebidas pelas pessoas jurídicas industriais dos produtos referidos no art. 49 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

VIII – veículos novos montados sobre chassis, com capacidade para 23 (vinte e três) a 44 (quarenta e quatro) pessoas, classificados nos códigos 8702.90.10 Ex 02 e 8702.90.90 Ex 02, da TIPI, destinados ao transporte escolar para a educação básica na zona rural das redes estadual e municipal, que atendam aos dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, quando adquiridos por Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 11.529, de 2007)

IX – embarcações novas, com capacidade para 20 (vinte) a 35 (trinta e cinco) pessoas, classificadas no código 8901.90.00 da TIPI, destinadas ao transporte escolar para a educação básica na zona rural das redes estadual e municipal, quando adquiridas por Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 11.529, de 2007)

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará o disposto no inciso IV do **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004)

(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 731, DE 2007

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema

“2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

BR	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão (km)	Superposição BR km	
	Entroncamento com BR-101 / Aeroporto Regional Sul	SC	4,8	–	–

.....(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O transporte aéreo exerce destacada influência no processo de crescimento econômico e de ocupação de regiões interiores. No Estado de Santa Catarina, o aeroporto de Jaguaruna, denominado Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, tem importante papel a desempenhar no contexto do desenvolvimento da região.

A região de Jaguaruna abriga um dos principais pólos de produção de cerâmicas e de mineração de carvão vegetal. A isso se soma a extraordinária vocação turística da região, amparada nas belezas naturais do litoral sul e da serra catarinense, e na riqueza da cultura de colonização. Todos esses fatores contribuem para a geração de demanda por transporte aéreo, tanto no segmento de cargas como no de passageiros.

A pista do Aeroporto Regional Sul, inaugurada em janeiro de 2006, está dimensionada para receber aviões adequados ao atendimento de ambas as demandas. Possui 2.500 metros de comprimento por 30

Rodoviário Federal, o acesso da rodovia BR-101 ao Aeroporto Regional Sul, no Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte acesso rodoviário:

metros de largura e é uma das maiores do Estado. Carece, todavia, o terminal aeroportuário de acesso rodoviário adequado a partir da rodovia federal BR-101. Dessa providência depende, em grande medida, a consolidação do aeroporto e, em última instância, o pleno desenvolvimento do enorme potencial da região.

Nesse sentido, o projeto que apresentamos visa à inclusão do acesso rodoviário ao Aeroporto Regional Sul de Jaguaruna (SC) entre as rodovias do Sistema Rodoviário Federal, discriminadas no Plano Nacional de Viação (PNV), aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. Entre outros critérios previstos, o PNV admite que poderão ser incluídas, em suas relações descritivas, rodovias ou trechos de rodovias que permitam acesso a pontos e terminais importantes do sistema viário nacional.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação do projeto que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.
– Senadora **Ideli Salvatti**.

LEGISLAÇÃO CITADA
LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973.

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

Download para anexo

Alterações

ÍTENS	ATO DE ALTERAÇÃO
Item 1.2 - O Sistema Nacional de Viação	<u>Lei nº 6.261, de 14.11.1975</u> <u>Lei nº 11.314, de 2006</u> <u>Lei nº 11.297, de 2006</u> <u>Lei nº 11.122, de 31.6.2005</u> <u>Lei nº 11.003, de 16.12.2004</u> <u>Lei nº 10.960, de 7.10.2004</u> <u>Lei nº 10.789, de 28.11.2003</u> <u>Lei nº 10.739, de 24.9.2003</u> <u>Lei nº 10.606, de 19.12.2002</u> <u>Lei nº 10.540, de 1º.10.2002</u> <u>Lei nº 10.031, de 20.10.2000</u> <u>Lei nº 10.030, de 20.10.2000</u>
Item 2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal	<u>Lei nº 9.830, de 2.9.1999</u> <u>Lei nº 9.078, de 11.7.1995</u> <u>Lei nº 7.581, de 24.12.1986</u> <u>Lei nº 7.003, de 24.6.1982</u> <u>Lei nº 6.976, de 14.12.1981</u> <u>Lei nº 6.933, de 13.7.1980</u> <u>Lei nº 6.776, de 30.4.1980</u> <u>Lei nº 6.648, de 16.5.1979</u> <u>Lei nº 6.555, de 22.8.1978</u> <u>Lei nº 6.504, de 13.12.1977</u> <u>Lei nº 6.406, de 21.3.1977</u> <u>Lei nº 11.475, de 2007</u> <u>Lei nº 11.482, de 2007</u>
Item 3.2.2 - Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação	<u>Lei nº 11.297, de 2006</u> <u>Lei nº 10.680, de 23.5.2003</u> <u>Lei nº 9.060, de 14.6.1995</u> <u>Lei nº 7.436, de 20.12.1985</u> <u>Lei nº 6.574, de 30.9.1978</u> <u>Lei nº 6.346, de 6.7.1976</u>
Item 4.2 - Relação Descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do P. N.V.	<u>Lei nº 11.297, de 2006</u> <u>Lei nº 9.852, de 27.10.1999</u> <u>Lei nº 6.671, de 4.7.1979</u> <u>Lei nº 6.630, de 16.4.1979</u> <u>(Vide Medida Provisória nº 369, de 2007)</u> <u>Lei nº 11.518, de 2007</u> <u>Lei nº 11.550, de 2007</u>
Item 5.2.1 - Relação Descritiva das Hidrovias do Plano Nacional de Viação	<u>Lei nº 6.630, de 16.4.1979</u>

(À Comissão de Serviço de Infra-Estrutura – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 732, DE 2007

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da rodovia BR-116 ao Aeroporto do Planalto Serrano, no

Município de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte acesso rodoviário:

‘2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão (km)	Superposição km	BR
	Entroncamento com BR-116 / Aeroporto do Planalto Serrano	SC	1,3	—	—

.....(NR)’ ”

Art. 2º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O transporte aéreo exerce destacada influência no processo de crescimento econômico e de ocupação de regiões interiores. No Estado de Santa Catarina, o aeroporto de Jaguaruna, denominado Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, tem importante papel a desempenhar no contexto do desenvolvimento da região.

A região de Jaguaruna abriga um dos principais pólos de produção de cerâmicas e de mineração de carvão vegetal. A isso se soma a extraordinária vocação turística da região, amparada nas belezas naturais do litoral sul e da serra catarinense, e na riqueza da cultura de colonização. Todos esses fatores contribuem para a geração de demanda por transporte aéreo, tanto no segmento de cargas como no de passageiros.

A pista do Aeroporto Regional Sul, inaugurada em janeiro de 2006, está dimensionada para receber aviões adequados ao atendimento de ambas as de-

mandas. Possui 2.500 metros de comprimento por 30 metros de largura e é uma das maiores do Estado. Carece, todavia, o terminal aeroportuário de acesso rodoviário adequado a partir da rodovia federal BR-101. Dessa providência depende, em grande medida, a consolidação do aeroporto e, em última instância, o pleno desenvolvimento do enorme potencial da região.

Nesse sentido, o projeto que apresentamos visa à inclusão do acesso rodoviário ao Aeroporto Regional Sul de Jaguaruna (SC) entre as rodovias do Sistema Rodoviário Federal, discriminadas no Plano Nacional de Viação (PNV), aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. Entre outros critérios previstos, o PNV admite que poderão ser incluídas, em suas relações descritivas, rodovias ou trechos de rodovias que permitam acesso a pontos e terminais importantes do sistema viário nacional.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação do projeto que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.
– Senadora **Ideli Salvatti**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973.**Regulamento**

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

[Download para anexo](#)

Alterações**ÍTENS****ATO DE ALTERAÇÃO**

Item 1.2 - O Sistema Nacional de Viação

[Lei nº 6.261, de 14.11.1975](#)

[Lei nº 11.314, de 2006](#)
[Lei nº 11.297, de 2006](#)
[Lei nº 11.122, de 31.6.2005](#)
[Lei nº 11.003, de 16.12.2004](#)
[Lei nº 10.960, de 7.10.2004](#)
[Lei nº 10.789, de 28.11.2003](#)
[Lei nº 10.739, de 24.9.2003](#)
[Lei nº 10.606, de 19.12.2002](#)
[Lei nº 10.540, de 1º.10.2002](#)
[Lei nº 10.031, de 20.10.2000](#)
[Lei nº 10.030, de 20.10.2000](#)
[Lei nº 9.830, de 2.9.1999](#)
[Lei nº 9.078, de 11.7.1995](#)
[Lei nº 7.581, de 24.12.1986](#)
[Lei nº 7.003, de 24.6.1982](#)
[Lei nº 6.976, de 14.12.1981](#)
[Lei nº 6.933, de 13.7.1980](#)
[Lei nº 6.776, de 30.4.1980](#)
[Lei nº 6.648, de 16.5.1979](#)
[Lei nº 6.555, de 22.8.1978](#)
[Lei nº 6.504, de 13.12.1977](#)
[Lei nº 6.406, de 21.3.1977](#)
[Lei nº 11.475, de 2007](#)
[Lei nº 11.482, de 2007](#)

Item 2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

[Lei nº 11.297, de 2006](#)
[Lei nº 10.680, de 23.5.2003](#)
[Lei nº 9.060, de 14.6.1995](#)
[Lei nº 7.436, de 20.12.1985](#)
[Lei nº 6.574, de 30.9.1978](#)
[Lei nº 6.346, de 6.7.1976](#)

Item 3.2.2 - Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação

[Lei nº 11.297, de 2006](#)
[Lei nº 9.852, de 27.10.1999](#)
[Lei nº 6.671, de 4.7.1979](#)
[Lei nº 6.630, de 16.4.1979](#)
[\(Vide Medida Provisória nº 369, de 2007\)](#)
[Lei nº 11.518, de 2007](#)
[Lei nº 11.550, de 2007](#)

Item 4.2 - Relação Descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do P. N.V.

Item 5.2.1 - Relação Descritiva das Hidrovias do Plano Nacional de Viação

[Lei nº 6.630, de 16.4.1979](#)

(À Comissão de Serviço de Infra-Estrutura – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 733, DE 2007**Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Arqueólogo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Arqueólogo, a ser comemorado anualmente no dia 26 de julho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O principal responsável pelo estudo e conservação do patrimônio arqueológico brasileiro não tem recebido o merecido reconhecimento por seu trabalho. Não obstante a profissão existir desde longa data, não há curso superior na área, nem tampouco regulamentação oficial. Assim sendo, faz-se necessário tomar algumas medidas para o resgate da dignidade do arqueólogo, entre as quais a criação de um dia nacional a ele dedicado.

Diferentemente do charme com que é representado em filmes de aventura, o arqueólogo é, na verdade, um trabalhador incansável a serviço da localização e identificação de monumentos e artefatos históricos e pré-históricos, os quais devem ser interpretados e colocados a serviço das outras disciplinas científicas e das políticas sociais. Dividido entre atividades de campo, a academia e as publicações científicas, ele desenvolve um trabalho árduo e nem sempre devidamente reconhecido.

No Brasil, são poucas as oportunidades de formação. O único curso específico, que funcionava numa universidade particular do Rio de Janeiro, foi fechado em 1976. Desde então, nenhuma instituição se interessou em criar um curso de graduação na área. Em nível de pós-graduação, só existem opções em Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Então, historicamente, a profissão tem sido exercida por graduados em outras áreas que desenvolvem habilidades específicas no campo da arqueologia, tais como geólogos, engenheiros de minas, historiadores e antropólogos.

Não obstante esse descaso acadêmico, cada vez mais o trabalho do arqueólogo é valorizado, da década de 30 aos dias de hoje, seja pela legislação, seja pelas demandas de natureza ecológica e econômica.

Inicialmente, a legislação que organizou a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional exigiu a presença do profissional (Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937). Posteriormente, uma lei mais específica de proteção ao patrimônio arqueológico tornou ainda mais necessária a intervenção do especialista (Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961). Nos últimos anos,

os trabalhos de arqueologia ganharam maior significação, com a construção de barragens para hidrelétricas, rodovias e expansão da agropecuária.

O trabalho do arqueólogo ganhou maior relevância com a exigência dos relatórios de impacto ao meio ambiente (Resolução do Conama nº 1, de 1986). Por fim, a Constituição de 1988 reconheceu o patrimônio arqueológico como um dos elementos de proteção da memória e da identidade nacionais (arts. 20, I; 23, III; 216, V).

Ao propormos o dia 26 de julho como data para a celebração do Dia do Arqueólogo, prestamos uma homenagem à Lei nº 3.924, de 1961, que foi promulgada nesse dia. A exemplo do Rio de Janeiro, que já instituiu tal data, queremos estender a homenagem a todo o território nacional. Assim sendo, conclamamos o voto favorável à proposição.

Sala da Sessão, 20 de dezembro de 2007. – **Paulo Duque.**

LEGISLAÇÃO CITADA

.....
.....
DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

.....
.....
LEI Nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961

Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

.....
.....
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 1,
DE 23 DE JANEIRO DE 1986

Cria a obrigatoriedade de realização de EIA/RIMA para o licenciamento de atividades poluidoras**CAPÍTULO II
Da União**

Art. 20. São bens da União:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II.

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

VII – os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 734, DE 2007

Altera a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso II-A:

“Art. 3º

II-A. Inspeção sanitária do acondicionamento, preservação, distribuição, processamento, transporte e abastecimento de produtos alimentares produzidos pela indústria alimentícia;

(NR)”

Justificação

Hoje, no Brasil, existem 65 cursos de nível superior em Engenharia de Alimentos. Apesar disso, a Legislação não permite ao Engenheiro de Alimentos exercer o cargo de Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O cargo somente pode ser exercido por Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários, Zootecnistas, Farmacêuticos e Químicos.

É importante salientar que os Engenheiros de Alimentos são preparados para atuar na área de processamento de alimentos na indústria alimentícia, como a de laticínios, a de sucos e a de carnes. Entretanto, a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, não prevê, entre as competências do Engenheiro de Alimentos, a de fiscalizar as linhas de processamento da indústria de alimentos, mas tão-somente para fiscalizar os produtos de origem animal ou vegetal, já embalados.

Assim, apresento o seguinte projeto de lei, que visa incluir, entre as atribuições do Fiscal Federal Agropecuário, a de realizar a inspeção sanitária do acondicionamento, preservação, distribuição, processamento, transporte e abastecimento de produtos alimentares produzidos pela indústria alimentícia. Estou certo de que um especialista em processamento, como o engenheiro de alimentos, tem muito a contribuir para o setor de fiscalização de alimentos de origem agropecuária.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.
– Senador **Arthur Virgílio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.883, DE 16 DE JUNHO DE 2004

Reestrutura a remuneração e define as competências dos ocupantes dos cargos da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dá outras providências.

Art. 3º São atribuições dos titulares do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em todo o território nacional:

I – a defesa sanitária animal e vegetal;

II – a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e a fiscalização dos produtos destinados à alimentação animal;

III – a fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabricam e de agrotóxicos, seus componentes e afins;

IV – a fiscalização do registro genealógico dos animais domésticos, da realização de provas zootécnicas, das atividades hípcas e turfísticas, do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos e dos prestadores de serviços de reprodução animal;

V – a fiscalização e inspeção da produção e do comércio de sementes e mudas e da produção e comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes destinados à agricultura;

VI – a fiscalização da produção, circulação e comercialização do vinho e derivados do vinho, da uva e de bebidas em geral;

VII – a fiscalização e o controle da classificação de produtos vegetais e animais, subprodutos e resíduos de valor econômico e elaboração dos respectivos padrões;

VIII – a fiscalização das atividades de aviação agrícola, no que couber;

IX – a fiscalização do trânsito de animais vivos, seus produtos e subprodutos destinados a quaisquer fins, de vegetais e partes vegetais, seus produtos e subprodutos destinados a quaisquer fins, de insumos destinados ao uso na agropecuária e de materiais bio-

lógicos de interesse agrícola ou veterinário, nos portos e aeroportos internacionais, nos postos de fronteira e em outros locais alfandegados;

X – lavar auto de infração, de apreensão e de interdição de estabelecimentos ou de produtos, quando constatarem o descumprimento de obrigação legal relacionada com as atribuições descritas neste artigo;

XI – assessorar tecnicamente o governo, quando requisitado, na elaboração de acordos, tratados e convenções com governos estrangeiros e organismos internacionais, dos quais o País seja membro, nos assuntos relacionados com as atribuições fixadas neste artigo;

XII – fiscalizar o cumprimento de atos administrativos destinados à proteção e certificação de cultivos;

XIII – as demais atividades inerentes à competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que lhes forem atribuídas em regulamento.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por áreas de especialização profissional.

(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2007

Altera o art. 11 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para permitir aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a emissão de títulos da dívida pública, seja no mercado interno ou externo, para amortizar ou quitar dívidas renegociadas com a União.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 11 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Até 31 de dezembro de 2010, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios somente poderão emitir títulos da dívida pública

blica no montante necessário ao atendimento das seguintes finalidades:

I – refinanciamento do principal, devidamente atualizado, de suas obrigações, representadas por essa espécie de títulos;

II – amortização ou quitação de suas dívidas renegociadas com a União. (NR)”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, define em seu artigo 11 que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até 31 de dezembro de 2010, somente poderão emitir títulos de dívida pública no montante necessário ao refinanciamento das obrigações representadas por essa espécie de título.

A nova redação ora proposta para aquele artigo tem por objetivo permitir aos governantes a emissão de títulos da dívida pública também para amortizar ou quitar as dívidas renegociadas com a União, em especial as referentes às Leis nºs 8.727, de 1993, e 9.496, de 1997, bem como as da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001.

A medida mostra-se oportuna para o aproveitamento da atual disposição dos mercados financeiros e de capitais, tanto nacional quanto internacional, em investir em títulos públicos destinados ao refinanciamento da dívida pública dos entes subnacionais, em condições de taxas de juros e prazos mais favoráveis em relação às praticadas nas renegociações em vigor com a União.

As dívidas de Estados e Municípios renegociadas pela União vêm sendo, em geral, corrigidas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), acrescido de juros que vão de 6 a 7,5% ao ano. No entanto, os surtos inflacionários captados por esse índice no passado recente influenciaram sobremaneira o crescimento dos saldos devedores dos contratos, apesar das amortizações realizadas.

O quadro abaixo demonstra a evolução, no período de 2000 a 2007, dos saldos devedores dos haveres detidos pelo Tesouro Nacional referente às principais dívidas renegociadas de estados e municípios.

(em R\$ bilhões)

HAVERES/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽²⁾
Lei 8.727/1993	44	45	46	48	48	48	47	45
Lei 9.496/1997	137	154	190	211	242	251	266	280
MPV 2.185-35/2001	— ⁽¹⁾	20	27	31	36	38	41	43

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Notas: ⁽¹⁾ As renegociações da MPV 2.185-35/2001 foram realizada a partir de 2001.

⁽²⁾ A posição de 2007 compreende os saldos devedores apurados no mês de outubro.

Considerando a estabilidade da nossa moeda e a melhora dos fundamentos da economia brasileira, as perspectivas de atração de investidores são muito favoráveis, havendo, inclusive, a possibilidade de pré-fixação de taxa para os novos títulos, o que permitirá ao governante maior previsibilidade dos gastos com o serviço da dívida.

A medida proposta, ao propiciar o carregamento da dívida pelo mercado financeiro e de capitais, permitirá à União a antecipação de ingressos de recursos e, em consequência, a redução do serviço da dívida, decorrente dos títulos lançados no mercado à época das renegociações com os entes federados.

Ademais, ao limitar a emissão de títulos da dívida pública aos valores necessários à amortização ou quitação das dívidas renegociadas pela União, a flexibilidade proposta não propiciará o aumento do endividamento público, nem o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, (Lei Complementar nº 101, de 2000).

Por fim, para que a emissão dos títulos seja efetivada, nos termos da LRF, o ente continuará precisando obter a competente autorização do Ministério da Fazenda e do Senado Federal.

Em face do exposto, peço o apoio dos meus ilustres pares para a aprovação deste projeto de resolução.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.

– Senador **Jonas Pinheiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2001

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

.....
Art. 11. Até 31 de dezembro de 2010, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios somente poderão emitir títulos da dívida pública no montante necessário ao refinanciamento do principal devidamente atualizado de suas obrigações, representadas por essa espécie de títulos.
.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 97, DE 2007

Altera a redação do art. 35 e acrescenta incisos I, II, III, IV, V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer o rito da sessão de votação em processo de perda de mandato parlamentar.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 35, do Regimento Interno do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 35. O projeto de resolução, depois de lido no Período do Expediente, publicado no **Diário do Senado Federal** e distribuído em avulsos, será incluído em Ordem do Dia e submetido à votação pelo processo secreto, observada a seguinte sequência:

I – Será concedido à representação o prazo máximo de 30 (trinta) minutos para expor o relatório;

II – Será concedido ao senador representado o prazo máximo de 30 (trinta) minutos para expor a sua defesa;

III – Imediatamente após, dar-se-á início a fase de discussão onde poderão usar da palavra até 5 (cinco) senadores pela representação e, até 5 (cinco) senadores pela defesa, intercaladamente, pelo prazo máximo individual de 10 (dez) minutos;

IV – Encerrada a discussão, será concedida novamente a palavra à representação, pelo prazo máximo de 15 (quinze) minutos;

V – Será concedido ao senador representado o prazo máximo de 30 (trinta) minutos, para réplica;

VI – Proceder-se-á ao processo de votação.”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nesta legislatura, esta Casa enfrentou um período de grande turbulência devido aos pedidos de cassação de alguns de seus membros.

No entanto, atualmente, inexistiu o rito a ser seguido, nem tão pouco, um procedimento padrão adotado pela Mesa do Senado Federal, o que dificulta o processo de formação de convencimento das Senhoras e Senhores Senadores que, posteriormente, deverão votar pela procedência ou não da representação. Desta forma, necessário se faz adequar a norma interna para atender ao devido processo legal, com o detalhamento das ações, tanto para a defesa, quanto para a relatoria.

A presente proposição visa suprir lacuna existente no Regimento Interno do Senado Federal, estabelecendo o rito processual para as sessões de votação em processo de perda de mandato parlamentar.

Assim, com o intento de dirimir quaisquer dúvidas relacionadas aos procedimentos a serem seguidos durante a sessão, solicito aos demais pares a aprovação deste projeto de resolução.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.
– Senador **João Vicente Claudino**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO

.....
Art. 35. O projeto de resolução, depois de lido no Período do Expediente, publicado no **Diário do Senado Federal** e distribuído em avulsos, será incluído em Ordem do Dia e submetido à votação pelo processo secreto.
.....

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)
– A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 97, de 2007**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, “a”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)
– Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2007 (Nº 6.917/2006, na Casa de Origem)

Inscribe o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis da Pátria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inscribe-se o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.917, DE 2006

Inscribe o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis da Pátria.

Art. 1º Inscribe-se o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo precípuo do presente projeto de lei é promover a inscrição do nome do General Joaquim Xavier Curado, no Livro dos Heróis da Pátria,

permanentemente depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

É incontestável a importância de Xavier Curado, documentada por sua biografia, marcada por grandes feitos em prol da Nação.

Natural de Pirenópolis, em Goiás, ainda muito jovem deixou sua cidade natal em direção ao Rio de Janeiro, onde ingressou na carreira militar, aos 21 anos, e nela permaneceu por mais de seis décadas.

Desde a juventude, como Alferes de Infantaria, Xavier Curado demonstrou sua singular dedicação à vida militar. Já em 1776, como capitão, participou da retomada da vila do Rio Grande, liberando-a do domínio espanhol.

Anos mais tarde, como Tenente-Coronel, planejou e implementou a Academia Militar, precursora da atual Academia Militar das Agulhas Negras.

Em 1800, com a patente de Coronel, esteve à frente do Governo de Santa Catarina por cinco anos, época marcada por sua dedicação ao cargo e à população catarinense.

Como General, Xavier Curado participou ativamente das batalhas da chamada Banda Oriental, lançando-se em favor da definição das nossas fronteiras. Nessa campanha, como comandante do Exército Pacificador, alcançou memoráveis êxitos, vencendo importantes batalhas, no Sul do País.

Mais tarde, de volta ao Rio de Janeiro, Xavier Curado liderou forças que se posicionaram a favor da emancipação do Brasil em relação à Coroa portuguesa. Por ocasião do conhecido episódio do Fico, prenúncio das lutas pela independência brasileira, o General Curado exerceu um papel fundamental frente ao contingente congregado em torno do ideal da independência. Estava lançada a semente do futuro Exército brasileiro.

Xavier Curado faleceu aos 87 anos, tendo exercido importantes funções até o final da vida. Por seus méritos, conquistou vários títulos, como o de Barão e Conde de São João de Duas Barras, entre muitos. Recebeu, também, várias comendas, como as Medalhas da Campanha do Sul, em duas ocasiões distintas. Essas homenagens consolidam a pertinência de se atribuir ao ilustre militar a distinção ora requerida.

Do Livro dos Heróis da Pátria, constam grandes vultos da história brasileira, como Tiradentes, D. Pedro I e Zumbi dos Palmares. A inclusão, nesse plantel, do insigne nome do General Joaquim Xavier Curado contribuirá para o engrandecimento da homenagem ali prestada a expressivas figuras da nossa história.

Considerando a oportunidade do presente projeto de lei, esperamos sua acolhida pelos ilustres pares.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2006. – Deputado **Leandro Vilela**.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2007

(Nº 6.934/2006, na Casa de origem)

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, novo trecho rodoviário para expansão da BR-421.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A diretriz da BR-421, constante do item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte descrição:

“2.2.2 Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

BR	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão (Km)	Superposição	
				BR	Km
421	Machadinho D'Oeste - entronc. c/ RO-133 e RO-455 - etronc. c/ RO-140 - Ariquemes - Monte Negro - Campo Novo de Rondônia - Guajará-Mirim.	RO	451		

Art. 2º O traçado definitivo da ligação rodoviária de que trata o art. 1º desta Lei será definido pelo órgão competente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.934, DE 2006

Inclui e altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, prolongando a Rodovia BR-421, a partir de Ariquemes, Estado de Rondônia, até o Município de Machadinho

do Oeste, Estado de Rondônia, na divisa com o Estado do Amazonas.

Art. 1º Inclui-se no item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, o prolongamento da Rodovia BR-421, a partir de Ariquemes – Estado de Rondônia até o Município de Machadinho do Oeste-Estado de Rondônia, na divisa com o Estado do Amazonas.

“2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

BR	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão (km)	Superposição	
				BR	Km
421	Ariquemes, Vale do Anari e Machadinho do Oeste.	RO	144	324	

Art. 2º O número da ligação rodoviária de que trata o art. 1º desta Lei será definido pelo órgão competente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Rodovia Federal 421, incluída no Plano Nacional de Viação pelo Decreto-Lei nº 955/69, previa a ligação dos Municípios de Ariquemes/RO até o Município de Guajará Mirim/RO, fronteira com a Bolívia. Contudo, com a criação de unidades de conservação e reservas indígenas ao longo do trecho projetado, foi inviabilizada a continuidade da rodovia até o Mu-

nícipio de Guajará Mirim, se detendo no Município de Campo Novo. Por outro lado, a expansão da fronteira agrícola em Rondônia, revertou a diretriz da rodovia no sentido dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, reforçando a viabilidade social e econômica do prolongamento da BR-421, ocupando o trecho da rodovia estadual RO-90.

Atualmente, há um intenso tráfego na região fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas, que ora é interligada, na parte rondoniense, pela RO-90.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2006. – **Eduardo Valverde**, Deputado Federal PT-RO.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007
(Nº 7.252/2006, na Casa de Origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Dá nova redação à alínea * do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea o, do inciso VII do **caput** do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27.
.....
VII –

o) política nacional de exportação de produtos de defesa, bem como fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento, produção e exportação em áreas de interesse da defesa e controle da exportação de produtos de defesa;”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.252, DE 2006

Dá nova redação à alínea o do inciso VII do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea o do inciso VII do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“o) política nacional de exportação de produto de defesa, bem como fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento, produção e exportação em áreas de interesse da defesa e controle da exportação de produtos de defesa;”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 472, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dá nova redação à alínea o do inciso VII do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios”.

Brasília, 21 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Interministerial nº 257/2006/MD/MP

Brasília, 24 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que dá nova redação à alínea o do inciso VII do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que “dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências”.

2. A medida tem o propósito de atualizar as competências do Ministério da Defesa, no que se refere aos produtos de defesa.

3. Quando da edição da lei em comento, não se levou em consideração o surgimento de novas tecnologias de defesa, mantendo-se as competências do Ministério da Defesa com a utilização de termos usados há décadas e que já não refletem o real conceito de produtos de defesa. O termo técnico “material bélico”, constante da lei, de ser, então, substituído pelo termo mundialmente consagrado “produto de defesa”.

4. Considerando a necessidade premente de efetuar rigoroso controle dos novos produtos, normalmente de alto valor agregado e de interesse sensível, a redação do diploma legal tornou-se desatualizada. No setor da defesa, o aumento da complexidade dos materiais e dos processos associados demanda, no caso de mobilização do País, necessidades de manter competências, conhecimentos e infra-estrutura capazes de responder, com oportunidade, às ameaças reais do mundo contemporâneo. Tudo isso impõe a atualização das competências do Ministério da Defesa, com vistas a adequar-se à nova realidade.

Há que considerar, ainda, a edição da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, bem como o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que a regulamenta, onde ficou definida a competência do Ministério da Defesa para elaborar as diretrizes de exportação de produtos de defesa.

São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter a Vossa Excelência a anexa proposta de projeto de lei.

Respeitosamente, **Waldir Pires – Paulo Bernardo.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003.**

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Seção II**Das Áreas de Competência**

Art. 27. Os assuntos que constituem áreas de competência de cada Ministério são os seguintes:

I - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- a) política agrícola, abrangendo produção e comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;
- b) produção e fomento agropecuário, inclusive das atividades da heveicultura;
- c) mercado, comercialização e abastecimento agropecuário, inclusive estoques reguladores e estratégicos;
- d) informação agrícola;
- e) defesa sanitária animal e vegetal;
- f) fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor;
- g) classificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais, inclusive em ações de apoio às atividades exercidas pelo

Ministério da Fazenda, relativamente ao comércio exterior;

- h) proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário;
- i) pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária;
- j) meteorologia e climatologia;
- l) cooperativismo e associativismo rural;
- m) energização rural, agroenergia, inclusive eletrificação rural;
- n) assistência técnica e extensão rural;
- o) política relativa ao café, açúcar e álcool;
- p) planejamento e exercício da ação governamental nas atividades do setor agroindustrial canavieiro;

II - Ministério da Assistência Social:

- a) política nacional de assistência social;
- b) normatização, orientação, supervisão e avaliação da execução da política de assistência social;
- e) orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, programas e projetos relativos à área da assistência social;
- d) articulação, coordenação e avaliação dos programas sociais do governo federal;
- e) gestão do Fundo Nacional de Assistência Social;
- f) aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço

Social do Transporte (SEST);

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)

- a) política nacional de desenvolvimento social; (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)
- b) política nacional de segurança alimentar e nutricional; (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)
- c) política nacional de assistência social; (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)
- d) política nacional de renda de cidadania; (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)
- e) articulação com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e a sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social; (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)
- f) articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as ações da sociedade civil ligadas ao desenvolvimento social, à produção alimentar, alimentação e nutrição, à renda de cidadania e à assistência social; (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004)
- g) orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, programas e projetos relativos às áreas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social; (Incluída pela Lei nº 10.869, de 2004)
- h) normatização, orientação, supervisão e avaliação da execução das políticas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social; (Incluída pela Lei nº 10.869, de 2004)
- i) gestão do Fundo Nacional de Assistência Social; (Incluída pela Lei nº 10.869, de 2004)
- j) coordenação, supervisão, controle e avaliação da operacionalização de programas de transferência de renda; (Incluída pela Lei nº 10.869, de 2004)

l) aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria - SESI, do Serviço Social do Comércio - SESC e do Serviço Social do Transporte - SEST; (Incluída pela Lei nº 10.869, de 2004)

III - Ministério das Cidades:

- a) política de desenvolvimento urbano;
- b) políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito;
- c) promoção, em articulação com as diversas esferas de governo, com o setor privado e organizações não-governamentais, de ações e programas de urbanização, de habitação, de saneamento básico e ambiental, transporte urbano, trânsito e desenvolvimento urbano;
- d) política de subsídio à habitação popular, saneamento e transporte urbano;
- e) planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito;

f) participação na formulação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água, bem como para a adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e gestão do saneamento;

IV - Ministério da Ciência e Tecnologia:

- a) política nacional de pesquisa científica e tecnológica;
- b) planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia;
- c) política de desenvolvimento de informática e automação;
- d) política nacional de biossegurança;
- e) política espacial;
- f) política nuclear;
- g) controle da exportação de bens e serviços sensíveis;

V - Ministério das Comunicações:

- a) política nacional de telecomunicações;
- b) política nacional de radiodifusão;
- c) serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;

VI - Ministério da Cultura:

- a) política nacional de cultura;
- b) proteção do patrimônio histórico e cultural;

c) delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto; (Vide Decreto nº 4.883, de 20.11.2003)

VII - Ministério da Defesa:

- a) política de defesa nacional;
- b) política e estratégia militares;
- c) doutrina e planejamento de emprego das Forças Armadas;
- d) projetos especiais de interesse da defesa nacional;
- e) inteligência estratégica e operacional no interesse da defesa;
- f) operações militares das Forças Armadas;
- g) relacionamento internacional das Forças Armadas;
- h) orçamento de defesa;
- i) legislação militar;
- j) política de mobilização nacional;
- l) política de ciência e tecnologia nas Forças Armadas;
- m) política de comunicação social nas Forças Armadas;
- n) política de remuneração dos militares e pensionistas;
- o) política nacional de exportação de material de emprego militar, bem como fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento, produção e exportação em áreas de interesse da defesa e controle da exportação de material bélico de natureza convencional;
- p) atuação das Forças Armadas, quando couber, na garantia da lei e da ordem, visando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem como sua cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil e ao apoio ao combate a delitos transfronteiriços e ambientais;

q) logística militar;

r) serviço militar;

s) assistência à saúde, social e religiosa das Forças Armadas;

t) constituição, organização, efetivos, adestramento e aprestamento das forças navais, terrestres e aéreas;

u) política marítima nacional;

v) segurança da navegação aérea e do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar;

x) política aeronáutica nacional e atuação na política nacional de desenvolvimento das atividades aeroespaciais;

z) infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária;

VIII - Ministério do Desenvolvimento Agrário:

a) reforma agrária;

b) promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares;

IX - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:

a) política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços;

b) propriedade intelectual e transferência de tecnologia;

c) metrologia, normalização e qualidade industrial;

d) políticas de comércio exterior;

e) regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior;

f) aplicação dos mecanismos de defesa comercial;

g) participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior;

h) formulação da política de apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato;

i) execução das atividades de registro do comércio;

X - Ministério da Educação:

a) política nacional de educação;

b) educação infantil;

c) educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;

d) avaliação, informação e pesquisa educacional;

e) pesquisa e extensão universitária;

f) magistério;

g) assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes;

XI - Ministério do Esporte:

a) política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;

b) intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;

c) estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;

d) planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;

XII - Ministério da Fazenda:

a) moeda, crédito, instituições financeiras, capitalização, poupança popular, seguros privados e previdência privada aberta;

b) política, administração, fiscalização e arrecadação tributária e aduaneira;

c) administração financeira e contabilidade públicas;

d) administração das dívidas públicas interna e externa;

e) negociações econômicas e financeiras com governos, organismos multilaterais e agências governamentais;

f) preços em geral e tarifas públicas e administradas;

g) fiscalização e controle do comércio exterior;

h) realização de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura econômica;

i) autorização, ressalvadas as competências do Conselho Monetário Nacional:

1. da distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda quando efetuada mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada;

2. das operações de consórcio, fundo mútuo e outras formas associativas assemelhadas, que objetivem a aquisição de bens de qualquer natureza;

3. da venda ou promessa de venda de mercadorias a varejo, mediante oferta pública e com recebimento antecipado, parcial ou total, do respectivo preço;

4. da venda ou promessa de venda de direitos, inclusive cotas de propriedade de entidades civis, tais como hospital, motel, clube, hotel, centro de recreação ou alojamento e organização de serviços de qualquer natureza com ou sem rateio de despesas de manutenção, mediante oferta pública e com pagamento antecipado do preço;

5. da venda ou promessa de venda de terrenos loteados a prestações mediante sorteio;

6. de qualquer outra modalidade de captação antecipada de poupança popular, mediante promessa de contraprestação em bens, direitos ou serviços de qualquer natureza;

7. da exploração de loterias, inclusive os Sweepstakes e outras modalidades de loterias realizadas por entidades promotoras de corridas de cavalos;

XIII - Ministério da Integração Nacional:

a) formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrada;

b) formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento;

c) estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais;

d) estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal;

e) estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste;

f) estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais;

g) acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional;

h) defesa civil;

i) obras contra as secas e de infra-estrutura hídrica;

j) formulação e condução da política nacional de irrigação;

l) ordenação territorial;

m) obras públicas em faixas de fronteiras;

XIV - Ministério da Justiça:

a) defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais;

b) política judiciária;

c) direitos dos índios;

d) entorpecentes, segurança pública, Polícias Federal, Rodoviária e Ferroviária Federal e do Distrito Federal;

e) defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;

f) planejamento, coordenação e administração da política penitenciária nacional;

g) nacionalidade, imigração e estrangeiros;

h) ouvidoria-geral dos índios e do consumidor;

i) ouvidoria das polícias federais;

j) assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados em lei;

l) defesa dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta;

m) articulação, integração e proposição das ações do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de repressão ao uso indevido, do tráfico ilícito e da produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica;

XV - Ministério do Meio Ambiente:

- a) política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos;
 - b) política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas;
 - c) proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais;
 - d) políticas para integração do meio ambiente e produção;
 - e) políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal;
 - f) zoneamento ecológico-econômico;
- XVI - Ministério de Minas e Energia:
- a) geologia, recursos minerais e energéticos;
 - b) aproveitamento da energia hidráulica;
 - c) mineração e metalurgia;
 - d) petróleo, combustível e energia elétrica, inclusive nuclear;
- XVII - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:
- a) participação na formulação do planejamento estratégico nacional;
 - b) avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e programas do Governo Federal e elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas;
 - c) realização de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais;
 - d) elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais;
 - e) viabilização de novas fontes de recursos para os planos de governo;
 - f) formulação de diretrizes, coordenação das negociações, acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais;
 - g) coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil, de organização e modernização administrativa, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais;
 - ~~h) formulação de diretrizes e controle da gestão das empresas estatais;~~
 - ~~h) formulação de diretrizes, coordenação e critérios de governança corporativa das empresas estatais federais; (Redação dada pela Medida Provisória nº 377, de 2007); (Rejeitada pelo Ato Declaratório nº 1, de 2007).~~
 - h) formulação de diretrizes e controle da gestão das empresas estatais;
 - i) acompanhamento do desempenho fiscal do setor público; (Revogado pela Lei nº 10.869, de 2004)
 - j) administração patrimonial;
 - l) política e diretrizes para modernização do Estado;
- XVIII - Ministério da Previdência Social:
- a) previdência social;
 - b) previdência complementar;
- XIX - Ministério das Relações Exteriores:
- a) política internacional;
 - b) relações diplomáticas e serviços consulares;
 - c) participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais com governos e entidades estrangeiras;
 - d) programas de cooperação internacional;
 - e) apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais;
- XX - Ministério da Saúde:
- a) política nacional de saúde;
 - b) coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde;
 - c) saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e dos índios;
 - d) informações de saúde;
 - e) insumos críticos para a saúde;
 - f) ação preventiva em geral, vigilância e controle sanitário de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos;
 - g) vigilância de saúde, especialmente quanto às drogas, medicamentos e alimentos;
 - h) pesquisa científica e tecnologia na área de saúde;
- XXI - Ministério do Trabalho e Emprego:
- a) política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
 - b) política e diretrizes para a modernização das relações de trabalho;
 - c) fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, bem como aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas;
 - d) política salarial;
 - e) formação e desenvolvimento profissional;
 - f) segurança e saúde no trabalho;
 - g) política de imigração;
 - h) cooperativismo e associativismo urbanos;
- XXII - Ministério dos Transportes:
- a) política nacional de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário;
 - ~~b) marinha mercante, portos e vias navegáveis;~~
 - ~~c) participação na coordenação dos transportes aeroviários;~~
 - ~~b) marinha mercante, vias navegáveis e portos fluviais e lacustres, excetuados os outorgados às companhias docas; (Redação dada pela Medida Provisória nº 369, de 2007)~~

e) participação na coordenação dos transportes aeroviários e serviços portuários; (Redação dada pela Medida Provisória nº 369, de 2007)

b) marinha mercante, vias navegáveis e portos fluviais e lacustres, excetuados os outorgados às companhias docas; (Redação dada pela Lei nº 11.518, de 2007)

c) participação na coordenação dos transportes aeroviários e serviços portuários; (Redação dada pela Lei nº 11.518, de 2007)

XXIII - Ministério do Turismo:

a) política nacional de desenvolvimento do turismo;

b) promoção e divulgação do turismo nacional, no País e no exterior;

c) estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;

d) planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo;

e) gestão do Fundo Geral de Turismo;

f) desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação e Classificação das atividades, empreendimentos e equipamentos dos prestadores de serviços turísticos.

§ 1º Em casos de calamidade pública ou de necessidade de especial atendimento à população, o Presidente da República poderá dispor sobre a colaboração dos Ministérios com os diferentes níveis da Administração Pública.

§ 2º A competência de que trata a alínea m do inciso I será exercida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quando baseada em recursos do Orçamento Geral da União, e pelo Ministério de Minas e Energia, quando baseada em recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional.

§ 3º A competência atribuída ao Ministério da Integração Nacional de que trata a alínea l do inciso XIII será exercida em conjunto com o Ministério da Defesa.

§ 4º A competência atribuída ao Ministério do Meio Ambiente de que trata a alínea f do inciso XV será exercida em conjunto com os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e da Integração Nacional.

§ 5º A competência relativa aos direitos dos índios, atribuída ao Ministério da Justiça na alínea e do inciso XIV inclui o acompanhamento das ações de saúde desenvolvidas em prol das comunidades indígenas.

§ 6º No exercício da competência de que trata a alínea b do inciso XV, nos aspectos relacionados à pesca, caberá ao Ministério do Meio Ambiente: (Regulamento)

I - fixar as normas, critérios e padrões de uso para as espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexploração, assim definidas com base nos melhores dados científicos e existentes, excetuando-se aquelas a que se refere a alínea a do inciso I do § 1º do art. 23;

II - subsidiar, assessorar e participar, juntamente com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, em interação com o Ministério das Relações Exteriores, de negociações e eventos que envolvam o comprometimento de direitos e a interferência em interesses nacionais sobre a pesca.

§ 7º Caberá ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbção e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, sem prejuízo da responsabilidade das Polícias Militares dos Estados pela manutenção da ordem pública.

§ 8º As competências atribuídas ao Ministério dos Transportes nas alíneas a e b do inciso XXII compreendem:

I - a formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais;

II - a participação no planejamento estratégico, o estabelecimento de diretrizes para sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos;

III - a aprovação dos planos de outorgas;

IV - o estabelecimento de diretrizes para a representação do Brasil nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes aos meios de transportes;

V - a formulação e supervisão da execução da política referente ao Fundo de Marinha Mercante, destinado à renovação, recuperação e ampliação da frota mercante nacional, em articulação com os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VI - o estabelecimento de diretrizes para afretamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras de navegação e para liberação do transporte de cargas prescritas.

§ 9º São mantidas as competências do Ministério da Fazenda e da Caixa Econômica Federal previstas no art. 18B da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001.

§ 10. Compete, ainda, ao Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, a fiscalização fluvial, no tocante ao inciso II do § 1º do art. 144 da Constituição Federal.

§ 11. A competência atribuída ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que trata a alínea n do inciso I, será exercida, também, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, relativamente a sua área de atuação.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2007

(Nº 7.258, na Casa de Origem)

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, – Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 234-A à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem.

Art. 2º A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 234-A:

“Art. 234-A. A franquia de bagagem poderá ser utilizada no despacho de todo e qualquer objeto do passageiro na companhia aérea, na forma do regulamento, respeitadas as limitações previstas no art. 21 deste Código.

Parágrafo único. A franquia a que se refere o **caput** deste artigo não poderá ser utilizada para o transporte de animais vivos.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.258, DE 2006**Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que “dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica”, para definir a abrangência da franquia de bagagem;**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 234-A à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que “Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica”, para definir a abrangência da franquia de bagagem

Art. 2º A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 234-A:

“Art. 234-A. A franquia de bagagem poderá ser utilizada no despacho de todo e qualquer objeto do passageiro junto à companhia aérea, na forma do regulamento, respeitadas as limitações previstas no art. 21 deste Código.

Parágrafo único. A franquia a que se refere o **caput** não poderá ser utilizada para o transporte de animais vivos.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

Justificação

O Código Brasileiro de Aeronáutica, instituído pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, não define em seu texto a abrangência da franquia de bagagem. Por outro lado, o art. 37 da portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, do Departamento de Aviação Civil – DAC, alterado pela Portaria nº 689/GC-5, de 22 de junho de 2005, estabelece que o passageiro embarcado em voo doméstico tem direito de despachar como franquia: 30kg de bagagem, para a primeira classe, e 23kg para a classe econômica, em aeronaves com mais de 31 assentos; 18kg de bagagem para aeronaves de 21 a 30 assentos; e 10kg para aeronaves com até 20 assentos.

As empresas aéreas nacionais consideram como “bagagem especial” e, portanto, fora da franquia, qualquer objeto de uso pessoal do passageiro, inclusive material esportivo, que não se enquadre dentro das especificações de tamanho estabelecidas pela International Air Transport Association – IATA. Incluem-se, nessa situação, bicicletas, pranchas de surf e windsurf, equipamentos de golfe, equipamentos de esqui, entre outros. A aceitação desses objetos dentro da franquia de bagagem varia de acordo com a empresa aérea.

Apesar da adoção, pelas companhias aéreas nacionais, dos parâmetros estabelecidos pela IATA, não existe no Brasil nenhuma norma que enumere os objetos passíveis de cobrança como bagagem especial. As empresas nacionais adotam critérios diferentes, como podemos observar no caso de bicicleta. A Gol Linhas Aéreas cobra pelo transporte, enquanto TAM e Varig transportam-na gratuitamente, se estiver dentro do peso de franquia de bagagem despachada.

Para acabar com essa diversidade de interpretação e permitir o transporte de equipamentos necessários ao desempenho de atividade profissional, científica, cultural, desportiva ou de lazer do passageiro, faz-se necessário, em nosso entender, a alteração do Código Brasileiro de Aeronáutica, estabelecendo o conceito de bagagem. Uma vez fixado esse conceito em lei, não poderão, as companhias aéreas, tratá-los como bagagem especial e cobrar dos passageiros pelo seu transporte, até o limite de franquia determinado na portaria do DAC.

Portanto, o que queremos com este projeto de lei é garantir que os cidadãos possam transportar, dentro da franquia de peso estabelecida, além dos objetos de uso pessoal, equipamentos de trabalho, lazer ou esporte, sem ter de pagar a mais por isso. Na maioria das vezes, esses objetos ocupam espaço condizente com o seu peso, não justificando a aplicação da sistemática de bagagem especial.

Queremos, também, estimular a participação dos atletas profissionais brasileiros em torneios esportivos realizados em território nacional, pois, com a aprova-

ção deste PL, deixarão de embarcar, como bagagem especial, os materiais necessários ao desempenho de cada modalidade esportiva, a exemplo de bicicletas, pranchas de surf, equipamentos de golfe, entre outros. Dessa forma, ficarão reduzidos os custos de suas participações nos eventos.

Diante do aqui exposto, solicito o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2006. – Deputado **Celso Russomanno**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986

Código Brasileiro de Aeronáutica (Substitui o Código Brasileiro do Ar).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II **Do Tráfego Aéreo**

Art. 21. Salvo com autorização especial de órgão competente, nenhuma aeronave poderá transportar explosivos, munições, arma de fogo, material bélico, equipamento destinado a levantamento aerofotogramétrico ou de prospecção, ou ainda quaisquer outros objetos ou substâncias consideradas perigosas para a segurança pública, da própria aeronave ou de seus ocupantes.

Parágrafo único. O porte de aparelhos fotográficos, cinematográficos, eletrônicos ou nucleares, a bordo de aeronave, poderá ser impedido quando a segurança da navegação aérea ou o interesse público assim o exigir.

SEÇÃO II **Da Nota de Bagagem**

Art. 234. No contrato de transporte de bagagem, o transportador é obrigado a entregar ao passageiro a nota individual ou coletiva correspondente, em 2 (duas) vias, com a indicação do lugar e data de emissão, pontos de partida e destino, número do bilhete de passagem, quantidade, peso e valor declarado dos volumes.

§ 1º A execução do contrato inicia-se com a entrega ao passageiro da respectiva nota e termina com o recebimento da bagagem.

§ 2º Poderá o transportador verificar o conteúdo dos volumes sempre que haja valor declarado pelo passageiro.

§ 3º Além da bagagem registrada, é facultado ao passageiro conduzir objetos de uso pessoal, como bagagem de mão.

§ 4º O recebimento da bagagem, sem protesto, faz presumir o seu bom estado.

§ 5º Procede-se ao protesto, no caso de avaria ou atraso, na forma determinada na seção relativa ao

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 2007 (Nº 742/2007 na Casa de origem)

Altera o caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer que as saídas de emergência dos ônibus e microônibus devem ser visíveis independentemente da existência ou não de luz ambiente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 105.

VII – para ônibus e microônibus, saídas de emergência, que devem ser visíveis independentemente da existência ou não de luz ambiente, segundo normas estabelecidas pelo Contran.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 742, DE 2007

Inclui, no art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, novo inciso que torna obrigatória a aplicação de tinta fosforescente nas portas de saída de emergência nos veículos de transporte de passageiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VII do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 105.

VII – as portas de saída de emergência dos veículos de transporte de passageiros

serão pintadas, no seu lado interno, com tinta fosforescente, segundo as normas estabelecidas pelo Contran.

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

Nos últimos dez anos, a sociedade brasileira tem apresentado um melhor entendimento e relacionamento de convívio interpessoal objetivando o início de um processo permanente de redução de acidentes de trânsito e seus prejuízos humanos e materiais. O Código de Trânsito Brasileiro – CTB, instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, é o grande responsável pela mudança que desejávamos estabelecer, focalizando esses problemas e determinando os meios para resolvê-los.

Apesar da nobreza de suas tentativas e da visível redução do número de mortos e feridos, os acidentes de trânsito continuam a ocorrer nas ruas, avenidas e estradas brasileiras. Por isso, diversas mudanças ao longo do tempo foram introduzidas no Código para que ele fosse cada vez mais lapidado. Um dos pontos a ser melhorado refere-se aos acidentes de trânsito com veículos de transporte de passageiros ocorridos durante a noite, quando a visão para localização de portas de saída de emergência torna-se precária, com possível redução ou desligamento total da energia elétrica das luzes internas do veículo.

A proposta que pretendemos apresentar, bastante simples, refere-se à obrigatoriedade da aplicação de tinta fosforescente exatamente nos portas de saída de emergência, cuja luminosidade sempre será suficiente para permitir a visão imediata do trajeto a ser percorrido pelos passageiros envolvidos em acidentes, para abandonar o veículo avariado, durante a noite e em locais sem iluminação pública.

Assim, pelos motivos expostos e para aprimoramento do Código de Trânsito Brasileiro, esperamos contar com o apoio dos eminentes pares para a aprovação deste projeto de lei.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 105. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo Contran:

I – cinto de segurança, conforme regulamentação específica do Contran, com exceção dos veículos destinados ao transporte de passageiros em percursos em que seja permitido viajar em pé;

II – para os veículos de transporte e de condução escolar, os de transporte de passageiros com mais de dez lugares e os de carga com peso bruto total superior a quatro mil, quinhentos e trinta e seis quilogramas, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

III – encosto de cabeça, para todos os tipos de veículos automotores, segundo normas estabelecidas pelo Contran;

IV – (**VETADO**)

V – dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído, segundo normas estabelecidas pelo Contran.

VI – para as bicicletas, a campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo.

§ 1º O Contran disciplinará o uso dos equipamentos obrigatórios dos veículos e determinará suas especificações técnicas.

§ 2º Nenhum veículo poderá transitar com equipamento ou acessório proibido, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas previstas neste Código.

§ 3º Os fabricantes, os importadores, os montadores, os encarregadores de veículos e os revendedores devem comercializar os seus veículos com os equipamentos obrigatórios definidos neste artigo, e com os demais estabelecidos pelo Contran.

§ 4º O Contran estabelecerá o prazo para o atendimento do disposto neste artigo.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 2007

(Nº 913/2007, na Casa de origem)

Dá nova redação ao art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (inclui entre os títulos executivos extrajudiciais os honorários de árbitros quando fixados pelas partes no compromisso arbitral).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta, de forma expressa, os honorários do árbitro quando fixados pelas partes

no compromisso arbitral na lista dos títulos executivos extrajudiciais prevista no art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Art. 2º O art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII, renumerando-se o atual inciso VIII como inciso IX:

“Art. 585.

.....
VIII – os honorários do árbitro quando fixados pelas partes no compromisso arbitral;

IX – todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 913, DE 2007

Dá nova redação ao art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta, de forma expressa, os honorários do árbitro, quando fixados pelas partes no compromisso arbitral, na lista dos títulos executivos extrajudiciais prevista pelo art. 585 do Código de Processo Civil.

Art. 2º O art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais:

I – a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque;

II – a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores;

III – os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida;

IV – o crédito decorrente de foro e laudêmio;

V – o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio;

VI – o crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial;

VII – a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei;

VIII – os honorários do árbitro, quando fixados pelas partes no compromisso arbitral;

IX – todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.

§ 1º A propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.

§ 2º Não dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro. O título, para ter eficácia executiva, há de satisfazer aos requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e indicar o Brasil como o lugar de cumprimento da obrigação (NR).”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

De acordo com o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a arbitragem, fixando às partes os honorários do árbitro, ou dos árbitros, no compromisso arbitral, este constituirá título executivo extrajudicial.

No entanto, esta determinação legal não encontra o eco necessário, de forma expressa, no art. 585 do Código de Processo Civil. Assim, o título executivo extrajudicial previsto na lei de arbitragem deve ser buscado no atual inciso VIII do mencionado art. 585, ou seja, quando a lei processual civil faz referência a “todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva”.

Entendemos que o legislador deve prestigiar o instituto da arbitragem, forma moderna e pacífica de solução de controvérsias, fazendo constar, expressamente, no art. 585 do Código de Processo Civil, como um dos títulos executivos extrajudiciais, os honorários do árbitro, quando fixados pelas partes no compromisso arbitral.

Contamos com o endosso dos ilustres pares para a conversão deste projeto de lei em norma jurídica.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2007. – Deputado **Carlos Alberto Leréia**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e
eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

I – a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque; (Redação dada pela Lei nº 8.953, de 13-12-1994)

II – a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores; (Redação dada pela Lei nº 8.953, de 13-12-1994)

III – os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006)

IV – o crédito decorrente de foro e laudêmio; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006)

V – o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006)

VI – o crédito de serventário de justiça, de perito, de intérprete ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006)

VII – a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006)

VIII – todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006)

§ 1º A propositura de ação anulatória de débito fiscal não inibe a Fazenda Pública de promover-lhe a cobrança. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

§ 2º A propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução. (Redação dada pela Lei nº 8.953, de 13-12-1994)

§ 3º Não dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro. O título, para ter eficácia executiva, há de satisfazer

aos requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e indicar o Brasil como o lugar de cumprimento da obrigação. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2007
(Nº 1.399/2007, na Casa de origem)

Altera os incisos I e II do caput do art. 990 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (permite ao companheiro sobrevivente ser nomeado como inventariante).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera os incisos I e II do caput do art. 990 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, com vistas a assegurar ao companheiro sobrevivente o mesmo tratamento legal já conferido ao cônjuge supérstite no que se refere à nomeação de inventariante.

Art. 2º Os incisos I e II do caput do art. 990 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 990.

I – o cônjuge ou companheiro sobrevivente, desde que estivesse convivendo com o outro ao tempo da morte deste;

II – o herdeiro que se achar na posse e administração do espólio, se não houver cônjuge ou companheiro sobrevivente ou estes não puderem ser nomeados;

.....(NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 45 (quarenta e cinco) dias de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.399, DE 2007

Altera dispositivo da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 990, I, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I – o cônjuge ou companheiro(a) sobrevivente, sob o regime de comunhão, desde que estivesse convivendo com o outro ao tempo da morte deste;”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação.

Justificação

O legislador originário consagrou direitos inerentes ao companheiro(a), em seu artigo 226, § 3º, CF, ressaltando como obrigação do Estado a proteção e conversão da união estável em casamento, ficando nítido o anseio da sociedade brasileira.

“Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para o efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.”

Para tanto, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Novo Código Civil, reconheceu diversos direitos ao companheiro(a), diferenciando o mesmo do(a) concubina, conforme nota-se no Livro IV, Título III, artigos 1.723 e seguintes, do Estatuto Civil; vejamos:

TÍTULO II Da União Estável

“Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

§ 1º A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente.

§ 2º As causas suspensivas do art. 1.523 não impedirão a caracterização da união estável.

Art. 1.724. As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.

Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

Art. 1.726. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no registro Civil.

Art. 1.727. As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato.”

Ainda proporcionando direitos e garantias ao companheiro(a), o Código Civil, no artigo 1.790, determina que o mesmo participará da sucessão do outro, quando adquiridos bens na constância da união estável, ou seja, similar ao Regime Parcial de Bens.

“Art. 1.790. A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições seguintes;

I – se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho;

II – se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles;

III – se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança;

IV – não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança.”

Nesse sentido, tem-se que o Código Civil, em seu artigo 1.797, outorga ao companheiro(a) o direito de administração provisória da herança até o compromisso do inventariante, não sendo razoável que a atual redação do artigo 990, do Código de Processo Civil, não permita ao companheiro(a) a sua nomeação como inventariante.

“Art. 1.797. Até o compromisso do inventariante, a administração da herança caberá, sucessivamente;

I – ao cônjuge ou companheiro, se com o outro conviva ao tempo da abertura da sucessão;

II – ao herdeiro que estiver na posse e administração dos bens, e, se houver mais de um nessas condições, ao mais velho;

III – ao testamenteiro;

IV – a pessoa de confiança do juiz, na falta ou escusas das indicadas nos incisos antecedentes, ou quando tiverem de ser afastadas por motivo grave levado ao conhecimento do juiz.”

Assim, o Instituto da União Estável é devidamente abordado pela Constituição da república de 1988 e pela Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, Código Civil, questão não atualizada na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, o que causa transtorno às partes, e aumento de demandas judiciais nas Varas de Família, sem justificativa plausível, ressaltando ainda, que grande parte das entidades familiares são constituídas no regime de União Estável.

Nesse sentido, entendemos como apropriada a presente proposta de Projeto de Lei, tendo em vista os benefícios acarretados aos companheiros(as), tal como a agilidade e diminuição das demandas judiciais. Por tais motivos, peço apoio dos Ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2007. – **Juvenil Alves**, Deputado Federal.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil

SEÇÃO III

Do Inventariante e das Primeiras Declarações

Art. 990. O juiz nomeará inventariante:

I – o cônjuge sobrevivente casado sob o regime de comunhão, desde que estivesse convivendo com o outro ao tempo da morte deste;

II – o herdeiro que se achar na posse e administração do espólio, se não houver cônjuge supérstite ou este não puder ser nomeado;

III – qualquer herdeiro, nenhum estando na posse e administração do espólio;

IV – o testamenteiro, se lhe foi confiada a administração do espólio ou toda a herança estiver distribuída em legados;

V – o inventariante judicial, se houver;

VI – pessoa estranha idônea, onde não houver inventariante judicial.

Parágrafo único. O inventariante, intimado da nomeação, prestará, dentro de 5 (cinco) dias, o compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, DE 2007

“Acréscce um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.”

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 42 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42.

§ 3º A comprovação da efetiva prestação de serviço às Forças Armadas por dois anos ou mais constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As polícias militares e corpos de bombeiros militares desempenham relevantes serviços para a comunidade e são, cada vez mais, demandados em suas respectivas áreas de atuação. O treinamento desses profissionais consome significativo esforço

das corporações e oneram os orçamentos estaduais. Por outro lado, temos ex-militares no mercado de trabalho em busca de uma nova oportunidade profissional.

A medida que proponho tem por fim aproveitar a experiência profissional e o treinamento já recebido por esses profissionais em prol da população. A proposição estabelece que dois anos de serviço prestado às Forças Armadas possa ser utilizado como título computável nos concursos de acesso aos cargos das polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Sem criar uma discriminação desproporcional e indesejável que favorecesse aos ex-militares, cria-se uma maneira para que a experiência na caserna possa ser levada em conta na seleção dos quadros das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. A disposição, indiscutivelmente, zela pelo interesse público de permitir às corporações militares estaduais ter meios de contar com uma força de trabalho previamente treinada e apta a desempenhar suas atribuições quase que no exato instante que ingressar em seus quadros, antecipando-se às facções do crime organizado, que vêm buscando nesse segmento a renovação de seus quadros.

O estabelecimento ao tempo mínimo de dois anos é indicado para que, em concreto, a Administração Pública seja beneficiada. O objetivo é de que, efetivamente, o candidato tenha sido militar e usufruído de maior treinamento. Excluem-se, dessa forma, os simples conscritos, que prestam serviço militar obrigatório.

Visando ao exato entendimento da matéria, é mister trazer a lume o significado do termo “conscrito”, eis que não costuma ser do conhecimento geral quem vem a ser o conscrito, já que o próprio constituinte originário não foi feliz ao adotar o termo, no § 2º do artigo 14 da Constituição Federal, para designar o “incorporado”.

Com efeito, segundo definição do item 21 do art. 3º do Regulamento da Lei do Serviço Militar, Decreto n.º 57.654, de 20 de janeiro de 1966, a incorporação é o “ato de inclusão do convocado ou voluntário em Organização Militar da Ativa, bem como em certos Órgãos de Formação de Reserva”.

O termo conscrito possui outra significação, contida no citado Regulamento, que o emprega no item 5 do art. 3º para referir-se aos brasileiros que compõem a classe chamada para a seleção, tendo em vista a prestação do Serviço Militar inicial. Classe é o conjunto de brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de um mesmo ano.

Assim, o termo conscrito não abrange o militar incorporado, o engajado e o reengajado, como se pode observar das definições a seguir extraídas do Regulamento da Lei do Serviço Militar:

“Art. 3º Para os efeitos deste Regulamento são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

(...)

16) engajamento – Prorrogação voluntária do tempo de serviço do incorporado.

(...)

34) reengajamento – Prorrogação do tempo de serviço, uma vez terminado o engajamento. Podem ser concedidos sucessivos reengajamentos à mesma praça, obedecidas as condições que regulam a concessão.”

Assim, o engajamento e o reengajamento são, portanto, prorrogações voluntárias do serviço do incorporado, cuja concessão é condicionada ao atendimento de exigências contidas no predito Regulamento, a saber:

“Art. 130. Para a concessão do engajamento e reengajamento devem ser realizadas as exigências seguintes:

.....

3) satisfazerem os requerentes as seguintes condições:

- a) boa formação moral;
- b) robustez física;
- c) comprovada capacidade de trabalho;
- d) boa conduta civil e militar;

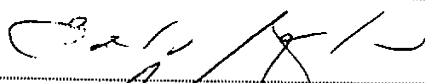



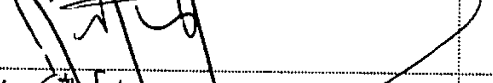
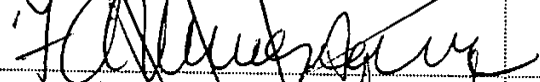

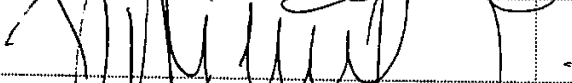
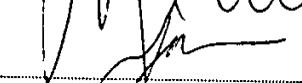
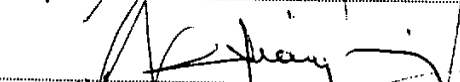
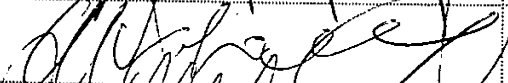
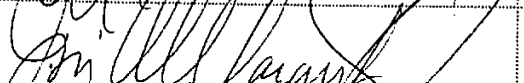
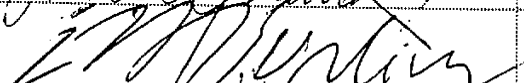
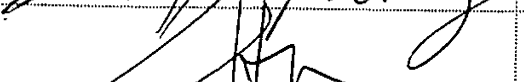

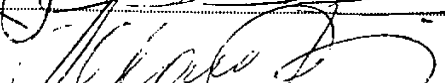
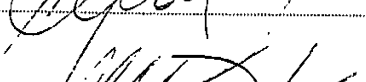
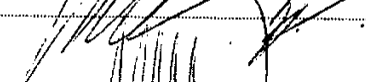
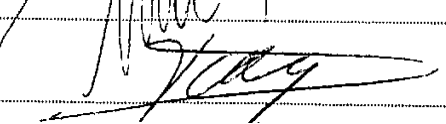
.....”

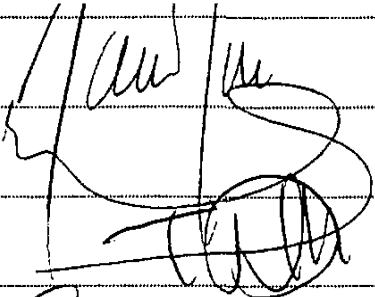
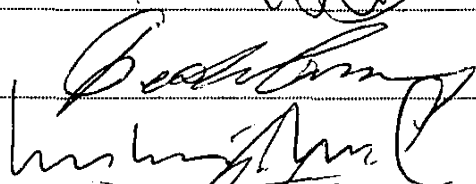
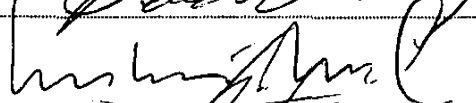
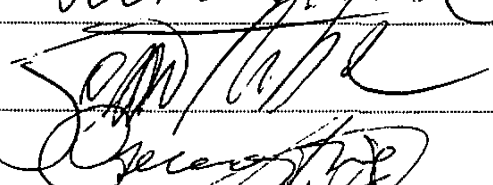
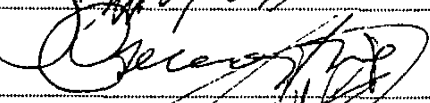
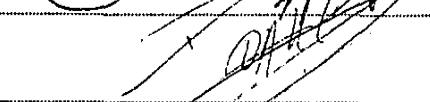
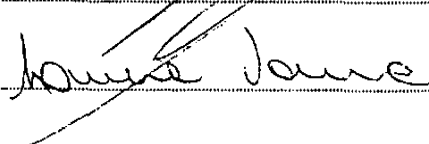
Como se vê, o estabelecimento do tempo mínimo de dois anos traz evidente benefício à Administração Pública, que poderá contar para a formação de seus quadros de polícias e bombeiros militares, com ex-integrantes das Forças Armadas, que a par de melhor treinamento militar, já passaram por avaliações morais e físicas ao longo de, pelo menos, dois anos, um quase “estágio probatório”.

Se assim não fosse, incidir-se-ia em violação ao princípio da impessoalidade, pois materialmente não haveria qualquer diferencial que o beneficiário da discriminação positiva pudesse trazer para a corporação. Haveria apenas a criação de uma classe de privilegiados.

Por essas razões, convicto do acerto da proposição que ora apresento, conto com o apoio dos nobres Congressistas para a sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2007.
– Senador **Marcelo Crivella**.

Ordem	Assinatura	Nome
1.		EDUARDO AZEVEDO
2.		CÉSAR BORGES
3.		ALMET DA LIMA
4.		ADEMIR SANTANA
5.		JAMIL CAMPY
6.		MÃO SANTA
7.		GARIBALDI ALVES
8.		JOÃO VICENTE CLÁUDIO
9.		WELLINGTON GOUVEIA
10.		EFRAIM MORAES
11.		ANTÔNIO CARLOS VALADARES
12.		JOSÉ MARANHÃO
13.		EDUARDO SUPlicy
14.		GERARDO MESQUITA JR
15.		AUGUSTO BOTELHO
16.		ALVARO DIAS
17.		AÍLTON BORGES
18.		EXPEDITO JÚNIOR
19.		ROBERTO

20.		PAULO DUQUE
21.		HERACLILO FORTES
22.		DORVILLE
23.		PEDRO SIMON
24.		(MARCO MACIEL)
25.		JOÃO RIBEIRO
26.		OSMAR DIAS
27.		EMÍLIO DE FARIA
28.		LUCIA V. W. R.
29.		

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

DECRETO Nº 57.654, DE 20 DE JANEIRO DE 1966

Regulamenta a Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), reafirmada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965.

Art. 3º Para os efeitos deste Regulamento são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

5) conscritos – Brasileiros que compõem a classe chamada para a seleção, tendo em vista a prestação do Serviço Militar inicial.

16) engajamento – Prorrogação voluntária do tempo de serviço do incorporado.

34) reengajamento – Prorrogação do tempo de serviço, uma vez terminado o engajamento. Podem ser concedidos sucessivos reengajamentos à mesma praça, obedecidas as condições que regulam a concessão.

Art. 130. Para a concessão do engajamento e reengajamento devem ser realizadas as exigências seguintes:

- 1) incluïrem-se os mesmos nas percentagens fixadas, periodicamente, pelos Ministros Militares;
- 2) haver conveniência para o Ministério interessado;
- 3) satisfazerem os requerentes as seguintes condições
 - a) boa formação moral;
 - b) robustez física;
 - c) comprovada capacidade de trabalho;
 - d) boa conduta civil e militar;
 - e) estabelecidas pelo Ministério competente para a respectiva qualificação, ou especialidade, ou classificação, bem como, quando for o caso, graduação.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. JONAS PINHEIRO (DEM – MT) – Sr. Presidente, quero me inscrever para uma breve comunicação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, faço uma solicitação idêntica: peço que me inscreva para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Há oradores inscritos. Vou conceder a palavra em primeiro lugar, porque já havia solicitação nesse sentido, ao nobre Senador Augusto Botelho e, a seguir, o Senador Jonas Pinheiro e, posteriormente, o Senador Mão Santa.

Com a palavra o nobre Senador Augusto Botelho para sua manifestação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel, digno Presidente.

Sr. Presidente Marco Maciel, Sr^{as} e Srs. Senadores, este ano tivemos um segundo semestre movimentado no Senado. Vários momentos chamaram a atenção para esta Casa. O povo brasileiro acompanhou as atividades dos Senadores tanto no Conselho de Ética quanto nos debates no plenário desta Casa. Enfrentamos o debate do financiamento da saúde, com a regulação da Emenda nº 29, que acabou paralisada pela necessidade de se prorrogar a CPMF.

A regulamentação da Emenda nº 29 é muito importante para que os recursos da saúde sejam realmente dirigidos à saúde. Existiam dois projetos, um da Câmara e outro do Senado. O da Câmara foi aprovado amarrado à CPMF. Como a CPMF caiu, aquele projeto também caiu. Então restou o nosso que é de autoria do Senador Tião Viana, do qual eu fui relator.

Nesse projeto nós prevemos e definimos o que é gasto em saúde, entre outras coisas, e lutamos para aumentar os recursos para a saúde. Espero que, no início do próximo ano, em fevereiro, quando a matéria voltar à discussão, nós consigamos regulamentar a Emenda nº 29, conquistando os recursos que são tão necessários à saúde e que tanta falta fazem para melhorar o atendimento do SUS. Mesmo assim, ainda acredito, defendo e digo, com firmeza e convicção, que o SUS é um sistema de saúde que protege as pessoas e que melhorou a igualdade, a equidade e a acessibilidade à saúde no Brasil.

A reforma tributária também é outro tema que, como foi acordado, vai ser discutido e definido no ano que vem. Isso é necessária, pois temos que reduzir a carga tributária no Brasil, fazer uma melhor redistribuição dos impostos e promover um acordo entre os membros da Federação, para que todos participem das riquezas do País. E também reduzir a carga de imposto.

Eu, pessoalmente, sou favorável à extinção dos impostos que incidem principalmente sobre os alimentos da cesta básica e a que os Estados renunciem ao ICM incidente sobre esses itens, para facilitar o acesso de todos a uma alimentação melhor. Quando a pessoa come bem, a sua saúde melhora, ela aprende com mais facilidade e custa a adoecer. A vida da pessoa melhora quando a alimentação é melhor.

Vou fazer um balanço rápido da nossa atividade e mencionar alguns projetos que foram aprovados neste ano nesta Casa.

Na área da saúde e educação, aprovamos uma lei que cria o programa de concessão de bolsas de estudo para formação de professores para a educação básica, na Capes, e outra lei para a criação de novas escolas técnicas, que foram um grande avanço do Governo Lula.

Foram criadas este ano sessenta escolas técnicas. No meu Estado de Roraima já existia uma escola técnica criada há quase vinte anos, logo após a Constituição de 1988, e criamos outra, inaugurada no mês passado, no sul do Estado, em Novo Paraíso, próxima aos Municípios mais novos do meu Estado, onde as pessoas terminavam o segundo grau e não tinham outra oportunidade. Essa escola técnica, em virtude de ser numa área rural, é dirigida mais para atividades e

ciências da área rural. Nós estamos tentando implantar lá o sistema presencial, não vai ser inicialmente agora. O que seria? O aluno passaria quinze dias na escola estudando e outros quinze dias no lote, trabalhando com os pais, aplicando a tecnologia que ele conheceu, aplicando os conhecimentos que aprendeu. Nós esperamos que a nossa escola evolua para isso. Inicialmente, ela está funcionando no sistema convencional.

Outra lei também na área da educação estabelece incentivos fiscais para as empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica. Eu acho um avanço, porque no Brasil a ciência e a tecnologia são financiadas principalmente pelo sistema público, mas as empresas já podem entrar nessa área também. Com incentivos fiscais, haverá maior aporte de dinheiro e avançaremos no conhecimento e na tecnologia.

Na área de desenvolvimento econômico, com a aprovação da Emenda Constitucional 55, houve o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios. A partir do mês de dezembro até o dia 10 de cada ano, será repassado esse benefício. A participação dos Municípios passou de 22,5% para 23,5% da arrecadação total da União com o Imposto de Renda e o Imposto Sobre Produtos Industrializados. Esse é um grande passo porque nós sabemos que é lá no Município que as pessoas procuram assistência, que lutam. Quando alguém tem um problema, a primeira pessoa a que ela recorre é ao Prefeito e ao Vereador.

Na nossa Federação, temos de destinar mais recursos para os Municípios, temos de alocar recursos principalmente na área de gestão de pessoas, para treiná-las a trabalhar e aplicar os recursos adequadamente.

Também deve ser lembrada a lei que criou o Supersimples, que unificou novos impostos e contribuições pagos pelos pequenos e microempresários, melhorando a vida deles e permitindo que vários entrem na legalidade.

Na área social, foi aprovada uma lei de combate ao tráfico de crianças e adolescentes e combate à exploração sexual de menores.

Tivemos também uma modificação na Emenda Constitucional 54, porque os filhos de brasileiros nascidos no estrangeiro não conseguiam registrar-se nos consulados como filhos de brasileiros. A partir deste ano foi aprovada uma lei que permite que se faça isso. Não parece nada, mas talvez um milhão de pessoas esteja nessa situação. São filhos de pais brasileiros que vivem no exterior, mas que não têm ainda os documentos de cidadania porque os consulados não eram autorizados a registrar as pessoas nascidas fora do solo pátrio.

Eu sou Parlamentar de Roraima e tenho dedicado o meu trabalho, principalmente, para as causas da educação, da saúde e sociais.

Sou membro da Comissão de Orçamento também, onde tenho trabalhado arduamente para aumentar o aporte de recursos para o nosso Estado.

Apresentei neste ano sete projetos. A maioria deles, no entanto, atende necessidades específicas do meu Estado. Vou citar dois exemplos: um projeto que apresentei dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas, mais especificamente de rochas decorativas.

Nós sabemos que o Espírito Santo é um Estado cujo segundo item de exportação, depois do minério, é o de rochas decorativas. É um filão que não é explorado no meu Estado. Eu acho que quase 70% das rochas decorativas do meu Estado estão nas áreas indígenas. Então, estou lutando para dar direito aos indígenas que quiserem explorar esse filão, para evitar que os nossos índios fiquem vivendo de descaminho de gasolina e futuramente partam para coisas mais graves, como tráfico de drogas e outras coisas, como já acontece com os indígenas dos países vizinhos.

Também fizemos um projeto para aprovar novos **campi** da Universidade Federal de Roraima, em vários Municípios.

Tenho certeza de que cumpri com o meu dever de trabalhar pela saúde. Coloquei também uma emenda para a construção de um hospital geral na área sul do meu Estado, que, segundo promessas do Ministério da Saúde e dos membros do Governo, deverá ser empenhada para construção de um hospital de 150 leitos, justamente no meio das pessoas mais necessitadas de Roraima.

O meu Estado só tem um hospital geral público, mas ele foi feito na parte antiga da cidade, na parte inicial, e está longe da maioria da população. O plano piloto da cidade foi planejado para ser ocupado por mais ou menos setenta mil pessoas. As outras pessoas do meu Estado estão todas fora desse plano, e justamente nesta área onde elas estão, na região sul da minha cidade, não temos hospitais, mas apenas centros de saúde. Temos um hospital de crianças perto da rodoviária, que atende as crianças, mas os adultos e as gestantes, todos precisam dirigir-se para o que seria um plano piloto lá em Roraima, para a parte planejada da cidade.

Aproveito também, porque este deve ser o último pronunciamento que faço nesta Casa, para desejar um feliz Natal e um feliz Ano Novo a todos os brasileiros, especialmente aos de Roraima.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade que V. Ex^a me deu.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Se V. Ex^a desejar fazer mais alguma consideração... V. Ex^a já concluiu a sua oração?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Eu gostaria também de desejar um feliz Ano Novo especialmente a todos os trabalhadores desta Casa e aos trabalhadores do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE)

– Concedo agora a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Jonas Pinheiro, representante do Mato Grosso no Senado Federal.

O SR. JONAS PINHEIRO (DEM – MT. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1997, Mato Grosso foi um dos primeiros Estados a aderir ao Programa de Ajuste Fiscal dos Estados, executado pela União, com base na Lei nº 9.496, de 1997.

Pelo programa, o Estado se comprometeu a adotar um rigoroso ajuste fiscal em suas contas públicas até atingir o equilíbrio fiscal, a destinar anualmente mais de 15% de toda a sua renda líquida real para o pagamento das parcelas da sua dívida, que foi consolidada e alongada para trinta anos, e a modernizar a sua administração para garantir a sustentabilidade do equilíbrio fiscal. Esse processo, monitorado pelo Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, vem sendo cumprido rigorosamente pelo governo estadual nos últimos dez anos, com o cumprimento das metas estabelecidas.

Assim, o Estado de Mato Grosso é considerado um caso de sucesso nacional na recuperação e manutenção do seu equilíbrio fiscal. Porém, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a realidade do meu Estado exige urgente investimento em sua infra-estrutura para que ele possa sustentar o ritmo de crescimento e possa assegurar a competitividade à sua produção frente aos demais produtores nacionais e internacionais.

O Governo Federal, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), incorpora obras importantes para melhorar a infra-estrutura econômica de Mato Grosso. No entanto, o governo estadual somente poderá aumentar o volume de recursos de investimentos se for adotada uma nova reestruturação da sua dívida oficial.

Com esse propósito, o Governador Blairo Maggi desenvolveu uma proposta de reestruturação do endividamento do Estado, de longo prazo, a qual vem sendo negociada com o Ministério da Fazenda e com a Secretaria do Tesouro Nacional. Essa proposta tem como objetivos principais reduzir o impacto da dívida consolidada sobre as contas estaduais, liberando, assim, recursos próprios para investimentos em obras de infra-estrutura econômica e social, tais como pavi-

mentação, saneamento básico, integração rodoviária das cidades, saúde e educação; reduzir os custos financeiros atuais da dívida, com o alongamento do seu perfil por meio do mercado de capitais, aproveitando a elevada liquidez da economia mundial; aumentar a autonomia na condução da política fiscal do Estado, com a desvinculação compulsória de percentuais e sua arrecadação própria para pagamento da dívida; e dar à sociedade transparência da situação fiscal do Estado.

Sr. Presidente, o estoque total da dívida consolidada de Mato Grosso é da ordem de R\$5,3 bilhões. Desse montante, R\$4,5 bilhões, ou seja, 85%, estão concentrados em dois contratos firmados com o Governo Federal, com encargos de 6% de juros ao ano mais a variação do Índice Geral de Preços. Apenas em 2005, o desembolso total para pagamento de parcelas da dívida foi de R\$696 milhões. Em 2006, o desembolso foi em torno de R\$633,00 e a previsão para 2007 é de desembolso de R\$658 milhões.

A proposta que vem sendo desenvolvida e negociada prevê o alongamento do perfil da dívida consolidada para um novo período de trinta anos, de 2008 a 2037, por meio de mercado de capitais, com a emissão de Títulos do Tesouro do Estado de Mato Grosso para investidores nacionais e internacionais. Os recursos captados com o lançamento dos títulos serão destinados à Secretaria do Tesouro Nacional para quitação dos saldos devedores dos contratos firmados com a União.

O Estado do Mato Grosso poderá, então, estabelecer novas condições para a quitação de sua dívida com os novos credores privados, inclusive, fixando um novo prazo de 30 anos para quitação da dívida e um período de carência de seis anos. Assim, nos primeiros seis anos, com a desoneração do pagamento das parcelas, Mato Grosso poderá dispor de cerca de R\$350 milhões por ano, totalizando cerca de R\$2,1 bilhões no período. Esses recursos serão alocados em um fundo especial e aplicados exclusivamente em investimentos, não podendo legalmente ser utilizados para custeio de despesas administrativas.

Por se tratar de reestruturação de dívida pública, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Resolução do Senado Federal nº 43, a operação deve ter a aprovação da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do Senado Federal. Após essas aprovações, a operação de lançamento de títulos no mercado internacional de capitais será coordenada pelo Banco do Brasil. A garantia oferecida aos investidores será a mesma dada à União, ou seja, a assegurada pela

receita orçamentária estadual, por meio de instrumento legal de reservas de meios de pagamento no Banco do Brasil.

A operação de reestruturação do passivo financeiro permitirá ao governo estadual maior autonomia fiscal, pois irá retirar a atual vinculação compulsória de 15% de sua receita líquida real para quitação de parcelas mensais da dívida. Com o bom desempenho da economia do Estado e com o aumento real da arrecadação tributária, essa vinculação, se não for alterada, faz com que, a cada ano, Mato Grosso desembolse volumes maiores para pagamento de parcelas de sua dívida com a União.

Sr. Presidente, o ritmo acelerado de crescimento da economia de Mato Grosso na última década tem exigido dos governantes estaduais elevados investimentos de infra-estrutura social e econômica. Porém, todo o superávit primário gerado pelo esforço fiscal do Estado tem sido destinado para o pagamento da dívida pública consolidada, inibindo investimentos importantes para dar sustentabilidade e competitividade ao processo produtivo e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos mato-grossenses. A reestruturação das condições e prazos de pagamentos dessa dívida torna-se, portanto, condição imprescindível para o desenvolvimento sustentável do Estado de Mato Grosso.

Com o objetivo de viabilizar essa operação, que inclusive poderá ser adotada por outros Estados, estou apresentando hoje a esta Casa, neste instante, proposta para reformulação da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para possibilitar que os Estados emitam títulos de dívidas públicas exclusivamente para amortizar ou quitar as dívidas renegociadas com a União, resguardando, evidentemente, os limites atualmente estabelecidos e as exigências de autorizações do Poder Executivo Federal e do Senado Federal, bem como o fiel cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Creio, Sr. Presidente, que essa medida se mostra oportuna tendo em vista a disposição dos mercados financeiros e de capitais, tanto os nacionais quanto os internacionais, em investir em títulos públicos destinados ao refinanciamento da dívida pública e com condições mais favoráveis do que as praticadas nas negociações em vigor.

Além disso, ao se trocar a fonte de financiamento de recursos da União por de outras origens, se possibilitará que os débitos da União existentes com os Estados sejam quitados, reforçando, dessa maneira, o caixa do Tesouro Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o trabalho que a Bancada de Mato Grosso está fazendo, por vontade do Governador Blairo Maggi. Com certeza, a renegociação da dívida do Estado no modelo que estamos

propondo, inclusive com a mudança da Resolução nº 43 que estamos apresentando à Casa, vai fazer com que Mato Grosso siga o seu rumo de pleno desenvolvimento com justiça social para os cidadãos mato-grossenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Jonas Pinheiro.

Com a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador Efraim Moraes. A seguir falará o Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema da transposição do rio São Francisco, que já me trouxe a esta tribuna tantas e tantas vezes, nesta e na outra legislatura, padece de uma singularidade, a de provocar protestos pelo avesso, em nome exatamente de quem será o mais prejudicado pelos protestos.

Refiro-me ao povo. É em nome dele, afinal, que, mesmo sem ouvi-lo, ONGs, religiosos, artistas, intelectuais se manifestam publicamente e se dispõem ao sacrifício da própria vida, como é o caso presente do bispo católico Dom Flávio Cappio, que se manteve em greve até ontem. Manteve-se na greve de fome, colocando em sobressalto sua entidade, a CNBB, que teme por sua saúde e reclama de não ter sido avisado do seu ato. E é bom que se diga que falo como católico apostólico romano.

Como a mídia não distribui seus espaços com a mesma equidade aos envolvidos nessa questão, a impressão que se tem é que os processos estariam todos na mesma direção, isto é, contra a transposição das águas do rio São Francisco.

Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, quero informar, como representante do meu querido Estado da Paraíba nesta Casa, que não é bem assim. Muito pelo contrário, se a mídia se interessasse em empreender uma investigação estatística, haveria de constatar que há uma imensa maioria silenciosa de brasileiros, brasileiros sofridos e carentes, aguardando ansiosa a conclusão das obras cujo início tem sido retardado por protestos equivocados de gente que desconhece minúcias técnicas da obras e segue palavras de ordem de quem age por ignorância, ou má-fé, ou por ambas.

Quero informar ao Senado e ao Brasil que, no mesmo instante em que D. Flávio Cappio iniciava o seu

jejum com aquela cobertura jornalística em Sousa, cidade da minha querida Paraíba, do sertão paraibano, o enfermeiro João Carlos Filhos, de quarenta anos, iniciava igual protesto. A greve de fome era em sentido oposto, ou seja, protestava porque quer e precisa das obras de transposição do rio São Francisco, ao contrário do Bispo. O efeito das obras lhe diz respeito diretamente. Mas, ao contrário do Bispo, ele não tem maior apelo promocional. Não é notícia. Havendo ou não a transposição, o Bispo Dom Flávio Cappio continuará a dispor de águas minerais engarrafadas e filtradas à sua disposição, não importa a diocese em que venha ser lotado. Para João Carlos Filho, o enfermeiro lá de Sousa, do sertão da Paraíba, a situação é diametralmente oposta. Sem a transposição, continuará a padecer os efeitos danosos da pobreza da sua região, do nosso Nordeste, do nosso sertão paraibano, que resulta em levas e levas de migrações anuais, de pessoas condenadas à favelização nos grandes centros urbanos.

Aprecio a devoção da atriz Letícia Sabatella, que deixou seu conforto do Rio de Janeiro, foi solidarizar-se com o Bispo e depois veio a Brasília para tornar federal o seu protesto. Lamento, Srs. Senadores, lamento apenas que ela não saiba exatamente o que está fazendo ou o que está falando, nem do ponto de vista político, nem, muito menos, técnico.

Greve de fome por greve de fome, como já disse, duas estão em curso, por razões opostas, a do Bispo e a do sertanejo de Sousa, na Paraíba, que mencionei. Um quer que a obra não aconteça, o outro quer que aconteça, e já.

A obra, porém, não é questão de natureza dietética; é questão de ordem prática e técnica. Não foi concebida neste Governo nem no anterior; é idéia antiga que remonta ao tempo do Império. No Governo Sarney voltou a ser considerada e a ter seus primeiros passos meticulosamente planejados.

Na sequência dos governos até chegar ao atual, o tema continuou sendo objeto de estudos técnicos, exatamente em face dos cuidados ambientais que inspira. Portanto, o argumento de que ocasionaria desarranjos à natureza e ao meio ambiente é falso e, mesmo, Sr. Presidente, eu diria, cretino.

Hoje em dia, é absolutamente impraticável empreender-se obra de tais proporções sem prévia autorização ambiental. E obtê-la não é fácil. Basta perguntar a qualquer empresário envolvido em construção de estradas, barragens ou hidrelétricas. O próprio Estado, Srs. Senadores, está imbuído de órgãos técnicos incumbidos de tais exames, órgãos que, diga-se de passagem, podem ser acusados de qualquer coisa,

menos de negligência técnica. Ao contrário, são frequentemente criticados pelo excesso de zelo.

Não seria, portanto, numa obra das proporções desta que haveria negligência. Como engenheiro que sou, acompanho os relatórios relativos a essa obra, conheço os argumentos contrários e reitero que são, em essência, políticos.

A atriz Letícia Sabatella com certeza desconhece essas questões – ela e seus colegas de ofício, que tendem a se solidarizar com atos voluntariosos revestidos do véu do humanitarismo, como o Bispo Dom Cappio. Porém, se tivessem acesso ao que se passa lá no sertão do meu Estado e de grande parte do Nordeste, onde falta água, pensariam, seguramente, de outra maneira.

Senador Paulo Paim, escuto V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Efraim Morais, posso dizer que conheço V. Ex^a de longa data. Repito sempre: fomos Deputados, participamos da Mesa da Câmara dos Deputados. Acho interessante V. Ex^a trazer para a tribuna aquilo que chamamos de outra visão do fato, porque, até o momento, é somente uma visão. E hoje, pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, por iniciativa dos Senadores Suplicy e José Nery, foi acertado que a Comissão poderia provocar um debate sobre o tema e convidar, na linha que V. Ex^a coloca, as duas visões. Eu, que sou do Sul, não me sinto em condição de dar palpite a respeito de um tema que não conheço, mas é bom que a gente ouça as duas visões. E V. Ex^a traz um fato novo: existe uma pessoa em greve de fome, que é o bispo, mas existe também um enfermeiro em greve de fome, com uma visão diferente da do bispo, até porque essa comissão especial, que vai interagir na busca de que se terminem as greves de fome – olha o termo que usei: as greves de fome –, deveria conversar também com o enfermeiro. Então, faço o aparte a V. Ex^a, que é muito bom para nós que não conhecemos a realidade, para não darmos palpite furado, ouvirmos as duas visões sobre a questão da transposição das águas do rio São Francisco. Quero cumprimentá-lo. V. Ex^a, inclusive, está tendo coragem, porque todos vêm à tribuna ultimamente somente com uma visão. V. Ex^a está ajudando até aqueles que pensam diferentemente de V. Ex^a, para entender que há Senadores ou mesmo grande parte da população que pensa de outra forma. Ninguém quer greve de fome, nem de um e nem de outro. Queremos resposta. V. Ex^a, com o seu depoimento, traz um esclarecimento bom para que a Casa colabore para a melhor saída. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Orgulho-me de conhecer V. Ex^a por tanto tempo. Em 1991, chegávamos ao Congresso Nacional, na outra Casa, a Câmara dos Deputados, V. Ex^a do Rio Grande do Sul e eu da Paraíba – Paraíba e Rio Grande do Sul, que têm uma história desde 1930 – e continuamos juntos, fomos companheiros de Mesa na Câmara dos Deputados, chegamos a esta Casa e continuamos com as mesmas idéias, com os mesmos princípios e as mesmas propostas, defendendo o Brasil. V. Ex^a defendendo o seu Rio Grande do Sul, eu defendendo a minha Paraíba e o meu Nordeste. O mais importante é que como Parlamentar, seja Deputado ou Senador, na maioria das vezes estivemos em lados opostos por questão partidária ou ideológica, mas, sempre nos respeitamos.

V. Ex^a dá neste momento uma prova de que tenho a obrigação de respeitá-lo, porque V. Ex^a, com total isenção, traz aqui a questão central do meu discurso: o Brasil e o Senado Federal realmente devem entender que a mídia tem que dar igualdade nessa questão. Ela enfoca, por ser mais simpática, para aqueles que se envolvem sem conhecer a causa, mas defendem que estão matando o nosso rio São Francisco, o que não é verdade. É uma premissa falsa. E nós aqui queremos, neste pronunciamento, deixar bem claro – e V. Ex^a me ajuda no aparte que acaba de fazer – ao País, ao Senado Federal, ao Congresso Nacional que essa história tem de ser bem contada, porque eu tenho certeza de que todos, a partir daí, com poucas exceções, a não ser os radicais, estarão a favor dessa transposição, que é, acima de tudo, humanitária e que vai ajudar a sobrevivência de mais de 12 milhões de nordestinos que precisam dessa água.

Senador Suplicy, eu terei o maior prazer em ouvi-lo e, em seguida, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Efraim Moraes, V. Ex^a, representando o Estado da Paraíba, coloca argumentos importantes a favor da transposição ou do projeto que, conforme afirma o Deputado Ciro Gomes, Ministro da Integração – em artigo feito hoje, “Carta a Letícia Sabatella” –, na verdade, tem o nome de Interligação das Águas do Rio São Francisco, porque não tem o caráter de uma transposição tão nitidamente assim. Eu tive a oportunidade, na última terça-feira, de, por mais de uma hora, ouvir os argumentos do ex-Ministro e Deputado Federal Ciro Gomes, e as razões pelas quais, como V. Ex^a, ele acredita tanto no Projeto de Interligação das Águas. Também ouvi, por bastante tempo, na última quinta-feira, Dom Luiz Flávio Cappio, ali em Sobradinho, e entendo que ele tem razões importantes e de muita convicção, a ponto de estar realizando essa greve de fome, esse jejum e oração que já duram 24 dias. V. Ex^a

não deu detalhes sobre esse enfermeiro que iniciou uma greve de fome – V. Ex^a mencionou o nome, João Batista, salvo engano –, sobre há quantos dias ele está em greve de fome e por que motivo. Se a greve de fome é para assegurar as obras de interligação das águas, não haveria razão para fazê-lo, pois elas estão asseguradas pela palavra do Presidente. As obras estão em andamento. Então, não compreendi bem a natureza da greve do enfermeiro mencionado por V. Ex^a. Até agradeço se puder nos informar a respeito. Ainda hoje, no artigo de Ciro Gomes, ele diz à atriz Letícia Sabatella: imagine se um bispo a favor do projeto resolver entrar em greve de fome exigindo a pronta realização do projeto? Pois bem. Será esse o sentido da greve de fome do enfermeiro? Mas o projeto está em andamento. Então, soa estranho fazer uma greve de fome se a obra está em andamento, a não ser que ele esteja se contrapondo e dizendo que só vai parar a sua greve de fome se o Bispo parar a dele. É isso, por acaso? Não compreendi bem que razão move o enfermeiro. Mas quero lhe dizer, com todo o respeito aos seus argumentos, que tive, ontem, a oportunidade de conversar com Letícia Sabatella e com Osmar Prado, e posso assegurar-lhe, Senador Efraim Moraes, que ela, hoje, tem um grau de informação sobre os fatos e uma convicção bastante aprofundada, respaldada em elementos e argumentos de pessoas que acreditam nisso. Cito, por exemplo, o Sr. Roberto Malvezzi, conhecido como Gogó, da Pastoral da Terra, que há anos vem participando deste debate e tem elementos importantes a respeito. Hoje, por exemplo, César Benjamin, no jornal *O Estado de S. Paulo*, coloca argumentos também bastantes significativos e que se contrapõem àqueles de Ciro Gomes na “Carta a Letícia Sabatella”, publicada em *O Globo*. Pois bem, avalio que precisamos, sim, iniciar esse debate e aprofundá-lo melhor ainda, mais do que já foi feito até hoje. Por essa razão, penso que essa seja uma das primeiras sugestões da comissão designada ontem pelo Senado, em que tive a honra, Senador Efraim Moraes, de ter a vaga aberta pelo Democratas – o Senador Heráclito Fortes, em nome do Líder José Agripino, designou-me para fazer parte da composição dessa comissão –, mas ela está inteiramente aberta a sugestões de pessoas como V. Ex^a. O que vamos propor, com os Senadores José Nery, Magno Malta e Lúcia Vânia, é que, de pronto, organizemos um grande debate. Isso pode estar no âmbito da Comissão de Direitos Humanos – o que o Presidente, Senador Paulo Paim, de imediato, acatou – ou até abranger a Comissão de Infra-Estrutura e outras, como a de Assuntos Econômicos e, eventualmente, a de Assuntos Sociais, porque abrange muitos aspectos. Queremos justamente escolher pessoas de ambos os

lados. Quem sabe, Senador Efraim Moraes, possamos até convidar Dom Luiz Flávio Cappio para o debate, que pode ser realizado em Sobradinho, onde ele está, ou aqui, neste plenário ou no auditório Teotônio Vilela, porque poderia envolver convite aos movimentos sociais e a especialistas de ambos os lados, como o Ministro Geddel Vieira, o ex-Ministro Ciro Gomes, os técnicos responsáveis pela obra, bem como aqueles que a estão criticando. Eu gostaria de ouvir as explicações sobre a natureza da greve de fome do padeiro. Agradeço. Obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a e parabeno a Comissão por tomar essa iniciativa, Senador Eduardo Suplicy.

Refiro-me ao enfermeiro João Carlos Filho, na cidade de Sousa, no sertão da Paraíba, um homem de 40 anos de idade e que estava em greve de fome, Sabe muito bem V. Ex^a que o Tribunal Regional Federal da 1^a Região se posicionou concedendo liminar pela interrupção das obras. A partir desse momento, o enfermeiro resolveu entrar em greve de fome, suspendendo-a ontem, depois do resultado do Supremo, que decidiu pela continuidade das obras do São Francisco.

Somos totalmente favoráveis a toda ação do Senado Federal, da Comissão de Ação Social, de todas as comissões que se fizerem necessárias nesta Casa para o acompanhamento desse processo, desde que não pare a obra, desde que a obra continue, porque há uma decisão técnica favorável, há uma decisão do Supremo, além de uma decisão do Presidente da República de que a obra deve continuar. Vamos realizar todos os debates possíveis, mas não para a obra ser paralisada. Não vamos parar a obra para debater. Vamos dar continuidade às obras do São Francisco porque, tecnicamente, sua continuidade está aprovada em todas as esferas. Houve uma contestação jurídica, e o Governo recorreu ao Supremo, que, por seis a três, decidiu que a obra deve continuar. Não há outro caminho: vamos continuar discutindo, mas, parar a obra, sob hipótese nenhuma. Já há uma decisão superior. Não cabe mais recurso na Justiça. Já há uma decisão superior, uma decisão do Supremo. Se há decisão do Supremo, não cabe mais a nenhum juiz contestar essa decisão. Não sou jurista, mas entendo dessa forma.

Depois, quanto à questão colocada por V. Ex^a, que é legítima, de contestações – V. Ex^a citou algumas pessoas importantes do País, de ONGs, de movimento pastoral, de movimento pela terra –, aceito qualquer que seja a figura que venha a ter essas posições. Porém, mais adiante, vou citar, antes de conceder um aparte ao Senador Mão Santa, o que disse, na Paraíba, um trabalhador, que é o nosso Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado

da Paraíba, o agricultor Liberalino Ferreira de Lucena, que talvez, Senador Suplicy, valha para todas essas grandes figuras que V. Ex^a citou. Esse agricultor se manifestou, inclusive, surpreso com a atitude de Dom Cappio e produziu essa significativa manifestação, que faço questão de transcrever.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Só para completar aquela primeira informação: o enfermeiro já interrompeu o seu jejum?

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Claro, porque o objetivo dele era exatamente esse. Ele é atingido diretamente pela não-conclusão das obras, porque lá – repito para V. Ex^a – ele não tem a água mineral que tem o Bispo, não tem a água de coco que tem o Bispo. Ele tem sede, ele e doze milhões de nordestinos que estão precisando dessa água.

Sou católico apostólico romano e não tenho nada contra o Bispo, mas contesto o radicalismo dele em relação a isso, diferentemente da CNBB, que condena a atitude do bispo, diferentemente do Arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto, que conhece de perto a realidade do sertão, que visitou e viu milhares de paraibanos e nordestinos, não só da Paraíba, mas do Rio Grande do Norte, do Ceará e de Pernambuco, carregando latas e latas de água na cabeça, por mais de seis quilômetros, para fazer o café da manhã.

Se essas figuras que V. Ex^a acabou de citar, que respeito, – não atinjo V. Ex^a – fossem ao sertão e carregassem lata de água na cabeça por mais de seis quilômetros, pode ter certeza, Senador Suplicy... Se V. Ex^a for ao sertão e transportar essas latas d'água na cabeça para beber e fazer sua comida, V. Ex^a vai mudar de posição.

Quando V. Ex^a vir o sofrimento de doze milhões de nordestinos padecendo, rezando, orando e pedindo a Deus e a todos os santos possíveis para que a água caia no nosso sertão, no nosso Cariri e Curimataú paraibano, ou do Rio Grande do Norte, ou do Ceará, V. Ex^a mudará de posição.

O discurso feito por aqueles que não visitaram e não conhecem a realidade dos homens e das mulheres que carregam água por mais de seis quilômetros na cabeça para fazer o café da manhã, tomar seu banho ou fazer a sua mudaria se eles conhecessem essa realidade. Ponham a lata d'água na cabeça como os nordestinos para ver o que é que vão sentir!

Protesta-se e depois se vai para os bares tomar água engarrafada, água mineral da melhor qualidade, diferentemente dos sertanejos, paraibanos e nordestinos, que estão sofrendo com a falta da água e pela intransigência de alguns que não querem ver a solução que é a transposição do rio São Francisco.

V. Ex^a, ao se referir à carta de Ciro Gomes, se esqueceu de dizer que a vazão do São Francisco é de quase quatro milhões de metros cúbicos d'água por segundo. O que os nordestinos estão pedindo, Senador, é sessenta mil metros cúbicos por segundo, cinquenta e poucas vezes menos do que a água que vai para o mar. Não são águas aproveitáveis, não, mas águas que vão para o mar. Então, o que nós estamos querendo é que vá para os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará apenas um cinquenta avos da água que vai para o mar, que é desperdiçada.

Senador Mão Santa, escuto V. Ex^a.

Peço à Presidência um pouco de tolerância, pois é um assunto que a gente precisa discutir. Já que há tanto espaço em que se é contrário à transposição do São Francisco, nada melhor do que a tribuna do Senado para que nós possamos esclarecer ao Brasil a questão. Somos, inclusive, discriminados, mas estamos lutando por uma causa justa, humanitária, e as grandes figuras, que vivem se refrescam no ar-condicionado e bebem água mineral em garrafa não sabem o que é a falta d'água para um cidadão nordestino, que é brasileiro tanto quanto nós.

Ouçó o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim Moraes, o País viu, hoje pela manhã, V. Ex^a como engenheiro, saudando a modernidade, saudando a arquitetura, filha da engenharia. V. Ex^a está de volta tratando deste assunto, que está muito medieval. Está ali o Augusto Botelho, cirurgião. Eu me lembro de André Vesálio, condenado porque ia abrir o tórax de cadáveres para estudar cirurgia. Está muito medieval este assunto. Eu lembraria, para inspirar e para ensinar ao Brasil contemporâneo, do Renascimento, Leonardo Da Vinci, engenheiro militar. No Renascimento, antes de o Brasil ser descoberto, ele já fazia a transposição do rio Arno. Eu mesmo fui, como Governador do Estado do Piauí, a convite do ex-Senador Fernando Bezerra, a Denver, Colorado, nos Estados Unidos, para estudar e avançar essa transposição, que é estudada desde o Governo passado. Foi o trabalho de um século que transformou aquela região desértica em uma região rica. Então, acho que o assunto está muito medieval. O Albert Einstein já dizia que temos que casar ciência e religião e voar para o progresso, para as conquistas da melhoria da humanidade.

O SR. EFRAIM MORAES (DEM – PB) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a.

O assunto é medieval, sim, mas precisamos concluir essa obra, porque V. Ex^a sabe muito bem da necessidade que têm os nossos Estados, principalmente esses quatros Estados: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

Quero deixar registrado o que disse o Liberalino, uma pessoa simples e humilde, mas que zela pela nossa agricultura como Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba. Ele produziu esta manifestação. Disse o nosso Presidente:

“Se vierem para o sertão e precisarem carregar latas d'água na cabeça, talvez essas pessoas que estão contra a transposição mudem de opinião.”

E disse mais ainda o nosso Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba:

“Quando pensamos na transposição, não é nem a agricultura que vem à cabeça, e sim a subsistência de seres humanos, que atualmente dependem dos carros-pipas.”

O Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba disse ainda que este ano de 2007 foi um ano péssimo para a agricultura. Foi um ano péssimo, sim, porque metade dos agricultores perdeu 50% da sua safra e a outra metade perdeu 100% por falta de chuvas. Milhões, vários milhões de brasileiros do Nordeste, principalmente pequenos agricultores, dependem hoje do Seguro Safra para sobreviver.

É nesse ambiente, que raramente chega à grande mídia, que está a realidade da escassez de água. Se o conhecesse melhor, o sentimento cristão de Dom Cappio certamente o levaria a fazer greve de fome não para paralisar, mas para apressar as obras da transposição.

E não é só isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Além da necessidade da obra, há a realidade objetiva de que ela está tecnicamente bem planejada, em condições de cumprir, sem danos colaterais, as metas traçadas. Não fosse isso e estaria também eu, como engenheiro e Senador, contrário à execução da obra. Mas não é essa a realidade. A obra necessária está tecnicamente amparada.

Por isso mesmo, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Alberto Menezes Direito concedeu ontem liminar liberando-a. Antes, o Tribunal Regional Federal da 1^a Região havia concedido tutela antecipada, suspendendo-a. Talvez aí, meu caro Senador Suplicy, o momento em que o enfermeiro da Paraíba entrou em greve por uma decisão da Justiça suspendendo a transposição das águas do São Francisco.

Não podemos crer, sinceramente, que a mais alta Corte de Justiça do País tomasse tal decisão sem estar devidamente respaldada em dados técnicos claros e insofismáveis. Ninguém vai duvidar de que a Suprema

Corte deste País tomou uma decisão sem conhecimento de causa. Duvido que alguém venha aqui dizer que os Ministros decidiram sem saber o que estavam decidindo. Se decidiram, é porque sabiam o que estavam fazendo. E decidiram a favor dos milhões de nordestinos que esperam pelas águas do São Francisco.

Do ponto de vista técnico, transpor bacias, como disse o Senador Mão Santa, transpor bacias, sangrar rios, servir-se com critério da natureza para atender às demandas humanas mais essenciais – e nada é mais essencial que a água –, é algo que remonta aos primórdios da humanidade.

Bem antes de Cristo, Senador Mão Santa, bem antes de Cristo, construíam-se canais nas regiões do Egito e da Babilônia, obras que ainda hoje lá estão. Em 1300, a China construiu um canal de 1.800 quilômetros. O Egito empregou um milhão de trabalhadores na construção do canal de Suez. Há hoje em todo o mundo – já tive a oportunidade de dizê-lo desta tribuna – cerca de uma centena de obras similares, até porque a escassez de água doce é um dos grandes desafios da humanidade neste milênio que estamos iniciando.

O projeto da transposição das águas do rio São Francisco foi bem aceito pela comunidade técnica, dado a relativa rapidez de resultados que pode proporcionar, a um custo razoável, tendo em vista as dimensões da obra.

O projeto tem esbarrado, repito, em resistências políticas localizadas. Colocam-se, basicamente, dois níveis de dificuldade, Sr. Presidente. A primeira, de natureza federativa: desviar o rio São Francisco significa tirar a água dos Estados da Bahia, de Sergipe e de Alagoas e distribuí-la para os Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e do Ceará. Os Estados doadores seriam prejudicados. Premissa falsa.

A segunda resistência é de ordem ambiental. Haveria poucos estudos técnicos avaliando os danos da obra ao meio ambiente. Nenhuma dessas alegações, nenhuma das duas alegações, como já tive oportunidade de demonstrá-lo anteriormente, tem consistência efetiva.

Vejamos a primeira argumentação: a da resistência dos Estados doadores. O princípio que rege e sustenta a Federação é o da coesão e solidariedade entre os entes que a integram. Se não o fosse, não haveria por que uni-los. Se o interesse de um não tem relação com o do outro, melhor seria que cada Estado, como ocorre na América hispânica, constituísse um país formalmente independente, embora, na prática, profundamente dependente do apoio dos demais.

O grande trunfo da unidade da América portuguesa, que a faz sobressair entre seus vizinhos, é a possi-

bilidade dessa coesão e solidariedade, que bem melhor se materializa sob o regime federativo republicano que no regime centralista monárquico do passado.

O petróleo do Nordeste e do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, atende às demandas da industrializadíssima São Paulo, a preço de custo.

Inúmeros insumos e matérias-primas transitam de um Estado para outro da Federação, fazendo circular riqueza e desenvolvimento, sem barreiras alfandegárias ou custos adicionais.

Por que não a água, Sr^{as} e Srs. Senadores? Por que não a água? A compreensão básica da maioria é de que, embora a transposição não seja uma panacéia que resolva todos os dramas da região, atenua substancialmente o principal deles, que é a falta d'água, e, sem dúvida, aumenta em muito a capacidade produtiva do Nordeste.

Se a riqueza aumenta, todos se beneficiam: mais empregos, menos doenças, menos migração, menor taxa de mortalidade e analfabetismo e tantas outras coisas.

Sr. Presidente, é preciso deixar bem claro que o que se está propondo não é a liquidação do rio São Francisco, mas seu aproveitamento conseqüente e consistente, sob a guarda das mais severas normas técnicas de meio ambiente.

E, aí, chegamos ao segundo ponto de resistência ao projeto: o dano ambiental. A premissa de que os estudos técnicos são insatisfatórios, Sr. Presidente, é falsa.

Desde a concepção do projeto original, hoje já enriquecido por numerosos outros, colocou-se a questão ambiental como condicionante.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, em dois minutos, terminarei o meu discurso.

Esse é um ponto inegociável, até porque a consciência ecológica, dentro e fora do País, disseminou-se de tal forma que nada se faz sem essa chancela prévia, que, como já disse, não é fácil de obter – e foi obtida por essa obra.

O que está em pauta é algo que pode representar o ponto de partida para a redenção geoeconômica do Nordeste, o que, sem dúvida, interessa a todo o País. Já na execução da obra serão gerados numerosos empregos, atenuando a situação social na região.

Por essa razão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não faz sentido o protesto religioso do Bispo Dom Cappio. Não é essa uma questão teológica, que dê autoridade a um clérigo para conclamar pessoas em nome da fé. Fazê-lo, nessas circunstâncias, torna-

se abuso de autoridade e extrapola as funções de um Bispo, com todo o respeito que ele merece de nós.

Estamos certos, Sr. presidente, diante da segunda manifestação pública da CNBB, chamando Dom Cappio à razão, de que há de prevalecer o interesse público e de que a decisão do Supremo Tribunal Federal será levada em conta pelos que hoje contestam a obra. Ela impõe-se por motivos econômicos e humanitários – sobretudo humanitários.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Agradeço a tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra, pela Liderança, ao Senador João Ribeiro. Em seguida, falarão os Senadores Mão Santa e Flexa Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, praticamente, é a última sessão do ano. Venho a esta tribuna primeiramente para registrar, com alegria, o trabalho profícuo e importante que realizamos durante todo este ano. É claro que coisas boas e outras não tão boas ocorreram. Mas, de qualquer forma, o saldo é positivo. Isso é o que importa.

Venho aqui especificamente, Sr. Presidente, para registrar exatamente, com esta mesma alegria, que amanhã, junto com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, com o Governo do Tocantins e suas equipes, vamos inaugurar a tão esperada ponte sobre o rio Tocantins, entre as cidades de Pedro Afonso e Tupirama.

Ora, Sr. Presidente, essa é uma obra muito sonhada, muito esperada por toda a população da região noroeste do Estado, uma região produtora de soja, que, lamentavelmente, no período da colheita, ou praticamente em todo o período, quando tinha que receber adubo, insumos, ou até escoar sua produção, tinha que ser por balsa, sobre o rio Tocantins.

Com a inauguração dessa ponte, Sr. Presidente, que tem 1.060 metros de extensão, portanto, a maior ponte sobre o rio Tocantins – a de Palmas é maior, mas tem aterramento; assim, a do rio Tocantins é maior –, será interligada a BR-153 à região noroeste do Estado, a cidade de Pedro Afonso com a cidade de Tupirama e todas as cidades que ficavam isoladas naquela região. Interligará a BR-153, a nossa Belém–Brasília, com a BR-010, uma rodovia extremamente importante, que fica à margem direita do Tocantins, portanto uma obra que temos que registrar com alegria. Trata-se, Sr. Presidente, de uma obra conveniada com o Governo do Tocantins, delegada ao Governo do Tocantins, mas que tem 90% de recursos do Governo Federal, ou seja, do Governo do Presidente Lula. Essa ponte foi feita no

Governo do Presidente Lula, com recursos liberados pela nossa bancada, por emenda de bancada.

Também registro, com a mesma alegria, que quase todos esses recursos foram capitaneados por mim, como coordenador da bancada, até o mês de setembro passado. Portanto, 90% dos R\$90 milhões, que equivalem a R\$82 milhões do Governo do Presidente Lula, foram levados pela nossa bancada, representada por mim, como coordenador até então, e 10% foram a contrapartida do Governo do Tocantins.

Mas o importante, Sr. Presidente, é que amanhã entregaremos essa ponte à população do meu Estado, que represento aqui com muito orgulho. Estava, inclusive, prevista a ida do Presidente Lula amanhã ao Estado do Tocantins. A população aguardava com muita ansiedade a chegada do Presidente Lula, que tem mais de 80% de aprovação no nosso Estado. O Presidente tem ajudado muito o Tocantins, Sr. Presidente, é bom que se diga. E não podemos ser injustos ou ingratos – e a população do meu Estado não é injusta nem ingrata –, porque, se não bastasse a BR-010, a ponte de Pedro Afonso, os projetos de irrigação que estão acontecendo, o Propertins de Dianópolis, que está praticamente concluído, o Projeto Sampaio e outros projetos de irrigação que estamos realizando no Estado, sobretudo as rodovias, há também a nossa Ferrovia Norte-Sul, que chega próximo a essa ponte, está chegando à cidade de Guaraí. A Ferrovia Norte-Sul é o grande sonho. É claro que essa ponte é muito importante, mas aquele é o grande sonho que vai alavancar o progresso, o desenvolvimento, a produção, porque se prevê inclusive a construção de várias usinas de álcool ao longo da Ferrovia Norte-Sul, que já tem recursos garantidos até Palmas, a capital do Tocantins – a obra está licitada até Palmas, a capital do Estado do Tocantins.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Meu caro Senador Magno Malta, não sei se é permitido, mas por trinta segundos vou conceder a V. Ex^a.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – É permitido no clima do Natal, e o Natal é infinitamente maior que o Regimento Interno. E o coração do Presidente em exercício é infinitamente maior também do que o Regimento Interno. E há momentos na vida em que a graça tem que ser maior do que a lei. Este é o momento da graça. Gostaria de falar à população do seu Estado, fazendo justiça ao seu empenho como coordenador da bancada e Líder do nosso Partido no Senado Federal, pelo seu trabalho, pela sua luta e pela justiça que faz ao Presidente Lula, que, na verdade, não discriminou Estado nenhum governado por qual-

quer partido que fosse de oposição ao seu Governo. Muito pelo contrário. O Presidente Lula realmente tem se comportado da forma descrita por V. Ex^a. É preciso que a população ouça de uma pessoa que não faz parte do seu Estado e da bancada política de lá a respeito do seu esforço, da sua luta, do seu trabalho, do seu empenho. Quantas vezes eu o acompanhei aos Ministérios, ao Governo. Em alguns momentos, alguns companheiros de bancada diziam: “João, pelo amor de Deus, viemos tratar de uma coisa da bancada no Senado, e você só fala do seu Estado”. E V. Ex^a disse uma frase que ficou marcada para mim: “Nas questões do meu Estado, eu me sinto como um vereador”. Então, V. Ex^a está de parabéns. É isso mesmo! Senão V. Ex^a não teria como ir à tribuna hoje, nos últimos dias para entrarmos em 2008, com um relatório tão fecundo, de tanto trabalho realizado por V. Ex^a ao longo de 2007. Registro esse comportamento do Presidente Lula, dizendo a V. Ex^a agora mesmo que o contorno de Cachoeiro de Itapemirim, esse Município tão querido que me recebeu como seu filho no Espírito Santo, Senador João Ribeiro, tem liberados R\$8 milhões para o encerramento de sua obra. É um contorno importante por causa do mármore e do granito que saem daquele Município. E mais R\$2 milhões para São Mateus, que encerra uma obra tão importante para esse Município. Só temos a comemorar. Eu comemoro uma coisa para a qual V. Ex^a, como Líder, trabalhou para que o meu Estado pudesse receber esse recurso. V. Ex^a está de parabéns pelo pronunciamento.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Senador Magno Malta. Incorporo, com muita alegria, o aparte de V. Ex^a ao meu discurso.

Vou encerrar, Sr. Presidente. Muita gente pode achar estranho e falar que o Senador João Ribeiro é adversário político do Governo do Tocantins, e está dizendo sobre a inauguração de uma obra que foi construída em parceria com o Governo do Estado.

Ora, Sr. Presidente, quando tenho que criticar, eu critico; mas, quando tenho que elogiar, eu elogio. Essa é a prática que deve ser mantida e que procuro conduzir ao longo da minha vida.

Amanhã, vamos chegar em Palmas às 9 horas, com o Ministro, com Parlamentares do meu Estado, e nos integrar à comitiva do Governo do Tocantins para chegar à cidade de Pedro Afonso num momento histórico, alegre – Sr. Presidente, só mais um minuto para eu concluir –, para entregar essa ponte à população de Pedro Afonso. Gente do Estado inteiro vai estar lá. Eu sei que as pessoas estão ansiosas, mas sobretudo os produtores de soja, as pessoas que moram na região sudoeste do Estado, nos vários Municípios - Centenário, Recursolândia, Santa Maria, Pedro Afonso, Bom Jesus,

Itacajá, Goiatins, Campos Lindos -, toda a população que mora naquela região e que planta soja – a região é a maior produtora de soja do nosso Estado.

Portanto, ficam aqui os meus cumprimentos à população tocantinense e o meu agradecimento público ao Presidente Lula, por ter mandado 90% dos recursos para essa obra tão importante para o meu Estado, além dos outros recursos que ele já tem encaminhado através da nossa Bancada para o Tocantins.

E, por último, desejo aos companheiros - Senadores homens e mulheres Senadoras - um feliz Natal. Ao povo brasileiro que nos ouve, um próspero Ano Novo cheio de muitas realizações e que o povo tenha, pelo menos, muita paz e fraternidade nas suas casas neste final de ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador João Ribeiro.

Com a palavra, por cinco minutos, o Senador Mão Santa para uma comunicação inadiável. A seguir, o Senador Flexa Ribeiro por ordem de inscrição e, logo após, o Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador Paulo Duque.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Jarbas Vasconcelos, finalmente, nós podemos dizer ao Senado e ao povo do Brasil: aqui a democracia é representativa; entendeu-se que nós representamos o povo brasileiro. Depois do vitorioso episódio, enterramos mesmo a CPMF. Como Ulysses dizia: “Ouça a voz rouca das ruas”; nós a ouvimos. Os impostos: Tiradentes, eram 20%; o brasileiro estava pagando 40%. Um quinto. A novela O Quinto dos Infernos: cinco quilos de ouro, um para Portugal; cinco bois, um para Portugal; de cada cinco bodes do Piauí, a gente dava um para eles, e aumentou. Mas temos muito que fazer.

Eis aqui um *e-mail* – todos nós recebemos muitos. Com razão, eu dizia com muita fé, aquela fé que remove montanhas: este é o melhor Senado da História da República, em 183 anos. Aqueles que eram São Tomé estão crentes hoje. Mas temos muito que fazer. Então, atentai bem! Cadê o Paim? Paim luta, mas estamos perdendo. Aí diz o *e-mail*:

“Prezados senhores,

Eu, Itamar Barbosa França, venho pelo presente parabenizá-los pelo desempenho na luta contra a famigerada CPMF, extirpando este câncer da sociedade, que só servia a outros fins, menos à saúde, e pedir que o desempenho dos senhores seja agora

concentrado em prol de nós aposentados. Já faz um bom tempo que não vejo esse assunto em pauta no Senado. Sou um telespectador assíduo da TV Senado, assisto sempre com a esperança de ver devolvido o direito que nos foi tirado. Estamos à beira da miséria, nossos compromissos não mais podemos cumprir. Nosso benefício não acompanha o dia-a-dia do capitalismo; enquanto tudo sobe, nosso benefício desce. E, no meu caso, respondo pelos aposentados por invalidez. Pensava que teríamos um Natal feliz. Mero engano, pois nossa situação não mais o permite; perdemos a saúde e agora a dignidade. Diga-me, por favor, qual a resposta do Presidente em relação ao pedido de V. Ex^a do veto? Estava assistindo à TV Senado quando foi pedido o veto do Presidente em relação a nós aposentados. Creiam-me, Srs. Senadores, nossa situação está difícil. E o que revolta é que trabalhamos em prol do crescimento deste lindo e rico Brasil, e hoje somos machucados e desprezados.

Receba meu fraterno abraço”.

Senador Jarbas, este é o quadro real dos nossos aposentados.

Lembro-me de quando este Governo trouxe a primeira medida provisória que tirava os direitos adquiridos dos velhos aposentados que já tinham sido taxados a vida toda. Foi nesse episódio que a heróica mulher Heloísa Helena se rebelou contra o PT. E esta Casa, numa grandeza, Pedro Simon, nós fizemos aqui. O Paim era o Vice-Presidente, e foi sugerido que se afastasse – o Tasso era Presidente – para estudarmos, com responsabilidade, o aumento dos velhinhos aposentados. Este Senado, revelando competência e responsabilidade.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agora os cinco minutos do Natal.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Concedo-lhe os cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, demos aos velhinhos 16,7% de aumento, aos aposentados, esses que me escrevem aqui e agora – a todos eles!

Senador Mozarildo, a lei boa e justa feita aqui, nesta Casa do povo, neste Senado grandioso, foi ao Executivo. E o Luiz Inácio, não entendendo o jogo, foi ouvir os aloprados. Esse Mantega aí, que está identificando, foi o mesmo que o enganou nessa negociação.

Pedro Simon! Aí, ele reduziu o aumento que esta Casa deu, com responsabilidade, de 16,7%. Nosso Presidente vetou, reduzindo para 4%.

Eis os aposentados, eis uma carta, eis o drama. Este Senado, ô Flexa, deve exigir do nosso Presidente...

Quando fui Prefeito, eu vetava. O projeto voltava para a Câmara de Vereadores e eles derrubavam meu veto, Mozarildo. Faz parte do jogo. Eu era Governador do Estado. Alvaro Dias, o mesmo deve ter acontecido com V. Ex^a. Fazíamos o veto, voltava, a Assembléia tem o direito de analisar.

Não tivemos a coragem de analisar nem um veto de Sua Excelência, o Presidente da República. Fraquejamos não cumprindo com nossas funções.

Senador Garibaldi, vamos dar um presente de Natal aos nossos velhinhos. Vamos assumir o compromisso.

Pedro Simon, Pedro, começou a dormir mesmo! Olhe aí, ô Pedro, vamos acordar o Presidente da República, trazer o veto dele e dar de presente aos velhos aposentados que tanto trabalham, tanta dignidade têm. O nosso Itamar França reclama aqui, dizendo que está machucado e desprezado. Vamos, então, ter a coragem de analisar e derrubar o veto do Presidente, dando aos aposentados o aumento que eles merecem.

Portanto, são essas as nossas palavras. E entendendo que, nessa época de Natal, essa é a esperança e o presente que podemos dar aos nossos velhinhos aposentados.

Naquele livro **O Velho e o Mar**, Ernest Hemingway diz que a maior estupidez é perder a esperança. Então, não podemos deixar os nossos velhinhos sem esperança. Vamos assumir o compromisso de que, nesse Ano Novo, vamos defender e derrubar o veto do Presidente, soerguendo a dignidade dos aposentados do nosso Brasil.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, por ordem de inscrição. A seguir, o Senador Pedro Simon.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tem a minha inscrição para falar pela Liderança do meu Partido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, participamos da última sessão da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura. É o momento que

coincide com as festas de fim de ano, com os festejos do Natal, da chegada do menino Jesus há 2007 anos, que se renova a cada ano, e também com as reflexões sobre o que fizemos neste ano que termina e o que haveremos de fazer no ano de 2008 que chega.

Antes de tudo isso, é um momento de agradecimento. Aproveito a oportunidade em que me comunico, da tribuna do Senado, por meio da TV Senado e da Rádio Senado, com o povo do meu querido Estado do Pará para agradecer, Senador Augusto Botelho, em primeiro lugar, a Deus, que nos deu saúde e força para que pudéssemos trabalhar ao longo deste ano que se encerra de forma determinada, sempre sob suas bênçãos e sempre a favor do povo brasileiro. Agradeço à minha família, agradeço aos meus Pares do Senado, a todas as Srs e Srs. Senadores, que contribuíram muito com o nosso trabalho legislativo, com seus ensinamentos, com suas experiências, em discussões nas comissões temáticas, no plenário, enfim, pelo apoio que não nos faltou de todos os meus companheiros, Senadoras e Senadores.

Agradeço à ajuda dos nossos colaboradores do gabinete do Senado, em Brasília, e do gabinete de apoio, em Belém. Sem sombra de dúvida, um trabalho feito com muito carinho e dedicação.

Agradeço também a toda a imprensa, tanto a nacional, que cobre o plenário e as Comissões do Senado, quanto a da minha terra, por ter sido parceira na divulgação das ações do Senado Federal, todas elas, sem sombra de dúvida, buscando o acerto, buscando a melhora do nosso Brasil.

Agradeço também aos Deputados Federais e aos Deputados Estaduais do Estado do Pará, aos Prefeitos, aos Vice-Prefeitos, aos Vereadores, às lideranças – comunitárias, sindicais, patronais, dos trabalhadores, religiosas – que sempre, de forma unida, buscaram trabalhar em benefício do nosso querido Estado do Pará.

Agradeço ao quadro funcional do Senado Federal, que, incansavelmente, dá-nos o apoio permanente ao longo de nossa jornada parlamentar.

Enfim, que este agradecimento se complemente com os votos de um feliz Natal, de um Natal santo e abençoado por Deus. E que o clima do Natal, que a presença do Menino Jesus permaneça nos lares de cada um de nós, de cada um dos brasileiros, de cada um dos paraenses, ao longo de todos os dias do ano de 2008, que se vai iniciar. E que o ano novo seja um ano de paz, saúde e realizações. Que possamos trabalhar, continuar trabalhando sob as bênçãos de Deus, para que o trabalho legislativo sempre flua em benefício do crescimento econômico e social do nosso País e do querido Estado do Pará.

Aproveito, também, Presidente Mão Santa, para ler um requerimento que encaminhei à Mesa, em que requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais Voto de Aplauso ao Prefeito Adnan Demachki e aos Vereadores da cidade de Paragominas, no Pará, pela inauguração do Parque Municipal Adhemar Monteiro e pelo decreto que institui o plano de arborização e criação de áreas verdes na zona urbana do Município.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito e da Câmara de Vereadores do Município de Paragominas.

Este requerimento está assinado por mim e também pelo nobre Senador Mário Couto, do PSDB do Pará. E o faço, Senador Crivella, por uma questão de justiça: estive sábado passado em Paragominas, participando da inauguração desse parque ambiental. É uma área de onze hectares, no centro da cidade, que foi preparada pela Prefeitura, num convênio com a Companhia Vale, para levar aos habitantes de Paragominas mais do que uma área de lazer, mas uma formação no sentido da preservação ambiental, da preservação da floresta.

Paragominas, que era tida como um dos Municípios em que a floresta tinha sido mais devastada – e aí o Prefeito Adnan, que faz uma brilhante administração naquele Município, Senador Mão Santa, assina um decreto da maior importância, que diz: “Considerando a necessidade de criar um sistema de áreas urbanas verdes, a fim de proporcionar melhor qualidade de vida, fica ratificada a Resolução Comdema nº 01/2007, que dispõe sobre o plano de arborização e criação de zonas verdes na região urbana de Paragominas”. E o importante, Senador Paulo Paim: “Fica instituído, como meta do decênio pelo Poder Público Municipal, o plantio de uma árvore por habitante e doze metros quadrados de área verde por habitante”.

Então, não tenho dúvida de que, ao final do decênio, Paragominas será uma cidade reflorestada, uma cidade em que o verde, em função da sensibilidade do Prefeito e dos Vereadores, será importante para a sustentação ambiental daquele que já foi o Município tido como um grande devastador de sua floresta.

Um outro ponto, Senador Mão Santa, sobre o qual eu gostaria de falar nesta oportunidade, Senador Mozarildo Cavalcanti, é o resultado da votação da DRU, ocorrida ontem. Quando estávamos discutindo e encaminhando a votação, o nosso grande Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, interrompeu a discussão para promulgar o resultado, dizendo que, em seguida, poderíamos discutir, Senador Alvaro Dias, o resultado. Eu não tive oportunidade ontem de fazer

isso e quero fazê-lo hoje, até porque é da maior importância a votação que ocorreu ontem no plenário do Senado Federal.

Quero dizer a todos os brasileiros e brasileiras, a todos os paraenses que o PSDB, o Democratas, a oposição, os Senadores que, mesmo sendo da base do Governo, têm o compromisso com a sociedade, não se submetem de forma determinada, coercitiva aos ditames do Executivo. Fizemos, sim, Senador Mozarildo Cavalcanti, um acordo com o Governo, um acordo responsável.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Vou dar a V. Ex^a um presente de Natal. Quanto V. Ex^a quer de tempo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vinte minutos. Como a generosidade de V. Ex^a é conhecida de todos, não vou usar os 20 minutos. Usarei apenas cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Confiando na inteligência ímpar e na capacidade sintética de V. Ex^a, concedo cinco minutos a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Aprendi muito com V. Ex^a ao longo desse convívio, nesses três anos de Senado.

Senador Mozarildo, vou já conceder um aparte a V. Ex^a.

Referi-me ao acordo feito. Quando votamos contra a CPMF, votamos consciente, porque tínhamos discutido o assunto, Senador Mozarildo Cavalcanti, por longos meses.

Sabíamos que o que o Governo vinha dizendo era puro terrorismo; o que se mostrou realidade, após a queda da CPMF, pois o próprio Governo reconhece que não há necessidade de recriar a CPMF e de criar novos impostos.

Então, o acordo que fizemos, de forma responsável, para não derrubar a DRU, foi ontem aqui muito bem colocado pelo nosso Líder e por outros Senadores da oposição. Ainda há pouco, o Senador Mão Santa fez referência aos vetos. Está num dos pontos.

O acordo foi feito. O Governo se compromete a não reeditar nada parecido com a CPMF, e isso é logo banido para sempre da vida brasileira; o Governo se compromete a não editar nenhum pacote fiscal, trabalhará corte de gastos, e submeterá os gastos a serem efetuados também ao crivo da oposição brasileira no Congresso Nacional; o Governo se compromete – e da nossa parte não é difícil cumprirmos, nós com a parte que nos cabe nesse acordo – a ficar distante do discurso pejorativo; o Governo se compromete a discutir conosco a regulamentação, Senador Mozarildo, V. Ex^a,

que é médico, da Emenda nº 29, porque os recursos retirados da saúde são retirados através da DRU, das contribuições para a seguridade social.

Então, como nós não derrubamos a DRU, nós pedimos e foi acordado com o Governo que a saúde, no Brasil, terá os recursos necessários. Aqueles 47 bilhões, já definidos em função do investimento do ano passado, mais 4 bilhões para atender à alteração da tabela do SUS, mais aquilo que estava previsto da CPMF: sete bilhões este ano; nove bilhões, no ano que vem, ou seja, em 2008, sete bilhões; nove bilhões em 2009; e onze bilhões em 2010, então, para isso, Senador Paulo Paim, a oposição colocou como proposta ao Governo que 60% das emendas de Bancada e dos Parlamentares sejam cortadas linearmente. Esses recursos, que devem representar algo em torno de sete a oito bilhões de reais, sejam transferidos diretamente para a área da saúde. Queremos a resposta, a partir de fevereiro, quando formos iniciar essas reuniões.

Além disso, vamos indicar os cortes que podem ser feitos nos gastos, melhorando a qualidade desses gastos para que possamos atender plenamente a área da saúde e a área da educação.

Por último, para poder conceder, com muita honra, o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, quero fazer uma leitura para o povo brasileiro e um alerta para a base do Governo. Senador Suplicy, peço a atenção de V. Ex^a. Na votação que derrubou a CPMF, quantos votos a base do Governo colocou em plenário? V. Ex^a lembra?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Quarenta e cinco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quarenta e cinco votos. Eram necessários 49 votos. Então, o Governo não colocou os 49 votos, só colocou 45 votos, e a oposição, conscientemente, derrubou a CPMF. Senador Mozarildo Cavalcanti, para prorrogar a DRU, o Governo tinha que pôr também os 49 Senadores. Aí, o povo brasileiro tem que saber que quem prorrogou a DRU foi a oposição. Por que digo isso? A oposição, de forma responsável e patriótica... Esperamos que o Governo corresponda a isso fazendo cortes nos seus gastos de custeio...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...para atender a área prioritária da saúde e da educação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dei mais cinco minutos, que, com aqueles cinco, somam dez, que é a nota que quero dar a V. Ex^a pelo comportamento no ano de 2007.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

Então, Senador Eduardo Suplicy, dos 65 votos que ontem prorrogaram a DRU, a base do Governo só colocou aqui, em plenário, 42. Os outros 23 votos para completar os 65 votos foi a oposição que colocou aqui dentro.

Eu disse hoje ao Senador Mercadante e estou pedindo ao Senador Suplicy que alerte a base do Governo, porque o Líder Romero Jucá não está aqui. Eu disse hoje na CAE, ao Senador Mercadante, que a base do Governo está minguando, Senador Paulo Paim, está minguando, Senador Romeu Tuma, porque baixou de 45 na votação da CPMF para 42 votos na votação da DRU. E vai minguar mais se o Governo não tomar as ações que precisa no sentido de melhorar a qualidade dos seus gastos, de diminuir esse número fantástico. Eu diria que vai para o livro dos recordes: 37 Ministérios para poder usar esses recursos em benefício dos brasileiros.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. Em seguida, ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permita, apenas porque, como V. Ex^a formulou uma pergunta minha...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já foi respondida, Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – No raciocínio de V. Ex^a, se for levar em conta os dois lados, a base do Governo esteve presente em proporção maior nas duas votações. Inclusive, a oposição teve diminuído o número de seus votos bem mais do que a base do Governo. Então, para ser justo com o seu raciocínio, em verdade, V. Ex^a deve registrar que ambos os lados contribuíram para a continuidade da DRU, só para ser preciso. Faça as contas dos dois lados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já o fiz.

V. Ex^a, como economista brilhante, com raciocínio correto, não pode querer esconder a verdade com uma meia verdade. Houve, sim, uma redução considerável da base do Governo. A redução foi de 45 para 42. E quem deveria colocar...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E qual foi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já vou lhe conceder um aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... a redução da oposição, então?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pelo contrário.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Registre, registre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A oposição...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a já citou os números. De 35 baixou para?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou lhe dizer, vou lhe dizer: onze Senadores do PSDB, oito Senadores do Democratas e mais os Senadores que são independentes, como os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa, Expedito Júnior, Romeu Tuma – o Senador Mozarildo até votou contra – e César Borges. Todos esses que votaram contra a CPMF votaram a favor da DRU. Então, quem aprovou a DRU não foi a base do Governo, desinteressada. O Presidente Lula precisa ficar atento a isso, Senador Romeu Tuma, porque, se não fosse a oposição aqui, Senador Wellington Salgado, a DRU também não seria renovada.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, com muita honra.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Primeiramente, quero lamentar que o Senador Eduardo Suplicy atropela até quem pede aparte a V. Ex^a, que já havia concedido um aparte a mim. Quero dizer que lamento não ter podido estar no dia da votação da CPMF, porque tive de ir aos funerais do Governador Ottomar, mas a minha ausência funcionou como um voto contra a CPMF, porque, obviamente, quem deveria lutar pelo voto a favor era o Governo, e eu ia votar contra claramente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Brasil todo sabe disso.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Votei ontem contra a DRU, porque mantenho uma coerência. A DRU se utiliza de 20% de todo o dinheiro arrecadado, portanto são 20% da saúde também. Então, votei contra a DRU e vou voltar contra qualquer carga de imposto que venha para cá. É uma posição racionalmente pensada. O Governo realmente tem de fazer um reajuste fiscal, reduzir o número de Ministérios e de gastos supérfluos, agindo como qualquer dona-de-casa ou chefe de família, ou seja, ajustando o Orçamento, que não é pequeno – pelo contrário, há muito superávit –, à realidade do País. Ontem, votei contra a DRU de maneira consciente, porque não me perfilo aos aliados do Governo nem a partidos de oposição. A minha posição é de independência. Entretanto, faço oposição ao Governo Lula.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a enriquece o pronunciamento com o aparte. O Brasil todo conhece a sua posição de independência, razão pela qual quero parabenizá-lo. A decisão da oposição, da Bancada do PSDB, do Democratas e desses Senadores independentes no sentido de não votar contra a DRU é apenas pelo fato de que o Governo

assumiu um compromisso conosco por intermédio de seu Líder Romero Jucá de que não haverá aumento de carga tributária.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Para mim, Senador, o Governo Lula não tem mais credibilidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É verdade. Isso é reconhecido por todos. Mas tínhamos de dar mais uma chance ao Governo Lula a fim de que ele possa cumprir não só esses compromissos que incluem a reforma tributária, mas também...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a vem do Estado do Pará, mas lembre-se de parar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Um minuto.

Quero conceder um aparte ao Senador Wellington Salgado de Oliveira, meu querido amigo da base do Governo.

Como eu dizia, Sr. Senador, o Governo assumiu esses compromissos de colocar os recursos que são da DRU para a saúde, para retornar para a saúde via Orçamento. Espero que ele cumpra. Se não cumprir, o diálogo com a oposição eu acho que não terá continuidade, segundo os líderes que lá estavam participando da reunião.

Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Flexa Ribeiro, essa oposição me lembra muito um amigo que era pequenininho, mas que era muito brabo, muito brabo. A oposição é pequena, mas ela faz muito barulho. A oposição ganhou, porque nós não conseguimos chegar a 49 votos. Terminou o ano e está todo mundo muito feliz porque foi um ano em que deu tudo certo para o Presidente Lula. Então, nada mais justo que, ao final do ano, a oposição também ganhasse uma. Foi uma vitória já de celebração de Natal, de Ano Novo. Agora, não se acostume, porque a base do Governo vai ser reorganizada pelo Presidente Lula. Fiquei feliz também por vocês porque, neste final de ano, vê-se como V. Ex^a está alegre por essa vitória que teve com a CPMF. Eu acho que as consequências virão um pouco mais tarde. Mas V. Ex^a é um Senador que briga, combate, o Senador Arthur Virgílio também, o Senador José Agripino. Assim é feita a democracia. Às vezes ganhamos, às vezes perdemos. Tenho que confessar que ganhamos muito este ano e perdemos agora no finalzinho. Foi uma vitória da qual a oposição foi merecedora. Mas não se acostume, Senador Flexa, porque essa base vai ser reorganizada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Wellington Salgado, encerrando, quero agradecer o aparte de V. Ex^a...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Flexa Ribeiro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...e dizer que a vitória não foi da oposição, a vitória foi do Brasil, a vitória foi dos brasileiros, os brasileiros que tiveram uma redução da carga tributária e, mais do que isso, mais do que isso, pelo acordo firmado, conquistaram o compromisso do Governo Lula de sentar à mesa para iniciar a reforma tributária. Essa é a grande vitória do Brasil, essa é a grande vitória do povo brasileiro! Não é vitória da oposição.

Se o Presidente Mão Santa me der 30 segundos, concedo o aparte ao Senador Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Flexa Ribeiro, quero fazer uma rápida consideração em relação ao seu entusiasmo, por conta de a oposição ter ajudado a prorrogar a DRU.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, não é entusiasmo, não! É compromisso! O entusiasmo é com relação ao compromisso assumido pelo Governo.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Não, mas o senhor teceu glórias e todo tipo de consideração e de satisfação pela prorrogação da DRU. E eu convidava o senhor, sabendo que a DRU representa em torno de R\$80 bilhões por ano, que são apropriados indevidamente e retirados das políticas sociais, de saúde, de educação, de infra-estrutura, para honrar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, pacientemente, o Crivella está orando ali: “Pai, afasta de mim esse cálice”. Ele quer a hora dele.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Sr. Presidente, vou encerrar rapidamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Rapidamente, Senador Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Para dizer, Senador Flexa Ribeiro, que a DRU é um instrumento perverso com a qual não temos concordância alguma, tanto que votamos contrários no primeiro e no segundo turnos, porque, se a CPMF tem aspectos nocivos, a DRU é duplamente nociva porque retira recursos das políticas sociais para pagar os banqueiros. E é bom que fique claro que a maioria que ontem votou e aprovou por mais de 60 votos a DRU, na verdade,...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, último minuto.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – ...concorda com a aplicação desses recursos que, na realidade, servem não para ampliar as políticas sociais, mas, ao contrário, para retirar dinheiro delas. Então não tenho contentamento algum com a aprovação da DRU, é um instrumento perverso que não mereceria ser renovado como foi ontem, por quatro anos, pelo Plenário do Senado Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Nery, e quero dizer que votei contra a DRU na primeira votação, mas, conscientemente, votamos a favor na segunda votação porque a DRU, apesar de ter todos esses defeitos que V. Ex^a tão bem citou aí, é um instrumento importante para o equilíbrio fiscal.

Responsavelmente, o Senado Federal, ao tempo em que assumiu a prorrogação da DRU, obteve do Governo Lula o compromisso de fazer exatamente isto que V. Ex^a citou: redução dos tributos, reforma tributária, atendimento à saúde, à educação, diminuição de gastos e tudo aquilo que já foi dito.

Agradeço à generosidade do Presidente Mão Santa.

Desejo um feliz Natal e um próspero 2008 a todos os brasileiros!

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella, que pacientemente espera.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, venho a esta tribuna porque hoje é o 24º dia da greve de fome de Dom Luiz Cappio, Bispo da cidade de Barra, na Bahia, contra a transposição do Rio São Francisco. Ele já perdeu mais de oito quilos e seus rins já dão sinais de comprometimento.

Neste momento não é relevante discutir virtudes e defeitos, perdas ou ganhos, eficiência ou ineficiência do projeto de transposição. Isso agora é caso de somenos importância. Quero falar sobre a vida de Dom Luiz Cappio, sobre o conceito bíblico de origem da vida, de sua preservação, de seu destino final e sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Nós os cristãos não cremos que a vida seja uma evolução accidental da matéria. Acreditamos que seja o sopro de Deus e, portanto, uma parcela de Sua divina existência, que se manifesta na energia que em nós palpita e, de maneira incondicional, como o sol e

a chuva que a todos servem; constitui-se expressão suprema do amor e cuja essência não temos o direito sequer de pensar em dispor.

A vida é dom de Deus. É para ser preservada em quotidiana comunhão, pela fé inteligente, da criatura com o Criador.

Essa preservação é o instinto mais natural e mais forte que existe nos seres racionais e irracionais. É a índole e a vocação da preservação da espécie que, de todo, perpassam a plenitude da natureza em sua mais ampla diversidade como reflexo da vida onipresente, onisciente e eterna do próprio Deus.

Nas Sagradas Escrituras não se encontra maior ofensa, maior agravo, maior injúria que se possa cometer contra a natureza, a humanidade e o próprio Deus, que se constitui em atentar contra a vida seja de outrem, seja a própria. Ela não pode fazer jamais parte do rol dos argumentos de convencimento por mais nobre que seja a causa, por mais relevante que seja a missão, ou por apaixonados e arrebatados que estejam a alma e o coração.

Nas narrativas bíblicas, só há registro de dois suicídios: um, levado a termo por Saul, primeiro Rei de Israel que, cercado por seus inimigos e vislumbrando sua iminente destruição, tomado pelo horror da agonia imposta pelas circunstâncias, caiu sobre a própria espada, mas não antes de fazer dramático apelo ao jovem escudeiro que o acompanhava que o matasse, no que não foi atendido; o outro caso, é o símbolo da porfia, da injustiça e da traição, Judas Iscariotes.

São exemplos de decadência, fracasso moral e espiritual, além de total falta de fé na providência divina pelo mover da oração de um justo. É isso que resta de efetivo de tal gesto tresloucado, solitário e de todo infecundo.

Diante das tribulações, das perseguições injuriosas, das calúnias mais profundas, dos expedientes traiçoeiros, dos mais torpes aos mais virulentos, o diálogo construtivo, a oração e a fé são as armas de que dispomos e também os limites que balizam a prática cristã. Não há um salmo, uma parábola, uma profecia, um versículo sequer nos textos bíblicos, ou na vida dos apóstolos, que nos permita pensar em dispor da própria vida.

O mandamento imperativo “não matarás”, que é princípio fundamental da Lei de Deus, tem como pressuposto fundamental não matar a si mesmo.

Quando o Brasil, por suas instituições, e os brasileiros espalhados pelo vasto território de nossa Pátria, tomados pelo mesmo sentimento e irmanados na mesma dor, apresentam a Deus uma prece pela vida

do Bispo combalido e internado, cumpre-nos também insistir, admoestar e até protestar contra o gesto que divide a Igreja, que preocupa e constrange a Nação, e, sobretudo, ofende os princípios cristãos, terrível exemplo de alcance imprevisível e de consequência trágica.

Clamo ao servo de Deus, ao servidor dos pobres, ao amigo de todos, ao menor entre os menores, ao pregador do Evangelho, que com Cristo aprendeu que a única vitória possível só se dá quando se dá a outra face, quando se caminha a outra légua e quando se abre mão da túnica e da capa. Lembre-se, Dom Cappio, das páginas encantadoras de beleza e de heroísmo escritas pelos missionários que ensinaram os índios e lutaram contra a exploração e a injustiça...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– ...e que em suas veias corre o sangue de heróis que deram a vida por Cristo.

Lembre-se das vulnerabilidades da sua terra e do sofrimento do seu povo e não lhes acrescente mais um.

Lembre-se da vocação suprema de semear a esperança e não a discórdia no coração dos homens e das mulheres deste País. É por isso que lhe clamo pelo que há de mais alto, mais puro e mais sublime na alma nacional, pelos sinos que ecoam no céu da Pátria, pela prece de piedosas mulheres que nos lares, nas igrejas e nos conventos imploram a paz.

Sr. Bispo, preze o Brasil com uma atitude sacerdotal e tenha a coragem de acatar, com humildade, a decisão da Justiça sobre a qual repousam os valores perenes da Pátria; que olhe V. Ex^a Revm^a para o céu e veja a cruz de estrelas que nos ilumina e protege e, assim, reflita sobre suas responsabilidades como pastor que conduz o rebanho e não nos acrescente mais uma angústia, mais uma perplexidade e mais uma preocupação.

Lembre-se dos ensinamentos de Paulo, que dizia não haver autoridade que não seja constituída por Deus.

Lembre-se do próprio Cristo no julgamento em que o bem supremo se defrontou com o mal supremo, e foi condenado o justo, o único justo, e ele também à ela, Justiça, resignadamente se submeteu.

Discordar, sim; debater, sim; argumentar, apelar, fazer-se ouvido, sim; afrontá-la, jamais. Desafiá-la, nunca. Essa é a lição de Santo Ambrósio, quando dizia: “os palácios pertencem aos governantes; a Igreja, ao sacerdote”.

Volte à sua Igreja, Sr. Bispo. Autoridades e sacerdotes, a todos Deus constituiu e a cada um cabe prestar contas de seus atos. Entre todos os atos, um dos piores é desafiar a Justiça, e pior ainda é atentar contra a própria vida, o dom supremo de Deus.

Sr. Presidente, esse é um apelo que faço, em meu nome e por delegação honrosa de meu partido, e, tenho certeza, em nome de todos os homens de boa vontade que já não suportam ver o sofrimento do bispo, que, combalido, internado em um hospital, hoje à noite, dará o veredicto se sairá da greve de fome que o conduzirá à morte, segundo o médico testemunhou, e voltará à igreja para alegria do seu rebanho, ou insistirá nessa atitude, a meu ver, contrária a tudo o que a Bíblia nos ensina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Que as palavras de V. Ex^a, através das ondas sonoras do sistema de comunicação do Senado, cheguem aos céus e a Deus!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Alternando, agora consultamos a lista de oradores inscritos.

Por cessão do Senador Pedro Simon, usará da palavra o Senador Paulo Paim e, em seguida, para uma comunicação inadiável, o Senador Alvaro Dias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, eu vim à tribuna nesta última semana de nossos trabalhos, quando iniciamos a semana do Natal e do Ano Novo, para dizer que é mais do que oportuno, Senador Flexa Ribeiro, falar de direitos humanos na ótica dos empresários.

Sr. Presidente, eu quero registrar, nos Anais da Casa, a matéria “Direitos Humanos entram na agenda empresarial”. O destaque dessa matéria foi dado pelo jornal **Gazeta Mercantil**.

Sr. Presidente, tal qual defende a alta comissão das Nações Unidas para Direitos Humanos, Louise Arbour, os direitos humanos devem fazer parte da agenda corporativa das empresas.

Ontem, Sr. Presidente, a comissão esteve na Bolsa de Valores de São Paulo, Bovespa, primeira empresa do mercado de capitais a aderir ao tratado de responsabilidade social da ONU, o Global Compact. A Bolsa também criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial e, a partir do ano que vem, terá um curso sobre direitos humanos específicos para aquela corporação.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Brasil, com certeza, ainda não atingiu o ideal no que tange às questões humanitárias, mas é importante vermos que os empresários brasileiros começaram também a assumir sua responsabilidade social com os direitos humanos.

Tal como podemos ver na matéria que agora eu comento, o número de pactos empresariais que visam aos direitos humanos começa a crescer. Temos como destaque o Pacto na Mão Certa - talvez tenha sido inspirado no Pacto da Mão Santa. O Pacto na Mão Certa é contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas. Temos também o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Sr. Presidente, os indicadores utilizados para avaliar o quesito responsabilidade social nas empresas foram os seguintes:

- política de remuneração decente para os trabalhadores, benefícios e ascensão na carreira;
- cuidado com a saúde dos trabalhadores, segurança e condições de trabalho;
- compromisso com o desenvolvimento profissional e o emprego;
- comportamento frente às demissões (a forma de atenuar as demissões);
- preparação para a aposentadoria de seus funcionários;
- compromisso com o futuro das crianças, não somente com o dos filhos dos funcionários;
- compromisso com o desenvolvimento infantil;
- valorização da diversidade - falo muito sobre o corte da diversidade, seja negro, índio, branco, pobre, deficiente, mulher, enfim, a diversidade, de fato, é o eixo principal desse debate;
- compromisso com a igualdade racial e de gênero.

Sr. Presidente, como podemos observar, aos poucos, a sociedade vai se dando conta da importância dos direitos humanos.

Quero cumprimentar aqui a decisão do Ministério da Justiça de dobrar o orçamento para investimento nos presídios, principalmente para que crianças, meninos e meninas, não fiquem em celas de adultos e para que as mulheres não fiquem na mesma cela em que ficam homens. As mudanças acontecem, ainda que muito lentamente.

Quero dizer, a propósito, que a Bancada do Pará, que trouxe o debate, fez com que a Comissão de Direitos Humanos, de imediato, convocasse audiência pública para tratar do tema. Fizemos lá um bom debate.

Por isso tudo, Sr. Presidente, insisto: a luta pela implantação dos direitos humanos não é apenas dos governos, mas, sim, de todos nós. Cada um de nós tem de procurar a melhor forma de promover os direitos humanos para alcançar as metas do milênio. Com isso, estaremos efetivamente progredindo na direção da construção de uma sociedade melhor para todos, na qual tenhamos os mesmos direitos e deveres, na qual cada um assuma as suas responsabilidades.

Sr. Presidente, hoje pela manhã, fizemos um balanço do trabalho da Comissão de Direitos Humanos. O Senador José Nery apresentou um balanço muito positivo de sua Subcomissão do Trabalho Escravo. Lamentamos que ainda tenhamos de ter subcomissões para tratar do trabalho escravo na Câmara, no Senado e no Ministério Público, grupos que combatem o trabalho escravo. É igualmente lamentável a situação do sistema prisional brasileiro, que, nas palavras do Presidente da OAB e do Ministro da Justiça, está falido.

Sr. Presidente, apesar de todas as nossas preocupações, acho que o País vive um momento positivo - já se fala que o crescimento do PIB poderá chegar a 6%.

Não teria como, Sr. Presidente, neste meu último pronunciamento do ano, deixar de falar da situação dos aposentados e dos pensionistas. Almocei hoje com centenas de aposentados e pensionistas, que, de novo, fizeram um apelo dramático para que consigamos aprovar uma política que lhes garanta, pelo menos, o mesmo reajuste que é concedido ao salário mínimo. Tenho certeza de que o ano que vem será um ano-chave para essa questão. Haveremos de avançar não só no PL nº 58, que aprovamos aqui em todas as comissões e que está pronto para o debate no plenário, como também no outro que aprovamos na Comissão Mista e remetemos para a Câmara dos Deputados. Sr. Presidente, os idosos não podem esperar. Eles não têm tempo para esperar. Eles precisam de soluções urgentes quanto à situação de seus pequenos salários.

Senador Mão Santa, quando eles me mostraram o comprovante do que recebem e o que gastam com remédios durante o mês, fiquei assustado. Por isso, eu hoje disse para eles que, no ano que vem, faremos uma campanha muito firme, muito solidária com a situação dos idosos do nosso País. Hoje ainda, aqui no Cafezinho do Senado, falava eu com inúmeros Depu-

tados que estão dispostos a, no próximo ano, retomar a Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas.

Sr. Presidente, por uma questão de justiça, gostaria de dizer que o Senador Eduardo Suplicy, de uma forma muito adequada, lembrou que o Senador Pedro Simon, na semana passada, fez um belo pronunciamento em homenagem a essa lenda viva, a esse gigante da poesia e da Arquitetura – para mim, ele é também um poeta – que é Oscar Niemeyer – hoje pela manhã, tivemos oportunidade de homenageá-lo também. E o Senador José Sarney também fez um pronunciamento sobre a mesma questão na última sexta-feira, a que pude assistir. O pronunciamento do Senador Simon – sei que os dois normalmente não remam na mesma canoa – deve ser colocado ao lado do pronunciamento do Senador José Sarney. Então, eu pediria a V. Ex^a, Sr. Presidente Mão Santa, que os dois pronunciamentos, o do Senador Sarney e o do Senador Simon, fossem colocados como se tivessem sido feitos na sessão de hoje de manhã, na qual foi feita uma homenagem ao grande, ao gigante Oscar Niemeyer, por sua história, por sua vida, por sua coerência e por seu compromisso com a Arquitetura e com o social.

Esse é o pedido que faço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de cumprimentá-lo pelo gesto adequado e justo de fazer essa referência ao pronunciamento do Senador José Sarney...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dos dois.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... e do Senador Pedro Simon em homenagem a Oscar Niemeyer, nosso grande arquiteto. Gostaria também de cumprimentá-lo pelo extraordinário desempenho que teve este ano como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Gostaria, Presidente Mão Santa e Presidente da Comissão de Direitos Humanos Senador Paulo Paim, em nome do Senador José Nery e dos que compomos a comissão designada para mediar um entendimento entre Frei Luiz Flávio Cappio e o Governo, de fazer uma comunicação. Eu conversei há pouco com Ruben Siqueira, um dos principais assessores pessoais de Dom Luiz Flávio Cappio. Ele me informou que Dom Luiz Flávio Cappio está melhor de saúde e está consciente, tendo, inclusive, persuadido

os médicos que o acompanham no hospital de Petrolina a deixarem-no voltar para Sobradinho, onde, às 19 horas, celebrará com outros sacerdotes a missa que tem realizado. Também por intermédio de seu assessor, soube que Dom Luiz Flávio Cappio deverá tomar uma decisão sobre a questão de seu jejum e oração. Aqui transmito publicamente a minha própria recomendação a Dom Luiz Flávio Cappio, recomendação que foi transmitida ao Ruben. Avalio que será muito importante que ele possa continuar com todo o seu vigor físico e de vida, e que possa, portanto, suspender seu jejum. Tenho um ponto de vista diferente, por exemplo, daquele que há pouco externou o Senador Marcelo Crivella. Respeito o gesto de Dom Luiz Flávio Cappio, mas avalio ser importante atendermos o seu objetivo de um grande debate. Avalio que a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Infra-Estrutura e outras da Casa poderão proporcionar esse debate logo após o carnaval, na reabertura de nossos trabalhos. Ponderei que Dom Luiz Flávio Cappio poderá ser convidado por nós, bem como as pessoas que ele indicar, para realizar um debate com as pessoas que têm outro ponto de vista, seja o Ministro Geddel Vieira, seja o Deputado Ciro Gomes, que foi Ministro e que hoje ainda escreveu a carta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mesmo o Senador Efraim Morais, com o depoimento de hoje...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O Senador Efraim Morais, Senador César Borges e todos aqueles que têm os mais diversos pontos de vista. O meu propósito é colaborar com a iniciativa do Senador José Nery. Agradeço a atenção de V. Ex^a, como Presidente da Comissão, por estar dizendo que aceita esse objetivo maior. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente, Senador Eduardo Suplicy. Antes de ultrapassar o meu tempo de dois minutos, vou conceder aparte ao Senador José Nery e ao Senador Mozarildo Cavalcanti, mas quero dizer ainda que, se depender de nós, será no dia 10. Faremos um grande debate entre aqueles que são a favor e aqueles que são contra a transposição das águas do Rio São Francisco. Vamos torcer, inclusive, para que o bispo que está em greve possa estar presente na Comissão de Direitos Humanos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Letícia Sabatella e Osmar Prado poderão estar presentes?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza. Serão nossos convidados, e V. Ex^a já está com a responsabilidade de fazer o convite.

Senador José Nery...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Paulo Paim, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pelo brilhante desempenho da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, que, em 2007, ofereceu ao Senado e ao País uma extraordinária contribuição no que diz respeito ao debate e ao encaminhamento de vários temas importantes para a vida dos brasileiros, especialmente para a vida dos mais pobres e excluídos. Não vou aqui me referir ou relacionar o conjunto de temas, de questões que foram abordadas, encaminhadas, tratadas e que, com certeza, redundaram em conquistas importantes para os setores mais espoliados, mais explorados da sociedade brasileira, especialmente os trabalhadores e os excluídos. A minha manifestação é para parabenizar V. Ex^a inclusive pela idéia de criar a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, a qual coube a mim a tarefa de presidir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, dobrando o tempo de V. Ex^a, estou também incluindo os meus aplausos pela maneira como V. Ex^a se comportou na Presidência da Comissão de Direitos Humanos. V. Ex^a é, sem dúvida, um dos mais brilhantes Senadores da História da República.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Mão Santa, não havia concluído. Obrigado pelo aparte que V. Ex^a me faz. Mas, na verdade, estou apartando o Senador Paulo Paim. Quero dizer, finalmente, que esse movimento encabeçado por Dom Luiz Flávio Cappio motivou, entre outras manifestações, a criação de uma comissão de representação externa do Senado composta por mim, pelos Senadores Eduardo Suplicy e Magno Malta e pela Senadora Lúcia Vânia, com o objetivo de intermediar, de procurar uma solução para o conflito, para o impasse decorrente do jejum de Dom Luiz Flávio Cappio. Queremos continuar essa luta com Dom Luiz vivo e presente nela, mas entendemos que o seu gesto tão generoso de doação a um interesse coletivo, especialmente do povo nordestino pobre, tem que ser respeitado até as últimas consequências. Não cabe nenhum tipo de interferência nesse gesto, porque é um gesto de um pastor comprometido com a luta por justiça social. E, nesse sentido, apoiamos qualquer que seja a sua decisão, mas esperamos continuar essa luta com ele vivo, regenerado e muito forte, porque a sua presença é muito importante na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para o semi-árido nordestino. Portanto, esperamos o desfecho desse jejum, que muitos chamaram de greve de fome, de Dom Luiz Flávio Cappio e que, ao final, tenhamos uma solução adequada e que saiam ganhando desse processo todos aqueles

que querem um Nordeste mais justo, respeitados os direitos daqueles que são os mais necessitados, os mais pobres. Parabéns a V. Ex^a pelo trabalho. Esperamos que, em 2008, possamos aprofundar, cada vez mais, o papel da Comissão de Direitos Humanos, tão brilhantemente dirigida por V. Ex^a, ajudando o Brasil a encontrar os seus caminhos, os caminhos da justiça, da fraternidade e de um Brasil realmente renovado. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, aproveito este momento da tribuna do Senado, com essa perspectiva de trabalharmos um entendimento, e faço um apelo a Dom Flávio Cappio, bispo que está em greve, que suspenda a greve. E faço este apelo, tenho certeza, não somente em nome da Comissão de Direitos Humanos, mas em nome do Senado da República, porque nada tem a ver com o fato de sermos contra a sua luta que, no meu entendimento, é correta; o apelo é pela vida. E que ele reflita bem – fica o apelo em nome do Senado da República – e suspenda a greve. E que possamos colaborar na linha da negociação, do entendimento, do diálogo não só com a Comissão de Direitos Humanos, mas com todas as Comissões da Casa.

É o apelo que faço, neste momento, em nome da vida, em nome da Comissão de Direitos Humanos e de todos os Senadores, porque sabem V. Ex^{as} que, se ele continuar em greve, infelizmente o resultado poderá ser a falência. Sabemos muito bem como começa uma greve de fome e sabemos muito bem, se ela não tiver limite, como termina.

Encerro o meu pronunciamento, a não ser que o Senador Mozarildo Cavalcanti queira fazer um aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Eu gostaria apenas de acrescentar, Senador Paulo Paim, o meu profundo pesar pela atitude do bispo. Considero-a antidemocrática porque ele não busca o diálogo, como V. Ex^a disse. Não buscou debater as idéias. E, como religioso, dá um exemplo aos fiéis de que é possível tentar o suicídio. Isso não está em nenhuma doutrina cristã. Acho que o bispo tem de repensar o seu posicionamento e buscar o caminho mencionado por V. Ex^a: do diálogo, da democracia e do debate das idéias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado. Encerro e agradeço a tolerância da nobre Senadora que estava aguardando.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Direitos humanos entram na agenda empresarial

Alta Comissária da ONU vê como exemplares iniciativas no segmento corporativo brasileiro

CARMEN GUERREIRO
REVISTA DEBÊ
SOCIOAMBIENTAL/SAO PAULO

A um ano de completar seis décadas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Louise Arbour, apelou ao empresariado brasileiro para que se una no esforço de cumprir as metas do milênio. Os direitos humanos devem estar, mais do que nunca, na agenda corporativa. Em visita ao Brasil, no início de dezembro, a canadense visitou órgãos governamentais, organizações do terceiro setor e aceitou o convite — segundo ela inusitado — para falar na Bolsa de Valores de São Paulo, a Bovespa. "Em princípio, fiquei muito intrigada. Afinal, não passo muito tempo da minha vida em bolsas de valores. Mas, começo a pensar que deveria".

Após elogiar a instituição por ser a primeira do mercado de capitais a aderir ao Global Compact, tratado de responsabilidade social da ONU, afirmou que os ativistas humanitários devem rever preconceitos em relação à contribuição das empresas para o tema. "É comum que os mais engajados pensem que dinheiro gera apenas dinheiro, e não bem-estar para a sociedade. As iniciativas da Bovespa nos convidam a reconsiderar esse tipo de estereótipo e olhar para o setor privado como um ambiente em que parcerias com o governo e a sociedade civil devem ser encorajadas", observa. Louise desafiou, ainda, o povo brasileiro a alcançar as expectativas que seu antecessor imediato, Sérgio Vieira de Mello, morto em 2003, em um ataque à base da ONU em Bagdá, criou para o País e o mundo em relação aos direitos humanos.

Ainda que o Brasil não tenha o atingido patamar de excelência sonhado pelo diplomata no que diz respeito ao humanitarismo, as práticas de algumas das maiores empresas nacionais e multinacionais instaladas no território de-

monstram a importância crescente do conceito no setor privado. Baseada nisso, depois de criar o Índice de Sustentabilidade Empresarial e aderir ao Global Compact, a Bovespa anuncia a criação de um curso sobre direitos humanos para corporações em 2008. "É fundamental mostrar para a sociedade que os direitos humanos são também políticos, civis e culturais, e não exclusivamente focados no 'direito do bandido', como se enxerga no Brasil", explica o presidente da bolsa, Raymundo Magliano Filho. O empresário justifica que visibilidade, transparência e o ensino dos direitos humanos são fundamentais para criar, tanto no meio corporativo quanto da sociedade em geral, uma nova cultura de "respeito, solidariedade e sustentação da democracia".

Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos, concorda. Para ele, as iniciativas das empresas em defesa dos direitos humanos devem ir além da legislação e se pautar em um ideal de dignidade humana. "Não há passagem das empresas para o desenvolvimento sustentável que não seja marcada profundamente pelo respeito e dignidade humana. Discutir qualquer coisa que não seja isso é ficar num debate sobre legalidades", opina.

Direitos humanos está nas ferramentas de gestão de RSE

Essa tendência se reflete hoje nas próprias ferramentas de avaliação da Responsabilidade Social Empresarial, como o internacional GRI (Global Report Initiative) e nos indicadores Ethos, mecanismo que trata, por exemplo, da garantia do respeito pelo indivíduo e do trabalho decente como elementos definidores de uma empresa socialmente responsável. Entre esses temas, as organizações precisam cumprir exigências relacionadas aos itens Política de Remuneração, Benefícios e Carreira; Cuidado com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho; Compromisso com o Desenvolvimento Profissional e a Empregabilidade; Comportamento Frente a Demissões; Preparação para Aposentadoria; Compromisso com o Futuro das Crianças Com-

promisso com o Desenvolvimento Infantil; Valorização da Diversidade; Compromisso com a Equidade Racial; e Compromisso com a Equidade de Gênero.

Na mesma direção, cresce o número de pactos empresariais pactos reunindo setores-chave da economia em torno de uma causa social comum, geralmente relacionada aos direitos humanos. Entre os mais conhecidos, destacam-se o Pacto Na Mão Certa, da Childhood Brasil (contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas) e o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. O mais amplo acordo entre empresas com base em objetivos humanitários, entretanto, é o Global Compact, que, entre os seus dez princípios, inclui o cumprimento dos direitos humanos e, em outra frente, dos direitos dos trabalhadores.

Bons exemplos no Brasil

Signatária do pacto das Nações Unidas, a Serasa é um bom exemplo de direitos humanos no trato com o público interno. No Brasil, há cerca de 10 milhões de empresários, entre grandes, médios e pequenos negócios. E um grupo deles muito engajado com as preocupações relativas ao ser humano. Esses executivos vêm marcando presença nas organizações, pela defesa da cidadania e de melhor qualidade de vida para as pessoas", afirma Elcio de Lucca, presidente da organização.

Mais especificamente na Serasa, os direitos humanos se manifestam como filosofia da empresa. O caminho — segundo Lucca — foi incluí-lo no processo de gestão do negócio. "Tratamos dos assuntos socioambientais por meio de processos, exatamente como fazemos com nossos produtos e serviços. Assim, envolvemos todos os funcionários da organização para que os resultados reflitam também o compromisso deles com a sociedade e o meio ambiente", explica.

A Serasa foi citada pela ONU como referência por causa do seu Processo Serasa de Empregabilidade de Pessoas com Deficiência. Implantado em 2001, o programa capacita deficientes para o mercado de trabalho, incluindo-os no

quadro da empresa ou encaminhando-os para outras organizações. Junto com ele, houve investimento na transformação do ambiente de trabalho em um modelo de acessibilidade. "Construímos uma realidade em que não avaliamos os funcionários como grupos, mas como pessoas com suas características individuais, sem diferença no tratamento", diz Lucca.

O mesmo acontece na mineradora Samarco. "Queremos uma empresa que produza resultados financeiros, mas que garanta o respeito pela vida", justifica Benedito Waldilson, gerente geral de RH. O executivo defende que o conceito tomou forte impulso na gestão da maioria das empresas, há pouco tempo, com a popularização da ideia de sustentabilidade. "O empresário também um cidadão que forma opinião e a transformação do Brasil tem grande possibilidade de vir do movimento que nasce dentro das empresas", argumenta.

Para apagar a percepção do público interno em relação ao compromisso da corporação com os direitos humanos, a organização realiza a Pesquisa de Clima Organizacional, avaliando se os princípios descritos no código de conduta são cumpridos. Além disso, conta com um Ombudsman, responsável pelo aconselhamento de colaboradores em questões de ética, conduta e direitos, além de fiscalizador da execução dos princípios empresariais.

A forma que a Monsanto encontrou para verificar o cumprimento de suas políticas relacionadas a direitos humanos foi a realização de auditorias em campo, especialmente na zona rural. As auditorias são feitas periodicamente a partir de parceria entre a área de Segurança e Saúde e a nova diretoria, que cuida especificamente de direitos humanos. Mensalmente, essa diretoria, que tem sede nos EUA, reúne-se para discutir iniciativas locais do mundo inteiro. "Como Monsanto, temos uma visão global, por isso a preocupação é a mesma em toda a localidade. Há diferença entre países, mas não na forma como lidamos com os direitos humanos em cada lugar. Tínhamos receio da

resistência na China e na Índia, mas não encontramos dificuldades. O trabalho tem sido desenvolvido de maneira muito satisfatória", afirma Andréa Gennari, ad-

vogada da Monsanto no Brasil, representante da diretoria de direitos humanos no País.

Vejam mais www.ideiasocioambiental.com.br

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos para usar a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Alvaro Dias, do Estado do Paraná.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB

– ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a está inscrito como Líder.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB

– ES) – É apenas para me dar uma idéia a respeito do horário em que poderei falar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Teremos, em seguida ao Senador Alvaro Dias, a encantadora Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – O

Senador Alvaro Dias está nos concedendo a sua vez, já que tenho de viajar dentro de pouco tempo.

Obrigada.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB

– ES) – É a Senadora Rosalba Ciarlini, o Senador Alvaro Dias e eu? É essa a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Vamos alternando, o que é bom, porque vai aumentando a audiência, já que todo mundo fica na expectativa de ouvir o grande Líder de Vitória, no Espírito Santo, o Senador Renato Casagrande, do PSB.

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de voltar a um assunto que tem sido motivo de muitos pronunciamentos, no dia de hoje, nesta Casa.

Eu, que estive nesta tribuna, já por diversas vezes, tratando da questão da transposição do Rio São Francisco, lembro-me quando foi, por uma liminar, autorizada a paralisação da obra. Estive nesta tribuna relatando o quanto era importante essa obra para o meu Estado, de uma maneira muito especial, e para a minha região, o semi-árido, que V. Ex^a, Senador Mão Santa, tão bem conhece, pois também é nordestino e sabe das nossas carências, porque já foi Governador e Prefeito e conhece a fundo o sofrimento da nossa gente pela falta de água.

Também estive aqui na tribuna para dizer da minha alegria quando fui a Cabrobó para ver o início das obras da transposição; inclusive eu disse ao Presidente Lula que, apesar de ser de um partido de oposição, ele contava com o meu aplauso, porque estava transformando em realidade aquilo que para nós, até então, era apenas uma miragem, um sonho secular de milhões e milhões de nordestinos. Foi preciso muita luta, e aqui não vou tirar o mérito que foi levantado na época do ex-Presidente José Sarney. O Ministro Aloísio

Alves, do meu Estado, teve uma atenção especial, assim como o nosso Presidente Garibaldi Alves. Isso fez despertar novamente as nossas esperanças. Passou pelo Governo Collor, passou pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Muitas questões impediram o início do projeto. E o Presidente Lula, nordestino que conhece a seca, que é fruto da seca que o fez sair da sua terra, da sua região para ir a São Paulo, sabe o quanto uma gota d'água no semi-árido é importante.

Aí, minha gente, temos de juntar esforços, dar as mãos, juntar as nossas idéias e o nosso coração em benefício de uma população que quer trabalhar, ter oportunidade, mas que, muitas vezes, precisa deixar a sua terra porque não tem nem água para beber.

Essa água do Rio São Francisco é uma água viva. Conforme depoimento do Senador César Borges, apenas 4% do que for canalizado será para matar a sede, mas vai matar a sede também de algo que é muito importante: o trabalho. As nossas terras do semi-árido são férteis. Temos, por exemplo, a Chapada do Apodi, uma das mais férteis terras do nosso Brasil, mas falta água para que possa produzir. Se essa água chegar, se essa água molhar o chão, junto com o suor do nosso povo, ela será uma água viva, porque dará emprego, renda e oportunidades.

Então, é no momento do Natal, que, graças a Deus, recebemos este presente, a liminar. Deus iluminou o Supremo, que fez justiça fazendo cair a liminar. Hoje este Senado está-se dispondo a discutir, porque sei que nada é unanimidade. Existem aqueles que têm suas razões para discordar, mas precisamos mostrar que o Rio São Francisco não vai morrer, se tirarmos um pouquinho do muito que vai todos os dias para o mar. E não estamos inventando a transposição, ela já existe no mundo, em muitas regiões, em muitos países, inclusive no nosso Brasil. E não existe notícia de nenhum rio que morreu, porque levaram um pouquinho de sua água para onde havia necessidade.

Quero aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizer da nossa alegria de contar com V. Ex^{as}, com seus atos, suas idéias, suas ações para fortalecer essa luta. Que haja o debate para que possamos superar divergências. Se alguém diverge e tem algum motivo que possa ser analisado, que se faça, mas sem jamais perder a razão maior de uma obra tão importante, que vai trazer, se Deus quiser, muita vida para o nosso Nordeste.

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Para finalizar, eu gostaria de deixar a todos, não somente aos meus nobres Colegas, mas a todos que fazem o Senado, os seus funcionários, os trabalhadores do dia-a-dia, e a vocês que nos escutaram, que acom-

panharam os nossos trabalhos durante todo o ano, os votos de um feliz Natal. Que a Luz do Menino Deus, em 2008, mostre-nos os caminhos para que a gente possa, com o nosso trabalho, construir um mundo de mais paz e justiça social.

Feliz Natal e próspero Ano Novo para todos!
Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Agradecemos a Senadora Rosalba Ciarlini e convidamos para usar a tribuna o Senador Alvaro Dias, do Paraná, para uma comunicação inadiável.

Regimentalmente, V. Ex^a tem cinco minutos, mas darei dez, porque V. Ex^a engrandeceu este Senado. Vi hoje o nosso grande arquiteto ser homenageado, e ele dizia, inspirando-nos, que a virtude mais bela da sua vida era a solidariedade. E V. Ex^a engrandeceu este Senado e o Brasil, quando foi solidário às crianças pobres do Paraná. Tive o prazer e a felicidade de vê-lo numa televisão da LBV, mostrando justamente essa solidariedade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a sempre generoso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, no filme clássico Tempos Modernos, o genial Charles Chaplin retrata um operário que passa a vida inteira apertando a porca nº 999, numa linha de montagem de uma fábrica. A nova divisão de trabalho determinava a especialização produtiva com relativo aumento de renda na sociedade moderna. A especialização e a divisão de trabalho eram limitadas pela extensão do mercado. Vale dizer, pelo volume de bens que podem ser vendidos. O capital investido na produção, aliado à especialização, terá na moeda o grande vértice da moderna vida econômica. A moeda é a alma de um povo. Manter equilibrado o sistema financeiro é função primordial da política monetária.

Quando a emissão de moeda tem sua expansão descontrolada, determina a elevação dos preços e dos salários. O sopro inflacionário começa a acelerar, a estabilidade de preços começa a ser corroída e a redistribuição de renda entre grupos passa a ser enfraquecida. A inflação ganha dinâmica própria pela alta generalizada dos preços das mercadorias e dos fatores de produção. A equação é simples: a inflação é altamente beneficiadora de alguns grupos sociais e tremendamente perversa para a maioria da sociedade. Quem detém o capital produtivo e especulativo vende caro e compra barato. Já a maioria de trabalhadores e assalariados são os grandes prejudicados em função dos seus rendimentos monetários serem fixos. Passam a pagar tudo mais caro, sem a contrapartida de verem os seus rendimentos aumentarem.

O Brasil, por muitos anos, foi aquele operário chapliniano apertando a porca inflacionária numa especialização de futuro incerto. As várias alternativas de controlar e enjaular o monstro inflacionário sempre redundavam em monumentais fracassos. No final da década de 80, atingiu-se o índice de 83% ao mês. Nas décadas anteriores, durante o regime autoritário, foi imposta a correção monetária. A sua melhor definição foi dada pelo então Ministro da Fazenda da França, do Governo Georges Pompidou, Giscard D'Estaing, “é a mais perversa formulação de política de econômica”. Corrigia a inflação passada e lançava para o futuro todo o resíduo inflacionário. Era, na verdade, um círculo desvirtuoso de alimentação permanente do processo, conjugada à manipulação dos índices confiscando a renda dos trabalhadores.

A sua eliminação se daria no início de 1986, com a criação do Plano Cruzado, que atacou com formulação original a inflação galopante em um Brasil já redemocratizado. Economicamente bem fundamentado, mobilizou a sociedade brasileira tendo na saudosa figura de Dílson Funaro, Ministro da Fazenda, o seu condutor, com notáveis formuladores de política econômica ao seu lado. Infelizmente, novo fracasso. Em função das eleições gerais para governadores e para o Poder Legislativo, o que seria um plano econômico para a Nação, foi substituído para uma realidade eleitoral. Os ajustes e mudanças que os seus autores desejavam fazer para corrigir o desabastecimento que começava a aflorar, com remarcações de preços em todos os níveis, foram impedidos de se realizar.

Na histórica reunião de Carajás, Dílson Funaro formulou as mudanças que deveriam se realizar para retomar o controle do processo. Foi em vão. Trocou-se um projeto da Nação, transformando-o em um projeto para a eleição. Governadores foram eleitos exibindo em seus programas a captura de bois em currais para que o abastecimento da carne aos consumidores não faltasse nas redes distribuidoras e supermercados. Os remendos que se seguiram remeteram o Brasil a uma inflação incontrolável.

Em 1990, o novo governo assume com uma proposta extravagante de congelamento monetário, tentando atingir, com um só golpe marcial, o dragão da inflação, recriando o cruzeiro como padrão monetário. Seria mais uma tentativa que redundaria em fracasso, levando o próprio governo no turbilhão da insatisfação popular.

A posse do Vice-Presidente Itamar Franco se daria em um cenário de crise política, ética e econômica, com a espiral inflacionária ganhando enorme dinamismo. O novo presidente da República, em 2 de agosto de 1993, cria o cruzeiro real com o corte de três zeros.

Mil cruzeiros passam a valer um cruzeiro real. À frente do Ministério da Fazenda, o então Senador Fernando Henrique Cardoso, conhecedor dos equívocos que mutilaram o Plano Cruzado, convoca uma equipe de competentes economistas e formuladores de políticas com profundo conhecimento da economia brasileira.

O Presidente Itamar Franco prestigiou seu Ministro e lançou, com grande coragem, a autêntica revolução econômica, que seria implantada em 1º de julho de 1994. Criava o padrão monetário que estabilizaria a economia brasileira: o Real.

Os céticos e negativistas à época denunciavam que seria uma farsa destinada a injetar ânimo nas eleições gerais de 1994. Equivocaram-se. Nos últimos 13 anos, os brasileiros passaram a conviver com uma realidade que muitos não conheciam. A estabilidade econômica gerou o perfil de um Brasil diferente, em que a remarcação de preços foi banida das preocupações diárias das famílias. A vida passou a ser mais bem planejada, e a inflação deixou de corroer a renda dos trabalhadores e assalariados.

Tudo foi feito de forma transparente, sem congelamentos de preços nem confisco de depósitos bancários ou qualquer outro artificialismo da heterodoxia econômica. A população foi informada cada passo, trazendo “pedagogia democrática” ao País.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso aprofundou e consolidou o Plano Real, buscando a modernização por meio de reformas capazes de eliminar estruturas atrasadas e injustas que travavam as potencialidades nacionais. Infelizmente, muitas das reformas fundamentais que o País exige ainda estão por se fazer. Contudo, as mudanças que foram feitas respondem pelo razoável momento em que se encontra o País nos dias de hoje. Os desafios são gigantescos, mas não se pode negar a indiscutível melhoria das condições de vida da grande maioria dos brasileiros.

Sem o Plano Real, tudo isso teria sido impossível de se concretizar. E, no seu epicentro, está a estabilidade da economia e algumas reformas do Estado que foram realizadas. A relativa descentralização da renda nacional só vem sendo possível porque a inflação foi domesticada. As maiores vítimas sempre foram o trabalhador e os assalariados, que não podiam atualizar mensalmente aquilo que era permanentemente confiscado pela inflação.

A disciplina fiscal dos gastos estatais, estabelecida pela lei de responsabilidade para os administradores públicos em todos os níveis, só foi possível pela estabilidade econômica. Os programas sociais que se originaram no Comunidade Solidária e hoje atendem milhões de brasileiros que vivem em linha de miséria só foram possíveis porque há estabilidade e organização da economia.

A valorização da moeda nacional não é fruto de nenhuma virtude de governos, mas, sim, do controle vigilante das contas públicas que o Plano Real implantou desde seu início, há quase década e meia. A isso se soma uma conjuntura internacional sem turbulência, diferentemente do passado recente, quando a globalização financeira assimétrica gerava crises localizadas, afetando diretamente as economias em desenvolvimento. O próprio sistema financeiro internacional adotou uma estratégia de maior controle dessa ação predadora de grandes especuladores, que, como corsários modernos, atacavam em blocos, fragilizando as economias nacionais de determinadas nações e auferindo grandes lucros.

O Brasil tem hoje uma moeda nacional que orgulha os brasileiros. Ao longo da sua formação histórica, tivemos 10 padrões monetários. O Real foi a nossa primeira moeda e teve a duração de 308 anos ao tempo da Nação colônia, de 1500 até 1808. Com a chegada de D. João VI, foi criado o mil-réis, que vigorou até 1942. Nesse ano, Getúlio Vargas estabeleceu o cruzeiro, que vigeu até 1967, quando Castello Branco criou o cruzeiro novo. Em 1970, no governo Médici, foi restabelecido o cruzeiro. Em 1986, o governo Sarney lançou o cruzado e, em 1989, o cruzado novo. Em 1990, o governo Collor, pela terceira vez, relançou o cruzeiro. Em 1993, o governo Itamar Franco lançou o cruzeiro real, que, em 1994, era substituído pela moeda corrente: o Real.

O ciclo econômico, gerado por esse padrão monetário, vem sendo a força motriz para o reordenamento institucional da vida brasileira. O momento vivido pelo povo brasileiro, com todas as suas dificuldades e até carências, seria muito mais dramático se não existisse essa âncora de estabilidade. Preservar essa conquista é dever de todos. É chegada a hora de aprofundar reformas inadiáveis e disciplinar as despesas públicas ao estabelecido no Orçamento. Investir na infra-estrutura e fazer da educação e saúde um binômio inegociável completam um rol de ações estratégicas, que podem assegurar um Brasil moderno, desenvolvido, com justiça social.

Impossível parecia, há alguns anos, erradicar o monstro bravio da inflação. O Plano Real dotou-nos do grande vértice na moderna vida econômica: uma moeda que se estabilizou e que tem possibilitado melhorar a vida de milhões de brasileiros.

Foi mais que um programa de estabilização, embora seja reconhecidamente o mais bem-sucedido de todos os planos lançados...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...para combater a inflação crônica. Representou uma mudança radical de atitude que permeou toda a população brasileira; trouxe previsibilidade e restaurou a capacidade de planejar racionalmente.

É preciso ter memória, Senador Mão Santa. Essa é a razão deste discurso.

Prestamos aqui, ao final, nosso tributo a André Lara Resende, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Pêrsio Arida, Winston Fritsch, sem esquecer o apoio fundamental exercido pelas lideranças, à época, na Câmara e no Senado: José Serra, na Câmara, e Mário Covas, no Senado; e a interlocução de Pedro Sampaio Malan. Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concluindo, Presidente Mão Santa.

Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente da República, deve se orgulhar por incorporar essa passagem à sua rica biografia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a fez um belo pronunciamento de fim de ano.

Segundo Oscar Niemeyer, que, hoje, foi homenageado e que acompanhou a sessão por videoconferência, na celebração dos seus 100 anos de vida, ele disse que a qualidade mais bela é a solidariedade. E vimos solidariedade quando V. Ex^a passou seu aniversário com as crianças pobres do Paraná, conforme a rede de televisão da LBV mostrou ao Brasil.

Estamos alternando o uso da palavra. Agora, é a vez do líder. V. Ex^a está inscrito como orador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – E o Alvaro?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Alvaro não estava inscrito como líder, não; estava inscrito para fazer uma comunicação inadiável.

Agora, é a vez do Líder Valdir Raupp, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que siga o Regimento, alternando orador inscrito, fala para uma comunicação inadiável e fala como líder.

Nesse sentido, informo a V. Ex^a que sou o sexto inscrito. Falou quem estava inscrito na décima segunda posição e houve, agora, a comunicação inadiável do Senador Alvaro Dias. Logo, o orador inscrito sou eu, na sexta posição, e, depois, seria o Líder.

É claro que, como o Senador Valdir Raupp já está na tribuna, eu não cometeria a indelicadeza de

solicitar que eu fosse chamado, mas quero apenas registrar minha contrariedade com a não obediência às regras regimentais, em especial a obediência à lista de inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Registro a sensibilidade e a generosidade de V. Ex^a ao ceder a palavra ao Líder, regimentalmente, por cinco minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Caso o Senador Mozarildo e o Senador José Nery façam questão de que eu não fale neste momento, não haverá nenhum problema, Sr. Presidente, para eu retornar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Pode falar.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Tudo bem. Não vou criar nenhum problema. No entanto, quero que fique registrado que eu era o orador inscrito, na ordem de inscrição, e que foi, então, cedida a vez ao Líder Valdir Raupp, a quem temos a satisfação, agora, de escutar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Nery, e obrigado também ao Senador Mozarildo pela compreensão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao final de mais uma sessão legislativa, somos levados a uma reflexão sobre o nosso trabalho durante o ano de 2007, apontando as nossas expectativas e esperanças para o ano vindouro.

Nesse período, assumimos, com muita honra, a tarefa de liderar o Partido de maior bancada nesta Casa. Não foram poucas as vezes em que nos deparamos com disputas intrincadas, negociações duras e choques de opiniões.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que tais conflitos se constituem em parte inseparável do regime democrático e que do seu conjunto nasce o entendimento para as grandes questões que envolvem o interesse nacional.

Um Partido como o PMDB se notabiliza pelo seu pluralismo e diversidade, e, justamente por abarcar mentes e idéias das mais diversas matizes, o equacionamento das diferenças se torna mais desafiador, mas não menos gratificante.

Termino com disposição e força para trabalhar muito mais em prol do desenvolvimento do meu Estado e do meu País.

Quero, aqui, externar meu mais sincero agradecimento pela compreensão e pelo apoio que todos vocês demonstraram ao longo deste ano.

Em todas as discussões e negociações que travamos nesta Casa, por mais dificuldades que elas

apresentassem, sempre encontrei interlocutores e colegas que nunca olvidaram o diálogo e o respeito pela diversidade de opinião.

Foi um ano difícil, complicado, mas também de grandes realizações. E são elas que devemos salientar neste balanço, aprendendo com os erros e apontando os caminhos para o futuro.

Neste ano, destravamos o complicado processo de realização das usinas hidrelétricas do Rio Madeira no meu Estado, Rondônia.

Com muito empenho e perseverança, comprovamos a necessidade e a premência de ampliarmos nosso manancial energético com as usinas, e a confirmação de sua construção foi uma vitória para o povo da Região Norte, sinalizando que suas condições de desenvolvimento serão cada vez mais viabilizadas.

Como partido da base de apoio ao Governo, também nos congratulamos com os bons resultados obtidos ao final de 2007. A economia cresce de forma sólida e sustentada, assim como os programas sociais e educacionais. O País começa a se enxergar como uma liderança mundial emergente, apta a enfrentar com destemor os desafios do futuro.

Neste momento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero abrir um parêntese para parabenizar o Presidente Lula pelo seu desprendimento, pois quando praticamente já sabia das dificuldades de se aprovar a CPMF, essa contribuição que arrecadaria R\$40 bilhões, parte dos quais iria para a saúde e parte para outras áreas sociais, disse que não mandaria para o Congresso Nacional nenhum outro pacote aumentando impostos e, sim, talvez, a reforma tributária, para diminuir a quantidade de impostos e, quem sabe, reduzir a carga tributária.

Creio que é chegada a hora de o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Governo Federal, os Governadores de todos os Estados brasileiros e os prefeitos municipais trabalharmos irmanados por uma reforma tributária de verdade, que possa diminuir a quantidade de impostos, reduzir a carga tributária, trazer eficiência na arrecadação e, quem sabe, até aumentar a receita.

Com o crescimento do PIB, que passará de 5%, neste ano, podendo chegar a 7% em 2009 e 2010, tenho certeza absoluta, Senador Flexa Ribeiro, de que poderemos diminuir a quantidade de impostos que há, hoje, no Brasil, aumentar a eficiência da arrecadação, diminuir a sonegação e, por que não, investir mais em programas de infra-estrutura e no combate à pobreza deste País.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Valdir Raupp, parabênizo V. Ex^a pelo pronunciamento, na linha do acordo firmado com a oposição. Fico muito feliz por ouvir V. Ex^a anunciar aquilo que a Nação espera há décadas, não só deste Governo, ou seja, que precisamos fazer uma reforma tributária que diminua a carga sobre a sociedade, que aumente a competitividade do País e que leve o Brasil a dar, mediante o aumento da arrecadação, alargando a base contributiva, o retorno para seus filhos dos serviços que, hoje, estão tão deficientes nas áreas da saúde, da educação e da segurança. V. Ex^a esteve presente, com certeza absoluta, no jantar de confraternização do Presidente Lula com o PMDB...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Estive.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Esteve. Tenho, aqui, uma notícia do Panorama Político, de *O Globo*, na qual não quero acreditar. Eu queria saber se V. Ex^a pode confirmá-la ou não. Na ocasião, o Presidente Michel Temer teria comparado o jantar no Palácio da Alvorada com a Santa Ceia: Lula seria Jesus Cristo, e os Deputados e Senadores, os Apóstolos. O Presidente Lula, Senador Mão Santa, teria gostado tanto da comparação com Jesus Cristo, que teria dito que o Brasil, devido às boas notícias na economia e na área social, vivia o melhor Natal desde o nascimento de Cristo. Ele, agora, deixou de dizer “nunca dantes na História do Brasil” para se referir ao nascimento de Cristo, ou seja, nunca tivemos um Natal como esse desde o nascimento de Cristo. Eu diria: desde o Descobrimento do Brasil. Eu queria que V. Ex^a, que estava no jantar, confirmasse essa notícia do jornal *O Globo*, na coluna Panorama Político, do jornalista Ilmar Franco.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado pelo aparte, Senador Flexa Ribeiro.

Sinceramente, não me lembro de que o Presidente tenha falado que este seria o melhor Natal depois do nascimento de Cristo. Eu me lembro de que ele falou que este seria o melhor Natal dos últimos anos, dos últimos tempos. Isso é verdade. Lembro, também, que ele falou que o ano de 2008 será melhor que o ano de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, assim V. Ex^a sai da Santa Ceia e entra na Bíblia: como Santo Estevão, que falou muito e acabaram jogando pedra nele.

Continua com a palavra o Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Disse que o ano de 2009 será melhor que o de 2008 e que o ano de 2010 será melhor que o de 2009, querendo dizer que, a cada ano, a tendência é de a economia melhorar o seu crescimento e, por consequência, também a distribuição de renda no País.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Senador Valdir Raupp, não podemos viver neste País sob o signo do pessimismo. Não se governa com pessimismo. Não que se deva ter um otimismo irresponsável, mas um otimismo responsável é sempre útil a qualquer país, a qualquer governo, a qualquer ação administrativa. Temos indicadores, realmente, altamente favoráveis à situação do País nos dias atuais. Previa-se um crescimento, este ano, 2007, da ordem de 4%, e ainda hoje o Presidente do Banco Central nos informava, em uma reunião na Comissão de Assuntos Econômicos, que o Brasil vai crescer mais de 5% este ano. Ora, não podemos deixar de comemorar essa informação, que é verdadeira, procedente. Ela não é a favor de governo algum; ela é a favor do Brasil, e nós todos temos de estar, pelos menos, solidários com o nosso País. Não é apenas esse indicador, mas quase todos os indicadores econômicos são favoráveis. Vamos comemorar o final do ano, o Natal, também com esses números, como presente para todos os brasileiros, e confiar em que o País está na rota certa e haverá de nela prosseguir, para que todos os brasileiros sejam beneficiados por esse avanço que estamos nitidamente percebendo na economia e na produção neste País.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, nobre Senador Edison Lobão, pelo aparte, que incorpore ao meu pronunciamento, assim como também incorpore o aparte do Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa Ribeiro, para não cometer nenhuma injustiça, quero, aqui, com muita franqueza, não apenas elogiar o trabalho do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas parabenizar também o trabalho do governo Fernando Henrique Cardoso, que instalou as bases para o crescimento da economia do País. Isso é verdadeiro. E uma delas foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pelo Congresso Nacional ainda no governo Fernando Henrique, assim como a reestruturação do sistema financeiro, a reestruturação dos Estados e dos Municípios brasileiros. Então, foi criada uma base. E, com muita responsabilidade, a equipe do Presidente Lula vem dando seguimento a ela e vem trabalhando, com muita responsabilidade, no mesmo sentido, fazendo com que o Brasil cresça. As bases estão prontas para o crescimento continuado. Não adianta um crescimento, como falam os economistas, de vôo de galinha. Tem de haver um crescimento continuado da economia para poder crescer em infra-estrutura, em geração de emprego, em geração de renda.

Para concluir, Sr. Presidente,...

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Senador Valdir Raupp, permita-me mais uma ligeira interrupção.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pois não, nobre Senador Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Quero dizer que cada vez mais sinto-me mais feliz sob a liderança de V. Ex^a. V. Ex^a é um homem justo, e está também fazendo justiça ao governo passado, ao governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Tem toda razão V. Ex^a. Não fosse a ação firme e competente do governo Fernando Henrique, seguramente não estaríamos comemorando hoje números tão favoráveis ao Brasil. Portanto, cumprimentos a V. Ex^a pelo gesto de sensatez e de honestidade com aquilo que ocorreu no governo passado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado. Faz parte da democracia a alternância do poder. A democracia é algo muito importante: sai um governo e um outro entra, e o trabalho deve ser continuado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é verdade que ainda são muitos os problemas que se apresentam à Nação. Mas o futuro agora nos parece cada vez mais promissor. Percebemos um sentimento generalizado de esperança espalhado por todo o País, por todos os segmentos e regiões.

Neste fim de ano, reafirmamos nossa crença inabalável no futuro de nosso País e em seu crescimento com igualdade e justiça.

Desejo um ótimo Natal e um próspero Ano Novo para todos, em especial para o povo rondoniense e para os funcionários, colegas e amigos do Senado Federal.

Que o espírito natalino nos revigore e alimente a nossa fé com alegria e pureza!

Que este Natal, Sr. Presidente, seja o Natal das famílias, e que o Ano Novo seja repleto de muitas realizações, de muita harmonia, de muita paz e de muita saúde para todos os brasileiros!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador José Nery.

Enquanto S. Ex^a se dirige à tribuna, lembro ao Senador Edison Lobão que Juscelino Kubitschek falou que é melhor ser otimista, porque o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro, este herói da campanha para diminuir a carga tributária do nosso País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

Enquanto o Senador José Nery se dirige à tribuna, peço a inscrição nos Anais do Senado dos pronunciamentos que eu faria amanhã. Como vou ter de viajar hoje, os encaminho à Mesa para transcrição nos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Leve da Mesa os sinceros votos de muitas felicidades nesse Natal e no ano vindouro.

Tenha um Natal extraordinário!

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadoras, volto a esta tribuna para denunciar a ocorrência de um grave crime ambiental em meu Estado, mais especificamente em Abaetetuba. Desta feita, trata-se da mortandade de peixes, fruto de contaminação do rio Arienga, atingindo dezenas de famílias de ribeirinhos.

Há vários dias, essas famílias, que vivem basicamente da pesca, sofrem os efeitos de um provável vazamento de material tóxico, que, além de atingir a fauna, tem provocado graves riscos à saúde pública naquela área.

Desastres socioambientais não se constituem em novidades na Amazônia. Ao contrário, sua enorme e cotidiana recorrência apenas expõe o quanto o Estado brasileiro tem sido negligente e, muitas vezes, cúmplice de um determinado padrão de desenvolvimento que coloca a busca do lucro fácil acima de qualquer princípio ético e de defesa do nosso maior patrimônio, representado por nossa inigualável biodiversidade.

Segundo as autoridades de meio ambiente do Município de Abaetetuba e do Governo do Estado do Pará, a provável fonte de contaminação provém da planta industrial da Usina Siderúrgica do Pará – Usipar, localizada no Município de Barcarena. Por isso, esta indústria foi interditada, e seus altos fornos estão em processo de desligamento até a sua total paralisação. Amostras de dejetos industriais, lançados no rio, foram recolhidos e passam por exames especializados, a fim de se comprovar exatamente os agentes responsáveis pela contaminação.

Segundo a imprensa, na noite do último dia 07, moradores locais ouviram uma grande explosão a cerca de um quilômetro de onde ficam os fornos da Usipar. Dois dias depois, no domingo, 09 de dezembro, os peixes mortos foram percebidos. Eram jacundás, poraqûes, traíras, tucunarés, acaris e sardas encontradas

boiando no rio. Antes, eles sentiram forte cheiro vindo do rio Arienga, parecido com o de creolina. Ribeirinhos também sentiram alergia, lábios inchados, coceira pelo corpo e mal-estar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, esse desastre da Usipar, Usina Siderúrgica do Pará, integrante do grupo Cosipar, conglomerado destinado à produção de ferro gusa, não é, infelizmente, um caso isolado. Antes, revela uma realidade muito ampla e complexa.

Há poucos meses, denunciei outro grave crime ambiental ocorrido nessa mesma região, mais precisamente no distrito industrial de Barcarena, envolvendo a multinacional Ymerys Rio Capim Caulim, de capital francês. O despejo de material tóxico contaminou rios e igarapés, atingindo dezenas de famílias. Todos os laudos oficiais constataram a contaminação e, recentemente, a empresa foi obrigada a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mediado pelo Ministério Público Estadual, com vistas ao repasse de recursos destinados a minorar os efeitos socioambientais daquele desastre.

O que causa espanto, no entanto, é que se trata de tragédias anunciadas e que vêm se repetindo há anos. Todo o complexo industrial de Barcarena, formado por inúmeras empresas, com destaque para as gigantes Albras-Alunorte, da Vale do Rio Doce, representa um permanente risco de acidentes, com gravíssimas repercussões sobre o meio ambiente de toda a região. A cada acidente resta comprovado que inexistem planos de controle e contingência. Em suma, uma espécie de bomba-relógio prestes a explodir.

O que chama a atenção no caso presente é que a empresa envolvida recebe investimentos públicos e se beneficia de benefícios fiscais. Ora, o mínimo que deveria ser cobrado é a mais rigorosa obediência às leis ambientais e trabalhistas por parte desses empreendimentos. A Usipar, por exemplo, teve sua carta-consulta aprovada pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, no valor de R\$60 milhões para a implantação de seu projeto em Barcarena, compreendendo a construção de uma unidade portuária, um terminal de barcaça e um pátio de movimentação de materiais.

O Poder Público não pode se limitar a agir quando os crimes ambientais já foram praticados. É indispensável uma ação preventiva eficiente e regular, antes que estejamos lamentando a perda de vidas humanas e irreversíveis impactos ao já frágil equilíbrio ambiental da região.

Assinalo, entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o papel desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado do Pará, que

tem à frente o Dr. Valmir Ortega, que, com toda sua equipe, nesses desastres ambientais que têm sido denunciados, diferentemente do que ocorria anteriormente, tem agido, Senador Gilvam Borges, com rapidez e presteza na adoção de medidas não apenas para punir exemplarmente essas empresas, mas também para exigir um conjunto de medidas que protejam a população, a fauna e a flora de desastres ambientais tão graves como o que temos denunciado aqui no Senado Federal.

Nesse contexto, destaco o papel da Sema, pois antes, apesar de provocarem desastres ecológicos e crimes ambientais, as empresas sequer eram adequadamente fiscalizadas ou obrigadas a algum tipo de contrapartida para sanar ou minimizar os efeitos de suas ações pouco responsáveis.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há, porém, outro aspecto que chama atenção neste caso: o grupo Cosipar/Usipar já foi denunciado como co-responsável pela prática de trabalho escravo. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2005, o Grupo Móvel de Fiscalização libertou 214 trabalhadores em uma carvoaria do grupo JR Carvão Vegetal, fornecedor da unidade da Cosipar em Marabá. Apenas um caso entre tantos, que revela a utilização de carvão vegetal de origem ilegal por diversas empresas componentes do pólo guseiro de Carajás (tanto no Pará como no Maranhão). É, assim, recorrente nesse tipo de prática nefasta e desumana.

Concedo o aparte ao nobre Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, V. Ex^a preside a Subcomissão do Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos. Meu aparte é apenas para cumprimentá-lo pelo trabalho realizado. V. Ex^a já viajou a diversos Estados, analisando a situação dos trabalhadores, e, hoje pela manhã, apresentou um balanço, ainda preliminar, do trabalho grandioso de V. Ex^a, que é um exemplo de como se deve trabalhar em uma subcomissão da comissão principal. Portanto, meu aparte é mais para cumprimentá-lo pelo conjunto da obra, pelo trabalho como Presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo. Por informação de V. Ex^a, sei que logo que retomarmos os trabalhos, haverá um encontro nacional das Comissões de Trabalho Escravo de todos os Estados para aprofundar esse debate. Não vou tomar o seu tempo, desejo apenas cumprimentá-lo pelo brilhante trabalho realizado na presidência da Subcomissão do Trabalho Escravo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço enormemente o aparte do Senador Paulo Paim, e

muito mais o inestimável apoio recebido para me desincumbir das tarefas e atribuições da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, que é parte integrante da Comissão de Direitos Humanos, presidida por V. Ex^a. Sem seu apoio, incentivo e estímulo, tenho certeza de que não teria sido possível desenvolver as tarefas que desenvolvemos este ano. Ao agradecê-lo, estendo o agradecimento aos demais membros da Subcomissão e a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço ao Presidente Garibaldi Alves Filho que me conceda mais algum tempo, a fim de que possa concluir e abordar mais duas questões neste pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a para que encerre seu pronunciamento o mais breve possível, pois ainda teremos a Ordem do Dia. Pode ser que alguns Senadores não estejam com essa expectativa, mas ainda teremos a Ordem do Dia hoje.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço, portanto, à Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim. E aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para agradecer a contribuição e a convivência com todos os Senadores e Senadoras da República no exercício do nosso mandato representando...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ...representando o povo e o Estado do Pará nessa Casa Legislativa.

Continuo, Sr. Presidente.

Por isso, além de exigir a adoção de medidas imediatas visando enfrentar a emergência decorrente do desastre ambiental, com a interdição das atividades da empresa e o atendimento às famílias atingidas, é indispensável repensar esse modelo de desenvolvimento excludente e autoritário que produz o triste cenário de devastação socioambiental na Amazônia, especificamente no Estado do Pará.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, peço, ainda, a inserção nos Anais da Casa de um artigo de autoria do economista César Benjamin, editor da Editora Contraponto e candidato a vice-Presidente da República na chapa liderada pela ex-Senadora e companheira Heloísa Helena, Presidente Nacional do PSOL, que, no jornal *O Estado de S. Paulo* de hoje, escreveu um artigo intitulado “Frei Luiz precisa viver”, tratando do movimento encabeçado por Dom Luiz Cappio, que

pretende uma discussão mais ampla e democrática do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco, razão pela qual este Senado criou a Comissão de Representação Externa para intermediar e buscar uma solução para esse impasse no conflito que estamos vivendo, no momento, quando a vida de Dom Cappio ainda corre perigo, na medida em que ele ainda não encerrou o jejum que iniciou há quase um mês.

Portanto, Sr. Presidente, peço a inserção nos Anais da Casa do artigo de autoria do Economista César Benjamin.

Por último, ainda me referindo ao Estado do Pará, gostaria de denunciar e, ao mesmo tempo, solicitar ao Senado Federal medidas urgentes para a proteção dos defensores dos direitos humanos no Pará, que, mais uma vez, se encontram ameaçados de morte. Desta vez, o ameaçado é Dom Flávio Giovenale, Bispo da Diocese de Abaetetuba, que emprestou todo o seu apoio, toda a sua solidariedade, no caso da denúncia de maus-tratos e de violência contra uma adolescente de 15 anos, na cadeia pública de Abaetetuba. Esse fato gerou amplos debates no Congresso Nacional e em toda a imprensa nacional e internacional; provocou uma discussão sobre o tratamento que deve ser concedido às mulheres, quando, para cumprimento da lei e atendendo à decisão judicial, elas precisam ficar encarceradas. É preciso dar-lhes condições mínimas de dignidade, não aquilo que o Brasil todo testemunhou em relação à menor encarcerada, no município de Abaetetuba.

Dom Flávio prestou todo o apoio ao Conselho Tutelar, que também têm alguns de seus membros ameaçados. A ameaça ocorreu no último dia 4 de dezembro – só agora trazida a público –, quando um cidadão se aproximou, para dizer que, passada a poeira daquele fato deplorável, ele teria contas a acertar. Portanto, o fato é grave.

Dom Flávio já comunicou o fato à CNBB, à Ordem dos Advogados do Brasil, à Ordem dos Salesianos, a que pertence, ao Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes em Belém do Pará, o Cedeca Emaús.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para solicitar às autoridades de segurança pública do meu Estado do Pará um pedido de proteção à vida de Dom Flávio Giovenale e dos membros do Conselho Tutelar igualmente ameaçados.

E a ameaça é mais grave. Na última semana, Senador Paulo Paim, Dom Flávio, no encerramento da festa de Nossa Senhora da Conceição, denunciou para todo o Pará, para toda a Abaetetuba, fatos muito graves, que envolvem pessoas ligadas ao narcotráfi-

co, ao tráfico de drogas, à violência que assola aquela região. Portanto, a ameaça contra a vida de Dom Flávio com certeza não é apenas em relação à denúncia relacionada à violência sofrida por uma adolescente: tem a ver também com um pedido feito às autoridades sobre um conjunto de medidas em relação àqueles que, durante muito tempo, estão envolvidos com o narcotráfico e com a violência.

Portanto, o pedido de providências está feito. Esperamos que, diante dessa denúncia, haja resposta imediata, para que não tenhamos de constatar, daqui a pouco, mais um crime ou outros crimes envolvendo os defensores dos direitos humanos.

Por fim, Sr. Presidente, quero agradecer à Mesa, a todas as Srs. Senadoras, a todos os Srs. Senadores a convivência fraterna, democrática, às vezes marcada por graves divergências. Quero também salientar o debate democrático sempre aqui realizado, seja no plenário, seja nas comissões da Casa, naquelas tarefas, nas atribuições que estão colocadas para cada Senador e Senadora, para todas as lideranças partidárias.

Agradeço o convívio, os debates que tivemos neste ano de 2007, esperando que, em 2008, possamos produzir muito mais, para ajudar o nosso País a encontrar o caminho do desenvolvimento sustentado, no qual as políticas públicas, as ações dos Poderes da República, Executivo, Legislativo e Judiciário, e de todas as instituições estejam voltadas, realmente, para ajudar a garantir um País mais justo, mais fraterno, mais igual.

Portanto, Sr. Presidente, um abraço de felicitações a todos e a todas, pelo que pudemos trabalhar, produzir na nossa atuação conjunta aqui no Senado Federal.

E, por último, quero me dirigir a todos os brasileiros e brasileiras. Que esses votos sejam extensivos a cada um e as suas famílias, com o firme propósito de que possamos avançar muito mais na conquista de direitos democráticos para o nosso povo.

Feliz Natal a todos! Que 2008 nos ajude a reafirmar princípios, ações e compromissos que ajudem o Brasil construir uma sociedade mais digna e mais justa.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ NERY EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Frei Luís precisa viver

César Benjamin

Procuro um livro na estante de casa. Na folha de rosto, a dedicatória: “Para o César, que também caminha nas mesmas margens do mesmo rio. Gentio do Ouro, outubro de 2001.” De dentro do livro cai um cartão que já estava esquecido: “César, grato por sua inesperada suavidade, por sua lúcida e firme presença. Grato por você existir. Te abraço. Adriano.” Não consigo conter a emoção.

Entre de 1992 e 1993, durante um ano, Adriano e mais três pessoas realizaram uma caminhada de 2.700 quilômetros, das nascentes à foz do rio São Francisco. O livro que ganhei de presente quando os visitei no sertão – Da foz à nascente, o recado do rio, de Nancy Mangabeira Unger – narra poeticamente a empreitada desse grupo de heróis, cujas vidas se confundem com a luta pela vida do rio e das populações sertanejas que dele dependem.

O líder dos peregrinos era um frei franciscano, o mais franciscano de todos franciscanos que conheci, Luís Cappio. Não lembro em que localidade o encontrei – acho que foi em Pintada –, mas nunca o esqueci. É um homem raro. Vive visceralmente o cristianismo, a sua missão. Hoje, é bispo da Diocese da Barra. Continuou o mesmo simples peregrino, um irmão da humanidade, um pobre vivendo entre os pobres. Está em greve de fome há mais de vinte dias e pode morrer. Adriano continua ao seu lado.

Aboletado em Brasília, o presidente Lula acusa frei Luís e seus companheiros, contrários à transposição das águas do rio São Francisco, de não se importarem com a sede dos nordestinos. Para quem conhece os dois personagens, é patético. Um abismo moral os separa. Desse abismo nascem as suas diferentes propostas.

O Semi-Árido brasileiro é imenso: 912 mil km². É populoso: 22 milhões de pessoas no meio rural. É o mais chuvoso do planeta: 750 mm/ano, em média, o que corresponde a 760 bilhões de metros cúbicos de chuvas por ano. Não é verdade, pois, que falte água ali. A natureza a fornece, mas ela é desperdiçada: as águas evaporam rapidamente, sob o Sol forte, ou vão logo embora, escorrendo ligeiras sobre o solo cristalino impermeável.

Há décadas o Estado investe em obras grandes e caras, que concentram água e, com ela, concentram poder. O presidente Lula quer fazer mais do mesmo. No mundo das promessas e do espetáculo, onde vive, a transposição matará a sede do sertanejo. No mundo real, apenas 4% da água transposta serão destinados ao consumo humano, em uma área equivalente a 6% da região semi-árida. “É a última grande obra da indústria da seca e a primeira grande obra do hidronegócio. Uma falsa solução para um falso problema”, diz Roberto Malvezzi, da Comissão Pastoral da Terra.

Graças a gente como Cappio, Adriano e Malvezzi, o Semi-Árido nordestino experimenta uma lenta revolução cultural. Centenas de organizações sociais, apoiadas pela Igreja Católica e por outras igrejas, adotaram o conceito de convivência com a natureza e desenvolveram in loco cerca de quarenta técnicas inteligentes, baratas e eficientes para armazenar a água da chuva. Ela é suficiente – corresponde a quase 800

vezes o volume d'água da transposição –, mas cai concentrada em um curto período do ano.

Eles lutam por duas metas principais: “um milhão de cisternas” e “uma terra e duas águas”. Combinados, os dois projetos visam a proporcionar a cada família do Semi-Árido uma área de terra suficiente para viver com dignidade, uma fonte permanente de água para abastecimento humano e uma segunda fonte para a produção agropecuária, conforme a vocação de cada microrregião. As experiências já realizadas deram resultados magníficos.

Para oferecer isso à população sertaneja, é preciso realizar a reforma agrária e construir uma malha de aproximadamente 6,6 milhões de pequenas obras: duas cisternas no pé das casas, para consumo humano, uma usual e outra de segurança; mais 2,2 milhões de recipientes para reter água de uso agropecuário. No conjunto, é uma obra gigantesca, mas desconcentrada. A captação de água realizada assim, no pé da casa e na roça, já é também a distribuição dessa mesma água, o que desmonta uma das bases mais importantes do poder das oligarquias locais. Armazenada em locais fechados, ela não evapora. Impulsionado por milhares de pessoas, este poderia ser um projeto mobilizador das energias da sociedade, emancipador das populações sertanejas, se tivesse um apoio decidido do governo federal.

A proposta tem respaldo técnico da Agência Nacional de Águas (ANA), que realizou um minucioso diagnóstico hídrico de 1.356 municípios nordestinos, um brilhante trabalho. O foco é a região semi-árida, mas o diagnóstico inclui grandes centros urbanos, como Salvador, Recife e Fortaleza, abrangendo um universo de 44 milhões de pessoas. As obras propostas pela ANA, as igrejas e as entidades da sociedade civil resolvem a questão da segurança hídrica das populações. Estão

orçadas em R\$ 3,6 bilhões, a metade do custo inicial da transposição do São Francisco.

Isso não interessa ao agronegócio, um devorador de grandes volumes de água em monoculturas irrigadas, produtoras de frutas para exportação e de cana para fabricar etanol. É para ele e para alguns grupos industriais – grandes financiadores de campanhas eleitorais – que a transposição se destina, pois esses precisam de água concentrada. Ao sertanejo, cada vez mais, restará a opção de migrar ou se tornar bóia-fria.

Para deter a marcha da insensatez, frei Luís entrega a vida, o único bem que possui. Não lhe restou outra opção, pois o governo se esquivou do debate que prometeu. Preferiu apostar na política do fato consumado. Agora, a farsa só poderá prosseguir sobre o cadáver do bispo. O presidente Lula deixou claro que considera essa alternativa aceitável. Porém, antes desse desenlace terrível, o presidente deve meditar sobre as palavras de Paulo Maldos, do Conselho Indigenista Missionário, seu tradicional aliado: “Ao redor do gesto radical do bispo está se formando uma corrente de solidariedade, de apoios, de alianças, de identificação ética, política, social, ideológica, cujos contornos são facilmente identificáveis: trata-se dos movimentos sociais, políticos, pelos direitos humanos, pastorais sociais, personalidades da Igreja Católica, da política, da cultura, que, desde os anos 80, constituíram Lula como liderança de massa em nosso país. (...) Se dom Cappio vier a falecer, será o final dessa história. Não será dom Cappio apenas que morrerá. Morrerá a referência política de Lula e do Partido dos Trabalhadores na história dos movimentos sociais do Brasil. (...) A história da liderança popular de Lula será a história de um fracasso. A morte física de dom Cappio sinalizará a morte política de Lula.”

Suplico que o presidente abra o diálogo com rapidez, por generosidade ou por cálculo: frei Luís precisa viver.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Nery e concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

Esclareço que estou adotando um critério antigo – não é novo –, segundo o qual, alterna-se a concessão da palavra para um orador que fala como líder e um orador inscrito. Esse revezamento já é um critério conhecido de todos.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Venho à tribuna, nesta sessão que é uma das últimas do ano – ainda haverá uma amanhã –, para fazer um balanço de 2007. Foi um ano bastante importante para o Brasil; um ano bastante importante para mim – meu primeiro no Senado Federal – e também para o meu partido.

Este ano, o antigo PFL, que muito nos honrou ao longo de todo esse tempo, transformou-se em Democratas, modernizou-se, deu oportunidade à grande juventude do partido, colocando Rodrigo Maia como Presidente do nosso partido, um jovem de 37 anos de idade, mostrando que o nosso partido confia no talento brasileiro, na juventude brasileira.

Mas, ainda com a juventude predominando na Executiva Nacional, também aqueles mais experientes, com mais tempo de Casa, com mais tempo de vida pública, têm-nos dado sustentação importante, para que o partido possa crescer, como vem crescendo no dia-a-dia.

Quero destacar o papel do nosso Líder José Agripino, do nosso Senador Jorge Bornhausen, Presidente da Fundação Liberdade e Cidadania, e do nosso Presidente Marco Maciel, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Tivemos, Sr. Presidente, outro marco importante, que foi a definição do Presidente do Supremo Tribunal Federal, embasada pelo TSE, a pedido dos Democratas, em seguida, pelo PSDB e, posteriormente, pelo PPS, com relação à fidelidade partidária.

Questionamos ao Supremo sobre se o mandato era do candidato ou do Partido e tivemos resposta positiva, que trouxe uma vida nova à política brasileira, mais esperanças para a sociedade brasileira no que diz respeito ao troca-troca partidário que acontece todos os dias, alguns até mesmo legítimos. No futuro, alguns poderão mudar de partido, mas justificando essa mudança com parâmetros técnicos, morais e

éticos, e não agindo assim atrás de emendas parlamentares ou de cargos no Governo Federal.

O nosso outro ganho, a nossa outra vitória o Brasil todo presenciou, há duas ou três semanas: a votação que levou ao fim da CPMF. Não é apenas o fim da CPMF que nos trouxe alegria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. A CPMF é um símbolo muito maior do que apenas o seu final, do que apenas 0,38% de carga tributária a menos, considerada essa tributação excessiva que o brasileiro carrega nas costas. Esse símbolo importante foi captado urgentemente pela sociedade. Essa foi uma alegria contagiante, e todos os brasileiros comemoraram conosco o fim desse imposto nocivo ao País.

O primeiro símbolo que se evidenciou com o fim da CPMF é que o Governo não pode tudo, que não vivemos em um regime autoritário, mas democrático, em que nem sempre o Presidente pode tudo e pode querer tudo.

O Congresso Nacional faz valer a sua condição de representante do povo brasileiro; faz valer, por meio do voto que recebeu, da sua representação eleitoral, o que é melhor para a sociedade. Na maioria das vezes, votamos aqui a favor do Governo, coisa que a oposição, no passado, nunca fez. Mas, quando estivermos entre o Governo e a sociedade brasileira, tenho certeza de que esta Casa, cada dia mais, ficará ao lado da sociedade em detrimento de qualquer Poder, seja o Governo Federal, sejam os governos estaduais ou os governos municipais.

Sr. Presidente, outro símbolo importantíssimo que nós demonstramos com o fim da CPMF foi a consciência de que todos no Brasil pagam impostos. A discussão foi para as ruas, e, hoje, do trabalhador mais humilde do salário mínimo ao trabalhador que ganha mais de trinta salários mínimos, num patamar mais elevado, enfim, todos os brasileiros e brasileiras, praticamente a grande maioria, classe média e classe de renda baixa, todos sabem que todos pagam impostos.

Aquela tese usada no passado pelo Governo de que só os ricos pagam impostos foi por terra. Nunca mais ninguém ouviu o Presidente e nenhum dos seus assessores dizerem, após a votação da CPMF, que apenas os ricos pagam impostos.

Conseguimos levar adiante e ganhar a batalha da comunicação, comunicação dura, em que os veículos foram importantíssimos – rádio, televisão, jornal, *blogs* – para ajudar o Senado a demonstrar que todos os brasileiros, mas principalmente os brasileiros pobres do País, pagam impostos através do consumo, porque, no quilo de arroz, no quilo do feijão, no quilo do café, estão embutidos 51% de carga tributária para quem ganha menos de dois salários mínimos.

Sr. Presidente, agora, com o reconhecimento público do Governo, estou duplamente feliz. Apresentamos aqui um relatório responsável e viável que foi consultado por todos os economistas, por técnicos importantes desta Casa, do meu gabinete e de outras entidades. Fizemos um relatório, repito, bastante responsável, que, à época, durante a votação, não conseguiu ser atacado pelo Governo Federal. Mas as chantagens e ameaças foram muitas com relação ao fim da CPMF.

Agora, porém, fico feliz, Sr. Presidente, por estar com a consciência tranqüila do dever cumprido, por tudo o que fiz e apresentei estar sendo hoje cantado em verso e prosa pelo Governo: é possível, sim, ficar sem a CPMF, que temos excesso de arrecadação, que o País está mais robustecido.

A história fará jus ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que calçou todo este caminho para que pudéssemos chegar até aqui e, inclusive, o Presidente atual, que mantém a mesma política monetária, fazendo bem ao País. Isso é uma construção democrática para que o País possa crescer.

Fico feliz, Sr. Presidente, por ver os itens do meu relatório hoje serem ditados pelo Governo, com relação ao custo de despesas discricionárias, à diminuição da máquina, que haverá excesso de arrecadação, que o Brasil arrecadará muito mais e que crescerá muito mais. Então, Sr. Presidente, termino o ano bastante satisfeita com o trabalho da oposição nessa oportunidade.

Com esse balanço, Sr. Presidente, tenho certeza de que o símbolo maior que a CPMF representou foi a fé e a esperança renovada que o povo brasileiro hoje tem por sentir, no seu coração e na sua alma, que há quem os defenda; que o Senado Federal mostrou que está aqui para proteger a sociedade; que é possível fazer os avanços que precisam ser feitos; que o Congresso Nacional, quando for preciso, quando for a bem do Brasil, consegue enfrentar, sim, o Governo Federal.

Agora, Sr. Presidente, para 2008, temos uma longa caminhada pela frente. Temos de lutar, com todas as forças, Senador Paulo Paim, do PT, de forma suprapartidária; temos de buscar um caminho que dê liberdade de crescimento ao Brasil, uma liberdade sustentável, verdadeira, concreta, consistente, para que este Brasil de que tanto nos orgulhamos e no qual tanta esperança depositamos possa crescer.

Quero, Sr. Presidente, apenas listar alguns poucos pontos. Não é uma rotina minha, não é uma tese pessoal. Deve ser uma tese nacional de alguns pontos suprapartidários. Nós, do Senado Federal e da Câmara, poderíamos dar as mãos e ir à busca desses objetivos.

Gostaria de começar, Sr. Presidente, falando de um assunto importantíssimo, que é a questão da logística no País. Temos de perseguir o custo mais barato para transportar a produção brasileira, quer seja dos metais, quer seja da soja, do arroz ou da carne. Precisamos dar condições a esse empresário de ter um custo mais barato para o transporte da produção.

Venho rogar mais uma vez ao Governo – e já o fiz desta tribuna dezenas de vezes – que priorize a construção das hidrovias simultaneamente à construção das hidrelétricas. Estamos matando os três “Mississipis” que o Brasil tem apenas no Centro-Oeste brasileiro. Falo do rio Madeira, do rio Teles Pires/Tapajós e do rio Tocantins, no meu Estado, onde as hidrelétricas estão sendo construídas e não estão sendo feitas as eclusas para que as barcas possam transportar, de forma muito mais barata, a produção brasileira.

Para se ter uma idéia, os investimentos para a construção de 1.000km de rodovia são da ordem de US\$250 milhões; para a construção de ferrovias, US\$909 milhões; e, para a construção de hidrovias, são apenas US\$53 milhões. Para transportar uma tonelada, por mil quilômetros, lá na rodovia cheia de buracos, gastamos US\$42,00; na ferrovia, gastamos US\$26,00; e, na hidrovia, gastamos apenas US\$18,00 para transportar a nossa produção.

Os produtores rurais, Sr. Presidente, das Regiões Norte e Centro-Oeste do País, onde está o meu Estado de Tocantins, que é um grande produtor de grãos, fariam uma economia de quase R\$3 bilhões/ano se pudessem utilizar plenamente o sistema de transporte hidroviário. Infelizmente, estamos atrapalhando os empresários rurais do País, quando não viabilizamos essa forma democrática de transporte, que poderemos implantar, com o que a natureza nos deu, que são os nossos rios.

Precisamos, de forma suprapartidária, dar liberdade para o País crescer e reformular a legislação dos portos. Hoje, o Brasil tem um dos sistemas portuários mais incompetentes do mundo. A demora na exportação, no Chile, leva três dias apenas; no Brasil, nove dias e meio, para desovar. O custo por *container* na exportação em dólar: no Chile, US\$274,00 por *container*, Senador Paulo Paim; no Brasil, US\$909,00 por *container*.

Todo esse custo, todo esse aumento de preço nos subtrai competitividade e liberdade para crescer. E apenas uma lei, que não é deste Governo; é uma lei de dez anos atrás, que não vai gastar um centavo sequer, a não ser a tinta da caneta, em algumas vezes, um decreto, uma portaria ou uma votação no Congresso Nacional para que possamos modernizar, inclusive,

o Porto de Rio Grande, o Porto de Santos, o Porto de Paranaguá, para dar vazão às nossas exportações e importações no Brasil.

Quanto à energia, sabemos que o Governo omite informações com relação à insegurança do suprimento de energia. Apenas o Lago de Sobradinho, no rio São Francisco, chegou a ter 10% do volume útil no meio da estação chuvosa. A questão de energia no País está dependendo de São Pedro. As hidrelétricas estão sendo construídas tardiamente. Apenas o leilão da hidrelétrica do Madeira...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Kátia Abreu...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Estou encerrando, Sr. Presidente.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permita-me um aparte rápido?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Apenas no leilão da hidrelétrica do Madeira, o Governo atrasou quatro anos, colocando o País em risco.

Pois não, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senadora Kátia Abreu – e eu sei que o Presidente Garibaldi Alves Filho vai avaliar o que vou dizer –, V. Ex^a honrou as mulheres brasileiras com a presença competente, afirmativa, desassombrada no Senado Federal, no primeiro ano do seu mandato, não só relativamente à CPMF, mas em todos os assuntos. V. Ex^a desponta como uma grande Senadora, já reconhecida inclusive pelo Diap, que a inclui entre as cabeças mais influentes do Congresso Nacional. E eu não poderia deixar de, neste final de ano, parabenizá-la por isso, extensivamente a todas as Senadoras: Marisa Serrano, Lúcia Vânia, Patrícia Saboya, todas as Senadoras que deram uma contribuição extraordinária aos trabalhos do Senado Federal, trazendo muita dignidade a esta instituição.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador Alvaro Dias. Agradeço o apoio de V. Ex^a durante todo esse período, a sua firmeza, o seu arrojo, sua determinação contrária à CPMF, que nos fortalecia no dia-a-dia desta Casa. Em particular, com relação a nós, mulheres, provamos sempre que, quando nos é dada oportunidade, nós nos esforçamos muito para fazer jus ao nosso mandato e à confiança que nos é dada. Muito obrigada a V. Ex^a.

Para encerrar, Sr. Presidente, vou só complementar os tópicos a mais que poderíamos trabalhar no ano que vem e convido todos os colegas, que já têm essa consciência – não somente eu.

A questão da carga tributária. Temos de continuar diminuindo essa carga onerosa. Os países em desenvolvimento estão com 27%, os países da América Latina com 25%, e o Brasil com 36% de carga tributária,

trazendo um crescimento baixo para o País. Em relação aos países da América Latina, que são dezessete, o Brasil ficou em último lugar no crescimento econômico. A Argentina teve um crescimento médio de 8,7% entre os anos de 2003 a 2006.

Não somente a questão da carga tributária, mas a da simplificação da arrecadação dos impostos. Para se ter uma idéia, apareceu, no outro dia, na revista *Exame*, uma entrevista do Dr. Jorge Gerdau, que demonstra que as Empresas Gerdau no Brasil gastam oito vezes mais funcionários para cuidar da carga tributária que nos Estados Unidos, sendo que sua empresa lá é 30% maior que a do Brasil. São 8% a mais de custo, apenas para o planejamento tributário.

Então, tenho certeza, Sr. Presidente Delcídio Amaral, de que também a simplificação dos impostos deverá ser, no próximo ano, uma meta importante para esta Casa.

O fortalecimento dos marcos regulatórios, a independência de nossas agências, o fortalecimento do direito de propriedade. Tenho certeza absoluta de que, com todos esses pontos, com esses itens, começaremos um ano cheio de esperança e de alegria e com muito retorno para dar à sociedade brasileira, porque é para isso que o povo brasileiro, em especial o do meu Estado de Tocantins, nos enviou para cá.

Quero desejar um Feliz Natal a V. Ex^a, Sr. Presidente, e a todos os colegas, Senadores e Senadoras, agradecendo pela paciência e pelo apoio durante todo este ano a uma novata no Senado Federal. Em especial com relação à CPMF, mesmo os que foram contra, agradeço pela paciência, pelo carinho, pela amizade com que me trataram aqui neste primeiro ano.

Tenho certeza de que, a partir do próximo ano, teremos muito mais forças para lutar, unidos, independentemente do partido que integramos.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Renato Casagrande, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito com o Líder, mas, se V. Ex^a permitir que eu faça o registro de um pronunciamento daqui,

de onde estou, neste um minuto, já me atenderia, até para poder liberar o tempo para outros oradores que já estão inscritos e que estão esperando há muito para se pronunciar.

Estamos chegando ao último dia de Sessão Legislativa. Haverá o fechamento do ano legislativo na segunda-feira, em uma sessão solene. É fundamental que possamos fazer uma avaliação, que quero deixar registrada nos Anais da Casa, sobre o ano de 2007, que vivenciamos. Foi um ano difícil para o Senado, mas também um ano importante, porque fizemos grandes debates. Temos de aproveitar também essas crises, para que possamos ter as oportunidades.

Deixamos de votar e debater matérias importantes, porque ficamos debatendo a crise que envolveu nosso ex-Presidente, Senador Renan Calheiros. Essa é uma realidade. Por mais que tenhamos feito, a imagem que deixamos transparecer e que construímos neste ano foi a de que o Senado, como instituição, afastou-se muito do anseio e da vontade da população brasileira. Mesmo que tenhamos votado muito, o que ficou para a sociedade foi essa crise, e não conseguimos dar o desfecho da forma como a sociedade desejava em torno das dificuldades que vivenciamos aqui, na Casa. Mas, de qualquer forma, avalio que houve pontos positivos – e os registro no meu pronunciamento.

Estamos já há três anos sem um debate entre Câmara e Senado. A Câmara, na Legislatura passada, ficou por dois anos vivendo crises consecutivas; o Senado viveu, neste ano, crises consecutivas. Isso impediu um debate entre as lideranças das duas Casas.

Falei com o Presidente, o Senador Garibaldi Alves, ontem, na residência dele. S. Ex^a tem uma oportunidade. Deus dá as oportunidades às pessoas, e há pessoas que as aproveitam, e outras que não as aproveitam. Espero que o Senador Garibaldi aproveite essa oportunidade para fazer um planejamento, uma pauta de ações dentro do Senado, a nossa pauta do Senado. Que S. Ex^a possa estreitar um relacionamento com o Presidente Arlindo Chinaglia, para que as duas Casas possam voltar a dialogar! Faz três anos que as Casas não dialogam. Que as Casas possam voltar a dialogar! Que haja uma pauta do Congresso Nacional, para que 2008 seja um ano do recomeço, do reinício! E que possamos recuperar o tempo perdido em 2007, debatendo os temas de interesse da sociedade! É isso que quero registrar.

Deixo a V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, meu abraço de feliz Natal. Que V. Ex^a transmita ao Presidente, Senador Garibaldi Alves, meu abraço e lhe diga do meu desejo de colaborar permanentemente, para que esta Casa possa representar a população brasileira! Que possamos ter um pouco mais de credibilidade junto

à sociedade brasileira! Nós, Senadores, convivemos aqui com nossas diferenças, mas que todos possam ter um Natal de muita paz, de muito amor, de muita alegria, com Jesus Cristo! Que, em 2008, possamos dar nossa contribuição, cumprir nosso dever de casa, fazendo com que a qualidade de vida da sociedade possa melhorar pela ação que desenvolvemos aqui.

A todos que nos acompanham aqui, aos telespectadores da *TV Senado* e da *Rádio Senado*, também transmito meu abraço. Aos funcionários que nos ajudaram, obrigado! Agradeço aos jornalistas; foi um prazer trabalhar com vocês aqui, neste ano de 2007.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, meu caro Líder, Senador Renato Casagrande. Quero agradecer os votos de feliz Natal e de feliz 2008. Que V. Ex^a tenha também um grande ano, como teve ao longo de 2007!

Em nome de V. Ex^a, quero cumprimentar toda a população do Espírito Santo, desejando-lhe um feliz Natal e um grande 2008, que é o ano da prosperidade. Que Deus nos ilumine e nos abençoe!

Muito obrigado, Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao nosso querido Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Sr^s e Srs. Senadores, depois da votação da CPMF, é a primeira ocasião que tenho de vir à tribuna. Aliás, não tive oportunidade de estar aqui no dia da votação. Quero até agradecer ao Senador Mão Santa pelo registro que fez dos motivos que me levaram à ausência no dia de uma votação com a qual muito sonhei, pela qual muito lutei.

Durante todo episódio de discussão, manifestei-me contrário à CPMF. Fui inclusive de maneira truculenta retirado da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, justamente porque iria votar contra a CPMF, a favor, portanto, do relatório da Senadora Kátia Abreu. E, se eu já tinha razões de consciência, razões técnicas, razões como médico, de votar contra, aquele gesto da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acrescentou a razão política à minha decisão, porque percebi que não havia conteúdo para me convencer de que a CPMF era boa. Portanto, era necessário haver a “tratoragem” em cima dos adversários.

E por que não estive presente no dia da votação?

Mas a minha ausência foi também contrária à CPMF, porque precisava haver 49 votos a favor. A minha ausência conta como um voto contrário à CPMF; aliás, coisa que sempre defendi. E não estive presente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse o Senador Mão Santa, porque tive de ir aos funerais do nosso Governador Ottomar de Sousa Pinto, que faleceu aqui em Brasília no dia 11, portanto, às vésperas da votação da CPMF. O Governador Ottomar estava aqui em Brasília para uma audiência com o Presidente Lula. Ele era o único Governador do PSDB declaradamente contra a CPMF, porque, como eu e tantos outros Senadores, entendia que esse imposto era injusto sobretudo com os pobres.

Os pobres vão ver, já a partir de janeiro, que não vão ter de pagar mais imposto para tirar o seu salário do banco. Os pobres vão ver que, dentro em pouco, o preço do pãozinho, o preço do arroz, do feijão, vai baixar, porque a parte da CPMF, que estava embutida dentro desses produtos, terá de ser retirada.

E, sobretudo, essa queda da CPMF tem um aspecto simbólico para a democracia: vai obrigar o Presidente Lula, que, aliás, já teve uma conduta surpreendente, a tratar o Congresso, especificamente o Senado, com mais respeito. Não admito o que foi feito nessa tentativa de convencimento de votação da CPMF: ameaças, chantagens.

E aqui, Senador Delcídio, quero declarar, inclusive, que o Governador Ottomar, apesar de ser contra a CPMF – e de ter declarado publicamente que era contra a CPMF –, foi chamado aqui para audiência com o Presidente Lula para ouvir dele que iria assinar o decreto transferindo as terras do Estado de Roraima que estão sob domínio da União para o Estado de Roraima, coisa que ele fez para o Amapá no dia 7 de dezembro. O Governador morreu no dia 11, esperando para ser recebido pelo Presidente Lula.

Eu estive com o Governador na véspera e conversei com ele. Eu lhe disse: “O senhor esteve com o Presidente Lula para falar só desse mandato. Em março, o senhor, acompanhado por mim, pelo Senador Augusto Botelho e por cinco Deputados Federais, entregou o documento ao Presidente Lula” – esse documento está aqui e vou requerer que faça parte do meu pronunciamento. O Presidente Lula disse que “em semanas” ele queria essa situação resolvida. Isso foi em março! Entendo que, quando você fala “em semanas”, é menos de um mês, porque, se forem meses, você fala “em meses”.

Pois bem, em março isso foi dito. No dia 21 de maio, Senador Delcídio, enviei ofício ao Presidente lembrando todos os episódios, desde o início do governo dele, do primeiro mandato, sobre a questão

das terras e também outros assuntos importantes para Roraima. Em dezembro, eles mandam chamar o Governador para vir aqui ouvir: “Nós assinamos o decreto das terras desde que o Senador Mozarildo vote a favor da CPMF”. Eu disse: “Governador, vá conversar com o Presidente. O senhor acredita que o Presidente merece a nossa confiança? Vá conversar e veja qual é a proposta concreta dele”.

Infelizmente, o Governador não teve chance de conversar com o Presidente porque morreu antes. Mas acho até que morreu aliviado, porque não passou pelo constrangimento, não passou pela humilhação de ter de mudar seu próprio convencimento, ou o meu, e apoiar a CPMF para poder ver um direito de Roraima reconhecido.

Repito: ele fez isso pelo Amapá no dia 7 de dezembro, mas estava chantageando Roraima há poucos dias, e o Governador morreu no dia 11. Não quero dizer que tenha morrido por causa disso não, mas o constrangimento e o trauma psicológico pelos quais passou o abateram. Eu fiquei muito revoltado, porque estavam desrespeitando um líder, um homem com idade avançada, mas que estava firme, batalhando por Roraima.

Essas coisas precisam ser ditas. Podem dizer que, já que a CPMF foi derrubada, devemos esquecer essas coisas. Não, não vamos esquecer, porque, se contemporizarmos com as coisas erradas, Senador Delcídio, estaremos permitindo que permaneçam bem aqueles que só sabem fazer política com chantagem, com jogadas.

Vou aqui fazer uma outra denúncia e chamo a atenção do Advogado-Geral da União José Toffoli para ela. Tenho um genro, Senador Delcídio, que é Procurador Federal e está à disposição do Governo do Estado de Roraima. Venceu a cessão dele para o Estado e houve um pedido de renovação da cessão.

Dias antes da votação da CPMF, um assessor do Ministro Toffoli chamado Sérgio Luiz Rodrigues ligou para o meu genro e disse textualmente: “O seu processo está na mesa do Ministro. Peça a seu sogro, Senador Mozarildo, para ligar para o Ministro. Se ele ligar e declarar que vai votar na CPMF, nós assinamos a sua cessão”. E eu disse: “Diga a ele que não precisa assinar”.

Eu não sei se ele assinou. O certo é que a chantagem foi feita. Vou repetir o nome do assessor: Sérgio Luiz Rodrigues.

Ora, se fazem uma chantagem dessa com um Senador que eles sabem que não se dobra, que não se vende nem por emendas nem por cargos, vão para o lado familiar. Mas o meu genro não é um funcionário comissionado não, ele é um Procurador Federal con-

cursado que apenas estava lá à disposição porque era um direito seu, tanto é que foi concedido. Tratava-se apenas de uma renovação de cessão. Essas chantagens não colam comigo e temos de denunciá-las para que não se repitam esses episódios aqui.

As minhas emendas não seriam liberadas. Muito bem. Isso seria uma maldade com o povo de Roraima, não comigo, porque o meu papel eu fiz, de apresentar emendas, emendas justas, sem jogadas. Se não liberarem, estarão fazendo mal ao povo de Roraima.

Nós, 41 Senadores, assinamos um documento destinado ao Procurador-Geral da República pedindo que a Procuradoria-Geral faça valer, nessa questão das emendas, os princípios da Administração Pública, que são a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. O dinheiro não é do Presidente Lula, o dinheiro não é de Ministro nenhum, o dinheiro é do povo, é público. Portanto, tem de ser liberado de acordo com esses princípios e não conforme o critério de quem é mais bonito ou puxa mais o saco.

Hoje mesmo estive com o Procurador-Geral da República conversando sobre esse assunto, pedindo a ele que se debruçasse sobre o pedido de 41 Senadores. E só assinaram 41, porque parei de recolher as assinaturas, tinha pressa de dar entrada nisso. Não fosse assim, tenho certeza de que quase a totalidade dos Senadores teria assinado. Lógico que há alguns que não gostam que esses princípios éticos sejam observados na liberação de recursos públicos, mas tenho certeza de que a grande maioria dos Senadores quer isto: que se acabe com esse esquema de negócio barato, de “só libero a sua emenda se votar a favor”, “só cedo um funcionário de carreira para um Governo de Estado se o seu sogro Senador votar a favor”, “só assino o decreto das terras de Roraima se o Senador votar a favor”.

Interessante, lá em Roraima, temos três Senadores. Um, é o Líder do Governo, que votou a favor da CPMF; outro, é o Senador Augusto Botelho, que é do PT e votou a favor da CPMF. Por que o Presidente não assina o decreto? Por causa do meu voto? Então, isso é uma picuinha barata, para usar a palavra recentemente usada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Estou registrando que essas coisas ocorreram para que o Presidente Lula depois não diga que não sabia de nada disso. Não posso afirmar que foi ele que mandou fazer, mas, se não mandou, ele tem de saber quem é que está fazendo em nome dele. O Senado precisa se impor e, para se impor, não pode compactuar com os maus hábitos da política brasileira. Temos realmente de fazer com que as coisas sejam transparentes, claras, iguais para todos.

Aqui no Senado não tem um Senador melhor do que outro; não tem um Senador mais sabido do que outro; não tem Senador mais importante, porque é de um Estado maior, do que outro de um Estado pequeno. Aqui há Senadores iguais. Aqui os Estados se igualam: três Senadores para cada Estado. E eu não me sinto inferior a nenhum Senador de Estado grande ou que tenha PHD nisso ou naquilo. O meu PHD é o compromisso com o povo do meu Estado. O meu PHD é o meu compromisso com o povo brasileiro. E nesse episódio da CPMF eu disse muito claramente: “Vou votar com a população”.

Recebi milhares de *e-mails* contrários à prorrogação da CPMF, apenas algo em torno de menos de 1% ainda achava que a CPMF poderia ser muito útil para a saúde. Na verdade, como médico... Aliás, não precisa nem ser médico, qualquer cidadão que utilize o serviço público de saúde no Brasil ou que o tenha utilizado nesses catorze anos em que vigorou a CPMF verificou que a CPMF não ajudou em nada o serviço público de saúde. Ao contrário, o serviço público de saúde só piorou, e piorou muito, não piorou pouco não. Isto vale tanto para o atendimento mais elementar como para o tratamento mais complexo: falta equipamento, faltam medicamentos, faltam profissionais – os profissionais de que dispõe são muito mal pagos.

A sorte do Governo é que os profissionais da saúde não param de trabalhar pelo fato de estarem sendo mal pagos. O médico não pára de trabalhar. Quando faz uma greve, é um rebu nacional, e é raríssimo isso acontecer. O médico se sujeita, como também se sujeitam os outros profissionais da área de saúde, a trabalhar em condições até subumanas para não deixar o paciente sem atenção.

Sr. Presidente, faço esses registros porque não pude fazê-lo no dia da votação da CPMF, quando pretendia fazê-lo. Queria, pelo menos, denunciar essas duas coisas que aconteceram comigo – eu sei de outras que aconteceram com outros. Só que comigo não colou, não colaria e não colará. Ou me convencem pelas idéias, pelos argumentos, mostrando efetivamente que as coisas são boas, ou não me convencerão. Não será me tirando de Comissões, não será me ameaçando em não liberar emendas, não será me ameaçando de não conceder uma cessão legal de um funcionário porque é meu parente caso eu não vote a favor da CPMF. Não será assim. Estou disposto a um diálogo altivo, mas do Governo só espero uma coisa: respeito. Só isto: que me respeite como cidadão e como Parlamentar que foi eleito pelo seu povo para representá-lo e não para se render aqui por qualquer tipo de proposta.

Quero pedir ao Senador Mão Santa – que agora preside os trabalhos – para que seja transcrito, nos

Anais do Senado, os dados do Governador Ottomar Pinto, numa homenagem ao seu falecimento, bem como o documento que ele encaminhou ao Presidente Lula no dia 28 de março, reivindicando essas coisas, principalmente as terras de Roraima, ou seja, para que o Incra passe as terras que, de direito, são do Estado de Roraima – não são do Incra –, o meu documento reiterando no dia 21 de maio e, também, um documento que apresentei no dia 5 de dezembro, quando essas conversas estavam circulando em torno do meu voto. Protocolei, na Presidência da República, um documento composto de oito itens, que é o mínimo que Roraima precisa. Isso não significava, no entanto, Senadora Kátia Abreu, que o Governo atendendo a esses itens, eu fosse mudar o meu voto. Protocolei esse documento mais para constar os itens mínimos que Roraima precisa. Não tive resposta.

Na verdade, esse registro serve para que o Governo se auto-fiscalize. Se o Presidente não tem parte nisso, que vá atrás, mande fiscalizar e não permita que o Governo, mais uma vez – já há tantos episódios tristes de corrupção e de falta de ética –, trate um Parlamentar dessa maneira.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Pois não, Senadora Kátia Abreu. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, gostaria apenas de me solidarizar com as denúncias feitas por V. Ex^a. Realmente quem nos ouve neste momento se revolta diante de atitudes mesquinhas, populistas, chantagistas, em um País em que não cabe mais isso. No Brasil que tenta se modernizar, que tenta crescer, existem ainda atitudes governamentais, de funcionários do Governo a trabalho, a serviço da manutenção de um imposto irracional. Quero aqui dar os parabéns a Roraima pelo Senador corajoso que é V. Ex^a, que não se dobrou às chantagens, às ameaças. No meu Estado não foi diferente, muitos recados foram dados no sentido de que sem a CPMF atrapalhariam os recursos ao nosso Estado. Nós que fazemos parte de Estados novos, Estados com poucos recursos, costumamos receber esse tipo de chantagem, esse tipo de ameaça. A sociedade está amadurecendo, os nossos Estados também. Foi muito mais importante às famílias do Brasil, às famílias de Tocantins, às famílias de Roraima acabar com esse imposto nefasto, que tributa o pobre brasileiro, do que trocar por picuinhas, por cargos, obras ou titulação de terras que queiram. Eles terão de fazer porque são obrigados. Cuidar do Brasil é uma obrigação do Go-

verno e não estamos aqui para vender o nosso voto, como bem disse V. Ex^a, mesmo sendo de Estados pequenos, pobres e de poucos recursos. Com essa grandeza, com essa firmeza que temos aqui no Senado é que vamos fazer com que respeitem nossos Estados. Com certeza jamais daremos prejuízo aos nossos Estados: eu ao Tocantins e V. Ex^a a Roraima. Parabéns à sua postura!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu. Quero realmente dizer que falamos um pouco exaltado quando passamos por esse tipo de pressão, completamente vergonhosa, mas, ao mesmo tempo, quero dizer que isso só me deixa mais tranquilo de que eu estava no rumo certo de votar contra a CPMF, pois, se estivesse no rumo errado, com certeza, não seriam esses os mecanismos utilizados, mas mecanismos de convencimento, de mostrar que eu estava errado, e não o da chantagem com os interesses do meu Estado e com a questão de cessão de um funcionário de carreira, dentro do aspecto legal, já que para que a cessão desse funcionário fosse renovada, sendo meu genro, eu teria de votar a favor da CPMF. É um direito não ser renovada, mas que a cessão é legal e que ele estava normalmente cedido, isso é. Mas espero que o Ministro Toffoli, por quem nutro admiração, não esteja compactuando com esse assessor que ligou.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Ouço V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – De maneira bastante breve, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero dizer que ontem fizemos um acordo com o Governo muito claro. Um ponto era: nada de CPMF, nada de pacote fiscal, nada de discurso pejorativo contra as Oposições depois de levarem, por nossa causa, com os nossos votos, a desvinculação tão necessária de receitas da União. Sem os nossos votos não levariam. Então, não caberia cordeiro num dia e leão no outro. Tem de tirar uma média entre leão e cordeiro e levar uma vida normal, porque nem o cordeiro é normal, nem o leão é normal. Tem de ser um animalzinho médio, enfim. Acertamos isso com muita clareza. Fomos muito claros, mostramos racionalidade, exibimos que o Governo não tinha votos para aprovar o que queria aqui e deixamos nítido que algo que também não toleraríamos seria retaliação a Governadores de Partidos de Oposição e nem a Parlamentares dissidentes da base do Governo. Se resolverem começar o ano bem, terão uma efetiva parceria das Oposições em favor dos projetos que sirvam ao País. Se parti-

rem para o jogo menor, para o jogo pequeno, para o espírito até antinatalino da mesquinha, da pequinhês, vão ter momentos amargos aqui dentro. É uma afirmação que faço com muita tranquilidade, depois de passadas todas as refregas do ano. Conte com a minha solidariedade.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Pois é, Senador Arthur Virgílio. V. Ex^a chegou, digamos assim, ao final do meu pronunciamento. O que fiz aqui foram duas denúncias: a primeira foi essa de tentar chantagear o Governador do Estado para que fizesse com que eu votasse a favor da CPMF a fim de que o Presidente pudesse assinar o decreto que transfere as terras do Incra para o Estado. Aliás, as terras que estão indevidamente com o Incra.

Por sinal, o Governador já tinha entrado com uma ação no Supremo. Espero, inclusive, que o Supremo agora, até em homenagem ao Governador, julgue a ação baseado no decreto que assinou para o Amapá. É uma questão de isonomia, até porque o Amapá era território como nós, foi transformado em Estado no mesmo dia e, portanto, se o Amapá tem direito – e tem sim, tinha sim –, nós também temos. Espero, portanto, que o Supremo resolva essa questão, já que esperar do Presidente Lula é muito complicado, pois temos de barganhar, temos de ceder, o que não vamos fazer.

E vou entrar com mais uma ação no Supremo, porque é o Supremo que tem de resolver, já que se trata de um conflito federativo. Há muito tempo que se encontra no Supremo uma ação minha e uma outra ação do Governo do Estado, mas o Supremo não decide. Espero que agora, com esse decreto do Amapá, o Supremo decida.

Finalmente, também quero pedir que fique registrado, Senador Mão Santa, que ontem apresentei um projeto denominando a rodovia BR-174, uma rodovia importantíssima para o nosso Estado, já que corta o Estado de Roraima de norte a sul, na fronteira do sul com o Estado do Amazonas até o norte com a Venezuela, de Rodovia Governador Ottomar de Sousa Pinto. Considero uma homenagem minimamente justa para um homem que dedicou toda a sua vida e que foi Governador do Estado por quatro mandatos. É preciso, realmente, que ele receba essa homenagem mínima por parte do Parlamento brasileiro, não é nem por parte do Governo brasileiro.

Faço este registro: dei entrada no projeto no dia de ontem e espero que possamos aprová-lo logo no reinício dos nossos trabalhos.

Encerro desejando a todos os colegas Senadores e colegas Senadoras um Feliz Natal. Espero que o 2008 seja um ano em que o Brasil seja mais justo,

mais honesto, que essas coisas não se repitam – essas e coisas piores até – e, sobretudo, que o Brasil seja mais democrático.

Que o Presidente Lula contribua para que a democracia seja exercida na sua plenitude, que não queira impor a vontade apenas soberana do Presidente da República e quem não concorda é sonegador, é corrupto, está contra os pobres. Esse jogo de divisão de classes não funciona na democracia, não é bom para a democracia.

O Presidente tem de entender que ele é Presidente dos pobres, dos remediados e também dos ricos. Não se vai ajudar os pobres acabando com os ricos, que são os empregadores. Isso é uma coisa elementar. Qualquer democracia sabe disso; é preciso haver empregado e empregador. Não há empregado sem empregador. O Presidente Lula vai ter de se conscientizar disso; usar esses três anos que faltam do seu Governo para efetivamente fazer a harmonia no seio do povo brasileiro.

O povo brasileiro não gosta de confusão, não gosta de separações, de divisões. Já demonstrou isso ao longo da História. Assim, espero que ele realmente faça uma mudança, uma reflexão e entenda que, na democracia, precisa existir um Poder Legislativo independente, um Poder Judiciário funcionando adequadamente e um Poder Executivo que respeite as leis.

Então, desejo a todos, principalmente aos brasileiros, que o ano de 2008, sem CPMF, seja muito melhor, porque, repito, o assalariado pequeno não vai mais pagar imposto para tirar o seu salário no fim do mês, e não vamos ficar pagando cumulativamente CPMF toda vez que fizermos uma transação financeira.

Espero que o ano de 2008 seja muito bom, com mais democracia, sem CPMF, com mais honestidade, sem pressões absurdas. Quero desejar um feliz 2008 a todo o corpo de funcionários do Senado, aos profissionais de todas as áreas como os jornalistas, dizendo que precisamos fazer deste Senado o que ele realmente sempre foi: o equilíbrio da Federação, a Casa onde se discutem os problemas da Federação, do País e de todo o povo com serenidade e com respeito.

Vou repetir, portanto, ao terminar o meu discurso: espero que o Governo me respeite e respeite a todo o Senado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

OF. Nº 414/2007/GSMCAV

Brasília, 21 de maio de 2007

A Sua Excelência o Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Após várias conversações entre a Casa Civil, o Ministério de Relações Institucionais, o Governo do Estado e a Bancada Federal do Estado de Roraima, Vossa Excelência assinou o Decreto de 15 de abril de 2005 instituindo Comitê Gestor para coordenar a implementação dos órgãos federais no Estado de Roraima e elaborar, em articulação com os governos estadual e municipais, plano para o desenvolvimento sustentável do Estado (Doc. 1).

No dia 20 de abril do mesmo ano de 2005, pela Portaria nº 280, o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República nomeou o Sr. José Nagib da Silva Lima para exercer o encargo de coordenador do Grupo Executivo do Comitê Gestor para implementar as ações de competência dos Órgãos Federais no Estado (Doc. 2).

Convém destacar, Senhor Presidente, que em 1º de setembro de 2003 foi criado um Grupo de Trabalho que definiu as ações a serem implementadas pelo Comitê Gestor criado em abril de 2005 (Doc. 3).

São passados, portanto, quase quatro anos da criação do Grupo de Trabalho até a presente data e dois da criação do Comitê Gestor.

Em 29 de março do corrente ano, Vossa Excelência recebeu em audiência o Governador de Roraima, Ottomar Pinto, acompanhado dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho e da Bancada de Deputados Federais aliados do Governador, ocasião em que V. Exa. manifestou interesse e determinação de ir a Roraima nas “próximas semanas” para anunciar soluções concretas para o nosso povo, notadamente o repasse das terras da União, hoje sob domínio do INCRA, para o Estado. São decorridos quase dois meses e as tratativas praticamente não evoluíram.

Assim, Senhor Presidente, voltamos à presença de Vossa Excelência para solicitar a agilização dessa solução para que o Estado de Roraima possa se desenvolver e proporcionar emprego e renda para milhares de famílias hoje sem trabalho.

Atenciosamente,


Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 15 DE ABRIL DE 2005.

Institui Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Estado de Roraima e elaborar, em articulação com os governos estadual e municipais, plano para o desenvolvimento sustentável do Estado.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição
DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Estado de Roraima e elaborar, em articulação com os governos estadual e municipais, plano para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Parágrafo único. As ações a serem implementadas pelo Governo Federal e o plano para o desenvolvimento sustentável deverão observar as peculiaridades étnicas e sócio-culturais das populações do Estado.

Art. 2º O Comitê Gestor deverá:

I - coordenar e acompanhar a implementação das ações:

- a) definidas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 1º de setembro de 2003;
- b) determinadas pelo Presidente da República;
- c) definidas no Plano Plurianual;

II - promover a articulação com os governos estadual e municipais de Roraima visando à elaboração de plano para desenvolvimento sustentável do Estado; e

III - implementar outras medidas determinadas pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 3º O Comitê Gestor será composto por:

I - um representante de cada um dos seguintes órgãos:

- a) Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará;
- b) Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República;
- c) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- d) Ministério da Integração Nacional;
- e) Ministério da Defesa;
- f) Ministério da Educação;
- g) Ministério do Trabalho e Emprego;
- h) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

Edição Número 75 de 20/04/2005

Casa Civil da Presidência da República Presidência da República

PORTARIAS DE 19 DE ABRIL DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto de 15 de abril de 2005, que institui Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Estado de Roraima, resolve

Nº 280 -D E S I G N A R

JOSÉ NAGIB DA SILVA LIMA, para exercer o encargo de coordenador do Grupo Executivo do Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Estado de Roraima.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve

Nº 281 -N O M E A R

LUÍS FELIPE GIESTEIRA, para exercer o cargo de Diretor de Programa da Subsecretaria de Políticas de Desenvolvimento da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, código DAS 101.5, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

MINISTÉRIO DA CULTURA

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve

Nº 282 -EXONERAR, a pedido,

LUIZ EDUARDO CONDE do cargo de Diretor-Executivo da Fundação Biblioteca Nacional - BN, código 101.5.

Nº 283 -N O M E A R

MARIA IZABEL AUGUSTA FIGUEIREDO MOTA DE ALMEIDA, para exercer o cargo de Diretor-Executivo da Fundação Biblioteca Nacional - BN, código 101.5.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve

Nº 284 -N O M E A R

CLÁUDIO SIEBURGER DE MEDINA, para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral Federal junto à Fundação Universidade Federal do Rio Grande, código CD-3.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

MINISTÉRIO DO ESPORTE

DECRETO DE 1º DE SETEMBRO DE 2003.

Institui Grupo de Trabalho Interministerial para propor medidas para elaborar diagnóstico e apresentar propostas relativamente à situação fundiária das terras de domínio da União no Estado de Roraima.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar diagnóstico e apresentar propostas, no prazo de até noventa dias a contar da sua instalação, relativamente à situação fundiária das terras de domínio da União no Estado de Roraima. (Vide Decreto de 4.12.2003)

Art. 2º O Grupo de Trabalho é composto por representantes dos seguintes órgãos:

- I - Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará;
- II - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- III - Ministério da Defesa;
- IV - Ministério da Justiça;
- V - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- VI - Ministério do Meio Ambiente;
- VII - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VIII - Advocacia-Geral da União.

§ 1º Cada órgão indicará um representante, e respectivo suplente, a serem designados pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

§ 2º O Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República poderá designar representantes de outros órgãos para compor o Grupo, bem assim convidar representantes de entidades públicas ou organizações da sociedade civil para participar das reuniões e discussões organizadas pelo colegiado.

Art. 3º O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Grupo serão fornecidos pela Casa Civil da Presidência da República.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de setembro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
José Dirceu de Oliveira e Silva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 2.9.2003

- i) Ministério de Minas e Energia;
- j) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e
- l) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

II - dois representantes dos seguintes órgãos:

- a) Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- b) Ministério da Justiça;
- c) Ministério da Saúde; e
- d) Ministério do Meio Ambiente.

§ 1º Cada órgão indicará seus representantes, titular e suplente, a serem designados pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

§ 2º O Comitê Gestor contará com um Grupo Executivo sediado no Estado de Roraima.

§ 3º O Comitê Gestor poderá convidar representantes de outros órgãos da administração pública, de entidades privadas e organizações não-governamentais, de conselhos e de organizações locais para o acompanhamento ou participação em trabalhos.

Art. 4º O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Gestor e do Grupo Executivo serão fornecidos pelos órgãos representados no Comitê.

Parágrafo único. O Comitê Gestor poderá contar com a participação de servidores públicos federais para viabilizar e coordenar e acompanhar as ações a serem implementadas no Estado de Roraima.

Art. 5º O Comitê Gestor apresentará à Casa Civil da Presidência da República plano de ação e cronograma de trabalho no prazo máximo de trinta dias contados a partir da sua instalação.

Parágrafo único. O Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República poderá criar comissões interministeriais especializadas com o objetivo de implementar ações decorrentes do plano de ação.

Art. 6º Ficam remanejados, em caráter temporário, até 31 de dezembro de 2005, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Casa Civil da Presidência da República, para atender as necessidades do Comitê Gestor, três cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, sendo um DAS 101.5, um DAS 102.2 e um DAS 102.1. (Vide Decreto nº 5.627, de 2005)

Art. 7º A participação no Comitê Gestor será considerada função relevante, não remunerada.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de abril de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
José Dirceu de Oliveira e Silva

GAB GOV/OFICIO Nº 041/07.

Brasília-DF, 28 de março de 2007.

Ao Excelentíssimo Senhor
LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
70150-900 Brasília - DF

Assunto: **Agenda de Desenvolvimento de Roraima**

Senhor Presidente,

Malgrado as grandes dificuldades com que nos deparamos, continua o Estado de Roraima a sua obstinada caminhada em busca do progresso e do bem estar social do seu povo.

Menor PIB da federação. Detentor de menos de dez por cento de seu vasto território. Investindo nas comunidades indígenas seus poucos recursos, para que possam elas florescer, ante a olímpica indiferença da Funai pela educação, saúde, agricultura e infra-estrutura.

Sem estes cuidados a área Raposa Serra do Sol, gradualmente despovoar-se-á.

Investe Roraima, maciçamente, na colonização, haja vista que a agricultura familiar é um dos prováveis esteios da nossa economia. Cerca de oitenta e cinco por cento (85%) dos projetos de assentamentos foram implantados pelo Estado e uns poucos municípios. O apoio do Incra às famílias de produtores rurais, é quase inexistente.

Precisamos senhor Presidente, de oportunidades alternativas para o nosso desenvolvimento econômico e social.

A retenção das terras do Estado pelo Incra é o calcanhar de Aquiles da arrancada econômica de Roraima. Nossas terras Presidente! Autorize a devolução dessas terras! A Lei da Senadora Marluce Pinto continua em vigor e o Incra simplesmente a ignora.

Outra alternativa complementar de expansão econômica é a questão do diesel e da gasolina venezuelanas. O Presidente Chaves continua com a mão estendida para ajudar-nos, a exemplo de que ocorre com outros países sul-americanos. Um ato simples de Vossa Excelência, uma medida provisória, resolve num passe de mágica esse impasse, e abre as portas para a aceleração de nosso desenvolvimento.

Por fim, mas nem por isso menos importante, é a questão da Companhia de Eletricidade de Roraima – CER. Somos um dos raros Estados do Brasil a gerar e vender energia elétrica. Há uns quinze anos atrás a CER era rentável porque vendia energia à capital Boa Vista e ao interior, este último pobre, com elevada inadimplência. Dividiram a CER em duas empresas. A banda saudável, lucrativa, ficou com o governo Federal. A banda podre ficou com o pobre Estado de Roraima. Somente para levar energia às comunidades indígenas, que não têm como pagar o consumo, a empresa gasta, com diesel, setecentos mil reais ao mês. E a Funai não repassa um único Real. Temos insistido junto ao eminente Ministro Silas Rondeau, que conhece bem o problema, pois já morou em Roraima quando presidiu a Bovesa (a CER Federal), para federalizar a outra parte a que nos coube, infelizmente, na divisão do latifúndio da eletricidade, em nosso Estado.

Senhor Presidente, são esses três os pontos capitais da Agenda do Desenvolvimento Econômico de Roraima. Com este tripé ninguém conseguirá deter o nosso progresso. Poderá Vossa Excelência vangloriar-se de haver criado em seu governo um novo Paraná no extremo norte de nossa pátria idolatrada.

Acompanham este documento vários anexos (notas técnicas, explicações diversas), para dirimir quaisquer dúvidas.

Com elevado respeito e confiança na sensibilidade nordestina do eminente Presidente, renovo expressões de estima.

Cordialmente.



OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima

Os argumentos do representante do Ministério das Minas e Energia eram de que o Congresso Nacional não aprovaria essa flexibilização, tendo em vista a forte pressão da bancada ruralista do setor sucroalcooleiro. Os argumentos do Governo de Roraima foram no sentido de que Roraima consome muito pouco etanol, em torno de 16 milhões de litros/ano, que vêm de Estados distantes. O setor poderia ficar tranquilo, pois o Governo do Estado está disposto a incentivar a instalação de destilarias para, num prazo de no máximo 03 anos poderem estar abastecendo todo o mercado de Roraima e exportando para a Venezuela e outros países caribenhos.

Tão logo tivéssemos disponibilidade de etanol produzido em Roraima a exigência de adicionamento, conforme legislação atual, seria efetuada. Com relação ao óleo diesel, que no Brasil é permitido o consumo com teores de enxofre de no máximo 0,25% e a Venezuela pode fornecer somente com teores de 0,50%, poderia ocorrer o mesmo procedimento. O Governo do Estado está disposto a incentivar o plantio de girassol e dendê para produção de biodiesel, já tendo entendimento para que esse processo se de em no máximo até 2010.

A adição do biodiesel em percentuais a serem negociados com o Governo Federal poderia resolver esse problema. Durante a instalação das indústrias de biodiesel em Roraima seria permitido o consumo do óleo diesel na especificação proposta pela Venezuela.

Vale ressaltar também que sobre esse tema o Governo do Estado de Roraima propôs ao MMA, MAPA e MDA (copia dos expedientes endereçados aos ministros, em anexo) um arrojado projeto de mecanização agrícola em áreas degradadas, envolvendo pequenos produtores, para o cultivo de dendê e cana de açúcar, visando à produção de biodiesel e etanol que serão necessários para a mistura aos combustíveis importados da Venezuela.

Neste sentido acredito que esse assunto, para ser resolvido, necessita da intervenção do Presidente da República, no sentido de viabilizar a aprovação de instrumentos legais que permitam o consumo dos combustíveis vindos da Venezuela, conforme suas especificações originais, ou seja, gasolina com 8% de etanol e óleo diesel com teores máximos de 0,50% de enxofre, num período de transição de no máximo 04 anos.

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima

Essa medida baixaria o valor dos impostos da Gasolina de R\$1,1980 para R\$0,6300 e do Óleo Diesel de R\$0,58248 para R\$0,2315.

Apesar dos argumentos da equipe técnica de meu governo, os representantes da Receita Federal foram taxativos em afirmar que não poderiam tomar nenhuma decisão, pois não tinham autonomia para alterar alíquotas de impostos, pois isso dependia de mudança na legislação. Vale ressaltar que apesar da posição da Receita Federal entendemos que o Governo Federal pode resolver esse problema aplicando a legislação em vigor conforme segue: Parágrafo 5º. do artigo 23 da Lei Nº. 10.865, de 30 de abril de 2004, diz **“Fica o Poder Executivo autorizado a fixar coeficientes para redução das alíquotas previstas neste artigo, os quais poderão ser alterados, para mais ou para menos, ou extintos, em relação aos produtos ou sua utilização a qualquer tempo”**. A Receita Federal argumenta de que o Governo Federal não pode baixar alíquotas de tributos por decreto para beneficiar somente um Estado da Federação e sim para uma região. Entendemos que o Governo Federal poderia criar uma área especial de desenvolvimento na fronteira norte do país que fizesse divisa com a Venezuela e Guiana e estaria resolvido o problema. Outra alternativa para equacionar esse problema seria a edição de medida provisória estendendo os benefícios concedidos a ZFM, incluindo os combustíveis na isenção do PIS/COFINS.

Apesar da negativa inicial da Receita Federal, entendemos que a decisão esta mais na esfera política e se houver solicitação das autoridades superiores para que o setor de tributação da Receita Federal encontre uma solução, com certeza teremos algo concreto sobre esse assunto.

No entanto, enquanto não se chega a um entendimento sobre o tema tributação, o Acordo já devidamente discutido junto ao Itamaraty – DAM II, poderia ser assinado pelos dois Presidentes, ficando o item imposto para ser equacionado no decorrer da execução do mesmo. Essa medida seria para não termos que esperar muito tempo para a implementação do referido Acordo. Os combustíveis poderiam ser importados normalmente, porem os preços chegariam ao consumidor final um pouco mais altos, onde o governo brasileiro assumiria o compromisso com o governo venezuelano de que quando fosse equacionado o problema dos impostos os preços seriam baixados na mesma proporção da redução dos encargos tributários.

2) Em relação a carta da PDVSA endereçada ao Governador Ottomar de Sousa Pinto, cópia em anexo, onde confirmam a disposição de venda dos combustíveis à Roraima, nas condições e especificações disponíveis na planta localizada em Porto Ordaz, ou seja gasolina a 8% de etanol e óleo diesel com limites máximos de enxofre de 0,50%.

Foi apresentada uma proposta de solução para o problema, tendo em vista que o representante do Ministério das Minas e Energia, na reunião ocorrida no Itamaraty, afirmou que o Governo Federal não abriria mão da mistura de etanol, atualmente em 23%. Os argumentos do Governo de Roraima foram de que o Senador Mozarildo Cavalcanti já apresentou projeto de lei permitindo a flexibilização dos percentuais obrigatórios para a região norte, permitindo dessa forma que Roraima possa importar combustíveis da Venezuela, com a gasolina misturada a 8% de etanol, não tendo necessidade de fazer adição. Para agilizar esse processo sugerimos que o Governo Federal resolva esse problema com a edição de uma Medida Provisória, que passe a vigorar a partir de sua publicação.

- b) Manutenção dos quantitativos de 100 milhões de litros de gasolina e 100 milhões de litros de óleo diesel por ano para atender a demanda do mercado de Roraima, podendo ser revistas essas quantidades em função do real consumo em Roraima;
- c) Que a importação de combustíveis seja de forma integral, para atender a todo o consumo de Roraima e não inicialmente como um projeto piloto, tão logo seja firmado o referido Acordo.

Como a Receita Federal apresentou sua proposta por escrito, mas não participou da reunião ocorrida no dia 29.11.06, e o item mais polêmico (Art. 3º) que trata da necessidade de diminuição dos tributos incidentes no Brasil sobre a gasolina e o óleo diesel dependia de uma maior discussão entre Ministério da Fazenda/Receita Federal e Governo do Estado de Roraima, foi proposta a realização de uma reunião específica, objetivando encontrar mecanismos para efetivamente baixar os tributos incidentes no Brasil, sendo que entre os impostos federais - CIDE e PIS/COFINS e estaduais - ICMS a gasolina é tributada em R\$1,1980 e o óleo diesel em R\$0,5825 (CID – Gasolina R\$0,2800 e CID – Óleo Diesel R\$0,0700; PIS/COFINS – Gasolina R\$0,2606 e PIS/COFINS – Óleo Diesel R\$0,1480; ICMS – Gasolina R\$0,6575 e ICMS – Óleo Diesel R\$0,3645).

Os valores acima foram considerados muito altos se levarmos em conta a proposta feita pelo Governo de Roraima ao Presidente da Venezuela Hugo Chávez Frias, de que para resolver o problema do descaminho de combustíveis da Venezuela para Roraima o preço a ser vendido pela PDVSA à CODESAIMA (importadora) deveria ser de no máximo R\$0,2000 por litro.

Nesta reunião a equipe técnica de meu governo apresentou uma proposta, cópia em anexo, com a justificativa de que a proposta do Governo de Roraima, além de resolver o problema do grande diferencial de preço entre os Estados de Roraima/Brasil e Bolívar/Venezuela, estaria contribuindo para o desenvolvimento de uma região isolada que até hoje sobrevive à custa de transferências constitucionais (economia do contracheque). Em contrapartida o Governo do Estado de Roraima estaria fazendo cooperação técnica com o Governo do Estado de Bolívar, como forma de reciprocidade por obter um preço especial/diferenciado nos combustíveis (estão em vigor 04 Termos de Cooperação: Agricultura, Saúde, Educação e Segurança), onde o Governo do Estado está investindo significativos recursos de seu próprio orçamento.

Conclusões/Propostas:

1) Sugerimos como proposta de que o Governo Federal abrisse mão do PIS/COFINS, zerando a alíquota para Roraima e o Governo do Estado participaria desse esforço com a redução da base de cálculo do ICMS, o que representaria a preços de hoje, em função do consumo atual, que o Governo Federal abriria mão de R\$17.571.936,32 e o Governo do Estado de R\$21.727.133,56. Esta proposta demonstra claramente que apesar da frágil economia de Roraima, onde dependemos em praticamente 80% de transferências constitucionais federais, estamos dispostos a abrir mão de significativos recursos próprios para viabilizar esse acordo, por entendermos que os combustíveis mais baratos em Roraima, além de baratear o elevado custo de vida, seriam um atrativo para investimentos privados e consequentemente viriam dinamizar nossa economia.

Para isso foram realizadas no Itamaraty três reuniões, sendo que a última ocorreu no dia 09.12.06, para tratar especificamente sobre a questão dos tributos incidentes sobre os combustíveis a serem importados da Venezuela e para concluir os termos da proposta de Acordo a ser firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana de Venezuela.

Análise dos fatos mais relevantes

A reunião ocorreu no Itamaraty, sob a coordenação da DAM II e teve a participação dos seguintes órgãos: Governo Federal – MRE (Ministro CLEMENTE BAENA SOARES) e Receita Federal (ZAYDA BASTOS MANATTA e LUIZ HENRIQUE CASAMIRO – Assessoria de Assuntos Internacionais); Governo do Estado de Roraima - SERI (NEUDO RIBEIRO CAMPOS e SERGIO PILLON GUERRA); Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (DANIEL GIANLUP) e Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti (ROSEMBERG NEVES ALMEIDA).

Essa reunião foi convocada pelo Ministro Clemente Baena Soares, titular da DAM II, a pedido do Governo de Roraima, para discutir com representantes do Ministério da Fazenda/Receita Federal a proposta de redação do art. 3º da minuta do Acordo que trata sobre tributos incidentes sobre os combustíveis a serem importados da Venezuela.

Também tinha por finalidade concluir os entendimentos sobre os demais itens, iniciados na reunião realizada no dia 13.11.06 e que tiveram continuidade na reunião do dia 29.11.06 para celebração de Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana de Venezuela no sentido de viabilizar o abastecimento do Estado de Roraima com combustíveis (gasolina e óleo diesel), a preços diferenciados, a serem importados pela CODESAIMA junto a PDVSA da Venezuela (cópia da minuta em anexo, proposta original apresentada pelos seguintes órgãos: MME, ANTT, SENADOR MOZARILDO, GOVERNO DE RORAIMA, RECEITA FEDERAL).

Nesta reunião, que contava com representantes da Receita Federal a equipe técnica de meu governo defendeu novamente, com argumentos, a proposta apresentada pelo Governo do Estado, justificando de forma detalhada todos os itens, destacando que a referida proposta é resultado de um consenso, após a realização de várias reuniões em Caracas entre representantes do Governo de Roraima com representantes da PDVSA, do Ministério da Integração e Comércio Exterior e do Consulado da Venezuela em Boa Vista-RR, na pessoa da Cônsul Geral de Primeira – Lésbia Rodrigues.

Ao final foi apresentada à versão da minuta de acordo onde podemos perceber que prevaleceu a maioria dos itens apresentados pelo Governo de Roraima (cópia em anexo), com destaque:

- a) A inclusão da CODESAIMA como empresa operadora na importação dos combustíveis da Venezuela para atender ao mercado de Roraima;

NOTA TÉCNICA

Assunto:

“Acordo a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana de Venezuela objetivando viabilizar a importação de combustíveis, a preços diferenciados, para abastecer o Estado de Roraima”.

Objetivo:

Informativo sobre o andamento dos entendimentos para a importação dos combustíveis da Venezuela para Roraima, com posicionamento sobre os principais entraves (redução dos tributos; mistura de etanol a gasolina; e teores de enxofre no óleo diesel).

Exposição:

Importante destacar que um dos principais itens da pauta de interesses do Estado de Roraima com a Venezuela é a questão da importação de combustíveis, a preços diferenciados. Esse assunto mereceu destaque especial na audiência que tive com o Presidente da República Bolivariana de Venezuela – Hugo Chávez Frías, ocorrido no dia 02.05.06, no Palácio Miraflores, em Caracas, onde nosso pleito foi prontamente aceito pelo Governo Venezuelano em fazer um preço especial para Roraima, a exemplo do que já vem praticando com outras regiões do Caribe.

Nessa audiência o Presidente Chavez disse que garantiria o fornecimento, a preços especiais, na quantidade solicitada pelo Governo de Roraima, ou seja, 100 milhões de litros de gasolina e 100 milhões de litros de óleo diesel por ano, desde que a importadora fosse uma empresa estatal e que houvesse o compromisso de criação de um fundo especial de micro crédito para financiar pequenos empreendedores que atualmente estão fora do sistema oficial de crédito.

Após essa decisão, várias reuniões ocorreram em Caracas e Boa Vista com a participação de autoridades do Governo da Venezuela e do Governo de Roraima para viabilizar a implementação das decisões ocorridas na memorável reunião do Palácio Miraflores.

Especificamente sobre o **tema importação de combustíveis**, o assunto do lado brasileiro foi discutido com os Ministros Silas Rondeau, Dilma Russef, Tarso Genro e Celso Amorim, sendo que este último determinou ao Ministro Clemente Baena Soares, titular da DAM II, que coordenasse as reuniões técnicas com todos os órgãos envolvidos na questão (MME, ANP, RF, PF, ANTT e Governo de Roraima).

GAB. GOV./OF. Nº 039/07**Boa Vista/RR, 28 de março de 2007.**

Exmo. Sr.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA

DD Presidente da República Federativa do Brasil

Palácio do Planalto

BRASÍLIA/DF

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Como gestor público e vislumbrando os benefícios da entrada da Venezuela no MERCOSUL, tão logo assumi o Governo de Roraima, procurei fazer contatos com autoridades venezuelanas, especialmente com o Governador do Estado Bolívar, General Francisco Rangel Gómez, no sentido de buscarmos parcerias nas áreas econômica e social que pudessem beneficiar mais rapidamente a sofrida população que vive distante dos centros desenvolvidos dos dois países.

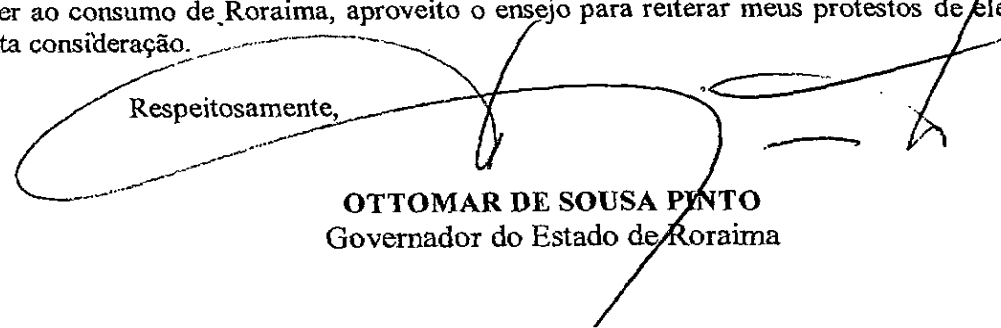
Para isso promovemos, em menos de dois anos, quatro encontros de governadores, sendo um com o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez Frías, onde apresentamos as principais demandas de interesse comum entre os Estados de Roraima e Bolívar. Um dos itens que priorizamos foi o suprimento de combustíveis da Venezuela para Roraima, a preços diferenciados, pois além de resolver definitivamente o problema do grande descaminho de combustíveis verificado na fronteira Brasil/Venezuela contribuirá de forma decisiva para tirar a economia de Roraima da dependência do contracheque, abrindo grandes oportunidades para tornar o agronegócio competitivo em relação às demais regiões brasileiras.

Sobre esse tema, o Presidente Venezuelano garantiu-nos que atenderia o pleito de Roraima, ou seja, autorizava a PDVSA exportar a quantia de 100 milhões de litros de gasolina e 100 milhões de litros de óleo diesel por ano, a preços diferenciados, desde que a importadora fosse uma empresa do Governo de Roraima e assumisse o compromisso de criar um Fundo Especial de Microcrédito, para financiar pequenos empreendedores que estão à margem do sistema oficial de crédito.

Ressalto que depois desse encontro estive em Brasília e conversei pessoalmente com os Ministros das Minas e Energia, da Casa Civil e das Relações Exteriores; este último determinou a DAM II a coordenação desse tema, cujos entendimentos e pendências estão relatados na **Nota Técnica sobre o tema Importação de Combustíveis da Venezuela, a preços diferenciados, para abastecer Roraima, em anexo.**

Certo de merecer a atenção especial de Vossa Excelência no encaminhamento das medidas que viabilizarão a importação de combustíveis venezuelanos, a preços diferenciados, para atender ao consumo de Roraima, aproveito o ensejo para reiterar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,



OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima

CONHEÇA A BIOGRAFIA DE OTTOMAR PINTO

O oficial brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto nasceu em Petrolina (PE), em 19 de janeiro de 1931. Com uma brilhante carreira na aeronáutica, foi nomeado governador do Território Federal de Roraima, em 1979. Desde então, a vida de Ottomar e a história de Roraima se confundem. Graças à sua visão arrojada, seu trabalho como governante sempre foi marcado por ações que impulsionaram o estado para o crescimento econômico e social.

O reconhecimento do importante trabalho de Ottomar por Roraima veio com sua eleição para mais dois mandatos de governador, um para prefeito e um para deputado federal constituinte, quando participou ativamente da transformação do Território Federal em Estado, tendo sido, em seguida, o primeiro governador eleito da história de Roraima.

Ottomar pode ser definido como um eterno aprendiz. Formado em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Medicina, Direito, Ciências Contábeis e Economia e detentor de inúmeros cursos de especialização no Brasil e no exterior, dedicou-se a usar todo seu conhecimento em prol do desenvolvimento econômico do Estado e, sobre tudo, na promoção do bem-estar social da população mais carente. Como menino pobre do interior de Pernambuco que conquistou sucesso através da educação, deixa Roraima como destaque nacional em educação pública e como um dos poucos Estados brasileiros com curso superior em todos os seus municípios.

Guerreiro incansável, Ottomar nunca aceitou ser dominado pelo cansaço e pelo desânimo. Ele partiu em plena atividade, lutando pelos interesses de Roraima em Brasília. Deixou muito mais que saudades, um verdadeiro exemplo de dedicação, garra e dignidade que tão bem representam a alma do povo roraimense.

GOVERNADOR - OTTOMAR DE SOUSA PINTO

Governador do Estado de Roraima

Ottomar Pinto é oficial brigadeiro. Primeiro governador eleito do Estado de Roraima (1991-1994) nasceu em 19 de janeiro de 1931, em Petrolina, Pernambuco, região banhada pelo rio São Francisco, o "Velho Chico".

Fez seus primeiros estudos – primários e secundários – em Petrolina, depois em Recife, de onde saiu para ingressar na Aeronáutica. Iniciou a carreira militar na Escola de Aeronáutica de Campos dos Afonsos (1948), no Rio de Janeiro, na condição de cadete do Curso de Formação de Oficiais Aviadores, saindo aspirante em 1952.

Em 1973, concluiu o Curso de Estado-Maior da Aeronáutica, no Rio, saindo coronel aos 42 anos de idade. É formado em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Medicina, Direito, Ciências Contábeis e Economia.

Nos Estados Unidos, fez mestrados em transporte aéreo e pavimentação. No Brasil, fez os cursos de MBA para Executivo, Políticas Públicas e Governo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995), e de Direito da Economia e da Empresa, na Fundação Getúlio Vargas (RJ).

Desenvolveu importantes atividades relacionadas à construção, reforma e ampliação de alguns dos mais importantes aeroportos brasileiros. Chefiou a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara), quando reformou, ampliou, construiu e asfaltou os aeroportos de Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco, Macapá, Tucuruí, Cruzeiro do Sul, Tefé, Conceição do Araguaia, Oiapoque, Imperatriz e São Félix do Xingu, dentre outros.

Em 1979, foi nomeado governador do então Território Federal de Roraima, no início do governo João Batista Figueiredo, permanecendo no cargo até abril de 1983. Nesses quatro anos, desenvolveu diversos projetos voltados para a ocupação demográfica do interior e o desenvolvimento sócio-econômico da região, com vistas à transformação do Território em Estado.

São dessa época:

1. Criação dos municípios de Alto Alegre, Bonfim, Normandia, Mucajai, São João da Baliza e São Luiz do Anauá. Roraima tinha só 2 municípios – Boa Vista e Caracará;
2. Criação dos bairros Liberdade, Buritis, Asa Branca, Caimbé, Estados, Caçari, Pricumã e 13 de setembro, em Boa Vista;
3. Criação dos núcleos populacionais de Vila Moderna, Caroebe, Jatapu, Entre Rios, São Raimundo, Equador, Petrolina do Norte, Confiança e Jundiá, dentre outros;
4. Implantação do Distrito Hortifrutigranjeiro de Monte Cristo;
5. Construção de várias escolas de 1º e 2º. Graus. Dentre elas: Formação de Professores, Agrotécnica, Camilo Dias, Hildebrando Bittencourt e Henrique Dias;
6. Implantação do ensino de segundo grau no interior;
7. Construção do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré;
8. Construção do Matadouro Frigorífico de Roraima e da Usina de Leite;
9. Implantação do Distrito Industrial de Boa Vista;
10. Criação da Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima);

11. Construção do Parque Anauá;
12. Construção de diversos núcleos habitacionais em Boa Vista, Caracará e Mucajaí.

Em 1983, Ottomar Pinto deixa o governo de Roraima, mas engaja-se definitivamente na política regional, acompanhado de sua esposa, Maria Marluce Moreira Pinto. Em 1985, candidata-se à Prefeitura de Boa Vista, assiste à vitória de Sílvio de Castro Leite. Foi deputado federal constituinte (1986-1990), juntamente com a esposa, Marluce Pinto. Em 1990, candidata-se a governador do Estado de Roraima e é eleito. A prioridade, agora, era a implantação da infra-estrutura necessária à autonomia político-administrativa da nova unidade da federação brasileira.

No novo governo, tratou da implantação do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Ministério Público Estadual. Manteve a marca de construtor. Em Boa Vista, construiu a nova estrutura do Palácio da Cultura, reformou e modernizou o Palácio Senador Hélio Campos, sede do governo estadual, criou os bairros Píntolândia e Raiar do Sol, dentre outros. A conclusão do asfalto entre Mucajaí e Caracará e o asfaltamento da BR-174 entre Boa Vista e Pacaraima, na divisa com a Venezuela, são marcas desse governo, que reestruturou novos pólos de desenvolvimento do interior e levou estrada trafegável o ano inteiro a todos os rincões.

A usina hidrelétrica de Jatapu, no município de Caroebe, região Sul de Roraima, é uma das grandes marcas do segundo governo de Ottomar Pinto, sinônimo de desenvolvimento de uma região antes considerada inóspita, onde se desenvolvem bem a agropecuária e a indústria ligada ao campo.

Já no primeiro governo, Ottomar manifestava seu desejo de autonomia energética de Roraima. Continua defendendo a construção da usina hidrelétrica do rio Cotingo, na cachoeira do Tamanduá, em Uiramutã, como a melhor solução para o abastecimento de energia do Estado. Em 1996, Ottomar Pinto é eleito prefeito de Boa Vista. Deixou sua marca no asfaltamento de ruas e avenidas, na urbanização, com ajardinamento dos canteiros centrais e construção de rotatórias nas avenidas Ville Roy, Surumu, S-4 (Píntolândia), Imigrantes e Bandeirantes, dentre outras.

Na Prefeitura, construiu a Praça das Águas, o Portal do Milênio, o primeiro viaduto da capital (Pery Cardoso Lago), revitalizou o Monumento ao Garimpeiro, obra símbolo da ocupação regional, e manteve a cidade sempre limpa e bem iluminada, garantindo a segurança e a tranquilidade de seus moradores.

O último mandato do governador Ottomar Pinto teve início em 10 de novembro de 2004, quando ganhou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, o direito de assumir o governo em substituição a Francisco Flamarion Portela, cassado por crime eleitoral durante a campanha de 2002.

Ottomar priorizou a educação, o desenvolvimento econômico e a saúde. São destaques: a Universidade Estadual, a Universidade Virtual, o estágio profissionalizante dos estudantes e a bolsa de estudo em faculdades particulares.

Na área de saúde, Ottomar ampliou a Maternidade Nossa Senhora de Nazaré e o Hospital Geral, que foram modernizados, adquiriram equipamentos de última geração, e está ampliando o Pronto Socorro. A Unidade de Terapia Intensiva dobrou o número de leitos e o novo Centro Cirúrgico do HGR está entre os melhores do País.

No interior, além dos investimentos nas áreas de saúde e educação, cabe destaque o programa de recuperação e de asfaltamento de rodovias, proporcionando acesso fácil a todas as regiões produtivas, o estímulo à produção de grãos, à pecuária e ao agronegócio. São mais de 4 mil quilômetros recuperados de vicinais, recapeamento de rodovias e asfaltamento da RR-203 (Amajari), da BR-210-Sul (Baliza – Caroebe) e da BR-432 (Cantá – Vila Central).

Este novo mandato o governador de Roraima costuma definir como o "da produção". Será destinado, principalmente, à boa formação de mão de obra, com a implantação da Universidade Estadual de Roraima, o treinamento e a valorização do servidor, o asfaltamento das principais rodovias do Estado, o acesso fácil a todas as regiões produtivas, o estímulo à produção de grãos, à pecuária e ao agronegócio.

Embora a fatalidade fosse premente, ninguém ousava admitir, frente à fortaleza de vontade que o levava adiante e a teimosa posição de continuar, contrariando todas as recomendações e as prescrições que nos últimos meses fizeram parte de seu dia-a-dia. Lutando contra a doença que lhe consumia o físico, mas não a determinação (e fazer o próximo governador era uma delas, como confidenciou a um próximo, ante uma sugestão de aposentadoria), ele não capitulava.

Fortaleza e Teimosia serão apenas algumas das palavras com as quais se poderiam tentar ilustrar tamanha personalidade deste homem cuja obstinação pelo Poder superou as seqüelas físicas. O ser Político aglutinava

várias Personas de um homem público que forjou carreira nas casernas, diplomou-se em bancos universitários de diversos saberes (Medicina, Engenharia, Direito... Entre graduações e pós, foram 11 os cursos) e se lapidou nos cargos públicos, ora como Governador, ora como Deputado Federal e como Prefeito, numa carreira sem precedentes na história pública de Roraima.

Como homem político construiu uma história populista e paternalista que deu fôlego aos adversários, inflamou desafetos, ao mesmo tempo em que disseminava paixões como nunca dantes vistas. O povão em maioria, apesar de tudo, amava-o; como político, não deu trégua aos adversários, cunhou fama de perseguidor. Não eram poucos os que o adiavam...

Diante desta dicotomia, ele articulava, alinhavava, dava cartas e sempre tinha mais uma à manga, num fazer político que tecia coligações, criava ou dividia grupos políticos ao sabor do momento, no calor dos acontecimentos, na virada, na última jogada... Muitas das vezes virou a mesa. Seu destempero era outra de suas características. Algumas destas cartadas deram azar, mas, qual jogador não tem o seu dia de?

Foi assim, desta maneira que traçou o destino político de Roraima desde quando Território Federal, em 79, quando Brigadeiro da Aeronáutica foi nomeado Governador biônico, representante de um Brasil ainda sob Regime Militar. Daí seu tom imperialista ao falar. Sua palavra era ordem. Desde aí, traçou também o destino dos políticos roraimenses. Nenhum

deles, absolutamente nenhum deles deixou de -em algum momento- beneficiar-se de sua influência, de estar sob sua sombra, de beneficiar-se de seu poder, ainda que, depois, ao sabor da própria Política, tomarem rumos contrários, tornando-se adversários e outra vez mais correligionários, numa sucessão de oportunidades políticas e oportunismos... A estes, os oportunistas, ele sabia tirar de letra - e de tempo, na hora que não mais lhes convinham.

Nos últimos mandatos foi cercando-se dos seus, cada vez mais. E muitos. Ignorou solenemente as acusações de Nepotista. Apostou num herdeiro político. Não chegou nem a um esboço. Não é/será fácil substituir um nome de tamanha envergadura. Deixa assim, inúmeros pupilos políticos. E uma imensidão de órfãos, nos bairros, nos assentamentos, nas vilas e vicinais espalhados no entorno da cidade, nos mais longínquos rincões deste estado que ele governou por 4 vezes.

Acima do homem político esteve o empreendedor e o visionário. Um estadista. Construiu, povoou, traçou metas, semeou projetos que deram cara ao estado e alicerçaram seu porvir. Esse legado não se há de negar ao homem que deixou esta vida para alçar-se ao patamar dos que ultrapassaram os limites de sua lenda pessoal para tornar-se um mito da própria História. Não fará o próximo governador como almejava, mas, com certeza, será referência para os próximos...

[Edição Online](#)[Página Inicial](#)[Últimas Notícias](#)[Especiais](#)[Edição Impressa](#)[Opinião](#)[Política](#)[Parabólica](#)[Cidades](#)[Social](#)[Variedades](#)[Polícia](#)[Esportes](#)[Serviços](#)[Denúncias](#)[Fale conosco](#)[Expediente](#)

.: | Cidades | :.

12-12-2007 -

TAMANHO DA FONTE   

Augusto Botelho e Mozarildo lamentam a morte do governador Ottomar Pinto

Da Redação

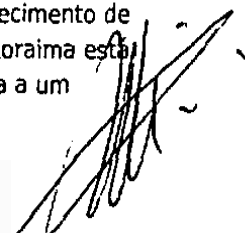
Os senadores Augusto Botelho (PT) e Mozarildo Cavalcanti (PTB) lamentaram a morte de Ottomar Pinto (PSDB) e manifestaram os pêsames à família do governador. Botelho declarou à Folha, por telefone, de Brasília, que Ottomar foi um governador que sempre olhou para os pobres.

"Era um homem que trabalhava bastante. Conversei com ele ainda na segunda-feira, às 18h, durante uma reunião em Brasília, que tratava da transferência de terras da União para o Estado de Roraima. Ele trabalhou até às 22h, estava tossindo um pouco", disse o senador.

Botelho afirmou que Roraima perde muito com a morte de Ottomar Pinto. "Espero que o vice-governador Anchieta Jr. não abandone os compromissos que o governador deixou firmados", declarou. O senador ainda disse que gostaria de participar do velório do governador, mas que talvez só consiga chegar em Roraima nesta quinta-feira, devido à votação da CPMF.

Já o senador Mozarildo Cavalcanti divulgou uma nota oficial à imprensa no meio da tarde de ontem, onde manifestou "seu mais profundo pesar pelo falecimento do governador do Estado de Roraima, brigadeiro Ottomar de Souza Pinto". O senador ofereceu as condolências à família do governador e destacou que "a luta de Ottomar Pinto será continuada e defendida".

Mozarildo esteve no Instituto do Coração (Incor) em Brasília, para onde o governador foi levado às pressas, às 13h02 (horário de Brasília) desta terça-feira. À tarde, o senador faria um pronunciamento no Senado, a respeito do falecimento de Ottomar e destacando a trajetória política do governador. "O povo de Roraima está de luto. O povo tinha o amor e a confiança de que ele iria levar Roraima a um destino muito bom", afirmou.



Senado Federal

Sistema de Envio de Documentos Legislativos

Recibo de envio da cópia eletrônica de documentos para SGM.

NÚMERO DO DOCUMENTO

09873.13747

TÍTULO

pls rodovia ottomar pinto

TIPO DO DOCUMENTO

PLS - Projeto de Lei do Senado

AUTOR

Mozarildo Cavalcanti

EMENTA / RESUMO

Denomina a Governador Ottomar de Sousa Pinto, a BR-174, no Estado de Roraima, no trecho da divisa dos Estados do Amazonas e Roraima, à fronteira Brasil/Venezuela.

RESPONSÁVEL PELO ENVIO DO DOCUMENTO

Ranilton Monteiro Neves

DATA E HORA DO ENVIO

19/12/2007 - 17:19

NOME E TAMANHO DO ARQUIVO ENVIADO

Pls denomina br-174 gov ottomar 19-12-07 (2).rtf - 15524 bytes (Texto completo)

DADOS ADICIONAIS DO DOCUMENTO

Observação:

O conteúdo do texto eletrônico enviado deve ser o mesmo do texto subscrito pelo Senador e esta correspondência é de exclusiva responsabilidade do Gabinete remetente.

Recebido pelo SGM em:

19/12/2007

João Pedro Carfaro
17:30

Projeto de Lei do Senado n.º , de 2007

Denomina “Governador Ottomar de Sousa Pinto” a BR-174, no Estado de Roraima, no trecho da divisa dos Estados do Amazonas e Roraima, à fronteira Brasil/Venezuela.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º. Fica denominada “Rodovia Governador Ottomar de Sousa Pinto” a Rodovia BR-174 no trecho compreendido entre a divisa dos Estados do Amazonas e Roraima à fronteira entre Brasil e Venezuela.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

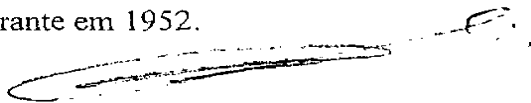
Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Justificação

O Governador Ottomar de Sousa Pinto foi o primeiro Governador eleito do Estado de Roraima de 1991 a 1994, tendo governado Roraima quando ainda era Território.

Nasceu em 19 de janeiro de 1931, em Petrolina, Pernambuco, região banhada pelo rio São Francisco, e veio a falecer no dia 11 de dezembro próximo passado, no Instituto do Coração, em Brasília.

Fez seus primeiros estudos primários e secundários em Petrolina, depois em Recife, de onde saiu para ingressar na Aeronáutica. Iniciou a carreira militar na Escola de Aviação Militar de Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, na condição de Cadete do Curso de Formação de Oficiais, saindo aspirante em 1952.



Em 1973, concluiu o curso de Estado Maior, no Rio, saindo coronel aos 42 anos de idade e chegando, no final de sua brilhante carreira militar, ao posto de Oficial Brigadeiro da Força Aérea Brasileira.

Era formado em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Medicina, Direito, Ciências Contábeis e Economia. Nos Estados Unidos, fez mestrado em transporte aéreo e pavimentação. No Brasil, fez MBA para executivos, políticas públicas e Governo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e ainda Direito da Economia e da Empresa, na Fundação Getúlio Vargas.

Durante suas gestões à frente do Governo de Roraima, olhou como nenhum outro governador antes olhara para o povo, principalmente para os mais necessitados, implementando políticas habitacionais, educacionais e sociais, que melhoraram em muito a qualidade de vida da população roraimense.

Diante destes fatos, o Governador Ottomar tornou-se um ícone na história do Estado de Roraima, e nada mais justo do que homenageá-lo dando seu nome à principal rodovia do Estado, a qual o corta de norte a sul, tal como uma artéria vital para seu desenvolvimento – horizonte que sempre pautou a gestão do Governador Ottomar.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 2007.



Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Brasília, 05 de Dezembro de 2007

Ofício nº. 730/2007/GSMCAV

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Reapresento os pontos necessários para o desenvolvimento de Roraima e que dependem de atos de Vossa Excelência:

- 1) Decreto passando todas as terras do INCRA para o Estado;
- 2) Decreto equiparando os vencimentos e vantagens dos servidores civis e militares do Ex-Território Federal de Roraima aos servidores do Distrito Federal;
- 3) Decreto prorrogando até o final de 2008 a retirada dos proprietários da Reserva Raposa Serra do Sol e adoção do Relatório da Comissão Temporária Externa do Senado Federal criada pelo Requerimento nº 529, de 2005, revisando indenizações e assentando as famílias condignamente. Portanto, suspendendo a operação da FUNAI/Polícia Federal de expulsão dos mesmos de suas propriedades com o uso da força;
- 4) Decreto efetivando a federalização Companhia Energética de Roraima S.A. – CER;
- 5) Decreto efetivando a implantação das ALCs de Bonfim e Pacaraima;
- 6) Decreto autorizando a importação de combustíveis da Venezuela com isenção do Imposto de Importação;
- 7) Decreto extinguindo o Comitê Gestor criado pelo Decreto s/n de 15 de abril de 2005 que “instituiu Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Estado de Roraima...”;;
- 8) Aprovação da PEC nº 075, de 2003 (CD), nº 16, de 2002 (SF) que trata de recursos para as IFES da Região Norte e do PL nº 4.428, de 2004 (CD), PLS nº 211, de 2002 (SF) de criação do Colégio Militar de Boa Vista.

Respeitosamente,


Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF

Presidência da República
CODIN/PROTOCOLO
05 DEZ. 2007
Assinatura: <i>[assinatura]</i>
Funcionário: <i>[assinatura]</i>

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Delcídio Amaral, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a merece, por parte da Mesa, todo o respeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a vai entrar na Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos prorrogar esta sessão, que, regimentalmente, termina às 18h30, por mais uma hora, para que haja a Ordem do Dia.

Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a, se possível, invertesse a pauta – todos os presentes estão de acordo –, porque vou viajar, para que, primeiro, votássemos o Projeto de Lei do Senado nº 241, que está sobre a mesa. Foi feito o acordo entre os Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos ceder a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Delcídio Amaral. Em seguida, vamos entrar na Ordem do Dia e atenderemos à solicitação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Delcídio Amaral, do Mato Grosso do Sul, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, há alguns dias, eu pretendia fazer este pronunciamento, até porque entendo como muito importante o acontecimento que vou relatar e comentar.

Sr. Presidente, sempre me bati pela infra-estrutura, assim como V. Ex^a e como muitos outros Senadores e Senadoras desta Casa. A própria Senadora Kátia Abreu, alguns minutos atrás, fez uma série de registros com relação aos modais de transporte e ao desafio da infra-estrutura. Tenho absoluta clareza de que esse é o maior desafio do Brasil, neste momento em que a política econômica vai bem. O País vive uma situação de extrema tranquilidade: há reservas cambiais, há resultados positivos na balança comercial, a inflação está controlada, os investimentos estão crescendo, há uma reconquista da credibilidade internacional, há queda da relação dívida/Produto Interno Bruto (PIB).

Portanto, o Brasil, sob o ponto de vista da macroeconomia, está vivendo a melhor situação possível, com a inserção de muitas famílias nas classes C, D e E. O impacto, pelo que as pesquisas dizem, é razoável e consistente, principalmente na massa salarial. As medidas tomadas aqui, principalmente as relativas às microempresas e às pequenas empresas – essas

matérias foram votadas –, contribuíram para o aumento do número de empregos e para o crescimento da formalidade da economia. Isso é muito importante para o País.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, tivemos a oportunidade de ouvir uma exposição ampla do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. O Brasil está realmente em condições de atrair muitos investimentos, mas precisa atacar a questão dos marcos regulatórios e atacar a infra-estrutura, que é o grande desafio brasileiro. Ter competitividade no transporte, no frete daquilo que os empresários e os produtores rurais produzem, é um grande desafio.

Já falamos em marcos regulatórios. Tive, inclusive, a oportunidade de, trabalhando com o Senador Garibaldi Alves Filho, hoje nosso Presidente, preparar uma série de projetos que serão discutidos, no ano que vem, na Comissão de Assuntos Econômicos, por meio de marcos regulatórios estáveis, de agências com autonomia, sem contingenciamento, com diretores com competência para dirigir efetivamente o trabalho dessas agências. Não tenho dúvida de que, havendo um arcabouço regulatório consistente, os investimentos surgirão. O Brasil tem um grande potencial e desperta o interesse de muitos empresários.

Portanto, Sr. Presidente, isso posto, eu não poderia deixar de destacar – e esta é a razão maior do meu pronunciamento hoje – três leilões que ocorreram no Brasil em um espaço de dois ou três meses e que sinalizam para segmentos fundamentais da nossa economia. Não podemos deixar de registrá-los.

Primeiramente, Sr. Presidente, quero falar da segunda etapa do leilão das rodovias federais. Os preços de pedágio ficaram muito aquém do que se verificou em outros leilões. Enquanto outros leilões apresentaram preços de pedágio entre R\$3,50 e R\$7,00, esse variou de R\$0,99 a R\$2,50. Alguns dizem que os vencedores mergulharam o preço ou estão sendo subsidiados por países que têm interesse de aqui investir, mas a realidade é que o histórico de investidores, especialmente espanhóis, tem sido de vários sucessos, de muitos êxitos no Brasil, não só na área de estradas, mas também na de linhas de transmissão, nos leilões de linhas. Baratearam muito o custo dos investimentos. E a informação que tenho é a de que boa parte dos projetos tem sido desenvolvida com celeridade, dentro do prazo, sem nenhum problema de fluxo de caixa. A realidade é que o segundo leilão de rodovias federais foi um marco entre os leilões de concessão das nossas rodovias.

O importante, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, é que se saiu do processo da outorga. Não é bem outorga, mas o preço do ponto. Então, alguém pagava

pelo preço do ponto para vencer a concessão, com a velha tese de que esses recursos seriam investidos na infra-estrutura dos Estados ou do próprio País. Saímos dessa lógica, e o resultado desse leilão foi tão importante, que muitos Governadores estão pretendendo mudar a modelagem dos próximos leilões, exatamente porque esse leilão sinalizou com uma realidade completamente diferente, que, mais do que nunca, beneficiou o usuário dessas rodovias.

Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de registrar a Nona Rodada, realizada no País na plataforma continental. A despeito dos 41 blocos que foram retirados – até porque eles sinalizam com uma produção de óleo e de gás que transformará o Brasil em grande exportador, de petróleo especialmente –, o que levará em janeiro a uma reflexão sobre uma nova legislação – até porque estamos diante de um potencial grande sob o ponto de vista de petróleo e de gás –, a Nona Rodada foi um sucesso, a despeito de muitas pessoas acharem que ela não daria os resultados esperados, pela retirada desses 41 blocos. Houve um movimento próximo a R\$3 bilhões, se não me engano, mostrando que os investidores privados continuaram participando dos leilões e continuaram interessados neles pelo potencial dos blocos restantes.

Então, eu não poderia deixar de registrar esse momento, em função dessa grande província de petróleo e de gás, talvez uma nova realidade que começa a se apresentar, principalmente no que se refere a dar um tratamento específico ao assunto, fruto desse potencial de gás e de óleo, que fica de seis a oito mil metros de profundidade, o que, efetivamente, vai levar o Brasil a um novo tempo. A camada de pré-sal fica de seis a oito mil metros de profundidade. Esse foi outro ponto digno de destaque, principalmente na área de infra-estrutura e, nesse caso, especificamente, na área de energia.

Sr. Presidente, não posso deixar de destacar também, na área de petróleo e de gás, as petroquímicas. O anúncio feito no Brasil, nas últimas três semanas, sobre a fusão das petroquímicas dá-nos conta de que esse processo vai conduzir o País a uma nova realidade, vai dar escala à petroquímica. Efetivamente, Senador Gilvam Borges, vai não só conferir escala, mas também promover praticamente a unificação de três empresas do Pólo do Sul, no Rio Grande do Sul; do Pólo do Sudeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro; e do Pólo do Nordeste, na Bahia: Braskem, Unipar e Petrobras. A Petrobras volta a ter participação ativa na área petroquímica, o que não é novidade. É comum as empresas de petróleo terem seu segmento petroquímico. As grandes empresas de petróleo o tem.

Portanto, esse avanço na área petroquímica foi de fundamental importância. Trata-se de uma grande engenharia empresarial montada, porque essas fusões vão ajudar, vão dar competitividade, inclusive sob o ponto de vista dos custos, que vão diminuir exatamente pela fusão das empresas, com a atuação efetiva dos principais sócios no futuro desse setor, agregando, inclusive...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, só pediria uns cinco minutos no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pedi, e dar-se-vos-á!

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não tenho dúvida nenhuma de que o efeito escala vai funcionar. O Brasil se projeta como grande ator no mercado petroquímico do País e do mundo.

Sr. Presidente, não posso também deixar de destacar que, recentemente, na visita do Presidente Lula à Bolívia, voltou-se a falar do pólo gasquímico da fronteira. Eu, como sou fronteiro da Bolívia, na minha cidade de Corumbá, não poderia deixar de registrar, meu caro Presidente Mão Santa, que a retomada do projeto do pólo gasquímico na região de fronteira é um divisor de águas no desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Espero que, agora, com a Petrobras e com a Braskem, tenhamos condição de dar continuidade à implantação desse pólo, uma vez que já estamos pagando pelo etano, que é a matéria-prima do eteno e do polietileno, que é usado na indústria de transformação, na indústria plástica. Estamos pagando também pelo propano e pelo butano, que vão produzir Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e também amônia e uréia, fertilizantes que, para a Região Centro-Oeste, são muito importantes.

Então, eu, como corumbaense, como sul-mato-grossense, aposto que, agora, essa iniciativa dará certo, porque esse é um divisor de águas, é um projeto de mais de US\$1 bilhão, também na área de petroquímica, a ser desenvolvido na Região Centro-Oeste.

Sr. Presidente, por último, mas não menos importante, eu gostaria de registrar o leilão feito no rio Madeira, a primeira usina hidrelétrica, a Usina de Santo Antônio, uma usina de 3.150 MW com turbinas Bulbo de 44 MW. O número de referência do Governo para o leilão foi de R\$122,00 o MW/hora, e esse valor chegou, no leilão, a R\$78,00 o MW/hora. Portanto, o valor ficou muito abaixo da estimativa do Governo, em se tratando de um projeto que vai ser fundamental para o Brasil, não só para a geração de energia, de que tanto o Brasil precisa. Preocu-

po-me ainda com a data, 2012, porque acho muito pouco tempo para se colocarem em operação as duas primeiras unidades. Mas é um projeto fundamental sob o ponto de vista tecnológico, de geração com máquinas Bulbo. É o primeiro do mundo desse porte. Os números alcançados são extremamente relevantes, extremamente competitivos, inclusive na transmissão.

Sr. Presidente, quero aqui dizer que não tenho dúvida de que o consórcio vencedor vai acabar fazendo Jirau, porque essa proposta é tão atrativa, que já deve ter considerado o projeto de Jirau também, não somente o de Santo Antônio, mais do que nunca, economizando no canteiro de obra, na depreciação dos equipamentos. Conseqüentemente, essa proposta já sinalizava para os dois projetos como um todo, não só o de Santo Antônio, mas também o de Jirau. Não tenho dúvida nenhuma de que esse consórcio é imbatível no leilão da usina de Jirau pelas condições em que ele vai implantar Santo Antônio, uma vez que já estará na região e pelos estudos avançados que se promoveram ao longo dos últimos anos.

Sr. Presidente, é importante registrar que esse é um negócio de R\$9,5 bilhões; usando-se o fluxo de caixa descontado, são R\$9,5 bilhões. É um projeto muito importante para o País. Espero que o País conte com essa energia, porque não podemos racionar mais.

Portanto, vai ser importante agora que o Brasil se prepare, para que não encontremos nenhuma dificuldade no suprimento de energia elétrica no País nos próximos anos, até a entrada desses grandes projetos e de outros. Esse projeto do Madeira não é a salvação única e exclusiva: vem Belo Monte, vêm outros projetos que também vão ser muito importantes para garantir o suprimento de energia no nosso País.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me der, talvez, mais um minuto, concluo minha fala.

Com isso, terminamos o ano. Foi um ano sofrido, um ano difícil. Enfrentamos vários problemas. Foi um ano em que não pudemos fazer grandes debates aqui, no Senado. Mas, mesmo assim, terminamos bem. Sofremos bastante, não tivemos as condições necessárias para abrir um debate sobre aqueles temas que são importantes para a realidade do Brasil, mas avançamos. Avançamos bastante. Aprendemos com tudo o que aqui aconteceu. Votamos projetos que vão dar mais transparência, vão facilitar o dia-a-dia do nosso Senado Federal.

Sr. Presidente, o ano que vem é o de 2008, é o ano do 8. O 8 significa prosperidade. O ideograma da prosperidade parece com o número 8, e o chinês tem predileção pelo número 8. E, se Deus quiser, vamos ter um ano bom, um ano de prosperidade, de lucidez,

de serenidade, aqui, no Senado, e, se Deus quiser, no Congresso Nacional e no Brasil.

Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar todos os Senadores, as Senadoras, os Deputados e as Deputadas. Quero cumprimentar também todos os funcionários, todos os técnicos, todo o pessoal administrativo, enfim, todos os que nos auxiliaram no Senado Federal, ao longo de mais um ano.

Desejo a todos, ao povo brasileiro, ao povo do meu Estado do Mato Grosso do Sul, ao povo da minha cidade, Corumbá, que tenham um feliz Natal, um Natal de luz, um Natal de realizações, com Deus no coração! E que 2008 seja um ano, mais do que nunca, de serenidade, de lucidez, de sabedoria, um ano de prosperidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade e pela tolerância.

Mais uma vez, um feliz Natal e um feliz 2008 a todos!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, eu queria insistir com V. Ex^a: estou desde às 14h querendo que se vote um projeto mediante acordo. Sou de cumprir acordos. Esse foi um compromisso acertado comigo ontem, ficou para hoje, e o projeto, que é simbólico, não é votado. Portanto, faço um apelo a V. Ex^a para que, se possível, proceda à inversão de pauta para votarmos o 241.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos atendê-lo.

Está chegando o Presidente Garibaldi.

Bem que o Presidente Luiz Inácio disse que não vai haver Natal melhor. Todos nós recebemos um presente, que é o Presidente Garibaldi, que, com sua simplicidade e sensibilidade, conseguiu a unidade do Congresso Nacional e a fortaleza.

Para V. Ex^a, ainda na Presidência, quero dizer: vá, neste Natal, curtir sua santa mãe.

O Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – O Senador Paulo Paim já falou pela ordem. Agora, é o Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu desejo que V. Ex^a possa cumprir a pauta de votação, que é extensa. Se não puder fazê-lo, eu gostaria que examinasse a possibilidade de garantir inversão de pauta e dar preferência, portanto, para a votação do item 13, que diz respeito à BR-222, ligando o Município de Chapadinha, no Maranhão, a Buriti dos Lopes, no Piauí.

Essa é uma inclusão no Plano Rodoviário Federal. É uma rodovia de grande importância para o Estado do Maranhão e que fará a ligação entre um grande Município e um centro produtor, que fica no cerrado, onde, hoje, se produz soja, e que tem uma economia em expansão. Portanto, essa rodovia, que vai fazer a ligação entre o Maranhão e o Piauí, servirá de elo do progresso em nosso Estado.

Chapadinha e os demais Municípios que serão por ela servidos ficarão extremamente agradecidos a V. Ex^a pela providência que haverá de tomar, com a solicitação que eu, agora, faço a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de fazer a mesma solicitação, associando-me ao grande Senador do Maranhão, para a apreciação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 67, que aprova, no Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, localidade de Chapadinha, no Maranhão, e a BR-343, cidade de Buriti dos Lopes. Que seja incluída.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Garibaldi Alves, eu faço um apelo a V. Ex^a, pois quero ver se consigo viajar depois de votarmos o 241.

O Senador Mão Santa proferiria o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, estamos localizando o processo de V. Ex^a para que ele possa entrar em votação, pelo menos para efeito da minha presença aqui, porque V. Ex^a sabe que, hoje à tarde, em função de visitas protocolares, visitas de fim de ano, não pude ficar aqui o tempo todo. Mas vou examinar o projeto solicitado por V. Ex^a e iremos votá-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o projeto está sobre a mesa. Não entendi. O 241 está sobre a mesa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, estou pedindo a gentileza

da Dr^a Cláudia para que o processo possa ser votado dentro de 2 ou 3 minutos.

Creio que isso não vai causar transtornos a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Confio plenamente na palavra de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Também o Senador Edison Lobão há pouco fez uma solicitação dessa mesma ordem.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Apenas, Sr. Presidente, quero pedir a inscrição, como Líder do partido, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 132/07-DEM

Brasília, 20 de dezembro de 2007

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Ofício nº 130/07-DEM, datado de 17 de dezembro do ano em curso, indico o Senador Eliseu Resende para ocupar a vaga de suplente na Comissão Representativa do Congresso Nacional, a que se refere o § 4º do art. 58 da Constituição Federal, para o período de 26 de dezembro de 2007 a 5 de fevereiro de 2008.

Atenciosamente, – Senadora **Kátia Abreu**, Vice-Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em aditamento ao Ofício nº 130, de 2007, datado de 17 de dezembro do ano em curso, indico o Senador Eliseu Resende para ocupar a vaga de suplente na Comissão Representativa do Congresso Nacional a que se refere o §4º do art. 58 da Constituição Federal, para o período de 26 de dezembro de 2007 a 05 de fevereiro de 2008. Senadora Kátia Abreu.

Em votação a indicação do Senador Eliseu Resende em vaga de suplência destinada ao Partido Democratas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Fica aprovado o nome do Senador Eliseu Resende para compor a Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Na sessão do dia 17 do corrente, foi lido o Requerimento nº 1.470, de 2007, da Comissão de Educação, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que inscreve

o nome de João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata no Livro dos Heróis da Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O projeto perde seu caráter terminativo e será incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 1470, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que *inscreve o nome de João Cândido Felisberto, Líder da Revolta da Chibata, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa para proferir parecer, em substituição à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

PARECER Nº 1.312, DE 2007–PLEN

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, o parecer é favorável a esse projeto de lei do extraordinário Senador Paulo Paim, que faz configurar como herói da Pátria João Cândido Felisberto. Ele tem uma história, uma saga, uma epopéia sofrida e o Senador Paulo Paim está resgatando isso.

Segundo a História, ele é tão notável quanto os heróis da República, da Revolução Farroupilha, os Lanceiros Negros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer é favorável.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2007, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.313, DE 2007 (Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2007.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2007, que inscreve o nome de João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, no **Livro dos Heróis da Pátria**.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de dezembro de 2007. – **Garibaldi Alves Filho**, Presidente, **César Borges**, Relator, **Alvaro Dias**, **Papaléo Paes**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.313, DE 2007

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2007.

Inscribe o nome de João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, no Livro dos Heróis da Pátria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será inscrito o nome de João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, no **Livro dos Heróis da Pátria**, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 13:**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2006

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.255, de 2007), do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de

2006 (nº 5.450/2005, na Casa de origem), que inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada devido ao término do prazo regimental da sessão.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, que não envolvam o mérito.

Discussão da redação final.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, a redação final é dada como definitivamente aprovada, nos termos do disposto no art. 324 do Regimento Interno.

O projeto vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

LIGAÇÕES

BR	Pontos de Passagens	Unidades da Federação	Extensão (km)
	Chapadinha/Brejo/São Bernardo/Jandira/Buriti dos Lopes	MA/PI	225

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2006

(Nº 5.450, de 2005, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, item 2.2.2, subitem Ligação, constante do anexo ao Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte descrição:

“2.2.2 – Relação Descritiva da Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente Garibaldi, recebi orientação da Liderança de que solicitasse a V. Exª que fossem votados na noite de hoje os decretos legislativos e as redações finais. Se não me engano, do item 36 ao 46.

Esse o apelo que recebi e que transfiro a V. Exª. Inclusive há projetos de minha autoria que não estão contemplados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª será atendido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o **Requerimento nº 1.483, de 2007**, lido em sessão anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada pela Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 37:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 112, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2007 (nº 2.133/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, celebrado em Londres, em 7 de abril de 2005.

Parecer favorável, sob nº 1.081, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Antônio Carlos Valadares.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada devido ao término do prazo regimental da sessão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 112, DE 2007**

(Nº 2.133/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, celebrado em Londres, em 7 de abril de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, celebrado em Londres, em 7 de abril de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do tratado encontra-se publicada no **DSF** de 1º-6-2007.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – **Item 38:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2007 (nº 1.900/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Convênio para a Criação do Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e no Caribe*

– *CREFAL, celebrado na cidade do México, em 19 de outubro de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.304, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2007**

(Nº 1.900/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Convênio para a Criação do Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e no Caribe – CREFAL, celebrado na cidade do México, em 19 de outubro de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Convênio para a Criação do Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e no Caribe – CREFAL, celebrado na cidade do México, em 19 de outubro de 1990.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Convênio, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do acordo encontra-se publicado no **DSF** de 12-7-2007.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – **Item 39:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 215, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2007 (nº 1.914/2005, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 967, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada devido ao término do prazo regimental da sessão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vejo aí uma imprecisão redacional, que talvez merecesse cuidados. “Tráfico Ilícito” parece-me pleonismo, uma redundância. Tráfico de drogas, de entorpecentes só pode ser ilícito. Bastaria dizer “tráfico”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 215, DE 2007

(Nº 1.914/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra ao texto do acordo encontra-se publicado no **DSF** de 12-7-2007.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 40:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 217, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2007 (nº 1.939/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aqüicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 968, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada devido ao término do prazo regimental da sessão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 217, DE 2007**

(Nº 1.939/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aqüicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aqüicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do acordo encontra-se publicado no **DSF** de 12-7-2007.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 41:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2007 (nº 1.940/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado na Cidade do Kuaite, em 23 de fevereiro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 969, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada devido ao término do prazo regimental da sessão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2007**

(Nº 1.940/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado na Cidade do Kuaite, em 23 de fevereiro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado na Cidade do Kuaite, em 23 de fevereiro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do acordo encontra-se publicado no **DSF** de 12-7-2007.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 44:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 225, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2007 (nº 2.135/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas, adotadas em 18 de maio de 1998, à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979.

Parecer favorável, sob nº 1.084, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Antônio Carlos Valadares.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada devido ao término do prazo regimental da sessão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 225, DE 2007**

(Nº 2.135/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto das Emendas, adotadas em 18 de maio de 1998, à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto das Emendas, adotadas em 18 de maio de 1998, à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas emendas, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do acordo encontra-se publicado no **DSF** de 12-7-2007.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 45:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 226, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2006 (nº 2.136/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Brasília, em 22 de novembro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 1.261, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada devido ao término do prazo regimental da sessão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 226, DE 2007**

(Nº 2.136/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Brasília, em 22 de novembro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Brasília, em 22 de novembro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra no texto do acordo encontra-se publicado no **DSF**, de 12-7-2007

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à lista de oradores inscritos. (Pausa.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como eu fiz aquele encaminhamento a pedido dos Líderes, agora os Líderes me ligaram perguntando se não poderíamos

votar os requerimentos. Não é nada de minha autoria, estou apenas sendo o porta-voz do pedido relativo aos requerimentos extrapauta que me fizeram aqui.

V. Ex^a é quem decide.

Estou contemplado com a votação do Requerimento nº 241. Talvez pudéssemos votar os requerimentos em bloco, conforme me sugere a Assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto o Líder Arthur Virgílio, que está presente, se tem alguma objeção.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nenhuma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.469, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.469, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2002, por tratarem de matérias distintas.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias passam a ter, assim, uma tramitação autônoma.

O Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007, volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2002, uma vez que se encontra instruído pela Comissão de Educação, retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.362, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1362, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que solicita que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, nos termos, do art. 49, I, do Regimento Interno, a de Assuntos Sociais,

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.407, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1407, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 114, de 2004; 283, 429 e 533, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 114, de 2004; 283, 429 e 533, de 2007, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Constituição, Justiça e Cidadania, de Serviços de Infra-estrutura e, nos termos, do art. 49, I, do Regimento Interno, de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.408, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.408, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e, posteriormente, retorna à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.410, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.410, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicita que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de

distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos, do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.409, DE 2007.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.409, de 2007, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2006, de sua autoria.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 79 vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.411, DE 2007.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.411, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 491 e 560, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 491 e 560, de 2007, passam a tramitar em conjunto e, tendo sido apreciados pela Comissão de desenvolvimento Regional e Turismo, vão, nos termos, do art. 49, I, do Regimento Interno, ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.422, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.422, de 2007, de autoria do Senador Gim Argello, que solicita que, sobre o Projeto

de Lei da Câmara nº 122, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Votação do requerimento em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, retorna à de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.431, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.431, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2007, de sua autoria.

Votação do requerimento em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2007, vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.459, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1459, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que solicita, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12 do RISF, que o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2007, seja submetido ao exame prévio da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da Comissão constante no despacho inicial.

Votação do requerimento em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e, posteriormente retorna, nos termos, do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero esclarecer principalmente aos Senadores que estão inscritos que, após a Ordem do Dia, os Líderes partidários têm preferência. No entanto, o

Senador Gilvam Borges poderia entrar em entendimento com o Senador Arthur Virgílio, porque já está esperando, há muito tempo, Senador Arthur Virgílio. Posso dar esse depoimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Inteiramente de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço o espírito de fraternidade de V. Ex^a, em pleno Natal.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens não apreciados em virtude do término do prazo regimental da sessão.

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

9**REDAÇÃO FINAL DAS
EMENDAS DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.259, de 2007) das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2005 (nº 62/2003, na Casa de origem), que acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro

de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (torna nula a inclusão automática de consumidor como sócio de sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação).

10**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.257, de 2007) do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005 (nº 433/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

11**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2006**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.258, de 2007), do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2006 (nº 162/2003, na Casa de origem), que acrescenta § 2º ao art. 445 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses.

12**REDAÇÃO FINAL DA
EMENDA DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2006**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.256, de 2007), da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2006 (nº 832/2003, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar que parcela dos recursos alocados em ações de qualificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, seja destinada à população afrodescendente.

14**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, DE 2004**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.260, de 2007), do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004 (nº 5.506/2005, na Câmara dos Deputados), que acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

15**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

16**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2005 (nº 3.615/2004, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para limitar o alcance do duplo grau de jurisdição.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determinando que as Prefeituras Municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados.

Parecer sob nº 21, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ney Suassuna, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174,

entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

36

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 34, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2007 (nº 1.838/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo, celebrado em 26 de setembro de 2003, em Havana.

Parecer favorável, sob nº 966, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

42

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 221, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2007 (nº 1.978/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005.

Parecer favorável, sob nº 1.082, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

43

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 223, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2007 (nº 2.074/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

Parecer favorável, sob nº 1.083, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

46

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 227, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2007 (nº

2.137/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradicação, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

Parecer favorável, sob nº 1.085, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que dispõe sobre a realização de plebiscitos para a criação do Estado do Carajás, nos termos do art. 49, inciso XV, da Constituição Federal.

Parecer sob nº 637, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1 – CCJ, que apresenta.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005; e 1.154, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, que tramita em conjunto;

– de Assuntos Econômicos, 1º pronunciamento: Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, da Senadora

Heloísa Helena e do Senador Eduardo Suplicy; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 644, de 2007): Relator: Senador Romero Jucá, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), que oferece, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, que tramita em conjunto.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

53

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37, DE 2007

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 40, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 37, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre o afastamento preventivo do Senador ocupante do cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e Presidente de Comissão em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato.

Pareceres sob nºs 999 e 1.000, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Resolução nº 37, de 2007, e no mérito pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Resolução nº 40, de 2007, que tramita em conjunto; e

– Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto de Resolução nº 37, de 2007 e às Emendas nºs 1, 2 e 4-CCJ; parcialmente, nos termos de Subemenda à Emenda nº 3-CCJ; e pela rejeição do Projeto de Resolução nº 40, de 2007, que tramita em conjunto.

54

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40, DE 2007

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 37, de 2007)

Projeto Resolução nº 40, de 2007, de autoria do Senador João Durval, que altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), dispondo sobre hipóteses de impedimento e afastamento de Senador.

55

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 65, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 65, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 952, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a União a aceitar dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele País.

Pareceres favoráveis, sob nºs 950 e 951, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, com voto contrário do Senador Mozerildo Cavalcanti; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marcelo Crivella.

56

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando, nos termos regimentais, a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Pareceres favoráveis sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

57

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

58

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.314, DE 2007

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, o piso salarial mínimo, consolidando a Subemenda da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda nº 2–PLEN, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de dezembro de 2007.

ANEXO AO PARECER Nº 1.341, DE 2007**Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005.**

Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, o piso salarial mínimo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 7º-A. A partir de 1º de abril de 2006, o valor do piso salarial devido aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, corresponderá a 66% (sessenta e seis por cento) do valor fixado para os profissionais relacionados na alínea **b**, do art. 4º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Passamos à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, agradecer a gentileza do Senador Arthur Virgílio de abrir mão do seu direito de Líder de ter a preferência na inscrição. Agradeço a gentileza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Gilvam Borges, peço a compreensão de V. Ex^a e solicito ao Senador Mão Santa que assuma a Presidência dos trabalhos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Em 281 a. C., Pirro, rei de Epiro, pretendia conquistar Roma, o perigo do Ocidente, da mesma maneira que Alexandre conquistara a Pérsia, o perigo do Oriente. Para perseguir esse intento atravessou o Mar Adriático com um exército considerável, composto de 25 mil homens de infantaria, três mil de cavalaria e 20 elefantes.

Derrotou os romanos em Heracléia, sofrendo, no entanto, perdas enormes, de homens e de material. Quando Pirro recebeu de um oficial o cumprimento pelo triunfo, respondeu: “Mais uma vitória como essa e estarei arruinado”.

Essa é a origem histórica da expressão “vitória de Pirro”, que nos fornece a oportunidade de reflexão

e analogias. A “vitória de Pirro”, então, expressa uma conquista em que as perdas do vencedor são tão grandes quanto as do perdedor.

A imagem cai como uma luva no recente episódio da CPMF. As paixões políticas turvam a discussão sobre a prorrogação da CPMF. Em vez de um debate tecnicamente competente sobre vantagens e desvantagens de um tributo sobre movimentação financeira, as lideranças políticas e empresariais brasileiras enveredaram por uma trilha de irracionalidade, chavões, palavras de ordem e inconsistência programática.

Disse o Dr. Marcos Cintra, Doutor pela respeitadíssima Universidade de Harvard, em artigo publicado, na última terça-feira, na **Folha de S. Paulo**:

Em seu regozijo prematuro, os algozes da CPMF afirmam terem feito um favor ao país. Para eles, a CPMF era o pior dos tributos, regressivo, cumulativo, distorsivo, irracional, antidesenvolvimentista. A primariedade do raciocínio chegou às raias da comicidade ao pomposamente concluírem, horrorizados, que os gastos com a CPMF superavam as despesas familiares com arroz e feijão! Resta indagar o que pensam então do ICMS e do Imposto de Renda, que custa para a família mediana brasileira quase o mesmo que todas as suas despesas com saúde, educação, lazer, habitação etc., incluindo o arroz e o feijão. Esses mesmos adversários da CPMF irão em breve ficar preocupados, pois serão chamados a avaliar seus tenebrosos diagnósticos contra a CPMF e a comprovar os ganhos do país com a sua eliminação.

O pior, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que quem vai sofrer com esse corte abrupto de receita, como sempre, são os contribuintes e os pobres deste País.

Ainda no seu artigo na *Folha de S. Paulo*, Marcos Cintra diz:

Com uma alíquota baixa, de 0,38%, que poucos correntistas se davam ao trabalho de conferir em seus extratos bancários, a CPMF arrecadou R\$32 bilhões no ano passado, mais que todo o IPI (R\$28 bilhões) e o equivalente a 60% do IRPJ (R\$54 bilhões), sem um único tostão de custo burocrático para as empresas ou para o Governo, sem achques, sem corrupção, sem quadrilhas organizadas para burlar o fisco. É hora, portanto, de pensar se a movimentação financeira não deveria ressurgir.

De fato, essa receita, agora, terá que vir por intermédio de uma grande e urgente reforma tributária.

É preciso unificar as regras do ICMS; aumentar os recursos federais para os Municípios; impedir a guerra fiscal entre os Estados; criar o fundo nacional para reduzir as desigualdades regionais; e estabelecer um programa de renda mínima a todos os brasileiros.

Tudo isso só será possível com a urgente e inadiável reforma tributária.

Aliás, em relação ao ICMS, é imperioso rever as disparidades deste imposto, que possui 27 legislações, uma em cada Estado, e mais de 40 alíquotas diferentes.

Pelas estimativas do Governo, os Estados deixam de arrecadar pelo menos R\$25 bilhões em consequência da “guerra fiscal”, fruto da disputa dos Estados por investidores. Como há o repasse de parte da arrecadação do imposto para as prefeituras, os municípios perdem R\$6 bilhões desse total.

O sistema tributário pode ser comparado a uma casa. Quando uma torneira está pingando, uma parede está infiltrada ou um cano está entupido, conserta-se. Mas, depois de algum tempo, é necessário trocar os encanamentos, refazer o piso, repintar as paredes etc., ou seja, não basta um pequeno conserto; é preciso fazer uma reforma. Pode acontecer também que o morador ache que algumas características da casa sejam inconvenientes ou precisem ser modernizadas. Outra vez, a reforma é a solução. E se família cresceu e a casa ficou pequena constrói-se um cômodo a mais; se não for possível, o jeito é trocar de Casa.

O sistema tributário passa por pequenos consertos quase todos os dias. De tempo em tempo, é preciso uma reforma para trocar o que se desgastou pelo uso, para alterar características que se tornaram obsoletas ou inconvenientes em face de mudanças no ambiente econômico, ou, se for o caso, para adicionar, suprimir ou substituir tributos. Pode acontecer, mas é raro, que se precise trocar todo o sistema tributário.

De repente, aquilo que eu tantas vezes preconizei desta tribuna virou unanimidade nacional: a reforma tributária brasileira é urgente e inadiável. Este é o caminho indicado pelo bom senso: se você tem que morar na casa enquanto realiza a reforma, não dá para fazer obras em todos os cômodos ao mesmo tempo, mas chega uma hora em que a reforma precisa ter início.

E tão importante quanto modificar normas legais e administrativas é reformar as administrações fazendárias. Elas precisam ser modernizadas e fortalecidas para que assegurem o pleno cumprimento da lei, combatendo sem tréguas a sonegação, respeitando o contribuinte que cumpre devidamente as suas obrigações e merecendo o respeito deste.

É inútil criar o melhor sistema tributário do mundo se não houver respeito às suas normas. Sem uma administração capacitada a garantir integral cumprimento da lei, ele será injusto e terá efeitos perversos sobre o sistema produtivo.

Outra mudança que não pode mais ser postergada é a reforma política brasileira. Os estudiosos da matéria são unânimes ao enxergar, no atual quadro partidário, marcado pela proliferação de legendas sem nenhum conteúdo e na ausência de uma legislação eleitoral duradoura, um risco à estabilização da democracia brasileira.

É fundamental promover-se uma ampla reforma política, capaz de fortalecer as instituições democráticas e reforçar a importância do exercício da cidadania e a legitimidade dos mandatos conquistados pelo voto.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a, que sempre tem se preocupado com a reforma tributária, traz agora, de uma forma bem clara, como é importante que se pense nisso. E, ao citar o exemplo de que a CPMF recolheu mais do que o Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, está mostrando que realmente essa reforma tem que ser pensada, que tem que se fazer uma virada de mesa – como V. Ex^a está propondo –, para simplificar as coisas, tornar algumas mais claras e evitar outras. Porque esse emaranhado de legislação e alterações só faz facilitar os que querem sonegar, só aumenta os custos, tanto da cobrança por parte do Governo, quanto do próprio trabalhador, da própria empresária que quer pagar seus impostos. A proposta de V. Ex^a é muito boa, porque realmente precisamos fazer uma mudança radical nesses impostos. Pode contar com meu apoio e gostaria que as idéias de V. Ex^a fossem mais divulgadas para que pudéssemos discuti-las e aprová-las. Muito obrigado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

Assim, a criação do voto distrital, a diminuição do número de partidos, a instituição da fidelidade partidária, a estipulação de prazo de filiação, o sistema de coligações partidárias, o financiamento público de campanhas e a cláusula de barreira, por exemplo, são importantes passos no sentido de aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito.

Muitos que me assistem neste momento podem raciocinar que mesmo uma reforma política que contemple todos esses pontos não será suficiente para evitar a falta de ética de alguns candidatos e eleitos, como mostra o exemplo de outros países. Mas com certeza eles haverão de concluir que são passos importantes para criar uma representação política mais adequada, que nos permitirá termos um país econo-

micamente mais forte, socialmente mais justo e eticamente mais confiável.

Por fim, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de lembrar que os presidentes passam, porque todos os homens são mortais e todo poder é transitório. Mas a vida política, a organização social e a democracia permanecem. Quem pensa e age indiferente a esses princípios está fadado ao calabouço da ignorância.

Rui Barbosa costumava dizer que há momentos em que virtude e vício mutuamente se penetram. E nesse instante complexo da vida, Sr^s e Srs. Senadores, ganhar pode significar perder.

Muitas vezes o coro da vitória de hoje é o canto-chão da derrota de amanhã. Mas a vida é assim.

Que no apagar das luzes desta Legislatura, Deus nos dê sabedoria para aprender com os nossos próprios erros e coragem para que possamos mudar o que deve ser modificado.

Sr. Presidente, nobres Sr^s e Srs. Senadores, sem dúvida, o grande embate na finalização desta Legislatura foi extremamente positivo. A atuação dos senhores líderes da Oposição e os seus membros de partidos aliados deram uma contribuição fantástica ao País.

Considero, pelo ponto de vista do contraditório, que agora esta disputa muito bem acompanhada pela Nação brasileira nos levará a uma necessidade premente e mais importante da vida nacional, que é a organização do Estado e a sua capacidade de arrecadação para os investimentos.

Portanto, não se pode, de maneira nenhuma, atribuir derrotas ou vitórias a um aproveitamento. E me congratulo, sim, com todos aqueles que estiveram envolvidos, sejam da Oposição, sejam da Situação. Agora tenho certeza de que o Presidente Lula, a sua equipe de articuladores políticos e administradores haverão de descer ao Congresso Nacional e realinhar os entendimentos para imprimir um dos pontos que considero mais importantes da passagem do Presidente Lula pela Presidência da República, as duas das maiores reformas políticas, Sr. Presidente; as duas das maiores reformas de que o País tanto necessita: a reforma tributária e a reforma política.

Eu fico triste, muitas vezes, ouvindo atentamente os debates. Muitas vezes caímos nas querelas, em discussões estéreis que muitas das vezes não levam a lugar algum, enquanto o País sangra, está debilitado, está desorganizado, sem capacidade de investimento.

Alguns países prosperaram pela organização, primeiro, política e pela organização do Estado. E organização do Estado significa capacidade de arrecadação para investimentos. Sem recursos não há investimentos. E eu acredito muito que, mesmo aqueles que

nada fizeram, eles, simplesmente pela inércia, ainda contribuem, porque destacam e dão luz para se fazer o contraponto para aqueles que operam, para aqueles que trabalham. Mesmo os inoperantes têm a sua contribuição a dar.

Por esse motivo, Sr. Presidente, eu concluo já brevemente o meu pronunciamento, dizendo à Nação brasileira que, aqui, quando cheguei – estou no meu segundo mandato de Senador, vindo da Câmara dos Deputados –, sempre almejei e sempre pontuei muito a minha atividade. Além de ser um operador em ministérios, em orçamento, em correr atrás de recursos para os meus Municípios no Estado do Amapá, eu também sempre focalizei muito o que a Nação tanto necessita.

Aqui está um grande Líder, o Senador Arthur Virgílio, que deve imprimir toda a sua inteligência, todo o seu desejo, toda a sua eloquência e o momento para entrarmos num ano positivo e bom. Imprimir isso para os entendimentos, garantindo que essa reforma seja discutida amplamente e, neste ano que vem, nós posamos realmente organizar a vida da Nação e também fazermos a reforma política. São dois temas decisivos para a vida do País.

Eu quero voltar rapidamente ao meu Estado do Amapá e dizer que me alegro e me confraternizo com todos os nossos cidadãos. Este foi também um ano de colheita, ano extremamente positivo e muito bom. Nós estamos sob a Liderança do Presidente José Sarney, ao lado do Senador Papaléo Paes e dos nossos oito Deputados Federais, e tenho a honra de assumir a coordenação da nossa Bancada.

Temos obras estruturantes estratégicas em curso para o nosso Estado em execução: BR-156, ponte sobre o Rio Jari, 60% executada; a retomada das obras do aeroporto; e a mais importante de todas, com a chegada do Presidente Lula ao Amapá, que muito nos alegrou e que será uma grande marco para o desenvolvimento do nosso Estado, a transferência das terras; a BR-210 já foi retomada também – obras da maior importância.

No primeiro trimestre do próximo ano, haverá um encontro do Presidente Lula com o Primeiro Ministro da França. Iniciaremos a ponte binacional sobre o Rio Oiapoque – para nós, é um avanço a conexão com a comunidade europeia via Guiana Francesa.

O Amapá se estrutura muito bem e tem recebido, sim, muita atenção do Presidente Lula. Perfilamo-nos, sim, e o apoiamos porque acreditamos nesse Governo.

Tenho algo que precisa ser dito: estive sempre, no meu primeiro mandato de Senador, ao lado do Presidente Fernando Henrique, um grande Presidente, que deu uma contribuição fantástica ao País.

E todos passam. Daqui a pouco, daqui a dois anos, já não teremos o Presidente Lula, que não pode ir à reeleição. Virá outro Presidente. Enquanto isso, esta augusta Casa precisa organizar-se para poder dar o atendimento de que a Nação precisa urgentemente, decisivamente: reforma tributária e reforma política. E ninguém mais segurar este País. Estaremos cumprindo o nosso destino, o nosso dever de ser sempre grande. Um país maravilhoso que, realmente, terá o desenvolvimento.

Para encerrar a minha fala: dinheiro na conta.

Prefeitura municipal de Santana. Banco do Brasil, Conta 193097, Agência 3346. Valor liberado: R\$39.886,00.” Trinta e nove mil... Pouco, mas importante. Agora mesmo recebi o Prefeito de Santana, que assinou um convênio comigo, no gabinete, de R\$200.000,00, mas milhões vão também.

Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Prefeitura municipal de Laranjal do Jari, dinheiro na conta. Banco: Caixa Econômica Federal. Valor: R\$292.500,00. Agência 0658, Conta 66471312. Objeto: construção de praça pública. Importante.

Para o Governo do Estado do Amapá – aí já vão alguns milhões – R\$4.875.000,00. Agência: 0658. Conta: 66470995. Valor: R\$4.875.000,00, repetindo. Objeto: apoio a melhorias das condições de habitabilidade de assentamentos precários. Dinheiro na conta.

E agora, para concluir esse anúncio, Prefeitura Municipal de Macapá, também alguns milhões. Dinheiro na conta! Agência: 3575. Conta: 51594. Valor liberado: R\$7.000.000,00. Objeto: segunda etapa referente à canalização do Córrego Jandiá.

Portanto, Sr. Presidente, no dia-a-dia, no varejo, no passo a passo, na busca de melhorias para o Estado, isso nos satisfaz, porque os resultados vêm.

Este ano trabalhamos o Orçamento para 2008. Não foi aprovado; será aprovado apenas em fevereiro, mas já há grandes equipes se organizando para trabalhar uma outra etapa, que é complicada, que são as liberações de recursos. A liberação de recursos é algo complicado. Colocar no Orçamento também é difícil, até, Sr. Líder, que chegue a grande libertação dessas duas Casas com o Orçamento impositivo. É uma outra questão fundamental para que não gastemos, a todo tempo e a toda hora, energia desnecessariamente e submetidos a determinados caprichos ou imposições.

Essa é outra questão que também precisa ser resolvida com grandiosidade.

Quero desejar a todos os servidores da Casa um feliz Natal e um próspero Ano Novo. Por sinal, é um orgulho para todos nós, que exercemos mandato, que passamos por aqui, termos servidores tão bem qualificados, muito bem educados, muito bem treinados e

eficientes, que fazem jus a esta Casa. Que possamos estar sempre trabalhando pela Nação!

Quero desejar a todo o povo brasileiro, portanto ao meu querido Estado do Amapá também, muita prosperidade. Amanhã estaremos chegando com o Ministro das Comunicações ao Amapá por volta das 11 horas. O Ministro irá assinar vários convênios para liberar os telecentros para as comunidades. Isto também é um fator positivo: sempre estamos sendo visitados pelos Ministros, pelo Presidente, fazendo uma política de resultados. Portanto, meu muito obrigado.

Agradeço ao Senador Arthur Virgílio e desejo prosperidade a todos – e paciência, não é?

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Líder Arthur Virgílio.

Quis Deus, neste instante, eu estar na Presidência. Quero dizer aqui que, com muita crença, eu afirmei várias vezes, nos momentos mais difíceis, que este era um dos melhores Senados da história da República.

Cada um, para onde vai, leva a sua formação profissional. Eu e o Senador Augusto Botelho somos médicos, entendemos de Psicologia, entendemos a valia de cada um.

Senador Arthur Virgílio, ouvimos falar do general grego Pirro. A História diz que ele olhou e só viu mortos e feridos. Então, ele não queria mais nenhum combate.

Conheço a história do mundo e do Brasil e comparo V. Ex^a a Winston Churchill – já disse isso algumas vezes. Naquele momento de adversidade, quando bombas caíam dos céus de Londres, como Primeiro-Ministro, ele disse ao Parlamento: “Eu vos ofereço sangue, suor e lágrimas”. Uniu forças diferentes e conseguiu, com coragem, a liberdade democrática. V. Ex^a escreveu como ele. Não ofereceu sangue, suor e lágrimas, mas, como no episódio de Pirro, V. Ex^a nos liderou com muita firmeza, com muita coragem e ofereceu a todos nós a esperança de aprimoramento democrático.

Entendemos a democracia como Mitterrand a via – eu gostaria que Luiz Inácio entendesse isso. Com câncer, moribundo, Mitterrand escreveu seu último livro com a ajuda de um companheiro. E ele disse que deixava uma mensagem a todos os governantes: “é preciso fortalecer os contrapoderes”. Essa foi a men-

sagem última de Mitterrand, que, por quatorze anos, governou o país do povo que foi às ruas e fez nascer a democracia com o grito de “Liberdade, igualdade e fraternidade”.

Nós não estávamos fortalecidos, nós estávamos enfraquecidos. O Poder Legislativo estava desmoralizado, estava desacreditado, estava desgastado. V. Ex^a é credor da equidade, foi V. Ex^a que nos comandou nessa direção. V. Ex^a deu isso ao povo brasileiro – não só ao povo brasileiro, mas ao nosso regime democrático, que estava ameaçado pela história de Cuba, pela história da Venezuela, pela história do Equador, pela história da Bolívia e da Nicarágua. V. Ex^a nos comandou. V. Ex^a não ofereceu nem trouxe sangue, suor e lágrimas, V. Ex^a trouxe a esperança, o sorriso e a alegria. V. Ex^a devolveu aos que trabalham pela Pátria o direito e a oportunidade de aquele dinheiro ficar nas mãos de quem melhor o administra.

V. Ex^a é um homem de grande cultura, do Itamaraty, e sabe que economia quer dizer administradora do lar. E esse dinheiro, essa riqueza produzida por quem trabalha, está nas mãos da dona de casa, que vai, sem dúvida nenhuma, fazê-lo circular, e circular bem, atendendo as necessidades da família.

V. Ex^a, então, propiciou a este País um Natal como o descrito por nosso Presidente: “Nunca houve um Natal tão bom para o Brasil”. Foi o Natal do renascimento do Congresso brasileiro.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, pela generosidade com que V. Ex^a sempre se dirige a este seu colega do Estado do Amazonas.

Digo que a vitória, no episódio da CPMF, longe de ter sido minha, foi do meu partido; e, longe de ter sido do meu partido, foi das oposições; e, longe de ter sido só das oposições, foi de cada um dos Senadores que resolveram resistir às pressões e votar de acordo com suas consciências. Não que os outros não tenham votado com suas consciências, mas nós tínhamos a opção da desistência e optamos pela resistência. Agradeço muito a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tudo, encaminho à Mesa requerimento de inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento da Sr^a Neuza Vieira Nina, ocorrido no dia 9 deste mês de dezembro de 2007 em Brasília. Querida amiga pessoal minha e de minha família, viúva do servidor de carreira do Senado Federal, Carlos Nina, também meu querido e inesquecível amigo, faleceu aos 83 anos de idade.

Requeiro que o voto de pesar seja levado ao conhecimento de seus filhos Carlos Nina, servidor desta Casa, Cristina, Carla e Ana Ester.

Sr. Presidente, depois dessa luta toda em torno de DRU e de CPMF, coloco muitas coisas do meu Estado em dia. É fundamental cuidar mesmo das coisas do meu Estado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de receber um exemplar da excelente cartilha que a Deputada Rebecca Garcia, integrante de nossa bancada amazonense, mandou publicar a respeito da Lei Maria da Penha. É livreto extremamente útil, porque explica de forma simples, didática, essa importante lei de proteção à mulher. A capa traz o dístico: “Quem bate na mulher machuca a família inteira”.

Na apresentação, a Deputada Rebecca assinala:

Existirem três formas de violência contra a mulher: psicológica, física e abuso sexual”. “Mas a violência” – acrescenta – “pode ser institucional, quando os serviços públicos prestados a você [o livreto é dirigido às mulheres] são inadequados. Com essa cartilha queremos contribuir para que você saiba como agir em defesa de seus direitos e o de seus filhos. Nossa luta é constante”.

Fecho aspas para a Deputada Rebecca Garcia e acrescento que essa apresentação diz tudo a respeito do significado e do objetivo da cartilha, que faz jus ao incessante trabalho da Deputada Rebecca contra a discriminação da mulher. Ela foi idealizadora, aliás, da organização não-governamental Maria Bonita, instituição que já auxiliou mais de cinco mil pessoas com os mais diversos problemas: mulheres vítimas de espancamento, dependentes químicos, crianças carentes e outros.

Meus calorosos cumprimentos, pois, à companheira de bancada amazonense por essa tão útil iniciativa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro aqui notícia auspiciosa para a educação do meu Estado. A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, a Fieam, anunciou que, até 2010, aplicará, por meio do Senai e do Sesi, R\$121,9 milhões em educação básica e profissional. As ações, segundo informação divulgada pelo jornal **A Crítica**, serão voltadas para a oferta de qualificação para o desenvolvimento sustentável do Pólo Industrial de Manaus e do segmento industrial do Estado.

O anúncio da iniciativa, que conta com meu aplauso, foi feito pelo presidente do sistema Fieam, Antonio Silva, por ocasião do lançamento do programa Educação para a Nova Indústria, e faz parte do Mapa

Estratégico da Indústria 2007/2015, da Confederação Nacional da Indústria.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é dia de registrar boas notícias para o Amazonas. Há pouco falei do anúncio da Federação das Indústrias do Estado de que aplicará quase R\$122 milhões em educação até 2010. Agora, trago notícia de expressiva alta no faturamento do Pólo Industrial de Manaus.

Segundo dados dos indicadores de desempenho da Suframa, o faturamento das empresas do Pólo, em outubro, foi de US\$2,613 bilhões, cerca de 18,4% acima do registrado no mesmo período do ano passado.

O Pólo Industrial de Manaus, Senador Augusto Botelho, acumula, no ano, faturamento de US\$20,759 bilhões, representando crescimento de 10,17% em relação ao período de janeiro a outubro de 2006. São quase US\$2 bilhões a mais! É uma demonstração da pujança do parque industrial de Manaus para o Amazonas, a Amazônia e o Brasil.

Somente neste ano foram produzidos 596.362 televisores com tela de cristal líquido – LCD, o que significa crescimento de 312,98% em relação ao ano de 2006.

O pólo de duas rodas – motos e bicicletas – bateu também todos os recordes. De janeiro a novembro deste ano, a produção cresceu 22,16% em comparação com o ano passado. Serão 1,730 milhão motocicletas produzidas neste ano. E mais indústrias estão se instalando em Manaus.

Fico feliz de trazer aqui essas boas notícias do meu Estado, neste final de ano parlamentar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as mais expressivas entidades empresariais do Amazonas – e este pronunciamento é de enorme gravidade e seriedade para a economia do meu Estado –, principalmente aquelas ligadas ao setor eletroeletrônico – e com o apoio da Central Única de Trabalhadores (CUT) do meu Estado – divulgaram nota explicando pormenorizadamente as razões do custo do **set top box**, que vem a ser a caixinha conversora de televisão analógica em televisão digital.

Concedo aparte ao Senador Augusto Botelho, com muita honra e alegria.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Arthur Virgílio, pedi um aparte para parabenizar V. Ex^a. No ano passado, mais ou menos nesta época, V. Ex^a chegou aqui, com entusiasmo, o que me entusiasmou também, dizendo que a Zona Franca tinha vendido US\$20 bilhões e que, neste ano, esperava US\$25 bilhões. Então, a previsão foi quase...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estamos perto disso.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Bem pertinho. No ano que vem, acho que passaremos de US\$25 bilhões. V. Ex^a sabe que meu Estado depende muito do Amazonas. Tudo para Roraima tem de passar pelo seu Estado. O maior mercado consumidor dos nossos produtos é Manaus, é o Amazonas. Então, fico feliz porque sei que, se no Amazonas é gerada mais riqueza, meu Estado também receberá um pouquinho, pois os amazonenses poderão comprar mais coisas do meu Estado. Mas compramos muito de lá também. V. Ex^a sabe que a Zona Franca de Manaus protege a floresta e protege o povo da Amazônia também. Lutamos junto com V. Ex^a na época daquela lei que prorrogou a existência do Pólo até 2020. E estaremos lutando para continuar, porque é muito importante o Pólo Industrial de Manaus para o nosso Estado e também para o Brasil. Meu parabéns pela previsão de V. Ex^a. No ano que vem, espero que passemos de US\$25 bilhões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Augusto Botelho. E que em 2008 não haja contingenciamento dos recursos públicos da Suframa, que são tão úteis para a Amazônia Ocidental como um todo e para o Amapá, na banda oriental, em obras infra-estruturantes de desenvolvimento. O contingenciamento tem sido cruel, pois são recursos gerados na própria região, preços públicos pagos pelas empresas na própria região. Assim, seria muito bom se o Governo fizesse o superávit primário, sou a favor disso, mas não gastasse essa possibilidade de desenvolvimento pela infra-estruturação da região, levando para a conta do superávit recursos públicos, recursos próprios da Suframa, gerados na própria região. Isso beneficiaria enormemente Roraima, Acre, Rondônia, o Amazonas e, inclusive, o Amapá. Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte tão fraterno e tão oportuno.

Mas muito bem, Sr. Presidente, para quem não está lembrado, **set top box** é o nome do conversor de sinais que permite a um televisor analógico, de plasma ou LCD, captar imagens transmitidas pelo sistema digital.

Como se recordam, o Governo acreditava que esse aparelho sairia em torno de R\$200,00 ou de R\$300,00. Com o lançamento da TV digital no início deste mês, em São Paulo, pareceu surpreso com os preços anunciados pelo comércio, alguns dos quais passando de R\$1 mil.

Meu amigo e nosso colega, Ministro Hélio Costa, das Comunicações, deu até conselho, que reputo infeliz, aos possíveis interessados: que não comprassem agora o conversor, que esperassem os preços baixarem.

Ora, os preços, Sr. Presidente, são regulados pelo mercado. Quanto maior for o consumo, maior

será a produção e maior será a oferta, e aí se chega a preços mais baixos. Isso é normal. É a famosa lei da oferta e da procura, tão irrevogável quanto a Lei da Gravidade de Einstein. Isso é normal, principalmente na área dos aparelhos eletrônicos. Todos se lembram de que os primeiros televisores de plasma, de 42 polegadas, custavam mais de R\$20 mil; hoje podem ser encontrados até por R\$4 mil. Os primeiros aparelhos de DVD custavam mais de R\$1 mil; hoje, mais sofisticados do que os primeiros, incluindo capacidade de gravação, podem ser encontrados a R\$200,00 ou R\$300,00. A mesma coisa acontecerá com o *set top box*, a não ser que sigam o conselho do meu amigo Ministro: “Se ninguém comprar, os preços não cairão”.

Na nota de esclarecimentos, as entidades empresariais do Amazonas e mais a CUT começam por assinalar que esse equipamento já é produzido em larga escala no Pólo Industrial de Manaus. São cinco milhões de unidades por ano com custo de produção em torno de US\$50,00, o que, acrescido de margens de lucro, transporte e outras despesas, poderia chegar ao consumidor a qualquer coisa em torno de US\$100,00, menos de R\$200,00. Só que essa produção está voltada para TV a cabo e TV por satélite e para o mercado externo. Destinam-se a clientes específicos. Não vão para as lojas nem seus preços passam pelos elos da cadeia de comercialização e, sobretudo, não atendem às especificações da recém-lançada TV digital.

Explicam os empresários que, embora sejam da mesma natureza dos conversores atualmente produzidos em larga escala, os conversores para TV digital trazem tecnologia de última geração desenvolvida especificamente para o mercado brasileiro. O Governo, assinalam eles, optou por padrão nacional sofisticado, em que se destaca principalmente a tecnologia de compressão de dados, “avanço técnico expressivo sobre os demais sistemas”.

Por tal razão, diz a nota dos empresários e da CUT, os sintonizadores e todo o conjunto de chips para demodulação, decodificação e tratamento de sinal tiveram que ser especificamente desenvolvidos; ou seja, foi preciso desenvolver produtos totalmente novos, com tecnologia pioneira. Além do **hardware**, todos os **softwares** específicos para as funções acima tiveram que ser desenvolvidos. Ressalte-se ainda que esse desenvolvimento foi feito em prazo recorde, enquanto as especificações eram definidas.

Então, retomo eu as considerações, esse tipo de *set top box* destina-se a atender exclusivamente ao mercado brasileiro. O equipamento semelhante existente no mercado externo e produzido em altíssima escala não atende a essas especificações e, portanto, não pode

ser importado. Equívoco que pode levar o Governo a simplesmente atrasar um processo que é útil para o meu Estado e é útil para o consumidor brasileiro.

Só servirá o produzido no Brasil mesmo, e como não se tem nem estimativa de demanda, pois a TV digital acaba de ser lançada e, por enquanto, apenas em São Paulo, a produção é pequena e os preços, conseqüentemente, mais altos, pagando o preço do próprio pioneirismo. Não são preços impostos por suposta ganância, mas imposição natural das leis de mercado. Vamos torcer para que a TV digital se espalhe rapidamente pelo País, aumentando a demanda pelos conversores, porque só assim poderão ser vendidos a preços mais baixos.

Sr. Presidente, que a promessa do Presidente da República sobre a exclusividade de produção do *set top box* para efeitos de TV digital no meu Estado seja cumprida! Desejo isso do fundo do meu coração. É um compromisso para com meu povo.

Sr. Presidente, anexo a este pronunciamento, para que conste nos Anais, a íntegra da nota de esclarecimento assinada por Antônio Silva, Presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado da Amazônia); Maurício Loureiro, Presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas); Lourival Kiçula, Presidente da Eletros (Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos); Wilson Périco, Presidente do Sinaees (Sindicado da Indústria de Produtos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus); Ulisses Tapajós, Presidente do Simplast (Sindicato das Indústrias de Material Plástico de Manaus); e Valdemir Santana, Presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores do Amazonas).

Peço, portanto, que a nota seja anexada na íntegra neste pronunciamento.

E ainda, Sr. Presidente, nesse **pout-pourri** que terminei fazendo, vejo que é preciso que o Governo abra mão de um certo ufanismo, que não o engrandece. Veja a Tupi. Tupi seria a redenção. Os chargistas já fantasiaram o Presidente Lula de xeique árabe. Tupi depende de avanços tecnológicos na área de prospecção em áreas profundas para virar realidade e de um preço altíssimo do barril de petróleo, em dólares, para valer à pena economicamente. Ou seja, Tupi é algo conhecido há dez anos, consolidado há dois anos e, de repente, veio com uma notícia de *marketing*, quando a crise do gás tomava conta das manchetes, venho, como se fosse novidade, a descoberta do lençol de Tupi. Estamos longe de poder aproveitar aquele manancial tão fantástico, mas foi vendido para o povo como se fosse uma realidade iminente.

Agora, essa história de que o Brasil seria a 6ª economia do mundo. Nossa! Eu fico impressionado com isso!

De acordo com o Bird – o Bird tem lá seus critérios, mas o fato é que foi divulgado com muita ênfase pelo oficialismo –, levando-se em conta a Paridade do Poder de Compra, o chamado PPP, caberia ao Brasil a metade da economia da América do Sul, com o equivalente a 3% do Produto Interno Bruto. E aí nós ficaríamos no mesmo patamar, Senador Augusto Botelho, de Reino Unido, França, Rússia e Itália.

Muito bem, é que o Banco Mundial usou um critério de arredondamento, o que era muito comum na escola do nosso tempo. Hoje, meus filhos trazem nota A, A-, B+, B-, essas coisas. No nosso tempo tinha arredondamento. Isso beneficia os emergentes, porque acaba arredondando para cima.

Eu já explico melhor.

O Brasil detém 2,88% do PIB mundial. Então, arredondando, inventaram que tínhamos 3%. Não temos, temos 2,88%. O Reino Unido, 3,46%. Como tem menos de 3,5%, foi arredondado para baixo, 3%, como se a produção de riqueza na Inglaterra fosse igual à riqueza produzida no Brasil, e como se o critério de distribuição de riqueza não fosse brutalmente injusto aqui e muito menos injusto na Inglaterra.

Mas dou outros exemplos.

O Brasil, com 2,88%, arredonda para 3%; o Reino Unido, com 3,46% do PIB mundial, arredonda para 3%; a França, com 3,39% do PIB mundial, arredonda para 3%; a Rússia, com 3,09% do PIB mundial, arredonda para 3%; a Itália, com 2,96% do PIB mundial arredonda para 3%.

Na verdade, o Brasil é a décima economia do mundo, com todos os seus defeitos e suas qualidades. O resto é simplesmente exercício tecnocrático e não é para ficarmos com ufanismo em torno dele.

Vamos, então, dar números muito concretos. O PIB mundial, segundo o próprio Bird, em 2005, foi de US\$55 trilhões. Veja bem, Sr. Presidente: se o Brasil tem 2,88% desse valor, estaríamos falando de US\$1,584 trilhão. Se fossem 3%, não teríamos US\$1,584 trilhão, e sim US\$1,650 trilhão, o que implicaria em uma diferença de US\$66 bilhões a mais.

O que se faz com US\$66 bilhões, se se quiser falar em casa popular, se se quiser falar em políticas compensatórias para os mais pobres, se se quiser falar em assistência à saúde, se se quiser falar em investimento na educação?

Então, esse Brasil não tem esses US\$66 bilhões.

Agora, vamos pegar o Reino Unido, que detém 3,46% desses tais US\$55 trilhões que o mundo produziu

em 2005. Ora, seu PIB é, então, US\$1,903 trilhão, enquanto o do Brasil é US\$1,584 trilhão. É bem diferente. E não estou levando em conta o fato de que eles têm uma população menor que a nossa e que a renda lá é melhor distribuída. Não estou levando em conta isso. Vamos para os números absolutos. Eles produziram, em 2005, US\$1,903 trilhão, e nós, US\$1,584 trilhão.

Estamos numa Casa de políticos que disputam eleições. Imagine considerar que, em votos, 1.903 significa a mesma coisa que 1.584. Claro que o vencedor é o que teve 1.903. É uma linguagem bem terra-a-terra para todos nós passarmos para os nossos telespectadores e ouvintes essa verdade tão simples, tão compreensiva por qualquer pessoa.

Para que o Brasil realmente estivesse em pé de igualdade com esse país, ele teria de ter produzido US\$319 bilhões a mais, ou seja, ele teria de ter produzido 20% a mais de PIB naquele ano. E sabemos qual foi o crescimento brasileiro naquele ano.

Então, muito bem, se formos para o PIB *per capita*, vamos perceber que o Brasil está abaixo da média da América Latina e abaixo da média mundial. Essa é a verdade que não nos agrada tanto.

Peço que seja transcrita nos Anais a excelente matéria da **Folha de S. Paulo**: “Brasil é o único dos BRICs que não avança em lista de PIB. País foi a 10ª maior economia em 2005, em dois métodos usados pelo Banco Mundial”. E adianta a matéria da *Folha de S. Paulo*, na sessão Dinheiro: “China ganhou três posições com cálculo em paridade do poder de compra e se tornou a 2ª maior economia mundial, superada apenas pelos EUA”.

E tudo isso que tentei dizer aqui vai muito bem explicado pelo texto da **Folha de S. Paulo**. Peço, portanto, que faça parte integrante deste pronunciamento, Sr. Presidente.

Mas gostaria ainda, Sr. Presidente, já que V. Exª fez essa citação sobre a CPMF, de dizer que o terrorismo caiu por terra, não tem cabimento. E quero até louvar o Presidente da República por não estar entrando nesse discurso, que depreciaria a majestade do cargo. Se está disposto a negociar conosco a reforma tributária, estamos às ordens. Mas não digam que votamos contra a saúde, não digam que votamos contra o povo, porque votamos a favor do povo, votamos a favor da desoneração tributária da economia, votamos a favor do combate à inflação, porque quem ameaça a inflação são os alimentos e desonerando-os de CPMF poderemos ter alimentos mais baratos e, portanto, estaremos impedindo aumento de taxa de juros, essa é que é a verdade, nós colaboramos para redução dos custos de intermediação financeira. E vou dar alguns dados.

Eu calculava que o tributo seria de R\$42 bilhões – arrecadaria isso a CPMF no ano de 2008. Se multiplicarmos isso por 35, que é a carga tributária brasileira, vamos ter quase R\$15 bilhões, que, com a não-tributação da CPMF, retornarão para os cofres públicos – e V. Exª disse muito bem – pelo bom uso que a dona de casa fará. Ou seja, os demais impostos que vigem no Brasil arrecadarão R\$15 bilhões, ou seja, deixam de entrar R\$42 bilhões na mão do Governo, não sei para que fins, não sei com que critério de uso, mas vão para a mão do particular, para a mão do cidadão, da cidadã. Eles, então, pagam de impostos R\$15 bilhões, porque não estão sendo tributados em R\$42 bilhões.

Muito bem, vamos dizer mais coisas.

Acabando a CPMF como ônus na rolagem da dívida brasileira, no pagamento dos títulos públicos brasileiros, isso significará, no fim do ano, uma economia em torno de R\$10 bilhões. E estou falando de R\$25 milhões. Se formos ver o próprio crescimento econômico deste ano, que transmite uma inércia para o ano que vem... Ano que vem, o economista Armínio Fraga prevê, de maneira muito dura, contra outros prognósticos – ele é um homem extremamente capaz –, que o Brasil poderá, se houver recessão americana – e ele atribui 50% de possibilidade de haver recessão nos Estados Unidos –, crescer pouco, crescer 3%. Eu imaginava que o Brasil poderia crescer alguma coisa entre 4%, 4,5% no ano que vem; este ano, cresce acima de 5%, quem sabe 5,5%. Mas, no ano que vem, não cresce de jeito algum menos que 3%, até pela inércia. Pelo que se fez este ano, fica de braços cruzados que o País já vai crescer mais ou menos esses 3% a que se refere o Armínio Fraga.

Então, temos a previsão de excesso de arrecadação. E o excesso de arrecadação reduz a necessidade efetiva de cortes, poupando programas sociais, poupando os investimentos contidos no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e cortando no custeio, e naquele custeio de baixa qualidade, quem sabe R\$7 bilhões a R\$8 bilhões. Ou seja, o Governo está diante de um desafio. Prometeu a nós outros ontem que não fará pacote, não aumentará a carga tributária. Então terá de cortar gastos. Vai cortar gastos deixando de contratar os tais 60 mil que contrataria no ano que vem. Contrata tanta gente que, no final, não pode pagar direito a quem já era funcionário público federal e incorpora pessoas que passam a ter direitos e que daí para frente são despesas fixas que ninguém pode delas recuar.

Se quiser ter coragem, corte pela metade os ministérios que aí estão.

Se quiser ter mais coragem ainda, prestigie os funcionários das autarquias brasileiras, das repartições

públicas brasileiras, dando-lhes a chefia dessas entidades, e corte, à razão de 70%, os cargos em confiança, atribuindo uma função gratificada, uma gratificação por exercício de função de confiança a funcionários da própria carreira. Vejam a economia que se faz, quando há tantas dezenas de milhares de cargos que têm sido aparelhados neste País!

O Governo se comprometeu a discutir conosco os cortes, e queremos participar desse debate, sim. Foi esse o preço que cobramos para aprovar, ontem, a Desvinculação de Receitas da União (DRU). E sei que o Governo vai cumprir sua palavra, ou teria uma relação muito atritada durante três anos inteiros com as oposições, que já mostraram sua força e seu peso aqui, no Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, entendo que votamos com correção. Parecia o fim do mundo, mas provamos que não havia fim do mundo nenhum. O que há agora é o Governo obrigado a gastar menos, a ser menos perdulário, a ser mais concreto, a ser mais correto, a ser mais justo.

Sr. Presidente, ao encerrar, eu gostaria de desejar à minha equipe, seja da Liderança do PSDB, seja do meu gabinete pessoal, do meu gabinete de apoio, um ano novo de muito trabalho profícuo pelo País e de muitas realizações pessoais e um Natal de muita paz familiar! Digo-lhes que o que rendo no meu mandato não é senão o fruto do esforço deles. Dedicam-se a amparar este mandato com dados, com dedicação, cada um tocando seu instrumento, mas todos formando uma equipe da qual me orgulho muito.

Desejo um feliz ano novo e bom Natal aos servidores do Senado de todos os escalões, a todos. Agradeço ao pessoal da Taquigrafia a paciência; aos seguranças, a vigilância – vou chegar a todos –; aos terceirizados, que limpam a Casa, para que esta funcione de maneira adequada sob o ponto de vista físico; aos funcionários mais graduados e aos menos graduados. Eu gostaria de agradecer muito a todos os jornalistas, que cobrem nossas atividades e denunciam mazelas e que também reconhecem os méritos e os acertos, quando méritos e acertos são praticados.

Eu gostaria de endereçar um abraço muito afetuoso a todos os Senadores do meu Partido, das oposições, da base situacionista, a todos os Deputados e Deputadas, aos Senadores e às Senadoras.

Desejo um Natal de paz pessoal, de felicidade e de saúde ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Vice-Presidente da República, aos Ministros, aos Governadores, aos Prefeitos, a quem dirige este País, enfim, aos Vereadores e aos Deputados Estaduais de todos os quadrantes brasileiros, ao mesmo tempo em que me dirijo, de maneira muito forte, aos cidadãos do meu País, dizendo que, se em algum momento, o

Senado andou – e andou – com sua credibilidade em baixa em função de oito meses de crise tão dura por que passamos, a impressão que me passa é que não é ignorada pelo povo brasileiro a reviravolta que fizemos com a afirmação perante o Poder, com a demonstração de que, no nosso País, o Parlamento sabe dizer “não” e não se nega a dizer o “sim” correto.

Ontem, dissemos o “sim” correto, depois de uma negociação justa e legítima, porque não havia cargo, não havia vantagem pessoal, não havia troca-troca com coisa alguma. Nós, ontem, exigimos pontos que são bons para o País e dissemos o “sim”. Tínhamos de dizer “não” no episódio da CPMF e dissemos o “não”, a despeito de quaisquer pressões. É muito bom que haja pressão na democracia, é muito bom que haja gente com caráter para resistir às pressões.

Quero agradecer aos brasileiros a confiança e quero dizer a eles que o que desejo para nós todos é que 2008 seja também um ano de afirmação absoluta da soberania do Congresso Nacional.

Dirijo-me, muito especificamente, ao povo amazonense, da capital e do interior do Estado, relatando que, junto com meus colegas de bancada, de Senadores e de Deputados Federais, aqui procurei ser vigilante em relação aos interesses do Pólo Industrial de Manaus; em relação à luta em defesa da nossa floresta, que tem de continuar de pé, em nome da biodiversidade, que haverá de dar muita riqueza aos amazônidas e aos brasileiros, com a exploração correta e justa, e em defesa do desenvolvimento do meu Estado, pelo turismo e pelo ecoturismo. Lutei por recursos para a região. Não me nego a conversar com adversários todas as vezes em que conversar com adversários é bom para meu Estado. Procurei cumprir com meu dever.

Como Parlamentar brasileiro, procurei representar, como Líder do PSDB, uma voz de oposição sensata; nem a oposição que já vimos no passado, do tipo “não” a todo preço e a qualquer custo; nem a falsa oposição, que, em vez de se opor, verga-se; jamais a oposição “bengala”, mas, sim, a oposição que precisa mostrar a altivez de dizer “não” quando necessário e o discernimento de dizer “sim”, quando esse “sim” não é para o Governo, mas para o País.

Eu gostaria de dizer que tenho muito orgulho de representar meu Estado e de, portanto, representando meu Estado, fazer sempre o que é melhor pelo meu povo e pelo povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Theca Corretora. A hora de fazer
Minicontratos BM&F é agora!

São Paulo, quarta-feira, 19 de dezembro de 2007

FOLHA DE S. PAULO **dinheiro**[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Brasil é o único dos Brics que não avança em lista de PIB

**País foi a 10º maior economia em 2005 em dois métodos
usados pelo Banco Mundial**

**China ganhou três posições com cálculo em paridade do
poder de compra e se tornou 2ª maior economia mundial,
superada apenas pelos EUA**

DA REDAÇÃO

O Brasil foi o único dos Brics (bloco que também conta com Rússia, Índia e China) que não ganhou posição no ranking das maiores economias em 2005 usando o PPP (Paridade do Poder de Compra, na sigla em inglês) em relação ao levantamento tradicional, de acordo com dados apresentados pelo Bird (Banco Mundial).

O Brasil é a 10ª maior economia mundial tanto por PPP como pelo método tradicional. No primeiro caso, o PIB (Produto Interno Bruto) foi de US\$ 1,585 trilhão e representou 2,88% das riquezas produzidas no mundo em 2005. No segundo, o PIB foi de US\$ 883 bilhões, o equivalente a 1,99% do total mundial. Nas duas metodologias, o Brasil representou aproximadamente metade da economia da América do Sul.

Apesar do aumento da fatia brasileira no PIB mundial, o país continuou na mesma posição no ranking devido ao avanço de Rússia e Índia, seus colegas nos Brics. Há dois anos, pelo cálculo usual, a economia indiana era a 12ª maior, e a russa, a 13ª. Com a avaliação em PPP, a Índia se tornou a 5ª maior, três posições acima da Rússia.

A China, a outra integrante do bloco, ganhou três postos na comparação entre os dois métodos e se tornou a segunda maior economia do mundo, perdendo apenas dos EUA. Pela metodologia tradicional, a economia asiática representou 5,06% do PIB mundial; em PPP, 9,7%.

Os Brics e o México -as cinco maiores economias entre os países emergentes- ganharam representatividade no cálculo em PPP, somando pouco mais de 22% do PIB mundial. Pelo método usual, a economia desses cinco países equivaleram a 12% da riqueza mundial.

Bt, CO-12

07

folha 1
página 1

MR

integro-

O Brasil

A maior parte desse ganho veio do G7 (EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá), que caiu de 54% para 46%.

Normalmente, o cálculo de PIB usado por organismos internacionais, como o Bird e o FMI, é a conversão em dólar da soma das riquezas de um país em um ano. No PPP, é considerado o poder de compra das moedas dentro dos respectivos países, sem a influência de movimentos transitórios de taxas cambiais. A metodologia permite comparações entre os tamanhos dos mercados, a estrutura das economias e o que é possível adquirir com a moeda. Segundo o FMI, o Brasil foi a 10ª maior economia em 2006, com PIB de US\$ 1,067 trilhão. Para o FMI, o país deve ficar no mesmo posto neste ano e será superado pela Rússia em 2008.

Texto Anterior: [CSN anuncia investimentos de R\\$ 9,5 bi em Minas Gerais](#)

Próximo Texto: [Brasil estuda retaliar os EUA em direitos autorais](#)
[Índice](#)

O tamanho do Brasil: país está em 10º lugar no ranking do PIB, não em 6º. E caiu uma posição

De acordo com o Bird, levando-se em conta a paridade do poder de compra, o chamado PPP, o Brasil responde por metade da economia da América do Sul, com o equivalente a 3% do Produto Interno Bruto. Estaríamos no mesmo patamar de Reino Unido, França, Rússia e Itália.

O Banco Mundial resolveu empregar um **critério de arredondamento** — mesmo para a medição do PIB PPP, que é **mais generoso com os países emergentes** — que se usava antigamente nas escolas quando as notas eram dadas por números. Tudo o que estiver abaixo de meio ponto, eles arredondam para baixo; o que estiver acima, para cima. Assim, vejam só: segundo esse critério, o Brasil detém 2,88% do PIB mundial. Puxaram o número para cima: ficamos com 3%. O Reino Unido detém 3,46%: puxaram para baixo: ficou com 3% também.

A tabela do Banco Mundial mostra os países agrupados por regiões. O PIB PPP é a terceira coluna. Vejam lá: Brasil: 2,88%; Reino Unido: 3,46%; França: 3,39%; Rússia: 3,09%; Itália: 2,96%. **DE FATO, O BRASIL ESTÁ EM 10º LUGAR.** Mas isso não é tudo: caiu uma posição.

Vejam só: em 2005, o PIB mundial, diz o Bird, foi de US\$ 55 trilhões. Se o Brasil tem 2,88% desse valor, estamos falando de US\$ 1,584 trilhão. Se fosse 3%, US\$ 1,65 trilhão, o que implicaria produzir US\$ 66 bilhões a mais. Se o Reino Unido detém 3,46 dos US\$ 55 trilhões, seu PIB PPP é de US\$ 1,903 trilhão. Para que o Brasil realmente estivesse em pé de igualdade com este país, teria de produzir US\$ 319 bilhões a mais, um crescimento no PIB de imodestíssimos 20%. Ademais, quando se trata de verificar o **PIB per capita**, saibam que o **Brasil está abaixo da média da América Latina** e da média mundial.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Arthur Virgílio, ontem, fizemos nossa confraternização na casa do novo Presidente, e eu e Adalgisa tivemos o privilégio de passar momentos agradáveis com V. Ex^a e com sua família.

V. Ex^a recordava o amor ao seu pai e recordava inspirações do seu pai. Mas lhe quero dizer, diante da atuação de V. Ex^a, que me lembro de Leonardo da Vinci, o líder maior do Renascimento, que disse: “Mau discípulo é o que não suplanta o mestre”. V. Ex^a revivia o ensinamento do senhor seu pai, pensava até em escrever um livro, o que seria muito importante para a juventude que não teve um pai com tanta clarividência. Leonardo da Vinci estava certo: “Mau discípulo é o que não suplanta o mestre”. V. Ex^a é bom discípulo, e, para orgulho do próprio pai, suplantou-o neste Parlamento. V. Ex^a é árvore boa e dá bons frutos.

Neste momento, em que terminamos esta sessão, quero lembrar o Natal, que é de Cristo. Bastaria, Senador Augusto Botelho, observarmos que Deus colocou Cristo numa família, mostrando que a família é o fundamento de tudo, unida por meio do amor que Ele mesmo pregou.

Vamos viver sabendo que a vida Dele não foi só de palavras. Ele falou bonito. O Pai Nosso é um discurso de Cristo; são 56 palavras que nos transportam desta terra ao céu. E há o Sermão da Montanha. Mas Ele é seguido, porque realizou obras. Esse é o grande exemplo. Ele fez cego ver, fez aleijado andar, fez surdo ouvir, fez mudo falar, limpou o corpo dos leprosos.

É a isto que quero chegar: a grandeza do Senado se deve a todos que aqui trabalham, a todos os servidores. Quero simbolizar isso com a presteza do trabalho do Zezinho, dos nossos assessores, da Consultoria de alto gabarito, que buscou, por meio do estudo, o saber que nos orienta.

Vamos entrar no ano novo, Arthur Virgílio, não como quem dá um salto no escuro, no desconhecido, mas com a crença que Cristo nos ensinou, com a crença em Deus, com a crença no amor, com a crença no estudo e no trabalho, e vamos rumo à ordem e ao progresso do nosso País!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Alvaro Dias e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Inércia

estatística”, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 29 de novembro de 2007.

O editorial afirma que indicadores como o IDH avançam no ritmo ditado por décadas, e não pelos governos; e que falta cuidar é do saneamento básico.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria também de fazer o registro do editorial intitulado “Um plano B previsível”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 2 de dezembro do corrente.

O editorial destaca que diante das ameaças, agora muito mais visível, de uma derrota no Senado, o governo federal se dispôs a abandonar a arrogância e começou a pensar em como poderá viver sem os R\$40 bilhões da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF).

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Vou ter de me concentrar na busca de recursos”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 03 de dezembro de 2007.

A matéria destaca que a governadora do Rio Grande do Sul, a tucana Yeda Crusius, terá de buscar o equilíbrio de contas pelo controle de gastos, gestão administrativa e aumento de receitas.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “O ‘não’ ao terceiro mandato”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 04 de dezembro de 2007.

A matéria destaca que um levantamento do Datafolha indica que quase dois terços dos brasileiros são contrários a que os presidentes da República, em geral, tenham o direito de disputar um terceiro mandato consecutivo, 65 por cento do total.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Sem ajuda, RS chega ao fundo do poço”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 03 de dezembro de 2007.

A matéria destaca que o déficit orçamentário do Rio Grande do Sul é histórico, não pode ser financiado e que essa situação prejudica investimento e contratações.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para concluir gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Economista vê expansão dos gastos públicos”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 09 de dezembro do corrente.

A matéria destaca que o economista Samuel Pessoa, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio,

acha que houve uma mudança de rumos na política de despesa pública do governo Lula desde 2006.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.


Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Inércia estatística

Indicadores como o IDH avançam no ritmo ditado por décadas, e não pelos governos; falta cuidar do saneamento básico

 ESTATÍSTICA surgiu associada com os negócios de Estado, como sugere sua raiz etimológica, no século 18. Foi no 20, porém, que ela se tornou ferramenta indispensável para revelar tendências profundas da organização social, que não se perturbam com oscilações conjunturais. Tal é a razão de indicadores como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano): o que importa é a série histórica, e não o último dado.

Basta essa reflexão para desqualificar muito da festividade em torno da notícia de que o Brasil entrou para o grupo dos países com IDH alto, ao alcançar a marca de 0,800 em 2005 (o ponto máximo da escala é 1). A nação que mais se aproximou disso foi a Islândia, com 0,968. Há outros 68 países entre Islândia e Brasil, último entre os melhores (por ter cravado a “nota de corte” do primeiro pelotão). Sete deles são da América Latina. O pior dos piores, na 177ª posição, é Serra Leoa, com um IDH de 0,336.

Outra razão para não comemorar o que não deve ser comemorado, no Brasil, está no avanço de meros 11 milésimos em cinco anos (em 2000, o escore nacional havia sido 0,789). Como mostrou o repórter Antônio Gois nesta **Folha**, é o mais baixo progresso quinquenal do país (1,4%) desde 1975, quando o IDH brasileiro andava em 0,649. De 1995 a 2000, a progressão fora de 4,8%.

Comparações ano a ano são injustificadas, diz o Programa da ONU para o Desenvolvimento (Pnud), autor do relatório do IDH. Variações no índice ou mudanças de classificação nesse horizonte temporal podem resultar de modificações na metodologia, e não de fenômenos reais.

Foi o caso da alta na expectativa de vida no Brasil, que para o IDH avançou de 70,8 a 71,7 anos. Em verdade, houve uma revisão de critérios entre 2004 e 2005. O acréscimo real, diante disso, seria de apenas 0,2 ano — e não de 0,9 —, indicando melhora mais modesta na saúde.

Os componentes que mais ajudaram o Brasil no IDH foram o PIB per capita pelo critério de paridade de poder de compra (que passou de US\$ 8.195 a US\$ 8.402) e a taxa de matrícula no ensino fundamental, médio e superior (de 85,7% a 87,5%). Nestes dois casos, a estatística mascara as questões principais.

O PIB per capita nada diz sobre a ainda péssima distribuição de renda no país. A taxa de matrícula oculta o grave problema da qualidade. Com algum otimismo, ao menos se pode dizer que ambas as questões se tornaram objeto de políticas públicas mais focalizadas, como os de renda mínima e o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação).

Pior é a situação do saneamento básico, crucial para a saúde pública. Outro relatório, da Fundação Getúlio Vargas, indica que a cobertura da rede de esgoto progrediu mísero 1,59% ao ano de 1992 a 2006. O governo Lula, que tanta atenção dá a diminutas variações estatísticas, tem aí uma boa oportunidade para realizar algo que, de fato, seria inédito na história deste país.

Um Plano B previsível e ruim

Diante da ameaça, agora muito mais visível, de uma derrota no Senado, o governo federal se dispôs a abandonar a arrogância e começou a pensar em como poderá viver sem os R\$ 40 bilhões da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A derrota poderá ou não ocorrer e isso dependerá, em boa parte, de quantas concessões e barganhas o Palácio do Planalto possa fazer nos próximos dias – além das que já fez – para conseguir os votos de mais alguns zelosos parlamentares. Mas o susto pode ser instrutivo, se o presidente da República e seus auxiliares forem capazes de examinar o problema com seriedade. Até agora, no entanto, o resultado do susto não é nada animador e tampouco surpreendente.

O Plano B inclui, para começar, a redução da meta do superávit primário, isto é, do dinheiro poupado para o pagamento de juros. Haveria um corte entre R\$ 12 bilhões e R\$ 14 bilhões nesse montante, de acordo com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Se isso ocorrer, o peso da dívida pública diminuirá mais lentamente e isso será um mau sinal para

quem avalia o crédito do governo, mas uma parte dos companheiros aplaudirá a decisão.

O corte poderá ser menor, naturalmente, se o governo executar o Projeto Piloto de Investimento (PPI) com a competência demonstrada até agora. Nesse caso, sobrará dinheiro, porque a administração federal terá sido incapaz de planejar e realizar obras com a velocidade necessária. Se o superávit primário ultrapassar a meta, ocasionalmente, não é por excesso de virtude financeira, mas por inépcia na execução de planos.

O governo tentará, ainda segundo o ministro do Planejamento, preservar tanto os gastos do PPI quanto os do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), também atrasados neste ano. Admita-se, apenas para raciocinar, o pleno cumprimento desses itens em 2008.

Para cumprir esses planos e manter os programas sociais, como o Bolsa-Família, não será suficiente o governo podar o superávit primário. Será preciso cortar algumas despesas e renunciar a algumas novas idéias.

Será necessário abandonar ou adiar aumen-

tos salariais do funcionalismo do Poder Executivo – 350 mil servidores – e de professores das universidades federais. Também poderá ser abandonada, nesse caso, a proposta de benefícios fiscais para o setor produtivo, com redução da cobrança das contribuições PIS-Cofins e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esses benefícios foram concebidos como integrantes da "nova" política industrial preparada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A suspensão de reajustes salariais pode não ser má idéia, especialmente depois das bondades praticadas no ano passado durante a campanha da reeleição. A folha de salários do governo federal já foi muito inflada nos últimos anos. Novos au-

mentos salariais apenas consumirão mais dinheiro, ano a ano, sem vantagem para a sociedade, enquanto o governo não cuidar seriamente de uma reformulação dos padrões da administração pública. Maiores gastos com o funcionalismo não têm resultado em benefícios para a população. Os serviços continuam muito ruins e a administração federal conti-



nua a dar um espetáculo diário de improdutividade e inépcia, enriquecido, nos últimos anos, pelo aparelhamento do setor público.

De resto, falar em "nova política industrial" é mera retórica, pois nenhuma política desse tipo foi realmente criada no primeiro mandato. Além do mais, uma estratégia de desenvolvimento industrial tem de incluir muito mais que algumas desonerações fiscais. A desoneração efetiva só pode ocorrer como consequência de uma séria reforma tributária. Mas também não se mandará um projeto de reforma ao Congresso enquanto não se resolver a questão da CPMF. De qualquer forma, o projeto já elaborado é menos ambicioso do que a idéia original e ninguém sabe quanto ainda poderá ser desfigurado quando estiver no Parlamento.

Enfim, o governo deverá recorrer a novos aumentos de impostos, se a CPMF acabar. Também isso era previsível. Surpreendente, mesmo, seria o governo planejar uma contenção seletiva de gastos, com redução de desperdícios, eliminação de cargos desnecessários e elevação da produtividade do setor público federal. Mas produtividade, para os companheiros, é uma noção neoliberal e reacionária. Bom mesmo é gastar e dar emprego aos amigos.

Vou ter de me concentrar na busca de recursos'

Governadora diz que equilíbrio de contas será por controle de gastos, gestão administrativa e aumento de receitas

A governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), foi eleita em outubro do ano passado com o discurso do ajuste fiscal. Antes mesmo de assumir, pediu que o então governador, Germano Rigotto (PMDB), apresentasse um projeto de aumento de alíquotas do ICMS à Assembleia Legislativa. O projeto foi rejeitado. Neste ano, ele voltou à Assembleia com o nome de Plano de Recuperação do Estado, mas naufragou de novo. Nesta entrevista ao **Estado**, Yeda diz que a disciplina fiscal é da cultura tucana e o equilíbrio de contas será feito em três anos:

Qual é causa da crise das finanças

públicas do Rio Grande do Sul?

Para se inserir no mundo globalizado, nos anos 90, o Estado criou enorme campo de incentivos fiscais. Temos R\$ 21 bilhões de orçamento e R\$ 6,5 bilhões de isenções. Como a Lei Kandir não retorna (*as despesas do ICMS*), tem uma parte da riqueza gerada no Rio Grande do Sul que não paga imposto. Não somos um Estado perdulário, mas, para ajudar o Brasil a fazer dólares e euros, temos a realidade de um déficit muito grande.

Mas o Estado nunca foi perdulário?

O tamanho do governo do Rio Grande do Sul não é grande e não se envidada há nove anos. Mas há problemas estruturais que nunca foram enfrentados. Perdulários os governos não foram, mas adiaram a solução.

A senhora confirma que o Estado não dará aumento aos servidores,

perder empregos, trabalho e renda.

Os governos anteriores ao seu evitaram resolver o problema estrutural para não pagar o custo político?

Isso é uma questão cultural. Quem acabou com a inflação? A cultura tucana, que aceita a disciplina fiscal, compra as brigas de fazer cortes e de mudar as estruturas estatais. E agora o povo do Rio Grande do Sul elegeu o enfrentamento da estrutura das finanças públicas que vinha fazendo o Estado retroceder em relação aos outros.

Como a senhora vai viver em 2008?

Do mesmo jeito que vivi em 2007. Fazendo gestão nas coisas do governo, dos serviços que ele produz, fazendo melhor com menos ~~dinheiro~~. **ro. • E.O.**

nem fará investimentos nos próximos anos?

A venda de R\$ 2,08 bilhões de ações do Banrisul sem direito a voto mostra que o Estado conquistou a confiança dos investidores. Vou dedicar mais energia às PPPs. Não posso dar aumentos. E vou ter de me concentrar na busca de recursos para fazer algum investimento para o Estado não

O 'não' ao terceiro mandato

Pesquisas políticas, como dizem os candidatos quando elas lhes são desfavoráveis, “retratam um momento apenas”. Por isso, raramente uma sondagem tem importância para se transformar, ela própria, em um fato político. É o caso, no entanto, do levantamento do Datafolha segundo o qual praticamente 2/3 dos brasileiros são contrários a que os presidentes da República, em geral, tenham o direito de disputar um terceiro mandato consecutivo (65% do total), ou que o presidente Lula o tenha (63%). Apenas 31% aprovariam uma mudança nas regras do jogo na expectativa de tê-lo no Planalto, sem interrupção, até 2014.

A manifestação absolutamente cristalina da população – a margem de erro da pesquisa é de 2% – dá razão aos analistas políticos que em declarações à imprensa duvidavam da viabilidade de eventuais armações continuístas, quanto mais não fosse porque a sociedade brasileira, no seu entender, tinha amadurecido o suficiente para rejeitar “golpismos constitucionais” do gênero. Tanto assim que, descontado o solitário resultado de Pernambuco, Estado natal de Lula, onde a sua re-reeleição tem o apoio de 51%, o veto taxativo à hipótese coexiste tranquilamente com a constância da popularidade do presidente no patamar de 50%, desde agosto do ano passado, conforme a série histórica do mesmo instituto.

Mesmo entre os entrevistados que se dizem eleitores do PT, cerca da metade (47%) não quer Lula lá por mais quatro anos em 2010. É de parar

para pensar. Se apenas uma minoria dos brasileiros acompanha os vagares da política – o que dispensa comprovação estatística, tamanha a evidência dessa realidade –, isso de modo algum significa que o povo tenha a sensibilidade política embotada. Ela está acesa em relação ao que interessa basicamente para o sistema democrático. Por exemplo, como assinalou o deputado Chico Alencar, líder do PSOL na Câmara, enraizou-se na cultura política nacional a percepção de que “não é bom uma pessoa ficar muito tempo no poder”. Ainda que se trate do Lula do

ceiro mandato.”

A sabedoria do povo brasileiro, cujo veredicto foi conhecido pelos petistas no mesmo dia do primeiro turno da eleição interna, que deve manter no comando partidário o deputado Ricardo Berzoini, desencadeou o mais sonoro coro de *não* à re-reeleição que já se ouviu entre os companheiros. Os opositores de primeira hora à possibilidade elevaram o tom de suas objeções; os demais, ou encenaram seu repúdio ou culpavam a oposição por estar o assunto em pauta. De outra parte, o golpe provavelmente terminal infligido ao continuísmo, coincidindo também com a surpreendente derrota de Hugo Chávez, acelera o motor da sucessão de Lula.

“Ninguém está hoje com a cabeça em 2010, só os candidatos”, desdenhou ele do resultado, na mesma sondagem, que não apenas confirma o favoritismo potencial do governador tucano José Serra (37%), mas também a travessia do deserto que aguarda as aspirações petistas – no menos ruim dos cenários, a ex-prefeita Marta Suplicy ficou com 9% das intenções de voto. O eleitor, de fato, está com a cabeça em qualquer lugar menos em 2010. Lula, no entanto, está com a cabeça a mil para encontrar um nome a quem transferir o que puder do seu patrimônio eleitoral. No momento parece empenhado em construir a candidatura Dilma Rousseff. Ele não perde oportunidade de dar à ministra vez e voz em público – mas o desfecho da operação é incerto.

Pesquisa mostra que a maioria não apóia mudanças na Constituição

Bolsa-Família e dos aumentos reais do salário mínimo.

A pesquisa – daí também a sua relevância objetiva – ensinou uma afirmação do presidente, daquelas de que é impossível retroceder. “Eu acho que é sabedoria do povo brasileiro”, arrematou, em seguida a uma tirada brilhante, embora um nonsense tomado ao pé da letra: se tivesse sido entrevistado, enfatizou, “não seriam 63%, seriam 64%” os desfavoráveis à sua permanência no Planalto além do tempo regulamentar. A cavaleiro da situação, dados os seus reiterados pronunciamentos a respeito, aproveitou para fustigar o antecessor: “Eu sou o primeiro a dizer que é um absurdo você tentar mudar a Constituição – como já foi mudada para ter o segundo mandato – para o ter-

Sem ajuda, RS chega ao fundo do poço

Déficit orçamentário é histórico, mas não pode ser financiado; situação prejudica investimentos e contratações

Elder Ogliari
PORTO ALEGRE

Depois de décadas de socorro prestado por empréstimos, efeitos da inflação, privatizações, saques do caixa único, depósitos judiciais e aumentos temporários do ICMS, o caixa do Rio Grande do Sul está raspado. O Executivo não pode mais sonhar com ajuda externa.

O déficit orçamentário persiste pelo menos desde os anos 70, mas ficou escancarado agora, quando não pode mais ser financiado e começa a asfixiar os já raros investimentos, os aumentos salariais, as contratações e a política de incentivos fiscais.

Natentativa de ganhar um fôlego que lhe permitisse investir sucessivamente de 2,5% a 10% do orçamento em quatro anos, a governadora Yeda Crusius

(PSDB) recorreu a uma fórmula tradicional e teve dois projetos de reajuste de alíquotas rejeitados, em dezembro do ano passado e em 14 de novembro deste ano, algo que antecederia res como Alceu Collares (PDT), Antônio Britto (PMDB) e Germano Rigotto (PMDB) conseguiram em 1993, 1998 e em 2005. Agora ela diz que resolverá o problema só com corte de despesas e aumento de receita, mas prevê pelo menos mais três anos de dificuldades.

Nos dias atuais o governo gaúcho está engessado. Os gastos com a folha de pagamento consomem cerca de 70% da Receita Corrente Líquida. A amortização da dívida com a União leva mais 18%. Os 12% restantes são rateados entre custeio, educação e saúde e outras despesas, mas faltam recursos para todas as rubricas.

Ex-governadores cobram União

... Cinco dos sete ex-governadores do Rio Grande do Sul vivos culpam a falta de compensação pelas desonerações da Lei Kandir e a "sangria" de 18% da Receita Corrente Líquida, correspondente a R\$ 1,75 bilhão no ano passado, para o pagamento da dívida com a União como os principais culpados pelo déficit orçamentário do Estado.

Em maior ou menor grau, todos propõem pressão para obter concessões de Brasília. "Se a Lei Kandir e a federalização da dívida não existissem, não teríamos déficit", diz Germano Rigotto, que votou a favor das duas como deputado. Ainda entende que são benéficas, mas propõe que seus efeitos sejam atenuados.

O petista Olívio Dutra (PT) também propõe que o Estado lute para mudar a Lei Kandir, se empecilhe pela reforma tributária e renegocie a dívida com a União. • E.O.

Em meio aos números, não há governo nem economista que não aponte o problema previdenciário como o responsável pela maior sangria. Os aposentados e pensionistas ficam com uma fatia de 52,7% das despesas com pessoal, que chegaram a R\$ 8,7 bilhões no ano passado. O percentual cresce ano a ano e não vai parar, pelo menos neste governo, quando 15% dos 173,3 mil servidores ativos estarão em condições de se aposentar.

"O Estado montou uma grande rede de serviços antes de outros e precisou de gente para isso", diz o secretário da Fazenda, Aod Cunha. "Combinado isso com um sistema de aposentadoria e a expectativa de vida (74,8 anos no Estado e 72,4 anos no País), temos a razão de tanto gasto com pessoal e inativos." Diante da perspectiva de falta de investimentos, de reajustes e de contratações, o presidente da Federação dos Servidores do Estado (Fessergs), Sérgio Arnoud, propõe que as forças políticas, especialmente a base de Yeda, que se fragmentou na votação das novas alíquotas, voltem a conversar. "O Estado não pode ficar sem serviços públicos", ressalta.

HISTÓRIA DE CRISE

O ex-governador Jair Soares (PP), que comandou o Estado

de 1983 a 1986, já encontrou referências à crise financeira pública em jornais de 1908. E diz que na primeira metade do século passado o governo já tomava empréstimos para obras de infraestrutura. "Provavelmente lá atrás tiveram de dar respostas às exigências da sociedade", diz Germano Rigotto (PMDB), governador de 2003 a 2006.

O economista Marcelo Portugal admite que a universalização dos serviços causou algum custo previdenciário, mas refuta a tese de que a geração atual paga por investimentos do passado. "Se fosse assim a Inglaterra, a França e os Estados Unidos também estariam quebrados." Para o economista, os administradores foram "políticos" e não "estadistas", pela opção de atender demandas imediatas e não adequar o Estado à receita. •

Economista vê expansão dos gastos públicos

Para Pessoa, desde 2006 despesa não-financeira passou a aumentar mais depressa que carga tributária

O economista Samuel Pessoa, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio, acha que houve uma mudança de rumos na política de despesa pública do governo Lula desde 2006. Pessoa, que é assessor do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), escreveu no trabalho *Análise das Contas Fiscais no Governo Lula (2003-2007)* que “uma nova fase de expansão dos gastos públicos” teve início em 2006. “O aumento da despesa não-financeira passa a ocorrer em velocidade superior ao aumento da carga tributária e do PIB nominal”, observou. Segundo ele, isso significou a redução do superávit primário e o aumento do peso do setor público na economia.

Ele nota que o superávit primário do governo central entre janeiro e outubro, que saiu de 3,19% do PIB em 2002 para um pico de 3,66% em 2005, caiu para 3,26% em 2006 e 2,89% em 2007. Para Pessoa, “em 2006 e 2007 todos os itens do gasto não-financeiro do governo federal crescem como proporção do PIB, o que mostra que desde 2006 a política fiscal tem sido amplamente expansionista”.

No trabalho, ele chama atenção para algumas distorções específicas do gasto público no Brasil. Os gastos com seguro-desemprego, por exemplo, mantêm-se relativamente estáveis, fluindo em torno de R\$ 7,6 bilhões em termos reais, quando se consideram os períodos de janeiro a novembro de 2002, 2003 e 2004. Surpreendentemente, porém, de 2005 a 2007, quando em média a economia cresceu mais rápido e os indicadores do mercado de trabalho melhoraram, os gastos com seguro-desemprego começa-

ram a subir fortemente. No período de janeiro a novembro, eles atingiram, em termos reais, R\$ 8,79 bilhões em 2005, R\$ 9,79 bilhões em 2006 e R\$ 11,82 bilhões em 2007.

Em 2007, portanto, com a economia na sua fase mais aquecida em muito tempo, os gastos até novembro em seguro-desemprego são 54% maiores em termos reais do que os do ano de crise de 2003. O estudo nota ainda que o Bolsa-Família liderava o crescimento das transferências do governo federal até 2005, mas, a partir daí, o eselugar foi tomado pelo seguro-desemprego (que está na categoria “outros benefícios de natureza social”). O estudo prevê que “a expansão dos gastos sociais impulsionados pelos desembolsos do seguro-desemprego terá um impacto menor sobre a redução da pobreza do que a expansão do gasto social até 2005, que era focada na expansão do Bolsa-Família”.

Em nota enviada ao Estado, o Ministério do Planejamento diz estranhar que o autor do trabalho desconheça que “o aumento do seguro-desemprego é consequência da rotatividade da mão-de-obra em vista do crescimento do número de empregos formais na economia brasileira e da política de valorização do salário mínimo”. Pessoa afirma não desconhecer esses fatos, mas considera que “isso não é normal e vai contra o que se espera do bom funcionamento do seguro-desemprego, que deveria crescer em momentos de redução do emprego formal”.

FERNANDO DANTAS

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Professor relata censura na TV pública”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 12 de dezembro do corrente ano.

A matéria trata da censura que está sendo imposta a entrevistados da TV Brasil, a TV pública recentemente inaugurada pelo governo Lula. Segundo a matéria, uma entrevistadora da TV pediu a um entrevistado que moderasse seus ataques ao governo.

A matéria ainda destaca que o entrevistado, o professor de comunicação Felipe Pena, disse ter percebido na TVE, nos últimos dois meses, sinais de desagrado com críticas ao governo.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último gostaria de fazer o registro do editorial intitulado “A derro-

ta de Chávez”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 4 de dezembro do corrente ano.

O editorial trata da recente derrota do presidente da Venezuela em sua proposta de reforma constitucional. O texto mostra que “o coronel Hugo Chávez, que se considerava imbatível nas urnas, depois de ganhar uma dezena de eleições, foi derrotado. A maioria dos eleitores venezuelanos rejeitou a constituição, que colocaria nas mãos do presidente, incondicionalmente, todo o poder do Estado, além de acabar com a livre iniciativa e a propriedade privada”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o editorial acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Professor relata censura na TV pública

Segundo ele, apresentadora pediu que moderasse ataques ao governo em programa de debate

Carlos Marchi

Entrevistados da TV Brasil podem fazer críticas ao governo federal? No dia 6 de dezembro, num intervalo da gravação do programa *Espaço Público*, na antiga TVE, no Rio, a entrevistadora Lúcia Leme pediu ao professor de Comunicação Felipe Pena, um dos entrevistados, que moderasse seus ataques ao governo, porque senão ela pode-

ria ser demitida. Quando a gravação começou, Pena repetiu o que falara e deixou o estúdio. Na versão que foi ao ar, ele “desapareceu”; suas críticas foram suprimidas.

“Desafio que qualquer profissional da antiga TVE diga ter recebido qualquer recomendação de algum diretor da TV Brasil para evitar críticas ao governo”, disse ao Estado ontem a presidente da TV Brasil, jorna-

lista Teresa Cruvinel. Ela avaliou que o problema tenha sido causado pelo momento em que o episódio aconteceu, no último dia da TVE, véspera de sua transformação em TV Brasil. “A transição foi difícil, pode ter desencadeado insegurança nas pessoas”, justificou. Para ela, a cobrança de Lúcia Leme não se deve a orientações da TV Brasil: “Não a ouvi. Mas o que ela falou foi por conta dela.”

Requião é acusado de usar emissora

... O Ministério Público no Paraná entrou com ação contra o governador Roberto Requião (PMDB), a Rádio e Televisão Educativa estadual, a União e a Anatel. O objetivo, informou, é “impedir o uso indevido” da Rádio e TV Educativa por Requião para fazer “promoção

pessoal e ataques à imprensa, adversários e instituições públicas”. A ação propõe aplicar multa de R\$ 100 mil ao governador, no caso de descumprimento da ordem. O governo estadual não comentou a ação, informando ainda não ter sido notificado. • EVANDRO FADEL

Pena, eleitor de Lula entrevistado muitas vezes no *Espaço Público*, disse ter percebido na TVE, nos últimos dois meses, sinais de desagrado com críticas ao governo. “Eram esgares, interrupções indevidas”, explica. A professora Ângela Paiva, da PUC-RJ, que estava no programa, confirmou o episódio. Lúcia Leme não retornou sucessivos telefonemas feitos na tarde de ontem. •

A derrota de Chávez

Há pouco mais de quatro semanas, quando já faziam grandes manifestações nas ruas das principais cidades da Venezuela, a palavra de ordem dos estudantes era pedir o adiamento do referendo marcado para 2 de dezembro e, se não fossem atendidos pelas autoridades eleitorais, fazer a propaganda da abstenção. Argumentavam as lideranças estudantis que a grande maioria da população não conhecia, em detalhes, o texto da nova constituição, que o governo somente divulgava as medidas populistas introduzidas no texto – como a redução da jornada de trabalho – e que, conhecido o teor ditatorial da carta, o povo a rejeitaria.

Faltando cerca de 20 dias para o referendo, os estudantes se convenceram de que, se insistissem nessa tática eleitoral, o resultado seria o desastre. Nas últimas eleições parlamentares, os partidos de oposição não apresentaram candidatos, em sinal de protesto contra as arbitrariedades de Hugo Chávez, e o resultado foi uma Assembleia Nacional 100% chavista, que só não aprovou o projeto constitucional de Chávez por unanimidade porque os oito

deputados do Podemos declararam dissidência. Os estudantes não queriam repetir o erro.

Ao mesmo tempo que os estudantes tomavam a decisão de fazer a campanha pela participação maciça no referendo, votando “não” à constituição liberticida, o general da reserva Raúl Baduel, ex-ministro da Defesa, que havia rompido com Chávez por se opor à reforma constitucional, fazia campanha contra o que denunciava como uma tentativa de golpe contra a democracia.

No domingo, o coronel Hugo Chávez, que se considerava imbatível nas urnas, depois de ganhar uma dezena de eleições, foi derrotado. A maioria dos eleitores venezuelanos rejeitou a constituição que colocaria nas mãos do presidente, incondicionalmente, todo o poder do Estado, além de acabar com a livre iniciativa e a propriedade privada.

O general Raúl Baduel, com sua pregação diária, conseguiu unir algumas lideranças da oposição, até então dispersas e sem objetivos comuns, em torno do “não” à reforma de Chávez. As lideranças estudantis, por sua vez, re-

velaram uma surpreendente capacidade de mobilização. “Jovens que querem viver em liberdade, que querem ter trabalho e educação, votem”, conclamavam os líderes. E, juntos, conseguiram colocar o coronel Hugo Chávez na defensiva, transmitindo ao eleitorado chavista a ideia de que votar contra a constituição, não era votar contra Chávez – que continua tendo altos índices de popularidade – e muito menos destituir o da presidência, pois tem mandato até 2013.

Durante todo esse processo eleitoral, quase não se ouviram os nomes dos partidos tradicionais venezuelanos nem dos que se formaram depois que Chávez assumiu o poder, há nove anos. A reação ao autoritarismo de Chávez deveu-se a movimentos espontâneos e informais, fora dos quadros partidários. Mas ainda é grande a apatia dos eleitores venezuelanos. Na Venezuela, o índice de abstenção é normalmente alto. Nas eleições anteriores disputadas por Chávez, ele nunca conseguiu mais votos do que os de seus adversários somados aos eleitores que não compare-

ceram. Dizia-se que ganhava as eleições por causa da abstenção da maioria silenciosa. Pois no referendo de domingo, que Chávez perdeu, a abstenção foi a maior da década, chegando a 44,9% dos eleitores inscritos.

Hugo Chávez aceitou a derrota com aparente tranquilidade. Mas as forças que o derrotaram não podem se desmobilizar. A constituição rejeitada dava todos os poderes a Chávez. É preciso considerar, porém, que os poderes de que ele dispõe já são, na verdade, ditatoriais. Ele controla o Legislativo e o Judiciário, podendo destituir e nomear juízes à vontade. Dispõe, sem restrições, do Tesouro nacional, afim de incluir as receitas bilionárias do petróleo, que utiliza para financiar suas políticas assistenciais, dentro e fora do país.

Mas o mais importante é que Hugo Chávez ainda pode fazer uso, por mais oito meses, da famigerada Lei Habilitante – uma delegação de poderes que obteve da submissa Assembleia Nacional. O general Raúl Baduel adverte, com procedência, que ele pode tentar impor ao país, com medida infraconstitucional, as reformas ditatoriais que o eleitorado rejeitou. Certamente, Chávez não vai desistir do que não obteve no domingo.



O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Escassez de energia”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 13 de novembro de 2007.

A matéria destaca que antes de entrar na Opep e convencer os parceiros a vender petróleo mais barato aos países pobres, cumprindo a previsão do presidente Lula, promovido a xequê honorário por seu colega venezuelano, o Brasil terá de conseguir energia suficiente para mover a própria economia e sustentar um crescimento em torno de 5% ao ano.

Sr. Presidente, requiero que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “5 FORMAS DE ELIMINAR A CPMF..”, publicada pela revista *Veja* em sua edição de 14 de novembro de 2007.

A matéria destaca que fazer o governo caber no PIB, reduzir a alíquota dos impostos, estimular o mercado de capitais, taxar os bens de consumo e acabar

com a guerra fiscal, são medidas que permitem acabar com a CPMF sem afetar a receita do governo nem atrapalhar a eficiência da economia.

Sr. Presidente, requiero que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último, eu gostaria de fazer o registro da matéria intitulada, “CONEXÕES NA LINHA”, publicada pela revista *Isto É* em sua edição de 14 de novembro de 2007.

A matéria destaca que uma nova testemunha e investigação na Itália indicam que políticos e policiais brasileiros teriam recebido propinas no caso Brasil Telecom.

Sr. Presidente, requiero que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Escassez de energia

Antes de entrar na Opep e convencer os parceiros a vender petróleo mais barato aos países pobres, cumprindo previsão do presidente Lula, promovido a xequê honorário por seu colega venezuelano, o Brasil terá de conseguir energia suficiente para mover a própria economia e sustentar um crescimento em torno de 5% ao ano. Não será uma tarefa simples. O País dependerá do gás até 2010 para garantir a produção de eletricidade, segundo projeção do governo, mas o gás continuará escasso pelo menos até 2011, de acordo com o consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE). Na previsão mais otimista divulgada nos últimos dias, a oferta de gás poderá ultrapassar a demanda já em 2010, mas isso dependerá das chuvas e do ritmo de execução de projetos de hidrelétricas.

Mais escaldados e menos dispostos a confiar na sorte, executivos da indústria preferem pensar em alternativas, como a geração de energia para uso próprio, ou congelam planos de expansão de suas indústrias.

Empresários do Pólo Cerâmico de Santa Gertrudes, no interior paulista, anunciaram a suspensão de investimentos enquanto esperam sinais mais claros de como ficará o suprimento de gás. A produção de cerâmica de revestimento vinha crescendo 10% ao ano, para atender aos mercados interno e externo. Também os produtores de vidro estão diante do risco de ficar sem um insumo essencial à sua atividade.

Simplesmente não há gás

suficiente para as indústrias, para os táxis e para as termoeletricas, acionadas quando as hidrelétricas deixam de produzir a energia necessária por falta de chuva ou por qualquer outra dificuldade. Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva referiu-se ao minipagão ocorrido poucos dias antes como um “probleminha” de gás no Rio de Janeiro.

Talvez fosse um “probleminha” para ele, mas não para a indústria com planos de investimento nem para os motoristas encorajados, tanto quanto os industriais, a usarem o gás natural em suas atividades. O

Fatura de óleo é só uma promessa; até lá será preciso evitar o gargalo

encorajamento partiu do próprio governo federal e da Petrobrás, embora representantes da empresa e do Ministério de Minas e Energia tenham negado isso na semana passada. O Estado reproduziu no domingo palavras do atual presidente e então diretor-financeiro da Petrobrás, Sérgio Gabrielli, em 2003, sobre a meta de expansão do consumo de gás.

Exibindo muito otimismo, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciou na semana passada a confirmação de uma enorme reserva de petróleo e gás na Bacia de Santos. Embora tenha escalado a ministra para o primeiro anúncio da descoberta da reserva de Tupi, no Brasil, o presidente Lula acabou levando a sério as brincadeiras do colega venezuelano Hugo Chávez e admi-

tiu a ambição de entrar na Opep e “brigar para baixar o preço” do óleo vendido aos países pobres. Mas a reserva descoberta na Bacia de Santos não resolve nenhum problema imediato.

Neste momento, o governo brasileiro tem de batalhar para garantir o abastecimento de gás – e um dos passos é a nova negociação com as autoridades bolivianas. A Bolívia precisa do Brasil como cliente e como investidor, mas o presidente Evo Morales continua a ditar, até com arrogância, os termos do jogo. O presidente Lula não só aceita reiniciar os investimentos e trabalhar pela industrialização da Bolívia, como ainda se dispõe a fazer tudo isso sem cobrar maiores garantias.

Que proteção terá o Brasil contra novos sustos na Bolívia? A essa pergunta, o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, respondeu na semana passada: “As mesmas garantias que temos hoje e que não foram descumpridas em nenhum momento.” Tornada ao pé da letra, essa resposta indica a disposição do governo brasileiro de aceitar a repetição da experiência recente, quando o governo boliviano não se contentou com estatizar a riqueza mineral de seu país. Tomou instalações da Petrobrás pelas armas, desapropriou investimentos, arbitrou sem resistência um ridículo valor de indenização e acusou a empresa de violar as leis do país. Se dessa disposição depende a segurança energética do Brasil, é melhor cada um pensar nas próprias alternativas – incluindo a acumulação de um estoque de velas.

5 FORMAS DE 1 FAZER O GOVERNO CABER NO PIB ELIMINAR A CPMF...

...sem reduzir a arrecadação do governo e ainda aumentando a produtividade da economia

Cintia Borsato

De olho em uma arrecadação que deverá superar 40 bilhões de reais no próximo ano, o governo se esforça para prorrogar por mais quatro anos a CPMF — o “imposto do cheque”, que suga 0,38% de cada operação bancária feita por pessoas e empresas. O projeto já foi aprovado na Câmara, mas ainda falta o aval do Senado. A CPMF foi originalmente destinada a sanar a crise crônica no setor de saúde. Hoje sua receita cobre programas sociais e uma série de buracos nas contas públicas — do Bolsa Família ao déficit da Previdência. O governo diz que o auxílio estatal aos mais pobres depende da prorrogação desse tributo, que ceifa, anualmente, o equivalente a 1,4% do produto interno bruto (PIB). Mas há pelo menos cinco medidas para eliminar a CPMF sem afetar a receita do governo nem atrapalhar a eficiência da economia, mal que essa contribuição produz por incidir em cascata na economia.

Se contivesse a ganância, o governo teria recursos de sobra para sobreviver sem a CPMF. De 2000 a 2007, o PIB cresceu 20%, enquanto os gastos públicos avançaram 63%. Nesse ritmo, não há imposto que dê conta. Neste ano, o governo já arrecadou 40 bilhões de reais a mais em relação ao mesmo período de 2006, um valor superior ao que será obtido com a CPMF (39 bilhões). Se tivesse congelado seus gastos, portanto, o governo já teria tido montante igual à receita da CPMF para investir. Mas opta-se pelo caminho fácil de gastar mais, em vez de enfrentar reformas ou ampliar sua eficiência. A tributação é tão elevada quanto a de países europeus, mas os serviços prestados decepcionam. “A qualidade é mais importante do que a magnitude da carga. Existem países que pagam mais impostos, mas que são mais competitivos, porque investem onde é preciso”, afirma o consultor tributário Clóvis Panzarini. A CPMF, por exemplo, teve sua destinação desvirtuada. “Se não acabarmos com a CPMF num momento em que o país tem dinheiro em caixa, reservas internacionais elevadas e aceleração no crescimento econômico, quando será?”, diz Gilberto Amaral, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

2 REDUZIR A ALÍQUOTA DOS IMPOSTOS

É isso mesmo. Diminuir alíquotas pode aumentar a arrecadação. Como isso é possível? A diminuição dos impostos torna os produtos mais baratos, reduz a informalidade, cerceia o contrabando e eleva a receita com impostos. “Quando se reduz a tributação, diminui-se o espaço para a informalidade”, afirma Maria Helena Zockun, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Foi o que aconteceu com os computadores. Em 2005, a carga tributária do setor caiu de 21% para 12%. A partir daí, houve uma guinada de 180 graus. Antes, a cada dez computadores vendidos, seis eram piratas. O número baixou para três. O que ocorreu com a arrecadação tributária sobre o setor de informática? Saltou 33%. E o que é melhor: as empresas desse segmento decidiram ampliar seus investimentos no país, o que vai trazer mais divisas, mais empregos, mais vendas e mais arrecadação. Um exemplo é a americana Dell. Antes a companhia tinha como foco apenas as grandes empresas brasileiras, mas, à luz do crescimento do setor, passou a atuar também no mercado de computadores pessoais.

3 ESTIMULAR O MERCADO DE CAPITAIS

Nos Estados Unidos, há cerca de 5 000 empresas de capital aberto, com ações negociadas em bolsa de valores. No Brasil, apesar da recente euforia no mercado acionário, não existem mais que 500. O que isso tem a ver com a CPMF? Tudo. A presença de empresas no mercado de capitais aumenta a transparência corporativa. Com isso, diminuem a evasão fiscal e a contratação de trabalhadores informais, sem carteira assinada e que não contribuem para a Previdência. As companhias com ações em bolsa precisam publicar balanços trimestralmente, o que amplia a transparência. O resultado é que elas tendem a ficar em dia com o Fisco. Um exemplo desse efeito virtuoso de aumento da formalização por meio do mercado de capitais é a construção civil, um setor historicamente dominado pela informalidade. Nos últimos anos, 25 empresas desse setor abriram seu capital. Coincidentemente, explodiu o número de empregos formais criados por essa atividade econômica. Foram 2,3 milhões de contratações com carteira assinada desde 2006 — 1 milhão apenas neste ano, ou 10% de todas as contratações formais registradas no período.

4 TAXAR MENOS OS BENS DE CONSUMO

A maior distorção do sistema é a carga excessiva sobre o consumo. Como os mais pobres gastam tudo o que ganham, eles pagam, proporcionalmente, mais impostos. Trata-se de uma espécie de CPMF contra os pobres. Isso porque, quando uma pessoa compra 1 quilo de açúcar, paga 40 centavos de impostos, independentemente de ser da classe A, C ou E. Aqueles que recebem até dois salários mínimos pagam 2% de sua renda em CPMF. Já os que ganham acima de vinte mínimos vêem apenas 1,2% de seu salário ser corroído pelo tributo. Na maioria das vezes, os tributos estão camuflados no preço final dos produtos e são cobrados sorrateiramente — caso clássico da CPMF. O ideal seria ampliar a participação dos impostos diretos, como o imposto de renda e o IPTU, cobrados de acordo com a renda e o patrimônio dos contribuintes. Assim caminhou a tributação nas economias mais modernas e avançadas.

5 ACABAR COM A GUERRA FISCAL

Uma pesquisa recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que quatro em cada cinco cidades com mais de 100 000 habitantes praticam a guerra fiscal. Ao dar subsídios a uma empresa, um estado ou um município pode até atrair investimentos. Mas o país, como um todo, sai perdendo nessa disputa muitas vezes suja e desleal. Os estados brasileiros perdem, anualmente, 25 bilhões de reais em decorrência da guerra fiscal. A soma representa 60% da estimativa da arrecadação com a CPMF em 2007. “A guerra fiscal entre os estados quebra uma regra de ouro, que é a isonomia de oportunidades no mercado. Isso porque um carro que pague impostos pode concorrer com outro que não paga”, afirma Panzarini. “Essa guerra não cria nenhum emprego, ela apenas muda o endereço do desempregado.” A melhor maneira de contornar essa anomalia seria o governo desviar o esforço que dedica à prorrogação da CPMF para a conclusão de uma reforma tributária ampla. Todos ganhariam. ■

CONEXÕES NA LI

Uma prisão feita na Itália na segunda-feira 5 coloca sob suspeita de receber propinas uma série de parlamentares e policiais federais brasileiros e tem a força de provocar uma reviravolta nas investigações sobre a maior disputa societária já ocorrida no Brasil: o controle da Brasil Telecom. O nome do preso é Angelo Jannone. Entre 2004 e 2006, ele foi o chefe de segurança da Telecom Italia no Brasil e, segundo as investigações feitas por procuradores de Milão, teria comandado um esquema que levou a Polícia Federal a desencadear a chamada Operação Chacal, tendo como alvo o grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, e a Kroll, uma empresa de investigações americana. A Operação Chacal acusou a Brasil Telecom de usar a Kroll para espionar autoridades do governo federal em Brasília. Na Itália, Jannone foi preso porque o juiz Giuseppe Gennari concluiu que tudo o que foi “descoberto” por aqui não teria passado de uma grande armação. De acordo com a procuradoria de Milão, foi uma equipe coordenada por Jannone, conhecida como *Tiger Team*, que teria espionado a Kroll, inclusive invadindo seus computadores e posteriormente editado a gravação de um CD. Essa gravação teria sido entregue à PF e orientado todas as investigações da Operação Chacal. Da equipe de Jannone faziam parte o ex-policial federal João Álvaro de Almeida, o delega-

do Eloy Lacerda, que, segundo o próprio Jannone, seria sócio oculto de Mauro Marcelo de Lima e Silva, ex-chefe da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), e o espião Marco Bernardini. O grupo contaria ainda com a participação de ex-funcionários do Opportunity, entre eles Luiz Roberto Demarco e Marcelo Elias. Os dois últimos, de acordo com depoimentos prestados à Justiça italiana, administrariam

propinas a serem pagas para políticos e policiais brasileiros.

A versão defendida pelos procuradores italianos ganhou maior consistência na quinta-feira 8. Em entrevista ao site Consultor Jurídico, Luciane Araújo, que se apresenta como ex-tradutora de Bernardini, acusa diversas autoridades de receberem propinas do grupo de Jannone. Estariam envolvidos no esquema o ex-ministro da Comunicação So-

NHA

Nova testemunha e investigação na Itália indicam que políticos e policiais brasileiros teriam recebido propinas no caso Brasil Telecom

cial Luiz Gushiken e o empresário Luiz Roberto Demarco. Luciane também acusa a senadora Ideli Salvatti, do PT catarinense, e o líder do DEM no Senado, José Agripino Maia (RN). **Ela afirma que intermediava as conversas secretas de Bernardini com os brasileiros que supostamente recebiam propina, traduzindo para o italiano as respostas dadas pelos brasileiros, e vice-versa.** Luciane também revelou que recebia documentos diretamente da Polícia Federal, que eram repassados para a equipe de espiões italianos. "Eram faturas altíssimas. Havia colaborações em torno de US\$ 600 mil a US\$ 650 mil." Ainda conforme a tradutora, o português Tiago Verdial, até então considerado um espião da Kroll, estaria,

na verdade, trabalhando para a Telecom Italia.

Na entrevista, Luciane diz que foi "convocada" três vezes pela Justiça italiana, sendo que nas duas primeiras vezes prestou depoimentos oficiais e na terceira depôs como "informante". A senadora Ideli Salvatti reagiu com humor

às declarações de Luciane e acredita que tudo não passe de uma armação do banqueiro do Opportunity: "O Daniel Dantas está perdendo mais do que o Corinthians na Justiça", reage a senadora.

Além da entrevista, Luciane entregou ao Consultor Jurídico um depoimento que ela teria feito com base no que disse às autoridades italianas. Nesse documento, outros nomes são citados como contatos de Bernardini; entre eles estão os ex-deputados Luciano Pizzato, Francisco Perrone e Fleury Filho, o publicitário Duda Mendonça, o lobista Alexandre Paes dos Santos, Sérgio Ricardo Rosa, do Fundo de Previdência do Banco do Brasil, e "Márcio Thomaz", suposta referência ao ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. **A metralhadora gnratória da tradutora também alcançou personagens importantes do PT, DEM e até do PSDB.** Entre as pessoas supostamente investigadas pelo tal esquema, Luciane inclui o então senador Antônio Carlos Magalhães, o presidente do PT, Ricardo Berzoini, o atual secretário de Transportes do DF, Alberto Fraga, o doleiro Antonio Claramunt, conhecido como Toninho da Barcelona, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o atual governador de São Paulo,

José Serra, e sua mulher, Mônica. Segundo a ex-tradutora, o esquema de Jannone buscava documentos que provassem eventuais ligações de Daniel Dantas com o ex-presidente FHC.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), pediu que a

Procuradoria da Casa avalie se investigará o suposto pagamento de propina a parlamentares, com base em denúncia publicada na revista italiana *Panorama* feita por um ex-diretor da Telecom Italia, Giuliano Tavaroli, em depoimento à Justiça daquele país. De acordo com a denúncia, mais restrita do que a feita por Luciane Araújo, a Telecom Italia teria feito pagamentos a parlamentares da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara em 2003. A reportagem da revista diz que um emissário da empresa desembarcou em Brasília, em abril daquele ano, transportando US\$ 300 mil.

As acusações feitas tanto na Itália como no Brasil começaram com o próprio Jannone, que prestou depoimento secreto à Procuradoria de Milão em setembro de 2006. Na ocasião, a revista *IstoÉ-DINHEIRO* revelou o conteúdo de suas declarações, que já apontavam para o fato de a Telecom Italia ter obtido o apoio da Polícia Federal brasileira e da Abin numa disputa empresarial privada. ■

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna para fazer uma rápida retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos no ano de 2007.

Juntamente com os encargos afetos à Segunda Secretaria do Senado e a honrosa incumbência de coordenar a bancada federal do Espírito Santo até outubro de 2007, apresentei 37 proposições legislativas e mais de 100 pronunciamentos em Plenário, procurei atender as expectativas do cidadão brasileiro, além das demandas diárias do meu Estado.

Como coordenador da Bancada federal do Espírito Santo realizamos diversas reuniões, inclusive audiências com Ministros de Estado, algumas com a presença do Governador do Espírito Santo o Senhor Paulo Hartung, com o objetivo de carrear recursos para o Estado.

A Bancada trabalhou fortemente nos esforços para a alocação de recursos de emendas ao Orçamento Geral da União de 2007 e apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008 e ao PPA, um intenso esforço junto ao Governo Federal para alocar recursos do PAC para o Estado,

Bem como desenvolveu um trabalho pioneiro de consultas ao Governo estadual visando identificar matérias de interesse levadas à votação em plenário e em tramitação nas comissões, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

Sr. Presidente, num ano tumultuado por vários episódios, foi importante a defesa de modificações no Regimento Interno desta Casa. E as discussões não se restringiram à necessidade de votações e sessões abertas para as nossas deliberações, inclusive as mais árduas, mas também quanto a prioridade nas votações em plenário, a defesa de um maior rigor no cumprimento do Regimento quanto a troca de relatores dos projetos e a atuação das diversas Comissões temáticas.

Foi de minha autoria a proposta que fixa prazo para a apreciação de projetos de lei pela Casa revisora, ao fim do qual, a Casa iniciadora poderá enviar os projetos diretamente à sanção. Essas entre outras questões que deveremos enfrentar no próximo ano, poderão dar ao Senado da República uma atuação rápida e eficaz na solução das questões mais importantes para o cidadão brasileiro.

Enfim, tudo para retomarmos a imagem do Senado, não só como exemplo de trabalho e efetividade, mas antes de tudo como exemplo de ética e de moral pública.

ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

A realidade brasileira de nossos dias impôs uma ação legislativa ampla e diversificada, abrangendo as mais diversas matérias, exigindo a proposta de mudanças urgentes na legislação: mudanças no Código Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código de Trânsito Brasileiro, na Lei do Cheque, no Código Brasileiro de Aeronáutica, na Política Energética Nacional entre outros.

TEMAS GERAIS

A defesa da compra de patrulhas mecanizadas destinadas a socorrer produtores atingidos por enchentes, a permissão de venda de veículos de passeio movidos a diesel, e a destinação de royalties para colônias de pescadores, mereceu também a minha atenção.

Os acidentes aéreos e o caos nos aeroportos do país exigiram novas posturas, inclusive aquelas que ressaltavam a necessidade de auditoria operacional pelo Tribunal de Contas da União nas agências reguladoras, em especial na ANAC. Outro projeto ligado ao setor é o que elimina as restrições hoje existentes à participação do capital estrangeiro nas empresas aéreas nacionais.

É de minha autoria projeto de lei que regulamenta a ortotanásia. Há pouco tempo a Justiça Federal decretou a suspensão, por meio de liminar, da Resolução do Conselho Federal de Medicina que autorizava os médicos a interromperem tratamentos e procedimentos visando prolongar a vida de pacientes terminais e sem chances de cura, com o acordo do paciente ou da família.

O projeto tramita há oito anos e se estivesse aprovado e sancionado, evitaria ações a que estão sujeitos os médicos, pois eles podem incorrer até na cassação do seu diploma, do seu certificado de exercício da medicina, porque não há uma regulamentação para a chamada ortotanásia.

A preocupação com a Saúde Pública determinou também propostas de regulamentação do descarte de medicamentos, do estabelecimento de índice mínimo de massa corporal para apresentação de modelos,

afastando essas jovens dos riscos da anorexia, e regulamentação da venda e veiculação da propaganda de bebidas alcoólicas.

VIOLÊNCIA

A violência crescente nas cidades brasileiras motivou diversos pronunciamentos e propostas de minha parte, visando à modificação na legislação penal, inclusive no Estatuto da Criança e do Adolescente:

Entre as propostas encontra-se a que exige a volta do exame criminológico para a progressão de regime, para o livramento condicional, para a concessão do indulto e comutação da pena. O projeto está em lenta tramitação na Câmara dos Deputados, enquanto delinquentes usufruem de perigosa liberdade, o que tem ensejado o cometimento de novos delitos pelo condenado.

A prescrição penal já não pode mais existir no ordenamento penal brasileiro. Projeto de minha autoria propõe a extinção desse instituto jurídico que beneficia os delinquentes mais endinheirados e não está acessível aos mais pobres. A prescrição penal é base e fundamento para os ilimitados recursos jurídicos, pelos quais se evita a aplicação efetiva da lei.

A concessão de benefício para os presos dispostos a colaborar nas investigações policiais e criminais, a chamada delação premiada, também foi objeto de minha atenção. Faz parte de um conjunto de medidas necessárias a conter o avanço da criminalidade.

Outra mudança proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, dilatando o tempo de internação de menores delinquentes, que muitas vezes são usados por criminosos adultos que se livram assim do alcance da lei. Agora mesmo, um adolescente que cometeu um dramático crime de estupro e morte, encontra-se em vias de deixar o Instituto onde está recolhido, pois o prazo de sua permanência ali está se esgotando.

O crime de pedofilia também foi objeto de minhas preocupações. Propus a criação da pena de castração química para pedófilos. Tal prática já é adotada em outros países. A sua aplicação é optativa pelo pedófilo, que pode escolhê-la em substituição à pena de privação da liberdade.

PROJETOS SANCIONADOS

Em apenas uma semana, dois projetos de lei de minha autoria foram sancionados pelo Presidente Lula:

Um deles inclui na relação dos portos federais do Brasil o Porto de Regência, no Município de Linhares, no norte do Espírito Santo. Ele se transforma num porto muito importante não só para o desenvolvimento econômico do norte do Espírito Santo, mas também para o leste de Minas e o sul da Bahia. Muito importante para o Brasil. Com a federalização, o Governo Federal poderá aplicar recursos que já existem no PAC levando-se em conta, inclusive, a execução das obras da BR-484.

O outro projeto sancionado homenageia Mário Gurgel, primeiro prefeito negro de uma capital brasileira. Gurgel que começou a vida como engraxate, foi deputado federal, prefeito eleito de Vitória e um grande democrata. Cassado na época dos militares sofreu muita perseguição, mas se transformou no prefeito e no deputado federal mais votado do estado do Espírito Santo. Ele empresta a partir de agora o seu nome à avenida que passa sobre a BR-262, entre o bairro de Jardim América e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica, no Estado do Espírito Santo.

MENSAGEM

Chegando ao final de 2007, e nestes dias de celebração do Natal do menino Deus, honremos ao Criador, que nos deu seu filho como a maior prova de amor pela humanidade. Que possamos retribuir a ele com amor, semeando o bem, para colher paz, saúde, justiça e prosperidade.

“Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três, mas o maior destes é o amor.” (1 Cor., 13, 13)

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu proposições de autoria do Senador Romeu Tuma, enviadas após o período regimental para sua leitura, que serão lidas na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.


(Levanta-se a sessão às 20 horas e 29 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

20/12/2007

quinta-feira

-
- 10:30** - **Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 56 (DRU)**
Plenário do Senado Federal
- 10:45** - **Arquiteto Carlos Oscar Niemeyer Magalhães, neto do arquiteto Oscar Niemeyer**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 11:00** - **Sessão Especial destinada a comemorar o centenário de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer Soares Filho. A Sessão foi realizada em videoconferência com participação do homenageado**
Plenário do Senado Federal
- 13:00** - **Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, e Parlamentares da Bancada da Câmara e do Senado**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 15:00** - **Entrevista coletiva para a Imprensa, com apresentação do balanço de atividades do Senado Federal de 2007 e de Pesquisa de Opinião Pública**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 16:00** - **Ordem do Dia - Sessão Deliberativa**
Plenário do Senado Federal
- 18:00** - **Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal


Marinho Pereira Nascimento
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
Maioria-PMDB - Edison Lobão*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jonas Pinheiro*
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
PDT - Patrícia Saboya*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Maioria-PMDB - Mão Santa*
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-DEM - José Agripino*
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PRB - Euclydes Mello* (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antônio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

PDT - Jefferson Peres*
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PT - Augusto Botelho*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) ¹	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma ¹¹ (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epiácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

¹¹ O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PTB-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 17.10.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	

Atualizado em 23.11.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: 3311-4561 e 3311-5255

scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) ⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ⁴ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 20.12.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 230 PÁGINAS